HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO OS CONSTRUTORES

COORD.
ARNALDO SOUSA MELO
MARIA DO CARMO RIBEIRO

HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO OS CONSTRUTORES

COORD.
ARNALDO SOUSA MELO
MARIA DO CARMO RIBEIRO

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Universidade do Minho

HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO OS CONSTRUTORES

COORD.
ARNALDO SOUSA MELO
MARIA DO CARMO RIBEIRO

CITCEM

HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO OS CONSTRUTORES

COORD.
ARNALDO SOUSA MELO
MARIA DO CARMO RIBEIRO

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

ARNALDO SOUSA MELO

Professor Auxiliar do Departamento de História da Universidade do Minho, Investigador do CITCEM. Doutorado em História da Idade Média pela Universidade do Minho e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. O seu campo de investigação incide sobre a sociedade, economia, poderes e organização do espaço urbano medieval, em particular a organização do trabalho e da produção, incluindo a história da construção.

MARIA DO CARMO RIBEIRO

Professora Auxiliar do Departamento de História da Universidade do Minho, Investigadora do CITCEM e da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Doutorada em Arqueologia, na especialidade de Arqueologia da Paisagem e do Território, pela Universidade do Minho. A sua investigação tem-se centrado nas questões de urbanismo, morfologia urbana, arqueologia da arquitectura e história da construção.

HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO
OS CONSTRUTORES

COORD.
ARNALDO SOUSA MELO
MARIA DO CARMO RIBEIRO

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FICHA TÉCNICA

Título: **História da Construção – Os Construtores**

Coordenação: Arnaldo Sousa Melo, Maria do Carmo Ribeiro

Figura da capa: Detalhe de uma ilustração da *Bíblia Morgan*, Paris (?), *circa* 1250, pertencente à The Pierpont Morgan Library (New York): Ms. M. 638, fol. 3r. Disponível em: http://themorgan.org/collections/swf/exhibOnline.asp?id=204).

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Design gráfico: Helena Lobo www.hldesign.pt

ISBN: 978-989-97558-0-2

Depósito Legal: 335192/11

Concepção gráfica: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

Braga, Outubro 2011

SUMÁRIO

Apresentação
Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro 7

Le renouveau des recherches sur les populations du bâtiment. Une histoire de sources et d'échelle
Robert Carvais e Valérie Theis. 11

Processo construtivo e artífices da construção em Bracara Augusta. *Uma abordagem preliminar*
Jorge Ribeiro 33

Ordenanzas urbanas de la construcción en la Baja Edad Media castellana
Rafael Comez Ramos 49

As gentes da construção na sociedade medieval portuguesa
Manuel Sílvio Conde 75

Os construtores das cidades: Braga e Porto (séculos XIV-XVI)
Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro. 99

Os homens da construção nas ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores (séculos XV e XVI). Cargos, funções e organização profissional dos sectores da construção
Isabel Soares de Albergaria 129

Encomendadores e construtores num projecto de integração cultural e inovação estilística – o caso das parcerias na oficina românica de S. Pedro de Ferreira (Portugal)
Manuel Luís Real 151

Les bâtisseurs du chantier gothique du Monastère de Bataille (Portugal): XIV-XVIe siècles
Saúl António Gomes 173

Construtores e artesãos muçulmanos: do serviço colectivo do rei ao desempenho individual (séculos XIII-XV)
Maria Filomena Barros 191

Salários e níveis de vida dos construtores em Portugal na Baixa Idade Média
Sérgio Carlos Ferreira 205

Pour une approche biographique des artisans
Philippe Bernardi 229

APRESENTAÇÃO

ARNALDO SOUSA MELO
MARIA DO CARMO RIBEIRO

A investigação em torno da História da Construção tem-se assumido como uma das áreas mais inovadoras e interdisciplinares, congregando historiadores, arqueólogos e historiadores da arte, mas também engenheiros, arquitectos e até juristas.

Esta temática apresenta-se particularmente atractiva ao possibilitar a realização de análises diacrónicas de cronologias variadas, bem como o cruzamento de diversas perspectivas e metodologias de investigação. Por tudo isto, os estudos têm-se revelado muito frutuosos, alcançando significativos progressos em alguns países e materializando-se, nos últimos tempos, na realização de certos Congressos Internacionais de elevada qualidade, tais como o *International Congress on Construction History*, desde 2003, e o *Congreso Nacional de Historia de la Construcción*, de Espanha, desde 1996.

Portugal tem contribuído de modo limitado para o avanço da investigação nesta área, muito embora sejam de referir algumas iniciativas que, recentemente, têm vindo a ser desenvolvidas. A título de exemplo refira-se o *Colóquio História da Construção – a População dos Construtores*, realizado na Universidade do Minho, nos dias 29 e 30 de Outubro de 2010, do qual este livro é em grande parte devedor. Mencione-se que o referido colóquio visou iniciar um ciclo a que se pretende dar continuidade, subordinado ao tema da História da Construção. Por fim, refira-se ainda que o mesmo surgiu na sequência dum protocolo de cooperação entre o CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória») e o LAMOP (Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris – Université Paris 1 e CNRS), no âmbito da organização dum seminário internacional sobre *Histoire de la Construction*, que se desenvolveu ao ritmo mensal na Universidade de Paris 1 – Sorbonne, entre Janeiro e Junho de 2010, e que contou com a colaboração das Universidades de Roma – La Sapienza e Louvain-la-Neuve, além das universidades e centros francês e português já referidos.

Na sequência da organização e participação portuguesa num desses seminários, intitulado *La Population des Constructeurs,* promoveu-se o referido *Colóquio História da Construção – a População dos Construtores,* na Universidade do Minho.

Este livro, intitulado *História da Construção – Os Construtores,* centra-se nesse tema específico – o dos homens e das mulheres da construção –, em diferentes períodos cronológicos. Nele participam especialistas de diferentes áreas do conhecimento, com perspectivas e metodologias de análise igualmente distintas.

Esta obra inicia-se com a participação de Robert Carvais e Valérie Theis, que oferecem um excelente balanço sobre o *estado da arte* da *História da Construção*, incluindo a problemática em torno da definição de uma nova área científica, a apresentação actualizada da bibliografia mais relevante, bem como as tendências de investigação desta temática nos últimos anos, a nível internacional.

Segue-se um conjunto de outros estudos que incide sobre a organização das actividades da construção em determinadas cidades, no período romano e medieval, incluindo o século XVI, e num amplo espectro territorial. Referimo-nos às cidades do Porto e de Braga, às urbes do vale do Tejo, aos centros urbanos das ilhas dos Açores e da Madeira e ainda a cidades castelhanas.

O trabalho de Jorge Ribeiro incide sobre o processo construtivo e os artífices da construção em *Bracara Augusta*, baseando-se nos resultados das escavações arqueológicas realizadas em Braga ao longo dos últimos 35 anos. Partindo dos registos arqueológicos e dos edifícios conservados, o autor procura reconstituir os processos construtivos que caracterizavam as obras romanas, em particular a direcção da obra, os materiais utilizados, o planeamento, os trabalhadores envolvidos, bem como as etapas da construção.

Rafael Cómez Ramos estuda as ordenações relativas à construção nas cidades do reino de Castela durante a Baixa Idade Média. Para tal, analisa a organização das corporações/grémios de construtores, partindo dos seus antecedentes islâmicos, tendo como exemplos as ordenações urbanas das cidades de Toledo, Sevilha e Córdova e destacando, por fim, a continuidade dessas ordenações.

Manuel Sílvio Conde aborda as gentes da construção nas cidades medievais portuguesas, sobretudo do vale do Tejo que, segundo o autor, têm atraído pouco a atenção dos investigadores portugueses, em virtude da escassez documental. O autor procurou analisar os construtores sob três aspectos, designadamente a composição do grupo socioprofissional e o seu peso relativo no quadro dos ofícios de várias cidades; a organização profissional; e o estatuto socioeconómico específico dos pedreiros e carpinteiros.

Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro apresentam um trabalho sobre os construtores das cidades de Braga e do Porto, nos séculos XIV a XVI que pretende constituir um contributo para o estudo da temática a nível nacional. Através da

análise de exemplos retirados daquelas cidades caracterizam aspectos significativos da população dos construtores, designadamente os cargos, as profissões, os níveis de especialização e a organização do trabalho e da empresa da construção, mas também, as formas de remuneração.

Isabel Soares de Albergaria oferece um estudo acerca dos homens da construção nas ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores nos alvores da época moderna. Através dos exemplos das cidades do Funchal, Angra, Vila Franca do Campo ou Ponta Delgada, onde se regista um forte dinamismo do sector da construção, a autora procurou demonstrar que estes homens constituíam um grupo socioprofissional bastante heterogéneo, que incluía os prestigiados mestres das obras reais, mas também os simples oficiais de pedreiro ou carpinteiro. Neste trabalho, Isabel Albergaria aborda ainda o reforço legislativo ao nível das instâncias nacionais e locais, em consequência do desenvolvimento urbano ocorrido na viragem do século XV para o XVI.

Um outro conjunto de comunicações versou sobre os homens da construção especificamente em determinados estaleiros de edifícios de prestígio e emblemáticos, nomeadamente da igreja de S. Pedro de Ferreira, no século XII, ou do Mosteiro da Batalha, nos séculos XIV a XVI.

Manuel Luís Real analisa a construção da igreja românica de S. Pedro de Ferreira, que revela a existência de uma oficina constituída por três grupos de artífices, oriundos de regiões distintas e com uma identidade cultural muito pronunciada, que trabalharam em simultâneo. Além de um mestre local, o autor identifica neste templo mais duas equipas de pedreiros, lideradas por mestres provenientes, respectivamente, de Coimbra e Zamora. A justificar a contratação destes três grupos, encontra-se a invulgar disponibilidade de recursos financeiros por parte dos cónegos de Ferreira, mas também o percurso político e cultural da nobreza da região e da igreja portuense.

Saúl António Gomes analisa os construtores do estaleiro gótico do Mosteiro da Batalha nos séculos XIV a XVI. Os centenários trabalhos desta construção determinaram a fixação de uma comunidade de construtores e de artistas, mas também de oficiais administrativos. Neste estudo, merece particular destaque a reconstituição da biografia de alguns dos homens que participaram na construção do referido Mosteiro.

Este livro inclui ainda um trabalho de Maria Filomena Barros sobre o papel específico das minorias mouras no sector da construção na Idade Média. Segundo a autora, a importância da participação dos muçulmanos nesta actividade, em Portugal, localiza-se sobretudo na zona meridional do Reino, onde se concentravam estas comunidades. Este contributo mouro estava normalmente relacionado com o serviço ao monarca, que frequentemente correspondia a dois níveis de participação: os serviços colectivos e o desempenho individual de mesteres especializados.

Sérgio Ferreira desenvolve um estudo sobre os salários e os níveis de vida dos construtores, em Portugal, na Baixa Idade Média. O autor aborda os principais factores que definiam os salários dos construtores, em particular as características do trabalhador, a hierarquia dentro de cada mester e as condições do mercado, com particular destaque para as mudanças provocadas pela Peste Negra. Este trabalho procurou ainda analisar o conceito de níveis de vida, através do cruzamento da evolução dos salários dos construtores com uma amostra de preços.

De destacar ainda, pela originalidade, o contributo de Philippe Bernardi sobre a biografia dum mesteiral da construção do século XV, no sul de França, que possibilita um olhar concreto e inovador sobre realidades de que apenas conhecemos o quadro geral.

Para finalizar, queremos expressar o nosso agradecimento a todos aqueles que tornaram possível a publicação deste livro. Ao CITCEM e à FCT, ao Departamento de História e em particular a todos aqueles que contribuíram com os seus estudos para a composição desta obra e para a prossecução dos objectivos a que nos propusemos.

LE RENOUVEAU DES RECHERCHES SUR LES POPULATIONS DU BÂTIMENT. UNE HISTOIRE DE SOURCES ET D'ÉCHELLES

ROBERT CARVAIS*
VALÉRIE THEIS**

La question des populations du bâtiment est au cœur de l'histoire de la construction. Même si pour beaucoup d'historiens, l'histoire de la construction porte essentiellement sur les questions techniques, se résumant aux interrogations résolvant «comment ça tient?» et «pourquoi ça tombe?», il demeure indéniable – tout au moins cette question fait encore débat aujourd'hui – que l'histoire de la construction est indissociable de l'histoire des hommes qui sont au cœur des actions de l'art de bâtir que ce soit sur le terrain de la commande, de la conception ou du chantier. On ne saurait étudier un brevet récent d'assemblage, une nouvelle technique constructive, un procédé original de fabrication sans s'intéresser au contexte de cette découverte, qu'elle soit économique, juridique ou sociale. Notre histoire technicienne de la construction est forcément expliquée, justifiée, ajustée par les sciences humaines et sociales et vice et versa.

Or, l'histoire de la construction s'est constituée en champ majeur de recherches au cours des années 2000. L'histoire des hommes sur les chantiers n'a pas attendu ces années là pour être entreprise. Elle faisait à l'origine partie de l'histoire des arts, architecture comprise. Combien de célèbres architectes ont fait l'objet de recherches? Pourtant presque aucun travail ne porte alors sur les inconnus de cette histoire. Parallèlement à ces études, l'histoire du droit dans les années 1940 proposait une histoire des corps ou corporations, analysant quelque peu mais toujours de manière groupée l'histoire des communautés de métiers, abordant çà et là l'histoire des

* CNRS – Université Panthéon-Assas; École Nationale Supérieure d'Architecture de Versailles
** Université Paris-Est Marne-la-Vallée

compagnons, mais il ne s'agissait que d'une histoire des entrepreneurs, pas des ouvriers. C'est concomitamment à l'histoire des institutions et faits sociaux et à celle d'histoire urbaine dans les années 1970 et 1980 que les premiers travaux importants sur les populations de la construction ont vu le jour.

Au mieux, mais c'était déjà beaucoup, la population des travailleurs des chantiers était englobée dans des études d'ensemble du milieu de l'artisanat, études pionnières comme celles de Charles-Marie de la Roncière sur les prix et les salaires à Florence dont une partie était consacrée aux salaires dans le bâtiment à travers l'étude du cas des maîtres maçons[1], de Richard Goldthwaite sur l'histoire économique de la construction de Florence dont l'ouvrage divisé en deux tient le pari de traiter dans une première partie des commanditaires et dans une seconde des gens du bâtiments (architecte, artisans et main d'œuvre)[2] ou encore le travail de Bronislaw Geremek sur le salariat parisien[3]. Mais les figures du manœuvre ou de l'artisan du monde de la construction étaient alors convoquées pour répondre à une problématique qui était avant tout une problématique générale d'histoire économique et non en tant que population spécifique de travailleurs posant un certain nombre de problèmes symptomatiques. A la fin des années soixante en France, la thèse de Christiane Klapisch-Zuber sur les travailleurs du marbre à Carrare faisait aussi partie de ces rares travaux historiques à avoir pris le problème de la spécificité des travailleurs du monde de la construction au sérieux[4], mais au moment de la sortie de l'*Histoire de la France urbaine*, en 1980 Jacques Le Goff se plaignait encore que nous soyons si mal renseignés sur l'organisation des grands chantiers urbains des cathédrales[5]. Cette impression ne devait plus rester très longtemps d'actualité car les années 80 virent se multiplier les travaux mettant l'accent sur la population des travailleurs venant ainsi combler une lacune très française. Philippe Braunstein, qui fut l'un des principaux acteurs de ce renouveau souligne en effet dans l'ensemble de ses travaux sur la construction dans le Milanais combien de telles études faisaient partie depuis la fin du XIX^{e} siècle des préoccupations des chercheurs allemands

[1] La Roncière C.-M. de, *Prix et salaires à Florence au XIV^{e} siècle (1280-1380)*, Rome, 1982 (Collection de l'École française de Rome, 59).

[2] Goldthwaite R., *The Building of Renaissance Florence. An Economic and Social history*, Baltimore, John Hopkins UP, 1980.

[3] Geremek B., *Le Salariat dans l'artisanat parisien aux XIIIe-XVe siècles: étude sur le marché de la main d'œuvre en Moyen-Âge*, traduit du polonais par A. Posner et C. Klapish-Zuber, Paris, Ecole des hautes études en sciences sociales, 1968 (Industrie et artisanat, 5).

[4] Klapisch-Zuber C., *Les maîtres du marbre. Carrare, 1300-1600*, Paris, Ed. de l'EHESS, 1969.

[5] Le Goff J., «L'apogée de la France urbaine médiévale. 1150-1330», *in* Le Goff J. (dir.), *La ville en France au Moyen Âge*, réédition du tome 2 de l'*Histoire de la France urbaine*, Paris, Seuil, 1980, rééd. 1998, p. 280.

par exemple[6]. Ses travaux, comme ceux de Fausto Piola-Caselli sur la construction du palais des papes d'Avignon[7], se sont d'abord concentrés sur les grands chantiers monumentaux, les rares à nous avoir laissé une production comptable et notariale abondante, production qui est à la fois une aubaine pour les chercheurs – aujourd'hui encore les travailleurs des chantiers «ordinaires» nous sont plus mal connus que ceux des chantiers des palais, monastères ou cathédrales – mais aussi un filtre qui s'interpose entre la réalité des statuts, des origines et des pratiques des hommes du chantier et le chercheur, filtre qui n'est pas seulement celui de la mise par écrit mais qui est aussi lié aux objectifs particuliers qui étaient ceux des rédacteurs de ces sources, soucieux de la standardisation de données moins destinées à décrire le chantier et ses hommes qu'à assurer le meilleur suivi possible des dépenses et le contrôle des travailleurs. De surcroît, à l'aube du XXIe siècle, les recherches sur les «gens de peu» contribuèrent à développer aux confins de la micro-histoire des études sur les inconnus de l'histoire[8].

Si on peut définitivement croire aujourd'hui à une renaissance de ce genre d'études, cela est dû en partie à la concomitance de plusieurs facteurs:

– l'apparition d'une nébuleuse intellectuelle autour de la construction;
– la mise en perspective et la recherche d'une variabilité d'approches focales, bref la multiplication des échelles d'études;
– l'usage de sources nouvelles et la relecture de sources déjà anciennes et déjà publiées.

Nous passerons sur le premier point qui est connu de tous: la renaissance de l'histoire de la construction. A l'initiative de l'Espagne, de l'Italie et de la Grande-Bretagne, sociétés savantes, congrès internationaux, nationaux réguliers, revues, sites internet dédiés, séminaires se sont développés de manière fulgurante en l'espace de dix ans[9]. Ces manifestations donnent les opportunités de nouveaux débats sur la question des populations du bâtiment.

---

[6] Braunstein P., «Les salaires sur les chantiers monumentaux du Milanais à la fin du XIVe siècle», *in* Barral i Altet X. (éd.), *Artistes artisans et production artistique au Moyen Âge, I – Les Hommes*, Paris 1986, p. 123-132.

[7] Piola-Caselli F., *La costruzione del palazzo dei papi di Avignone (1316-1367)*, Milan, 1981.

[8] Boglioni P., Delort R., Gauvard Cl. (dir.), *Le petit peuple dans l'Occident Médiéval*, Paris, Publication de la Sorbonne, 2002. Plusieurs articles se réfèrent au monde du bâtiment, en particulier celui de Ph. Bernardi, «Jeune, pauvre, étranger: d'autres manière d'être maître», p. 421-435.

[9] Sur ce point consulter Huerta S., «L'histoire de la construction en Espagne: origines et état des recherches» dans Carvais R., Guillerme A., Nègre V. et Sakarovitch J. (dir.), *Edifice & Artifice. Histoires constructives*, Paris, Picard, 2010, p. 65-76.

– La question de l'échelle permet précisément de nouer des approches totalement différentes de ces populations. Si l'on parle de population, c'est d'emblée que l'on considère un groupe de personnes unies par le seul fait qu'elles sont actives dans un même domaine. Or, nous avons là plusieurs situations possibles qui se complètent et s'enchevêtrent. Il existe une grande variété de populations du bâtiment et il est rarement l'occasion de les étudier toutes: que ce soit des individus ou des communautés, la recherche ne couvre pas l'ensemble des situations et loin s'en faut. A côté de monographies nombreuses sur des individus dont on dresse la biographie parce que ce sont des personnalités (les «grands» architectes surtout, les «grands» entrepreneurs un peu moins) combien a-t-on d'hommes et de femmes du bâtiment qui restent dans l'ombre (ceux qui n'ont pas laissé une œuvre inoubliable, les manœuvres, les déshérités du bâtiment)? Les recherches sur les groupes institutionnels de personnes réunis par un statut, un projet, une mission ne sont pas en reste. Nombreux sont les travaux historiques, voire juridiques sur les communautés de métiers, que ce soit les maçons, les charpentiers, les plombiers, les jardiniers, etc. mais *quid* des recherches sur des métiers plus rares, sur des groupes parallèles, qui agissent avec et donc en dehors de ces communautés. Nous pensons aux auxiliaires de justice (huissier, greffier, procureur) dans le cadre d'un tribunal corporatif et qui sont bien entendu liés aux familles des gens du bâtiment par alliances diverses. *Quid* des interrogations sur des sous-groupes à l'intérieur des métiers, par exemple les jurés-experts, les arbitres, les syndics et adjoints, etc. ou bien les hommes travaillant sur tel ou tel chantier qui forment des populations hétérogènes, mais pas si instables qu'il n'y paraît? De plus travailler sur un groupe d'individus qui partagent un intérêt commun ne doit pas nous limiter à une étude institutionnelle, nous entendons par là que les recherches publiées chez les historiens du droit sur les communautés de métiers dans les années 30 à 50 ou même les études institutionnelles anglo-saxonnes fort réputées dans la lignée des travaux de Steven Kaplan ou de Michaël Sonenscher[10], bien que plus satisfaisantes que les premières (elles sont plus réalistes sur le plan économique) restent incomplètes en mésestimant l'aspect micro de ces histoires. En effet, à force de tenter d'analyser les dynamismes politiques, juridiques et économiques d'un système, elles manquent l'aspect pratique de l'histoire qui approfondit les détails essentiels, qui entrevoit les sensibilités, les mentalités des individus, qui permet de nuancer les conclusions, qui nous montre par exemple comment, à l'échelle individuelle, un maître

[10] Kaplan S. L., «Réflexions sur la police du monde du travail, 1700-1815», *Revue historique*, 1979, p. 17-77; du même auteur, «La lutte pour le contrôle du marché du travail», *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 1989, p; 436-479; Sonenscher M., *Works and Wages: Natural Law, Politics and the Eighteenth-Century French Trades,* Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

maçon peut cumuler des fonctions complémentaires (officier municipal, syndic héréditaire des maçons, juge de ces derniers)[11], des métiers *a priori* contradictoires (entrepreneur, architecte) et des situations de pouvoir (proche du roi, proche du Parlement) ou comment, à l'échelle collective, des groupes de pressions politiques insaisissables peuvent influer *in extremis* sur la rédaction d'une clause des statuts du métier de maçons leur interdisant de pratiquer le marché à forfait[12], comment des regroupements de gens de métiers peuvent faire basculer une gouvernance à force de contestations[13], comment la diversité des situations économiques de chaque entreprise du bâtiment prouve malgré tout un défaut d'uniformité et de représentativité de l'activité constructive.

– Bref, pour étudier des populations, il apparaît indispensable de ne pas trop se fourvoyer dans des études générales, mais il convient de les compléter par des recherches ponctuelles; allier ainsi le regard micro au regard macro et vice et versa. Cela pose inévitablement la question des sources. Qu'elles soient d'archives ou archéologiques, écrites ou orales, administratives ou littéraires, les sources sur l'histoire des populations méritent d'être renouvelées ou réexaminées. Tout cela sans omettre de les passer au crible de l'analyse critique de leurs auteurs (on ne peut traiter de manière identique une archive du for privée: correspondance, journal personnel, testament et une archive publique: nomination dans une fonction, condamnation judiciaire, statuts organisant un métier), une norme et une pratique, mais aussi de l'analyse tout autant critique de leurs lecteurs (on oppose radicalement une analyse scientifique du texte et de son support et une production grand public ou encore une étude indépendante d'un organisme de recherche et celle sponsorisée par une entreprise, comme celle que pourrait subventionner un syndicat d'entrepreneurs des bâtiments).

Afin de renouveler l'histoire des populations du bâtiment, il est apparu nécessaire d'user de sources neuves et inhabituelles dans ce champ: par exemple les sources judiciaires ou les archives privées d'entreprises. Saisir les gens du

[11] Dérens I., «Un siècle d'édiles parisiens: Jean Beausire et sa lignée», *in* Rabreau D., Massounie D. et Prévost-Marcihlacy P. (dir.), *Paris et ses fontaines: de la Renaissance à nos jours*, Paris, Délégation à l'action architecturale de la ville de Paris, 1995, p. 132 –142.

[12] Carvais R., «La procédure de vérification des lettres patentes, moyen parlementaire de négocier, voire d'imposer le droit» *in* Anagnostou-Canas B. (dir.), *Dire le droit: normes, juges, jurisconsultes*, Paris, Université Panthéon-Assas (Paris II)/LGDJ, 2006, p. 267-284.

[13] Carvais R., «Les auxiliaires juristes et maçons de la Chambre des Bâtiments, subalternes ou suppléants pour une justice idéale?» *in* Cl. Dolan (dir.), *Entre justice et justiciables: Les auxiliaires de la justice du Moyen Age au XX^e siècle*, Québec, Les Presses de l'Université de Laval, 2005, p. 697-716.

bâtiment par le biais des conflits qu'ils ont pu avoir avec leurs contemporains ou leurs collègues s'est révélé fructueux à plus d'un titre: bien sûr, les bâtisseurs de la prévôté et vicomté de Paris possédaient depuis le Moyen Âge le privilège d'être contrôlés judiciairement par un tribunal corporatif: la Chambre des Bâtiments ou juridiction de la maçonnerie dont les archives n'ont subsisté qu'à partir de 1670, est une des rares institutions de ce type à permettre une approche très fouillée du monde parisien de la construction: des maîtres d'ouvrage aux maîtres d'œuvre en passant par les experts, les savants spécialisés en hydraulique ou en mécanique, les architectes, les inventeurs de nouvelles techniques de l'art de bâtir, les commerçants de matériaux, les corps de métiers agissant sur les chantiers avec les maçons, tailleurs de pierre et les charpentiers comme les transporteurs, les grutiers, mais aussi les compagnons et les manœuvres, ceux pour lesquels nous ne possédons pas ou très peu de renseignements. Mais on pourrait imaginer une recherche similaire dans les archives d'autres cours (Châtelet, tribunaux de police, Parlement, tribunaux consulaires, etc.). De plus, les archives judiciaires contiennent des archives purement corporatives comme les dossiers de maîtrise avec des informations sur la carrière, le stage de formation, les parrains indiquant le réseau et le chef d'œuvre du candidat, ce qui permet une étude approfondie de ce groupe de compagnons devenus maîtres sur une longue période. De manière identique les archives privées d'entreprises ont donné lieu à des travaux d'une grande richesse: que ce soit celles des institutions bancaires, celles des sociétés de construction ou celles des entreprises de bâtiment donnent accès à des rouages inaccessibles par le biais des archives classiques. Signalons au passage que les archives des entreprises du bâtiment, incomplètes pour la période de l'Ancien Régime, auraient dû fleurir au XIX^{e} siècle. Or il faut attendre, à notre connaissance, la fin dudit siècle pour en avoir trace en raison sans doute de la mise au secret des corporations à la Révolution. Ces archives existent pour les avoir vu passer en vente aux enchères privées et devraient attirer davantage les conservateurs ou les syndicats patronaux qui devraient inciter leurs adhérents à en faire dépôt dans des fonds publics d'archives, comme les archives du travail de Roubaix. Imaginez ce que l'on peut découvrir dans ces documents à propos des populations dans l'industrie de la construction (hiérarchie des professions, tractations d'embauche, déplacements des manœuvres au gré des chantiers, situations financières des ouvriers, des contremaîtres et des patrons, transmission du savoir par l'apprentissage, etc.).

Afin de renouveler l'histoire des populations du bâtiment, il est apparu également nécessaire de réexaminer des sources anciennes qui avaient déjà fait l'objet d'analyse par le passé: Nous pensons d'abord aux sources économico-juridiques comme les devis et marchés, prix-faits tant pour les constructions privées que pour les travaux publics (archives notariales, fonds des ponts et chaussées, des ministères,

des conseils des bâtiments civils, bref des administrations), les procès-verbaux d'expertises ou rapports de futures cautèles dans certaines villes du Sud-Est de la France (archives dédiées, fonds Z[1J] des archives nationales ou minutes des notaires), mais nous pensons aussi aux sources institutionnelles qui ont été revisitées, analysées à nouveau et qui ont permis de nouvelles découvertes comme les archives des corporations, des compagnons, des cours de justice et enfin les sources purement économiques comme les documents comptables qui ont donné la possibilité de continuer à appréhender le coût des travaux mais aussi la mobilité des travailleurs et leur niveau de vie à travers leurs salaires.

Jouant sur ces deux critères d'échelles et de sources à des degrés divers, l'histoire des populations du bâtiment se développe dans trois directions: la mobilité des travailleurs, leur statut et l'organisation de la vie en communautés.

I – LA MOBILITÉ DES GENS DU BÂTIMENT

Ce thème permet essentiellement de suivre les traces des minorités, des manœuvres, des populations émigrées, qui répondent aux appels d'offre hors de leurs frontières pour vivre. Ce champ de recherche permet de travailler à deux échelles selon les sources dont le chercheur pourra bénéficier. Mais autant dire que les sources de l'immigration sont, pour les périodes qui nous intéressent, difficiles à obtenir ou à construire du fait même du déplacement géographique des populations.

Lorsqu'on s'attache à l'origine des travailleurs, il reste souvent difficile de savoir si tel personnage dit de tel endroit en vient vraiment où s'il s'agit d'un surnom renvoyant à une origine géographique connue approximativement de ses compagnons ou de ses employeurs, d'un surnom qui ne fait que garder le souvenir d'une région abandonnée de longue date par les membres de sa famille ou encore d'une mention accolée à son nom de famille par assimilation à l'origine du groupe de travailleurs avec lesquels il s'est fait embaucher. Lorsqu'on tente de suivre le parcours des travailleurs des chantiers, on se heurte en outre aux lacunes des sources et au risque de prendre un personnage pour son homonyme. Ainsi, les tentatives de cartographie de la provenance des travailleurs sont toujours des entreprises vouées à l'approximation mais qui, en devenant de plus en plus nombreuses depuis une trentaine d'années, ont permis de faire ressortir certaines tendances lourdes comme les liens entre le niveau de qualification des travailleurs et leur mobilité sur de longues distances. Si sur la plupart des chantiers, la majorité des travailleurs ordinaires vient des villages ou des régions alentour, ce qui peut quand même représenter plusieurs heures de marche par jour, les maîtres les plus qualifiés se recrutent sur un marché qui fonctionne à l'échelle européenne (en Italie et en Hollande au XVI[e] siècle, par example).

Pour un ensemble d'exemples récents sur cette question au Moyen-Age nous renvoyons aux travaux de Philippe Bernardi dans sa thèse dans laquelle il utilise archives notariales (contrats de mariage, contrats d'embauche, testaments) et monographies, afin de préciser l'origine géographique des artisans travaillant à Aix[14]. Sur 1115 personnes apprenant ou pratiquant un métier du bâtiment, près de 530 individus ne sont pas originaires de la ville, soit plus de 47,5% de la population recensés entre 1401 et 1550. Cela lui permet de cartographier l'immigration aixoise et d'en dresser une chronologie tant pour les maîtres que pour les ouvriers. L'auteur va jusqu'à démontrer l'influence de l'immigration sur les méthodes de construction (plâtre, taille de pierre et bois) avec toutes les précautions scientifiques d'usage, c'est-à-dire sans en grossir démesurément les traits: «Lier les transferts technologiques aux seuls déplacements des artisans serait certes une erreur grossière qui reviendrait à nier l'influence par exemple du commanditaire.»[15] Il s'interroge ensuite sur les différentes façons dont les artisans qu'ils soient maîtres, apprentis ou compagnons s'intègrent professionnellement (contrat à prix-fait ou engagement à durée déterminée), dénotant les réticences et le protectionnisme du milieu aixois. Enfin, il met à plat non sans nuance une typologie des déplacements des populations, l'obligeant à opérer des sondages dans des fonds d'archives éloignés de la ville d'Aix. Il démontre ainsi des mobilités «rayonnantes» et «itinérantes». La difficulté d'analyse de cette mobilité plus importante chez les maîtres les plus éminents l'amène à conclure qu'une «circulation plus importante des petits artisans n'est … pas à écarter»[16].

La question de la population des limousins dans les métiers du bâtiment est récurrente dans l'histoire européenne au point d'être une figure symbolique des populations migrantes dans le champ de la construction. Après la thèse déjà ancienne (1986) de Marie-Anne Moulin sur «Les maçons de la Haute-Marche au XVIII^{e} siècle»[17], des travaux plus récents ont fait évoluer notre savoir sur ce sujet pour la période contemporaine, en particulier les travaux de Jean-Luc de Ochandiano, «Lyon, un chantier limousin. Les maçons migrants (1848-1940)» paru en 2008[18]. Cet auteur, en cours de thèse, s'interroge sur «comment vivaient ces

[14] Bernardi Ph., *Métiers du bâtiment et techniques de construction à Aix-en-Provence à la fin de l'époque gothique (1400-1550)*, Aix-en-Provence, Publications de l'Université de Provence Aix-Marseille I, 1995, p. 43.

[15] Bernardi Ph., *op. cit.,* p. 58.

[16] Bernardi Ph., *op. cit.,* p. 65-68. La citation est de la page 68.

[17] Moulin M.-A., *Les Maçons de la Haute-Marche au XVIII^{e} siècle*, Clermont-Ferrand, Faculté des lettres et sciences humaines de l'Université de Clermont-Ferrand, 1986 (Publications de l'Institut d'Etudes du Massif Central, 29).

[18] Ochandiano J.-L. de, *Lyon, un chantier limousin. Les maçons migrants (1848-1940),* Lyon, Editions Lieux Dits, 2008.

maçons migrants au sein des villages? Quelles solidarités mettaient-ils en œuvre malgré un environnement globalement hostile? Quelles luttes collectives ont-ils menées pour accéder à de nouveaux droits? Comment se sont-ils peu à peu intégrés dans l'espace urbain mais aussi dans une culture nationale plus large?» Il travaille sur l'évolution de l'appartenance de ces hommes à un groupe social. La référence médiévale, encore valable à l'époque moderne, à la «communauté de hameau», comme l'appelle l'historien Alain Corbin, ne semble pas contradictoire avec la conscience d'appartenir à un groupe plus large, à la fois professionnel et régional, voire plus tard à la classe ouvrière et à la Nation. A partir d'archives policières et judiciaires, de chantiers et diocésaines, ainsi que d'une riche documentation associative et syndicale, l'auteur parvient à dresser le tableau assez riche de la migration limousine dans l'agglomération lyonnaise, les luttes sociales de ces populations et le processus de qualification de la main d'œuvre lié à l'industrialisation du secteur du bâtiment.

Sur le XX^{e} siècle, un dossier remarquable publié par les *Cahiers des Annales de Normandie* en 2001, sous la direction de Mariella Colin, est consacré à «l'émigration-immigration italienne et les métiers du bâtiment, en France et en Normandie». Ce travail pose en plusieurs études de cas des questions essentielles qui ont des répercussions sur les interrogations intemporelles: par exemple, le partage entre une émigration des élites et des ouvriers; l'usage de la main d'œuvre immigrée dans les chantiers immenses des BTP, démontré par zone géographique; la réception ou le rejet de ces populations en France durant ou hors des périodes troubles; leur spécialités techniques qui induit leur réussite ou leur échec dans leur terre d'accueil, bref une analyse économique des entreprises du bâtiment[19]. A noter la publication d'un dossier photographique qui redonne un visage à ces travailleurs anonymes et qui mérite le détour.

Signalons enfin une enquête de terrain réalisée récemment par le sociologue Nicolas Journin qui nous démontre et nous fait regretter ce que l'histoire ne peut que suggérer ou qu'émettre sous forme d'hypothèses, qui met à mal beaucoup d'idées reçues et nous permet d'être assez prudent à l'analyse de nos sources parfois si minces. Il nous révèle par exemple que: «beaucoup de précaires ne sont pas instables; que les sans-papiers ne travaillent pas forcément au noir; que les règles de sécurité ne protègent pas forcément toujours les ouvriers; que si les travailleurs concernés ne s'affrontent que rarement avec leurs employeurs, ils entretiennent une révolte souterraine qui peut menacer à l'occasion les constructions et contraindre lesdits

[19] Colin M. (dir.), *L'émigration-immigration italienne et les métiers du bâtiment en France et en Normandie,* Caen, Musée de Normandie, Cahiers des Annales de Normandie, n° 31, 2001. Voir également Colin M. (études réunies par), *L'immigration italienne en Normandie de la Troisième République à nos jours. De la différence à la transparence*, Caen, Musée de Normandie, Cahiers des Annales de Normandie, n° 28, 1998.

employeurs à mettre en œuvre des aménagements.» [20] Le déplacement géographique des travailleurs en masse par nécessité économique n'a rien à voir avec le voyage sur requête de quelques savants techniciens au service de l'expertise. D'ailleurs, étudié isolément, le travailleur se métamorphose au cours de son existence.

II – STATUT CHANGEANT DE L'HOMME AU TRAVAIL

L'étude du statut juridique de l'homme au travail permet de se concentrer plutôt sur l'échelle macro bien qu'il pourrait permettre de développer des analyses micro sur l'évolution du statut d'un personnage si son histoire était suffisamment documentée, puisque les recherches générales sont finalement souvent la somme de recherches sur plusieurs individus. Les sources invoquées dans ce cadre sont essentiellement des sources notariales et judiciaires.

Cette question qui a fait l'objet de renouvellements en profondeur, englobe en fait de nombreuses subdivisions en fonction de ce qu'on entend par statut. Le terme peut en effet renvoyer aux titres attribués ou reconnus aux travailleurs par les responsables du chantier, mais aussi aux fonctions exercées par tel maître d'œuvre dans l'édification d'un bâtiment, architecte ou entrepreneur ou encore du nom de la charge que le travailleur occupe[21].

Si les premières études se sont souvent contentées d'essayer de faire rentrer les différents types de travailleur dans le schéma des apprentis, valets et maîtres, tout en constatant la plupart du temps l'inadéquation avec la diversité des statuts présents dans les sources, nous en sommes aujourd'hui en train de nous en libérer et les travaux de Philippe Bernardi ont joué un grand rôle dans cette évolution en montrant d'abord quelles conditions historiques contemporaines avaient permis à ce schéma unique de s'imposer dans l'historiographie en dépit de la réalité de sources qui mettent plus souvent en scène des formes variables de bipartitions. Ces travaux ont également mis en valeur la diversité des termes employés pour désigner les travailleurs d'une région à l'autre et d'une époque à l'autre. Le constat n'est pas seulement celui d'une diversité des statuts et du vocabulaire utilisé pour les désigner en fonction des temps et des lieux: à la lecture de son dernier ouvrage[22], le chercheur est amené à une plus grande prudence dans l'interprétation d'un même

---

[20] Journin N., *Chantier interdit au public. Enquête parmi les travailleurs du bâtiment*, Paris, Ed. La Découverte, 2008.

[21] Theis V., «Décrire le chantier ou écrire le chantier? Titres et offices dans les comptes de construction pontificaux de la première moitié du XIVe siècle», *in* Jamme A. et Poncet O. (dir.), *Offices, écrit et papauté (XIIIe-XVIIe siècle)*, Rome, École française de Rome, p. 643-666.

[22] Bernardi P., *Maître, valet et apprenti au Moyen Âge. Essai sur une production bien ordonnée*, Toulouse, CNRS/Université de Toulouse le Mirail, (Méridiennes / série Histoire et techniques), 2009.

terme qui, comme celui de maître, se révèle finalement très polysémique, même dans un cadre géographique et chronologique restreint, en fonction des sources et donc des types de rapports sociaux sur lesquels un texte particulier veut insister.

Cette libération du vocabulaire permet désormais d'approfondir les recherches concernant le statut entendu comme le type de contrat liant la main d'œuvre au chantier. Aujourd'hui, les historiens ne se contentent plus, pour comprendre les conditions d'activité des travailleurs du chantier, de regarder quel titre ils portent et de prendre en compte le type de contrat qui les lie au chantier: à la journée, à la tâche, au prix-fait. On prête attention à la durée d'embauche garantie pour les travailleurs journaliers, car travail payé à la journée ne veut pas dire embauche à la journée. Lorsqu'on ignore quelle est cette durée d'embauche, on prête attention au nombre de jours travaillés dans le mois ou dans l'année, aux monnaies dans lesquelles les salaires sont versés, au rythme de versement des salaires ou des tranches dans le cas de prix-faits, autant d'éléments qui permettent de mieux imaginer quelle pouvait être la sécurité ou l'insécurité de l'emploi de ces travailleurs et parfois même leur niveau de vie dont on sait aussi aujourd'hui qu'il ne dépendait pas toujours uniquement du travail fourni sur le chantier mais de nombreux autres facteurs qui pouvaient, pour certains d'entre eux, avoir un lien avec le chantier comme la vente de matériaux ou la location d'esclaves.

Le cas des esclaves nous amène, pour le Moyen Âge, à une autre dimension de la question du statut des travailleurs, plus juridique et sociale. Les travaux sur la population des travailleurs nous ont permis de sortir de l'image monolithique d'un chantier peuplé uniquement d'hommes libres adultes et chrétiens. Déjà, Auguste Choisy dans son *Art de bâtir chez les Romains* s'était interrogé sur la condition ouvrière des chantiers et était parvenu à expliquer les étapes constructives par les statuts variés des citoyens romains libres ou travailleurs *quasi* forcés, voire esclaves[23]. On ne nie plus aujourd'hui l'importance de la présence des esclaves sur certains chantiers, présence parfois marginale mais qui pouvait devenir très importante en période d'accélération de celui-ci ou dans les contextes de manque de main d'œuvre se présentant pour l'embauche[24]. Parmi ces esclaves, certains étaient musulmans ce qui nous amène aussi à l'importance du chantier comme lieu de contact entre les différentes religions présentes en Europe: le chantier est un lieu

[23] Carvais R., «Auguste Choisy: pour un usage des sciences sociales au service de l'histoire de la construction» dans Huerta S. et Girón J. (dir.), *Auguste Choisy: 1841-1909. L'architecture et l'art de bâtir*, Actas del Simposio International celebrato en Madrid, 19-20 noviembre de 2009, Madrid, Instituto Juan de Herrera, escuela Técnica Superior de Arquitectura, 2009, p. 121-150.

[24] Pour une étude récente concernant le travail des esclaves sur les chantiers médiévaux voir Victor S, *La construction et les métiers de la construction à Gérone au XVe siècle*, Toulouse, CNRS/Université de Toulouse le Mirail, (Méridiennes), 2008, en particulier p. 162-163.

à part où se côtoient des populations chrétienne, musulmane mais aussi juive et ce même lorsque les commanditaires sont des ecclésiastiques chrétiens pourtant peu ouverts aux autres religions[25]. On y rencontre aussi des femmes, que la nature des sources rend parfois plus visibles que dans le cadre d'un artisanat urbain où une veuve peut exercer seule le métier pendant des années mais en le faisant sous le nom de son défunt mari ce qui a pour conséquence de la rendre moins visible[26]. Présentes en petit nombre, les femmes sont souvent cantonnées à l'effectuation de certaines tâches comme le transport de pierres, sable, mortier et eau, tâches qui permettent de voir combien il est difficile de justifier leur faible rémunération par leur manque de force: ce ne sont pas les tâches les plus délicates, les moins pénibles qui sont confiées aux femmes, mais souvent les moins qualifiées, même lorsqu'elles demandent un savoir faire pratique déterminant pour la réussite des opérations comme lorsqu'il s'agit de mêler l'eau à la chaux pour faire un bon mortier[27]. Dans ces tâches ingrates elles retrouvent les «garçons» ou «jeunes», dont il est souvent bien difficile de déterminer l'âge mais qui étaient probablement encore comme certains apprentis au seuil de l'enfance quand à l'inverse d'autres travailleurs, en l'absence de retraite, étaient contraints de rester sur le chantier pour survivre alors qu'ils n'étaient plus en mesure d'accomplir leur tâche aussi bien qu'autrefois, subissant ainsi parfois une baisse de leur rémunération[28].

Une des grandes questions posées par les recherches récentes dans le domaine du statut de l'homme du bâtiment au travail et de ses missions et responsabilités (droits et devoirs) réside dans la différence du statut réservé à l'architecte et à l'entrepreneur. Ce dossier pose alors la question de la définition de ces deux fonctions et celle de la naissance de l'architecte moderne à la fin du XVII^{e} et au début du XVIII^{e} siècle[29]. L'étude d'archives judiciaires permet de poser les conditions nécessaires et suffisantes pour qu'un entrepreneur exerce ses fonctions dans le bâtiment: avoir obtenu une maîtrise et être titulaire d'un contrat ou marché d'entreprise[30]. Robert

---

[25] Bernardi Ph, «Esclaves et artisanat: une main d'œuvre étrangère dans la Provence des XIII^{e}-XV^{e} siècles», *L'étranger au Moyen Âge*, XXX^{e} congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public, Paris, Publications de la Sorbonne, 2000 (Publications de la Sorbonne, 61), p. 79-94.

[26] Bernardi Ph., «Pour une étude du rôle des femmes dans le bâtiment au Moyen Âge», *Provence historique*, 173, 1993, p. 267-278.

[27] Victor S. *op. cit.*, p. 160-161.

[28] *Ibid.*, p. 246-247.

[29] Carvais R., «Creating a Legal Field: Building Customs and Norms in Modern French Law», *in* Kurrer K.-E., Lorenz W. et Wetzk V. (ed.), *Proceedings of the Third International Congress on Construction History*, Cottbus, Brandenburg University of Technology, 2009, p. 321-328.

[30] Carvais R., «La force du droit. Contribution à la définition de l'entrepreneur du bâtiment» *in Histoire, économie et société*, 1995, n° 2 spécial sur le thème «Entreprises et entrepreneurs du bâtiment et des travaux publics (XVIII^{e} – XX^{e} siècles)» sous la responsabilité de D. Barjot, p. 163-189.

Carvais, dans le cadre de sa thèse sur la Chambre des Bâtiments, a pu finaliser une liste exhaustive des maçons parisiens entre 1670 et 1790 qui permet de savoir au cours d'une recherche sur une construction si nous sommes véritablement en présence d'un architecte ou d'un entrepreneur ayant usurpé le titre d'architecte[31]. Il est d'ailleurs surprenant de découvrir les passages existant entre ces statuts: combien d'artisans maçons ont abandonné pendant un laps de temps leur statut pour devenir «architectes», le temps de leur activité conceptrice[32], et vice et versa !

C'est aussi une question de statut virtuel que Steven Kaplan pour les corporations en général, Alain Thillay pour le faubourg Saint-Antoine et d'autres ont traitée dans leur travaux à propos des «faux ouvriers»[33]. Ayant analysé ce statut dans le monde du bâtiment, Robert Carvais a trouvé que, s'il devait s'appliquer aux gens qui nous intéressent, on parlerait davantage de «faux maîtres», c'est-à-dire de compagnons se faisant passer pour des maîtres alors qu'ils n'en possédaient ni la compétence, ni le statut juridique.

Pour la période contemporaine, tant que le statut de l'architecte n'a pas été encadré (1940, pour la France), nous sommes confrontés aux mêmes types de confusion entre entrepreneurs et architectes, sauf qu'avec le temps les sources apparaissent plus fiables. Ainsi, des travaux d'envergure sont publiés présentant sur un territoire circonscrit la «nébuleuse professionnelle» du bâtiment distinguant «architectes», «ingénieurs», «géomètres» et «entrepreneurs», sans compter les vocables de «constructeur», d'«urbaniste», de «promoteur», de «décorateur», de «conducteur de travaux», à partir de la notion de maître d'œuvre, mais aussi toute une variété de sous-distinction selon que l'architecte est ou non vérificateur, voyer, communal, départemental, du ministère, du gouvernement, des bâtiments civils, divisionnaire, attaché, agréé, en chef, conseil, inspecteur, expert, etc.[34] La variété de statuts si différents impose d'analyser le regroupement des travailleurs en communauté.

---

[31] Carvais R., *La Chambre royale des Bâtiments. Juridiction professionnelle et droit de la construction à Paris sous l'Ancien Régime*, thèse de doctorat d'Etat en droit, Université de Panthéon-Assas (Paris-II), 2001, 3 vol., t. 3, p. 1035-1084 (à paraître aux éditions Droz, Genève).

[32] Voir l'exemple de Pierre-Alexandre Delamaire qui abandonne sa maîtrise de maçon pour devenir architecte par supplique devant le Maître général des bâtiments le 19 mai 1924 (A.N. Z^{1j} 221).

[33] Kaplan S. L., «Les *faux ouvriers* de Paris au XVIII^{e} siècle», *Annales ESC*, 1988, p. 353-378; Thillay A., *Le faubourg Saint-Antoine et ses faux ouvriers à Paris aux XVII^{e} et XVIII^{e} siècles*, Seyssel, Champ Vallon, 2002; Hoffmann Ph. R., «In defense of corporate liberties early modern guilds and the problem of illicit artisan work», *Urban History*, 2007, p. 76-88.

[34] Hamon F., Hervier D., *Hommes et métiers du bâtiment, 1860-1940. L'exemple des Hauts-de-Seine*, Paris, Monum, 2001.

III – L'ORGANISATION DES HOMMES EN COMMUNAUTÉ

De l'étude des statuts si variés des travailleurs ont découlé bien des travaux et des questions, dont beaucoup demeurent ouvertes, concernant en particulier les liens entre les statuts, la rémunération des travailleurs et l'organisation des équipes, c'est-à-dire l'analyse du regroupement des hommes du bâtiment. Les recherches sur ce thème se sont appuyées avant tout sur des fonds d'archives comptables, puis sur des archives privées de nature entrepreneuriale, communautaire et expertale.

Un premier apport des recherches sur l'organisation en équipe des travailleurs du bâtiment a été de remettre en cause l'image d'un chantier grouillant de dizaines voire de centaines d'ouvriers travaillant de concert, tous corps de métiers confondus. L'étude des comptes a permis de montrer que le nombre de travailleurs présents sur le chantier était souvent moins important qu'on ne le croyait, même pour des chantiers de monuments majestueux, que les besoins étaient calculés au plus juste en fonction des phases de la construction qui faisaient se succéder ou ponctuellement s'associer des groupes appartenant à des corps de métier distincts[35]. Ces différences entre corps de métiers ont fait couler beaucoup d'encre pour tenter de savoir quelles étaient les populations de travailleurs les mieux loties, la plupart des études distinguant souvent les fustiers et les lapicides (et les sous catégories de chaque branche: menuisiers, charpentiers, maçons ou tailleurs de pierre) des autres métiers considérés en général comme moins bien lotis, que ce soit en raison de niveaux de salaire inférieurs ou d'une moins grande régularité de l'embauche.

Les historiens ont aussi tenté de comprendre quelles étaient les différences de tâche et de niveau de qualification à l'intérieur des grandes catégories de métier souvent floues employées par les rédacteurs des sources: alors que ce flou n'existait probablement pas pour les spécialistes de la construction présents sur le chantier, il rend aujourd'hui difficile notre compréhension des différents niveaux hiérarchiques à l'intérieur d'une équipe de travailleurs, niveaux hiérarchiques qui ne peuvent être envisagés en tenant compte des seuls salaires qui s'avèrent très variables d'un corps de métier à l'autre, mais aussi à l'intérieur d'un même corps de métier et pour une même personne en fonction des moments de l'année et des phases du chantier[36]. Restituer les raisons de ces variations de salaire est indispensable pour comprendre

[35] On en a un excellent exemple grâce à l'extrait des comptes de la fabrique de l'église Saint-Gervais-Saint-Protais de Gisors édités par Etienne Hamon dans «Comptabilité de chantier», in Guyotjeannin O. et Vieillard F. (dir.), *Conseils pour l'édition des textes médiévaux, fasc. I: conseils généraux*, Paris, École nationale des Chartes-CTHS, 2001, p. 104-115 et *Un chantier flamboyant et son rayonnement: Gisors et les églises du Vexin français, Besançon, Presses universitaires de Franche-Comté*, 2008.

[36] Anheim E. et Theis V., «Fixation et standardisation des rémunérations à la cour pontificale dans la première moitié du XIV^{e} siècle», dans la publication prévue dans cadre de l'ANR «Salaire et salariat au Moyen Age», sous la direction de Patrice Beck, Philipe Bernardi et Laurent Feller (à paraître).

comment les équipes de travail fonctionnaient mais reste aujourd'hui encore une tâche très difficile à accomplir car c'est le domaine dans l'étude de la population des travailleurs qui donne le plus souvent lieu à des raisonnement de type circulaire: tel travailleur est mieux payé que les autres parce qu'il est plus qualifié, plus habile, plus connu sur le chantier, qu'il effectue ponctuellement une tâche plus difficile, parce qu'on est en période de manque de main d'œuvre, etc., et ce qui prouve qu'il est plus qualifié, plus doué, plus connu est le fait qu'il soit mieux payé que les autres, raisonnement que l'on retrouve exactement de la même manière pour les baisses de salaire. Bien entendu, tous ces critères entraient en ligne de compte, et constituent un objet d'étude passionnant, mais il est malheureusement rarissime que ces différences entre travailleurs fassent l'objet d'explications du type de celles mises en valeur récemment par Sandrine Victor à Gérone où l'on enregistre dans les sources les raisons de certaines variations de salaire en soulignant la qualité ou la médiocrité d'un ouvrier, son jeune ou son grand âge, etc.[37]

Autant de petites mentions qui tout d'un coup donnent une personnalité, une réalité plus grande à ces personnages qui quittent la masse des travailleurs pour devenir des personnes. Et au-delà des difficultés mentionnées plus haut, c'est d'ailleurs sans doute ce qui fait l'attrait des sources anciennes concernant la construction lorsqu'on veut travailler sur les hommes: la diversité de ces sources, leurs tâtonnements en font des écrits où les hommes, leurs qualités, leurs accidents, une partie de leur histoire familiale, de leur vie en dehors du chantier, restaient visible d'une manière complètement impossible à imaginer aujourd'hui alors même que la masse des documents conservée sur chaque travailleur est devenue si grande.

Cependant, nous pouvons, tout de même dans une profusion d'informations, obtenir autant sinon plus de détails sur les qualités des travailleurs. Dans les archives de l'entreprise Louise de Rennes au début du XIX^{e} siècle[38], on trouve toute une correspondance entre entrepreneurs révélatrice de leur connivence et précise sur la qualité de la main d'œuvre qu'ils se «prêtent». La communauté est alors réduite aux entrepreneurs travaillant ensemble sur des chantiers communs.

Dans une lettre datée de Rennes du 14 mai 1823, l'entrepreneur Louise précise à son collègue Fleury la manière de tester la capacité d'un compagnon qu'il lui fait parvenir pour travailler: «je vous envoie un charpentier avec son livret. C'est un homme qui paraît expérimenté et qui dit avoir été maître longtemps, ce n'est pas une bonne note pour la conduite. Vous verrez ce qu'il sait faire. S'il peut nous

[37] Victor S., *op. cit.*, p. 246-250.

[38] Ces archives d'un très grand intérêt historiographique sont passées aux enchères publiques à Rennes le 23 octobre 2003. Les Archives départementales d'Ille-et-Vilaine se sont portées acquéseurs de quelques lots. Nous en avons acquis un lot. Le reste a été acheté par des personnes privées.

faire la corniche cela sera autant de fait. Il en ira un autre dimanche. Ayez soin de lui montrer les 4 morceaux de bois propres à faire la corniche. Marquez les longueurs. N'oubliez pas les 2 onglets et l'arcature de 20 cms à tenon horizontal dans le derrière et sous chacun des côtés vous savez qu'il y un onglet et un tenon d'un pouce qui s'enfonce dans la pierre de taille. Faites couper plus long de 3 autres pouces à cause de bien faire la coupe. Il aura 30 s par jour et lorsqu'on pourra le mettre à la tâche il est prévenu de cela. Il n'a pas d'outils. Tachez d'en dénicher dans le grand coffre et au surplus voyez s'il y a une scie de long, une lime, un harpon, des haches cochoires et des doloires, des Besaigües etc. Faites faire l'état de cela par Boutin et répondez moi car l'autre charpentier n'a sans doute rien non plus. Il serait bon d'avoir des outils pour l'occuper à moins que Gueneron n'en ait, etc. Vous lui en prêter pour attendre ce qu'on fera faire. Tachez de remettre à cet ouvrier à boire et passer auparavant le sable de la Madelaine et à en faire tirer à Quiberon.»

Dans une missive datée de Rennes du 15 mai 1824, que l'entrepreneur Boutin adresse à son collègue Fleury, il est donné de nombreux détails sur la main d'œuvre utilisée: les noms de chacun d'entre eux, leur pays d'origine, leur qualité, leur salaire, l'organisation de leur labeur. «Il m'est venu hier 2 tailleurs de pierre qui reviennent de Redon. Ils se rendront à Tinténiac lundi. Ils étaient avec Poirier qui revient aussi la semaine prochaine, le pauvre diable a presque toujours eu la fièvre depuis qu'il nous a quitté à Tinténiac. Il va encore en revenir d'autres de ce pays. Ils y sont tous malades et ont chicane avec Dardel pour les prix et être payés en francs. Je lui annonce qu'on payait à Tinténiac 6 livres pour 6 jours. Le nouvel ingénieur qui arrive dans une quinzaine n'est qu'aspirant. Il se nomme Conaco, Ange Aufray le connait, le dit bon diable. Je ne vous rejoindrai que pour mardi soir, ne faites point de comptes de chantiers, beaucoup sont payés et les autres ont reçus des acomptes, je les règlerais. Je vous engage à les ajourner. Il paraît certain que 7 ou 8 canariens du nombre desquels sont Herbin, Bernard jeune, Maicon et Balandrat viendront à Tinténiac nous demander à dîner le dimanche 23 de ce mois, si cela a lieu, je le saurai et nous nous mettrons en mesure. Il est bien essentiel de poser les portes à la Madelaine ainsi que les palâtres[39] avant l'arrivée de cet aspirant. Mr. Blanchard a chassé de chez lui le sieur Lecoup qui a été se plaindre. C'est lui qui me l'a dit. Faites prévenir le charpentier pour la Madelaine et priez le de passer les 2 ou 3 juste à mes roues et j'aurai besoin de cette charrette à la fin de la semaine prochaine. Tous les canariens se portent bien.»

Dans un courrier daté de Dinan du 1er août 1824, l'entrepreneur Michel confirme à son collègue Fleury, avec lequel il travaille sur la construction de deux écluses,

[39] Terme de serrurerie. Boîte de fer qui forme la partie extérieure d'une serrure et qui en contient tout le mécanisme ou les ressorts et les pênes.

qu'il a l'intention de tenir son ancienne promesse de ne point lui retirer tous ses maçons, mais s'étonne de ne pas avoir reçu la liste de ceux qu'il désire conserver, d'autant que plusieurs d'entre eux lui ont déjà réclamé du travail. «Cette incertitude contrarie nos travaux, veuillez donc la levée le plus tôt possible – poursuit-il –. Je compte sur ce que vous m'avez dit que vous vous réduirez au nombre le plus petit et que nous partagerions aussi les maçons poseurs qui sous peu de jours vont vous être moins utiles… Je compte sur votre délicatesse pour ne pas m'envoyer ce que vous avez de plus mauvais. Un maçon étant de notre pays nous sommes à même de les apprécier à leur juste valeur.» Est-ce une allusion à la qualité de la main d'œuvre étrangère?

En ce qui concerne les salaires des ouvriers, lorsque ceux-ci sont contestés et qu'il faille en arriver à un contentieux, les tribunaux apportent des éléments d'évaluation qui permettent de comprendre les conditions de travail, la qualité et les critères de la paie. Au XVIII[e] siècle à Paris les juges maçons tiennent compte même à l'encontre d'un entrepreneur de la pénibilité du travail, des risques encourus par les ouvriers, du contenu de son œuvre et de l'apport ou non par les ouvriers des outils et accessoires pour travailler[40].

Enfin, dans le domaine du bâtiment, le rôle de l'expertise demeure primordial. Cette tâche régulée par le roi en 1690 entre architectes et entrepreneurs mériterait une étude approfondie car cette communauté en charge de fonctions indispensables – sans parler de sa constitution dès le Moyen Âge et des turbulences qu'elle a connues pendant le XVII[e] siècle – agissant comme bâtisseur ordinaire le plus souvent tous les jours de la semaine, possède un savoir spécifique et surtout constitue un ensemble de charges publiques rémunératrices. Cette double activité que les experts exercent pourrait être analysée à partir de sources existantes (biographiques et d'activité). Cette recherche nous permettrait de comprendre les interactions entre les niveaux professionnels: le contrôle de la qualité du travail et celui du statut travailleur. Nous pourrions ainsi faire d'une pierre deux coups.

Ce sont les archives juridiques qui ont permis à l'historienne de l'art américaine Susan V. Webster de démonter que la ville de Quito en Equateur a été construite au XVI[e] siècle non pas par des architectes et entrepreneurs colons, mais par des indiens autochtones. Nous vous renvoyons à ses articles et ouvrages qu'elle a fait paraître mais encore à ceux à paraître comme un dictionnaire des maîtres et ouvriers indiens qui contribuera sans doute fortement à faire sortir de l'anonymat toute

[40] Carvais R., «Les critères judiciaires d'évaluation des salaires du bâtiment aux XVII[e] et XVIII[e] siècles: une question de preuve» dans la publication prévue dans cadre de l'ANR «Salaire et salariat au Moyen Age», sous la direction de Patrice Beck, Philipe Bernardi et Laurent Feller (à paraître).

une population du bâtiment: «los olvidados» comme elle les appelle si justement dans un livre à paraître[41].

Ainsi, grâce au développement de ces trois champs d'action de la recherche sur la mobilité, le statut des travailleurs et leur regroupement collectif – mais aussi grâce à beaucoup d'autres champs encore à découvrir et à mettre en œuvre – menés dans un contexte historique favorable avec des focales variables et des sources neuves ou revisitées, nous pensons pouvoir croire que les populations du bâtiment vont désormais progressivement sortir de l'oubli et qu'un nom sera rendu au plus humble des êtres humains ayant travaillé à l'art de bâtir. La couverture du recueil des actes du Premier congrès francophone d'histoire de la construction[42], représentant un chantier de construction d'un palais à deux ailes à l'époque de la Renaissance n'en est-il pas le vibrant témoignage? Alors que la bâtisse se trouve en fond, tous les plans successifs depuis le premier plan sont occupés par une foule de gens de métiers en activité, recouvrant plus de la moitié de la surface de la toile, comme si Pietro di Cosimo avait voulu rendre à chacun de ses artisans et compagnons une identité.

BIBLIOGRAPHIE

Anheim, E. et Theis, V., «Fixation et standardisation des rémunérations à la cour pontificale dans la première moitié du XIVe siècle», dans la publication prévue dans cadre de l'ANR «Salaire et salariat au Moyen Age», sous la direction de Patrice Beck, Philipe Bernardi et Laurent Feller (à paraître).

Bernardi Ph, «Esclaves et artisanat: une main d'œuvre étrangère dans la Provence des XIIIe-XVe siècles», *L'étranger au Moyen Âge, XXXe congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2000 (Publications de la Sorbonne, 61), p. 79-94.

Bernardi, Ph., «Pour une étude du rôle des femmes dans le bâtiment au Moyen Âge», *Provence historique*, 173, 1993, p. 267-278.

Bernardi, PH., *Maître, valet et apprenti au Moyen Âge. Essai sur une production bien ordonnée,* Toulouse, CNRS/Université de Toulouse le Mirail, (Méridiennes / série Histoire et techniques), 2009.

Bernardi, Ph., *Métiers du bâtiment et techniques de construction à Aix-en-Provence à la fin de l'époque gothique (1400-1550),* Aix-en-Provence, Publications de l'Université de Provence Aix-Marseille I, 1995, p. 43.

[41] Webster S. V., «Masters of the Trade: Native Artisans, Guilds, and the Construction of Colonial Quito», *Journal of the Society of Architectural Historians* 68, n° 1 (March 2009), p. 10-29 (Cet article a été primé en 2010 par le Harold Eugene Davis Prize from the Middle Atlantic Council of Latin American Studies); du même auteur, *Los olvidados: Maestros artesanos y sus obras en el Quito colonial*. Quito (Ecuador), Abya Yala, à paraître en 2011.

[42] Carvais R, Guillerme A., Nègre V., Sakarovitch J., *Edifice & Artifice. Histoires constructives*, *op. cit.* Cette œuvre attribuée à Pietro di Cosimo vers 1515-1520 provient du Musée des arts John and Marble Ringling, Sarasota (Floride, USA).

Boglioni, P., Delort, R., Gauvard, Cl. (dir.), *Le petit peuple dans l'Occident Médiéval*, Paris, Publication de la Sorbonne, 2002.

Braunstein, Ph., «Les salaires sur les chantiers monumentaux du Milanais à la fin du XIVe siècle», in Barral i Altet X. (éd.), *Artistes artisans et production artistique au Moyen Âge*, I – Les Hommes, Paris 1986, p. 123-132.

CarvaiS, R., «Auguste Choisy: pour un usage des sciences sociales au service de l'histoire de la construction» dans Huerta, S. et Girón, J. (dir.), *Auguste Choisy: 1841-1909. L'architecture et l'art de bâtir*, Actas del Simposio International celebrato en Madrid, 19-20 noviembre de 2009, Madrid, Instituto Juan de Herrera, escuela Técnica Superior de Arquitectura, 2009, p. 121-150.

Carvais, R., «Creating a Legal Field: Building Customs and Norms in Modern French Law», in Kurrer, K.-E., Lorenz, W. et Wetzk, V. (ed.), *Proceedings of the Third International Congress on Construction History*, Cottbus, Brandenburg University of Technology, 2009, p. 321-328.

Carvais, R., «La force du droit. Contribution à la définition de l'entrepreneur du bâtiment» in *Histoire, économie et société*, 1995, n° 2 spécial sur le thème «Entreprises et entrepreneurs du bâtiment et des travaux publics (XVIIIe – XXe siècles)» sous la responsabilité de D. Barjot, p. 163-189.

Carvais, R., «La procédure de vérification des lettres patentes, moyen parlementaire de négocier, voire d'imposer le droit» in Anagnostou-Canas, B. (dir.), *Dire le droit: normes, juges, jurisconsultes*, Paris, Université Panthéon-Assas (Paris II)/LGDJ, 2006, p. 267-284.

Carvais, R., «Les auxiliaires juristes et maçons de la Chambre des Bâtiments, subalternes ou suppléants pour une justice idéale ?» in Cl. Dolan (dir.), *Entre justice et justiciables: Les auxiliaires de la justice du Moyen Age au XXe siècle*, Québec, Les Presses de l'Université de Laval, 2005, p. 697-716.

Carvais, R., «Les critères judiciaires d'évaluation des salaires du bâtiment aux XVIIe et XVIIIe siècles: une question de preuve» dans la publication prévue dans cadre de l'ANR «Salaire et salariat au Moyen Age», sous la direction de Patrice Beck, Philipe Bernardi et Laurent Feller (à paraître).

Carvais, R., *La Chambre royale des Bâtiments. Juridiction professionnelle et droit de la construction à Paris sous l'Ancien Régime,* thèse de doctorat d'Etat en droit, Université de Panthéon-Assas (Paris-II), 2001, 3 vol., t. 3, p. 1035-1084 (à paraître aux éditions Droz, Genève).

Colin, M. (dir.), L'émigration-*immigration italienne et les métiers du bâtiment en France et en Normandie*, Caen, Musée de Normandie, Cahiers des Annales de Normandie, n° 31, 2001.

Colin, M. (études réunies par), *L'immigration italienne en Normandie de la Troisième République à nos jours. De la différence à la transparence,* Caen, Musée de Normandie, Cahiers des Annales de Normandie, n° 28, 1998.

Dérens, I., «Un siècle d'édiles parisiens: Jean Beausire et sa lignée», in Rabreau D., Massounie, D. et Prévost-Marcihlacy, P. (dir.), *Paris et ses fontaines: de la Renaissance à nos jours,* Paris, Délégation à l'action architecturale de la ville de Paris, 1995, p. 132 –142.

Geremek, B., *Le Salariat dans l'artisanat parisien aux XIIIe-XVe siècles: étude sur le marché de la main d'œuvre en Moyen-Âge*, traduit du polonais par A. Posner et C. Klapish-Zuber, Paris, Ecole des hautes études en sciences sociales, 1968 (Industrie et artisanat, 5).

Goldthwaite, R., *The Building of Renaissance Florence. An Economic and Social history*, Baltimore, John Hopkins UP, 1980.

Hamon, E., *Un chantier flamboyant et son rayonnement: Gisors et les églises du Vexin français*, Besançon, Presses universitaires de Franche-Comté, 2008.

Hamon, E.,«Comptabilité de chantier», in Guyotjeannin O. et Vieillard F. (dir.), *Conseils pour l'édition des textes médiévaux*, fasc. I: conseils généraux, Paris, École nationale des Chartes-CTHS, 2001, p. 104-115.

Hamon, F. et Hervier, D., *Hommes et métiers du bâtiment, 1860-1940. L'exemple des Hauts-de-Seine*, Paris, Monum, 2001.

Hoffmann, Ph. R., «In defense of corporate liberties early modern guilds and the problem of illicit artisan work», *Urban History*, 2007, p. 76-88.

Huerta, S., «L'histoire de la construction en Espagne: origines et état des recherches» dans Carvais, R., Guillerme,A., Nègre, V. et Sakarovitch, J. (dir.), *Edifice & Artifice. Histoires constructives,* Paris, Picard, 2010, p. 65-76.

Journin, N., *Chantier interdit au public. Enquête parmi les travailleurs du bâtiment*, Paris, Ed. La Découverte, 2008.

Kaplan, S. L., «La lutte pour le contrôle du marché du travail», *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 1989, p ; 436-479.

Kaplan, S. L., «Les faux ouvriers de Paris au XVIIIe siècle», *Annales* ESC, 1988, p. 353-378.

Kaplan, S. L., «Réflexions sur la police du monde du travail, 1700-1815», *Revue historique*, 1979, p. 17-77.

Klapisch-ZubeR, C., *Les maîtres du marbre. Carrare, 1300-1600*, Paris, Ed. de l'EHESS, 1969.

La Roncière, C.-M. de, *Prix et salaires à Florence au XIVe siècle (1280-1380)*, Rome, 1982 (Collection de l'École française de Rome, 59).

Le Goff, J., «L'apogée de la France urbaine médiévale. 1150-1330», in Le Goff J. (dir.), *La ville en France au Moyen Âge*, réédition du tome 2 de l'Histoire de la France urbaine, Paris, Seuil, 1980, rééd. 1998, p. 280.

Moulin, M.-A., *Les Maçons de la Haute-Marche au XVIIIe siècle*, Clermont-Ferrand, Faculté des lettres et sciences humaines de l'Université de Clermont-Ferrand, 1986 (Publications de l'Institut d'Etudes du Massif Central, 29).

Ochandiano, J.-L. de, *Lyon, un chantier limousin. Les maçons migrants (1848-1940),* Lyon, Editions Lieux Dits, 2008.

Piola-Caselli, F., *La costruzione del palazzo dei papi di Avignone (1316-1367)*, Milan, 1981.

Sonenscher, M., *Works and Wages: Natural Law, Politics and the Eighteenth-Century French Trades*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

Theis, V., «Décrire le chantier ou écrire le chantier? Titres et offices dans les comptes de construction pontificaux de la première moitié du XIVe siècle», in Jamme, A. et Poncet, O. (dir.), *Offices, écrit et papauté (XIIIe-XVIIe siècle),* Rome, École française de Rome, p. 643-666.

Thillay, A., *Le faubourg Saint-Antoine et ses faux ouvriers à Paris aux XVIIe et XVIIIe siècles*, Seyssel, Champ Vallon, 2002.

Victor, S., *La construction et les métiers de la construction à Gérone au XVe siècle,* Toulouse, CNRS/ Université de Toulouse le Mirail, (Méridiennes), 2008.

Webster, S. V., «Masters of the Trade: Native Artisans, Guilds, and the Construction of Colonial Quito», *Journal of the Society of Architectural Historians* 68, n° 1 (March 2009), p. 10-29.

Webster, S. V., Los *olvidados: Maestros artesanos y sus obras en el Quito colonial*. Quito (Ecuador), Abya Yala, à paraître en 2011.

RÉSUMÉ: L'homme est au centre de l'histoire de la construction. Il n'est plus question aujourd'hui de considérer ce champ de recherche uniquement sous l'angle de l'objet bâti dans ses aspects les plus techniciens. Sa dimension humaine trop souvent négligée connaît depuis les années 2000 un renouveau dans trois directions: celle de la mobilité des travailleurs du bâtiment, de leur statut et de l'organisation de leur vie en communauté. Ces approches sont permises par l'apparition d'une nébuleuse intellectuelle autour de l'histoire de la construction, de la multiplication des échelles d'études et de l'usage de sources nouvelles et la relecture de sources déjà anciennes et publiées.

Mots-clés: Histoire de la construction, Mobilité des constructeurs, Communautés, Statut et organisation, Historiographies et sources.

RESUMO: O homem está no centro da história da construção. Hoje em dia já não é possível considerar este campo de investigação unicamente sob o ângulo do objecto construído nos seus aspectos mais técnicos. A sua dimensão humana frequentemente negligenciada conhece, desde os anos 2000, uma renovação segundo três direcções: a da mobilidade dos trabalhadores da construção; o seu estatuto; e a organização da sua vida em comunidade. Estas perspectivas novas puderam e podem florescer graças ao aparecimento duma nebulosa intelectual em torno da história da construção, à multiplicação das escalas de estudo e ainda à utilização de novas fontes, juntamente com a releitura de fontes já antigas e publicadas.

Palavras-chave: História da construção, Mobilidade dos construtores, Comunidades, Estatuto e organização, Historiografias e fontes.

PROCESSO CONSTRUTIVO E ARTÍFICES DA CONSTRUÇÃO EM *BRACARA AUGUSTA*. UMA ABORDAGEM PRELIMINAR

JORGE RIBEIRO*

1. A PROBLEMÁTICA DOS PROCESSOS CONSTRUTIVOS

O estudo dos processos construtivos constitui um tema de abordagem complicada. Por um lado devido à natureza das fontes, por vezes pouco elucidativas e escassas. Os contratos que chegaram aos nossos dias são raros e evidenciam padrões relacionais diferentes. As fontes epigráficas e iconográficas, por sua vez, são pouco numerosas.

Por outro lado a construção e a arquitectura constituem domínios tradicionalmente analisados apenas desde a perspectiva artística.

Superadas estas dificuldades surgiram, nos anos 90, novas linhas de investigação que defendem a desmontagem do processo construtivo a partir das evidências arqueológicas e uma análise sob uma perspectiva mais económica e social. Conhecem-se assim algumas obras de referência, tais como os trabalhos que Janet DeLaine dedicou às Termas de Caracala. A arqueologia tem um papel importante nestas novas abordagens, permitindo valorizar o processo construtivo com base nos materiais e técnicas construtivas utilizados e reconhecer os sucessivos modelos arquitectónicos aplicados nas cidades. Procura-se agora definir etapas e reconhecer os agentes envolvidos na construção, introduzindo noções quantitativas: número de trabalhadores, quantidade de materiais e custos. De referir que estes exercícios passam pela produção de propostas de restituições dos edifícios em estudo e pela realização de analogias com base nos livros de contas das grandes obras do Renascimento e nos primeiros manuais de engenharia e arquitectura dos séculos XVIII- XIX.

* Bolseiro de Pós-Doutoramento da FCT, CITCEM, Universidade do Minho.

2. FONTES PARA O ESTUDO DOS PROCESSOS CONSTRUTIVOS

Apoiamos a nossa pesquisa nos documentos arqueológicos produzidos pelas escavações realizadas em Braga ao longo dos últimos 35 anos, no âmbito do projecto de *Bracara Augusta*, que permitiram identificar uma série de grandes edifícios públicos e privados, como o teatro, as termas do Alto da Cividade e a casa das Carvalheiras. Partindo dos registos arqueológicos e dos edifícios conservados tentamos reconstituir os processos construtivos que caracterizavam as obras romanas, tentando perceber o funcionamento e organização das mesmas: direcção da obra, materiais utilizados, planeamento, trabalhadores envolvidos e etapas da construção. A análise dos materiais presentes numa obra para além de elucidar sobre a sua proveniência e utilização, permite ainda fazer uma aproximação aos trabalhadores da construção, assim como às ferramentas e máquinas utilizadas. Na nossa abordagem consideramos igualmente o que se conhece sobre este assunto noutros contextos do mundo romano.

Escolhemos como exemplos de abordagem dois casos que consideramos representativos da construção em Braga: o teatro para a construção pública e as Carvalheiras para a construção privada.

Este exercício apoia-se apenas nos dados arqueológicos, tendo em conta que não temos outras fontes disponíveis para nos servir de auxílio.

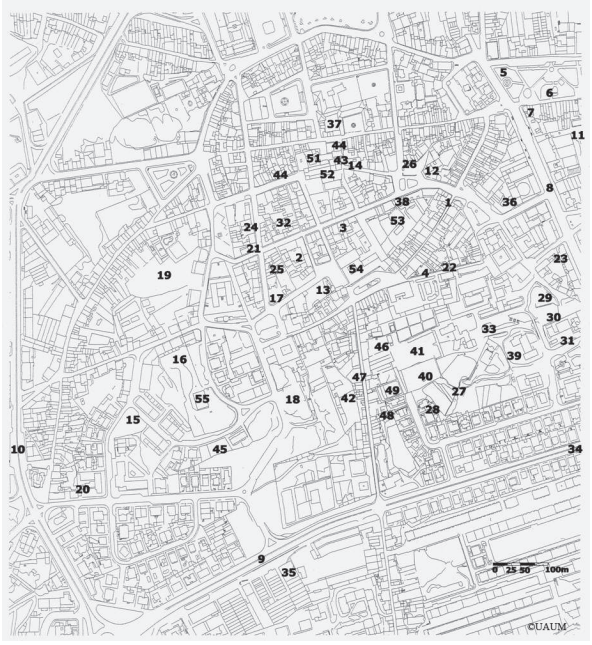


Figura I.
Intervenções arqueológicas realizadas em Braga

2.1. O teatro do Alto da Cividade

O teatro romano, construído na colina da Cividade, anexo às termas públicas, perto do centro monumental da cidade, constituiu certamente uma das grandes obras urbanas de *Bracara Augusta*, realizadas nos inícios do séc. II[2]. Esta construção deve ter monopolizado importantes meios financeiros e humanos, durante um largo período de tempo. O edifício encontra-se ainda em estudo, contudo as várias escavações realizadas permitiram já exumar cerca de metade do mesmo.

Figura II.
Perspectiva O/E do teatro

2.1.1. A tomada de decisão

Sabemos que a construção de obras públicas dependia sempre de uma decisão política nesse sentido supomos que a decisão de construir o teatro deve ter partido de uma análise ponderada da *Ordo Decurionum* de *Bracara Augusta*. É possível que a proposta tenha partido de algum dos membros da *ordo* ou mesmo de um magistrado da cidade. Não temos evidências que indiciem a interferência do poder imperial ou provincial nesta construção.

Calculamos que o agente promotor inicial, a *ordo decurionum*, tenha escolhido uma comissão promotora responsável por obter o financiamento necessário às construções. De referir que a construção do teatro deve ser entendida no âmbito de um processo complexo que integra igualmente a edificação de umas termas públicas situadas nas imediações. Estas duas construções resultam assim de um projecto de reorganização dos espaços envolventes do *forum* da cidade[3]. A construção destes edifícios provocou alterações consideráveis na trama urbana, com o corte e integração de pelo menos três ruas.

[2] Martins e Fontes, 2010: 114.
[3] Martins e Fontes, 2010: 115.

2.1.2. O financiamento da obra

Trata-se de um projecto de grande dimensão, como tal consideramos que tenham sido procurados fundos de natureza pública e privada: parte do erário da cidade, donativos das elites urbanas, interessadas no aumento do seu prestígio e talvez mesmo dos magistrados locais. Isto implica de certa forma que tenha sido realizada uma estimativa dos custos, possivelmente solicitada a um arquitecto, de forma a definir quem ia pagar o quê. Não sabemos concretamente quem pagou estas obras uma vez que nenhuma inscrição chegou aos nossos dias. No entanto, a provável presença de uma elite abastada deverá estar associada ao financiamento das obras públicas, seja ele em dinheiro ou em géneros, tendo em conta que parte desses indivíduos estava ligada ao comércio e a actividades artesanais como o trabalho da madeira, produção cerâmica, vidreira ou metálica[4].

A comissão promotora já referida deverá ter sido assessorada por uma comissão técnica responsável pela estimativa dos custos.

Num segundo momento, resolvido financiamento, a *ordo decurionum* deverá ter designado um *curator* para coordenar a construção do edifício, que trabalhava em parceria com as comissões técnicas. Estes agentes tinham que assegurar a ligação entre os promotores políticos e as diferentes equipas técnicas responsáveis pela construção, assegurando situações de aumento de custos ou alterações do projecto.

2.1.3. O desenho

Não temos nenhum desenho ou esquema associado ao teatro no entanto sabemos que as obras monumentais tiveram na sua base documentos complexos, projectos e outros documentos técnicos elaborados por especialistas[5].

Vitrúvio no seu livro V do *De Architectura* aborda a questão dos teatros disponibilizando dados sobre o seu desenho e construção, no entanto a sua obra deve ser considerada mais uma doutrina global do que um manual de construção[6].

É possível que circulassem no Império alguns esquemas de edifícios monumentais, como seria o caso dos teatros, veiculados, muito provavelmente pelos militares, que se deslocavam com frequência, facilitando a tarefa dos arquitectos. O teatro de *Bracara Augusta*, pelas semelhanças que apresenta com outros construídos em períodos anteriores, poderá igualmente ter sido projectado por um arquitecto de uma outra qualquer cidade, possuidor de uma vasta experiência na construção deste tipo de edifícios.

---

[4] Martins, 2009: 207.

[5] Seigne, 2004: 54.

[6] Mar, 1994: 20.

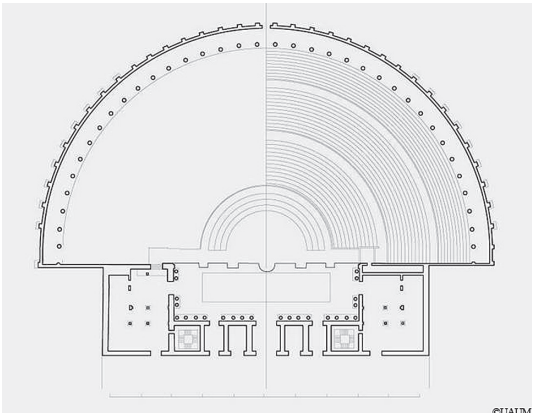


Figura III.
Planta do teatro

Os dados já disponíveis permitem avançar que se trata de um exemplar canónico[7] realizado por técnicos experientes, conhecedores dos modelos clássicos, denunciando igualmente a existência de um desenho prévio.

2.1.4. Planificação da obra

A complexidade de uma construção como o teatro tornava imprescindível que a gestão da mesma, em homens, materiais e logística, fosse realizada por uma pessoa altamente qualificada, que geria a interacção entre gruas, cimbres, pessoas, animais e materiais. Os vários materiais necessários, por exemplo, deviam assim ser solicitados com antecedência às oficinas. Esta tarefa de planificação era da responsabilidade do *curator*, assessorado pela comissão técnica.

Nesta fase já existiam certamente condições para que o arquitecto trabalhasse o desenho com pormenor, realizando eventualmente levantamentos com agrimensores.

O início da obra deve ter sido marcado pela realização de vários contratos públicos com construtores individuais (*redemptores*), ou sociedades (*societates publicanorum*), os quais terão sido propostos pela comissão técnica encarregada da obra, dirigida pelo *curator.*

2.1.5. Preparação do terreno

Os dados arqueológicos disponíveis indicam-nos que a construção do teatro implicou uma série de tarefas como o arrasamento de construções anteriores, nivelamento de cotas e remoção dos escombros, tarefas certamente previstas no custo da obra.

[7] Martins e Fontes, 2010: 115.

Nesta fase dos trabalhos actuavam os *agrimensores* e *gromatici*, executando as necessárias tarefas topográficas para facilitar a futura implantação do edifício. Não temos evidências directas da sua actividade no entanto, a regularidade e complexidade do edifício denunciam o uso de aparelhos tais como *groma* e *chorobates*.

2.1.6. Execução da obra

2.1.6.1. Os intervenientes

A construção do teatro implicou a colaboração de várias equipas de especialistas.

Para além da figura do arquitecto, já referida, devem ter actuado nas obras do teatro equipas de trabalhadores de natureza diversa e respectivos encarregados. A análise do edifício denuncia assim a presença de pedreiros (muros de alvenaria, bancada), carpinteiros (andaimes, tábuas), alguns muito especializados uma vez que a montagem de estruturas de madeira destinadas a auxiliar a construção das abobadas era de grande exigência técnica. Efectivamente era apenas realizável por pessoas conhecedoras das propriedades da madeira, designadamente das forças de tracção, compressão, torção e dos sistemas de montagem mais adequados. Os acabamentos dos elementos pétreos por sua vez requeriam a presença de canteiros. Estariam ainda presentes ferreiros encarregados do fabrico e manutenção das ferramentas, assim como de diversos materiais metálicos como os pregos. Os acabamentos detectados em algumas zonas do edifício, tais como as pinturas do *aditus* norte, denunciam o trabalho de pintores, especialistas possivelmente itinerantes.

Deve ser igualmente considerada a figura do *machinator*, associada aos vários engenhos necessários para a colocação de elementos pesados, impossíveis de manipular com a simples força humana. A construção das estruturas em *opus quadratum* da basilica norte, a realização dos contrafortes inferiores ou mesmo a colocação dos elementos arquitectónicos da frente cénica por exemplo comprovam a colaboração destes indivíduos.

Finalmente, um grande número de trabalhadores indiferenciados estaria ligado às tarefas mais básicas, como o fabrico das argamassas, o talhe superficial da pedra e o transporte dos materiais dentro da obra.

2.1.6.2. Os materiais

A construção do teatro exigiu grandes quantidades de materiais, essencialmente pedra, tijolo, argamassas e madeira.

A pedra seria proveniente da região de *Bracara Augusta* e alguma mesmo do próprio local, resultante do desmantelamento da colina para implantação do edifício. Detectamos pelo menos evidências de três tipos de granitos: granito de Braga, granito de Barcelos e granito da Povoa de Lanhoso. Os fustes da frente

cénica merecem ser destacados, devido às suas particularidades, designadamente o acabamento polido e a forma monolítica, não propiciada por qualquer tipo de pedreira. De referir que estes elementos podem eventualmente ter sido financiados por algum notável da cidade.

Os materiais latericios devem ter sido encomendados às oficinas que laboravam na zona de Prado, mas possivelmente também a alguns "ateliers" localizados na cidade.

Quanto à madeira, a sua origem deverá ser procurada nas extensas matas que deviam cobrir os montes que circundavam a cidade. Alguma seria eventualmente proveniente do Gerês, atravessado pela via XVIII que assegurava um fácil transporte para Braga.

2.1.6.3. A construção

A construção deve ter iniciado com as tarefas de adaptação da estrutura ao terreno, transformando o maciço original numa forma côncava, destinada a receber a *cavea*.

Num segundo momento é possível que as tarefas de construção se tenham iniciado em vários pontos em simultâneo, provavelmente com a realização do muro perimetral, das cimentações da *cavea* e dos trabalhos relacionados com o levantamento das estruturas associadas à *scaena* e à formalização da *orchaestra*.

Propomos assim um processo iniciado com a construção da *cavea* e do muro perimetral, definindo em simultâneo a profundidade da *orchestra* e dos *aditus*. Definida a cena seria fundamental erguer o muro do *postcaenium*, os embasamentos da frente cénica e dos muros estruturais das basílicas laterais com eles articulados. Construída a estrutura muraria devem ter sido implantadas as infra-estruturas de drenagem, a colocação das bancadas, construção das *tribunalia* e do *porticus in suma-cavea*. Nesta fase deverão ter sido colocadas as escadas e pavimentos de pedra do *aditus*, *orchestra* e pórtico. Finalmente, deverá ter iniciado o programa decorativo da frente cénica cuja montagem exigia a utilização de gruas apoiadas no solo do *pulpitum*, assim como a ornamentação da *frons pulpiti* e da fachada externa do edifico.

2.2 A *domus* das Carvalheiras

O processo construtivo de uma habitação privada apresenta normalmente uma complexidade menor. O nosso exemplo apresenta a particularidade de constituir a única *domus* totalmente escavada em *Bracara Augusta*. Conseguimos recuperar neste edifício os passos que estão na origem da execução de uma obra privada em qualquer parte do mundo romano, tendo em conta as devidas particularidades de cada local.

Figura IV.
Perspectiva S/N da *domus* das Carvalheiras

A casa das Carvalheiras foi construída a noroeste da área monumental da cidade, numa zona privilegiada, já servida por eixos viários fundamentais para o transporte dos materiais e das *machinae*.

Calculamos que o custo do terreno tenha sido bastante elevado, no entanto grande parte deverá ter sido amortizado com o aluguer de espaços comerciais localizados na parte baixa da casa.

2.2.1. Tomada de decisão e desenho

Partimos do princípio que quando uma pessoa decidia a construção de uma habitação privada já tinha provavelmente definido a ideia de base e determinado o dinheiro disponível para a realização da mesma.

Como referimos acima, trata-se normalmente de um projecto mais simples do que aquele que vimos para uma obra pública e frequentemente o proprietário assumia a projecção do mesmo. A *domus* das Carvalheiras apresenta no entanto características que talvez denunciem a contratação de um arquitecto ou de um construtor experiente, através de um documento que estipulava as condições da obra, bem como custos e prazos de entrega.

2.2.2. Preparação do terreno

A preparação do terreno implicava frequentemente alterações da topografia original. Nesta etapa procedia-se a tarefas de verificação da natureza do terreno, verificação do nível freático, direcção das escorrências e disposição da rocha natural.

A casa das Carvalheiras foi implantada num terreno que oferecia uma morfologia algo irregular. O construtor/ arquitecto optou por implementar duas plataformas com cotas distintas, separadas por um muro de contenção situado sensivelmente a meio da casa.

Terá sido desaterrada a metade norte da casa, sendo provável que algumas das terras tenham sido reaproveitadas para os trabalhos de nivelamento da parte sul.

2.2.3. Implantação do traçado

A casa das Carvalheiras exibe uma planta complexa, formada por átrio e peristilo, vários *cubicula*, salões e tabernas que teve que se cingir a um espaço delimitado por ruas já existentes.

Procedeu-se nesta fase à marcação do edifício no terreno através de ferramentas simples como estacas e cordas, que definiam os eixos estruturais da futura construção. A complexidade da planta talvez denuncie a presença pontual de um agrimensor e dos aparelhos que tradicionalmente o acompanham.

2.2.4. Execução da obra

2.2.4.1. Intervenientes

Uma obra privada não era tão exigente em mão-de-obra quanto uma construção pública no entanto o nosso exemplo constitui um caso de grande dimensão, constituído por elementos complexos e variados. Nesse sentido julgamos que tenha sido necessária a colaboração de um grande número de trabalhadores de natureza variada. A direcção da obra deve ter sido conduzida por um arquitecto ou construtor, que acompanhou o geral da obra, dando particular atenção às etapas mais delicadas, como a abertura das fundações dos muros estruturais ou a construção do grande muro de contenção já referido. O arquitecto/ construtor seria auxiliado por encarregados presentes a tempo inteiro no terreno. A grande quantidade de elementos em madeira, assim como o uso de *machinae* e andaimes exigia a actividade de carpinteiros, alguns deles tecnicamente evoluídos. A construção dos muros era realizada por pedreiros

Ferramentas e materiais tais como cordas e pregos seriam adquiridos a oficinas exteriores não exigindo a presença constante de determinados ofícios, tais como os ferreiros.

Da mesma forma os elementos arquitectónicos que formavam o programa decorativo da casa (peristilo e outros compartimentos) devem ter sido encomendados a oficinas próprias, nas quais trabalhavam canteiros e aprendizes, que transformavam os elementos em granito em peças decorativas.

Os acabamentos tais como pinturas e mosaicos, apenas denunciados pela dimensão e luxo da casa e por outros exemplos conhecidos de *Bracara Augusta*, eram realizados por artistas muitas vezes itinerantes.

Com base em trabalhos realizados noutros contextos do mundo romano calculamos que uma obra deste tipo terá envolvido dezenas de trabalhadores.

2.2.4.2. Materiais

Como já tivemos a oportunidade de referir a *domus* das Carvalheiras era uma habitação imponente, com cerca 1156m^2. Naturalmente a sua construção consumiu uma grande quantidade de materiais, principalmente pedra, tijolo e madeira.

A natureza dos granitos utilizados sugere que a pedra deve ter sido encomendada a oficinas/pedreiras distintas. Efectivamente, detectamos granitos provenientes da zona de Barcelos, assim como granitos do maciço de Braga e outros semelhantes aos da Povoa de Lanhoso, em particular num lintel provavelmente associado a uma abertura localizada a este do peristilo.

O aprovisionamento em materiais latericios para os telhados, pavimentos e canalizações, deve ter sido realizado nas oficinas instaladas na zona de Prado, onde se encontravam excelentes caulinos, assim como nas oficinas que laboravam na cidade.

A madeira tinha certamente origem nas florestas situadas a saída da cidade ou talvez mesmo do Gerês, atravessado pela via XXVIII que permitia um transporte rápido e fácil dos grumes.

As areias utilizadas nas argamassas seriam facilmente obtidas nos rios que atravessam a região.

Finalmente, os materiais metálicos seriam adquiridos nas oficinas de ferreiros que existiam na cidade.

2.2.4.3. Construção

A primeira etapa consistiu na abertura das fundações. Grande parte das mesmas exibe uma largura duas vezes superior à do alçado. O seu fundo era revestido com uma camada compacta de pedras irregulares misturadas com fragmentos de tijolo, criando desta forma uma base de assentamento adequada. Esta tarefa implicou a remoção de uma grande quantidade de terra, realizada com pás, picos e cestos. Parte da mesma deverá ter sido seguidamente reaproveitada nos enchimentos dos muros. A título de exemplo estimamos que a realização da fundação do grande muro de contenção que separa a casa em duas plataformas terá exigido o trabalho

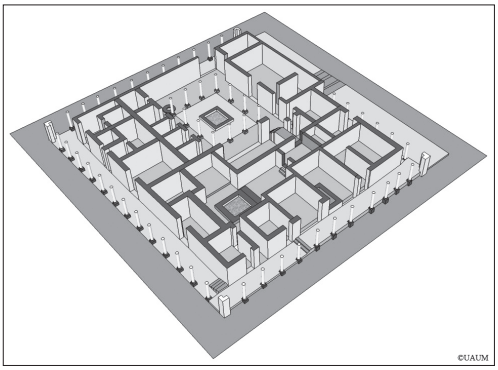


Figura V.
Restituição 3D da planta da casa das Carvalheiras (Modelo de F. Magalhães – UAUM).

de 10 homens durante 6 dias, com a remoção de 120 m^3 de terra, tendo em conta que cada homem tira em média 2m^3 por dia[8].

Preparadas as fundações foi possível iniciar o assentamento dos principais muros de alvenaria que configuravam o esqueleto da casa, primeiro talvez o grande muro de contenção, seguido dos muros estruturais assim como a maioria dos muros internos, neles travados.

Seguidamente devem ter sido erguidos os vários pórticos do edifício: os do peristilo e os pórticos associados às fachadas. Realizados esses trabalhos restava colocar a estrutura de madeira destinada a suportar os telhados, formados por *tegulae* e *imbrices*.

Numa última etapa devem ter sido realizados os acabamentos, que praticamente não chegaram aos nossos dias.

3. OS AGENTES CONSTRUTIVOS

Sobre os arquitectos que trabalharam em *Bracara Augusta* pouco sabemos contudo a complexidade e rigor de alguns edificados denunciam a sua presença na cidade.

A actividade ligada ao tratamento da argila é atestada pelo grande número de materiais cerâmicos encontrados nas escavações assim como por algumas marcas e grafitos que informam sobre determinados oleiros. Estas marcas permitiram a identificação de alguns fabricantes ou proprietários de oficinas: *Camalus* associado à produção de *tegulae*, *Saturninus e Rufini,* associados à produção de vários tipos de cerâmicas. O estudo de um conjunto de lucernas de produção local informa ainda sobre outros artesãos ligados ao trabalho da cerâmica, conhecidos através das marcas presentes nas peças: *Publius Domitius*, *Lucretius*, *Octavius* e dois genitivos *Piri* e *Sabini*[9]. Por outro lado, a descoberta de três fornos, dois na cidade e um nas cercanias da mesma, vem comprovar o papel da olaria no seio da indústria presente em *Bracara Augusta*.

A presença de ferreiros é atestada pela descoberta em várias zonas da cidade de cadinhos associados ao trabalho do ouro (Zona arqueológica das Cavalariças, ZA da Rua frei Caetano Brandão/ Rua de Santo António das Travessas) e do bronze (ZA do ex Albergue Distrital, ZA das Cavalariças, ZA do Cardoso da Saudade). Ainda a propósito do trabalho do metal, uma estela descoberta nas proximidades do convento dos Remédios e certamente associada a necrópole da Via XVII refere dois escravos *Agathopous* e *Zethus* e um cidadão romano *Titus Satrius*, possivelmente proprietário de uma oficina. Finalmente, um tubo de chumbo detectado nas Carvalheiras, associado ao sistema de abastecimento em água do balneário, denuncia a actividade de

[8] Prisset, 2008: 134.

[9] Morais, 2005: 144.

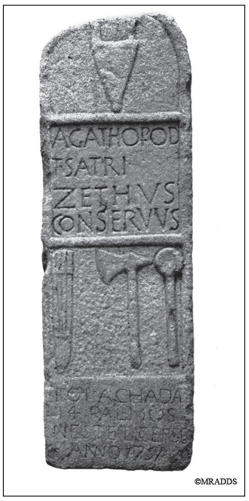


Figura VI.
Estela de *Agathopous*

artesãos altamente especializados, tendo em conta aquilo que sabemos sobre a exigência do trabalho do chumbo.

Os canteiros e outros trabalhadores das pedreiras são denunciados pelos vários silhares graníticos utilizados na construção dos edifícios da cidade. A identificação de vários tipos de granitos sugere a existência de várias pedreiras em actividade. Por outro lado, a qualidade de alguns acabamentos comprova a presença de indivíduos bastante habilidosos.

Os escultores são denunciados pelos vários elementos arquitectónicos descobertos nas escavações. Alguns exemplares de capitéis coríntios, em particular, exibem um trabalho muito elaborado, provavelmente realizado por artistas experientes. A realização de capitéis coríntios em pedra granítica, difícil de trabalhar, exigia uma mão conhecedora dos modelos clássicos mas também experiente e habilidosa.

Os artistas associados ao desenho e colocação de mosaicos são revelados pela grande quantidade de mosaicos detectados em várias habitações da cidade, principalmente localizadas na parte oriental da mesma.

Tal como os anteriores os pintores são sugeridos pelas suas obras, como aquelas que revestiam o muro do *pulpitum* do teatro e as que foram encontradas numa habitação localizada na ZA da Rua Frei Caetano Brandão/ Rua de Santo António das Travessas.

O trabalho e a produção de vidro constituíam mais uma das várias actividades que se desenvolviam em *Bracara Augusta*. A descoberta recente de uma oficina no quarteirão dos CTT, associada a outras identificadas anteriormente em Maximinos e na Rua de S. Geraldo, sugere a presença de vários vidreiros e respectivos aprendizes.

Não temos referências directas a *agrimensores* e *gromatici* contudo, estes são detectáveis na cidade através das suas realizações. A definição da malha urbana da cidade, o traçado das principais vias, a realização de aquedutos comprovam a presença destes técnicos altamente especializados.

A construção de alguns dos edifícios da cidade exigiu o recurso a engenhos de levantamento, do tipo das cabras, que eram programados e, por vezes, manipulados por técnicos específicos: os *machinatores*.

Deduzimos ainda a actividade de outros artífices associados às várias fases dos processos construtivos, tais como construtores, carpinteiros, madeireiros que actuavam nas florestas situadas na região, transportadores encarregues de conduzir os materiais de construção pelas vias terrestres, fluviais ou marítimas para o caso de

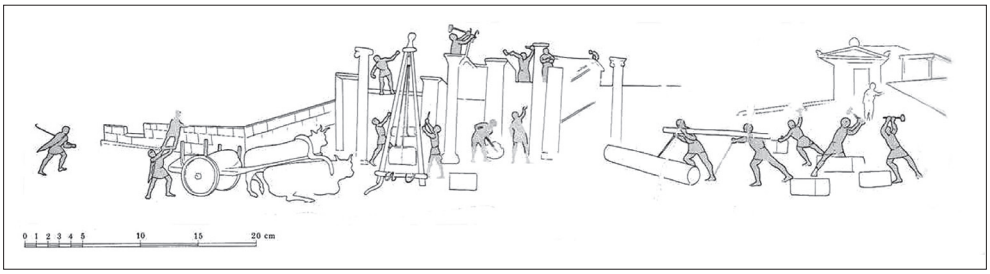


Figura VII. Representação de uma obra (Adam, 1995: 46)

elementos importados. Finalmente, os pedreiros fundamentais numa arquitectura essencialmente de granito e ainda todo um conjunto de trabalhadores indiferenciados, associados a tarefas de menor exigência técnica, tais como a realização de argamassas, abertura de fundações e aprovisionamento dos materiais na própria obra.

4. AS FERRAMENTAS

Conservaram-se raras ferramentas no registo arqueológico bracarense. Apenas uma estela já referida onde figuram um malho e um machado associados à actividade metalúrgica. No entanto, estas não deviam variar muito daquelas que são conhecidas em contextos melhor conservados, ou a partir da iconografia. Algumas são deduzíveis a partir da observação dos materiais, como os elementos em granito por exemplo.

Seria assim natural encontrar nas obras pás, picaretas e cestos destinados à abertura das fundações, colherins e martelos para a alvenaria, macetas, cinzéis, polcas, gradins para o talhe da pedra, réguas, esquadros, fios-de-prumo para verificar as verticais, cordas para os alinhamentos. A extracção da pedra nas pedreiras seria realizada com picos, cunhas e martelos de grande dimensão. O trabalho da madeira desde o corte na floresta, ao acabamento final, seria certamente realizado com serras, machados, plainas, cinzéis e brocas.

5. AS *MACHINAE*

Não foi possível detectar nem vestígios, nem representações de *machinae* no registo arqueológico de *Bracara Augusta*. Contudo, tal não impede que se possa fazer uma aproximação às mesmas. Assim, a construção dos grandes edifícios da cidade, tal como já referimos acima, exigiu certamente a utilização de engenhos de levantamento. Os grandes silhares que formam os muros em *opus quadratum* localizados na basilica norte do teatro constituem um bom exemplo. Efectivamente, estes elementos, com peso médio de 400kg, só seriam manipuláveis e colocados no sítio com o auxílio de *machinae* complexas, constituídas por roldanas e cabrestantes que permitiam a desmultiplicação das forças. A análise de determinadas estruturas preser-

Figura VIII.
Marcas de preensão presentes nos muros de *opus quadratum* do teatro

vadas permitiu-nos detectar em vários silhares a presença de orifícios rectangulares e simétricos, utilizados para a preensão dos mesmos com grandes tenazes metálicas, associadas às maquinas já referidas. O ajustamento dos blocos seria realizado com alavancas, denunciadas por outro tipo de orifícios, localizados nas arestas externas dos silhares. No entanto nem todos os elementos exibem orifícios laterais, o que indica possivelmente uma deslocação realizada com cordas apoiadas em saliências presentes nas faces dos silhares, eliminadas após a colocação dos mesmos.

A utilização destas *machinae* acarretava custos elevados, apenas acessíveis às elites ou ao município. Sabe-se, por exemplo, que o custo da utilização de uma maquina na construção da catedral de Sens correspondia a uma despesa equivalente a 200 dias de salário de um operário[10].

ELEMENTOS CONCLUSIVOS

A edilícia romana constitui um excelente meio para estudar os graus de adaptação das populações das províncias ao modo de vida romano. De facto, os modelos construtivos usados no mundo provincial tentavam cumprir os ideais construtivos e estéticos vindos de Roma, muito embora tivessem que se adaptar às condições geográficas e climatéricas das diferentes regiões, ou às características específicas do plano urbano de cada cidade, bem como às tradições construtivas das populações.

Consideramos que os construtores bracarenses, recorrendo essencialmente aos recursos disponíveis na região, elaboraram uma arquitectura de qualidade apoiada em soluções simples e eficazes que obedecem globalmente aos modelos emitidos pela capital do Império.

Tal como refere Pierre Gros[11]: a edilícia constitui a manifestação mais perceptível da eficácia dos processos de assimilação dócil e suave, ou seja, não violenta, promovidos pelo poder central romano.

[10] Vennetier, 2002: 50.

[11] Gros, 2001: 136.

BIBLIOGRAFIA

ADAM, J.P., *La construction romaine: matériaux et techniques*, ed. Picard, Paris, 1995.

BESSAC, J.C., *L'outillage traditionnel du tailleur de pierre de l'antiquité à nos jours, CNRS*, Paris, 1986.

BESSAC, J. CHAPELOT, O. De FILIPPO, R. FERDIÉRE, A. JOURNOT, F., PRIGENT, D. SAPIN, C. SEIGNE,J., La construction – Les matériaux durs: pierre et terre cuite, Alain Ferdière (dir.) In *Collection Archéologiques,* Ed. Errance, Paris, 2004.

DELAINE, J., *The baths of Caracalla, a study in the design, construction and economics of large scale building projects in Imperial Rome*, Portsmouth, 1992.

GIULIANI, C. F., *L´edilizia nell´antiquità*, Editore Carocci, Roma, 2007.

GROS, P., L'habitat dans les provinces occidentales, Nicolini, G. (dir.), *L'Architecture Romaine, du début du IIIe siècle avant J-C à la fin du Haut-Empire, Maisons, palais, villas et tombeaux,* Vol.2, Chapitre 3, Les Manuels D'art et D'Archéogie Antique, Édition A. Et J. Picard, Paris, 2001: 136 – 213.

MAGALHÃES, F., Arquitectura doméstica em Bracara Augusta. Tese de Mestrado (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho Braga, 2010.

MAR R., Vitrubio y la tipologia de los teatros augústeos. Un problema de interpretación histórica, *Braçal*, Centre d'Estudis del Camp de Morvedre, Núm.10, Sagunto, 1994: 23-44.

La construcción pública en las ciudades Hispanas. Los agentes de la construcción. In Camporeale, S. *et alii* (2008) – *Arqueologia de la construcción I. Los procesos constructivos en el mundo romano: Italia y las provincias occidentales.* Actas del Workshop do mesmo nome, Mérida, 2008: 175-190.

MAR R. e PENSABENE, P., Finanziamento dell'ediliziaa pubblica e calcolo dei costi dei materili lapidei: il caso del Foro superior de Tarraco, in *Miscelania en homenaje a Theodor Hauschild*, Tarragona (no prelo).

MARTINS M., Bracara Augusta. *Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo,* In Dopico Cainzos, D., Rodríguez Alvarez, P. e Villanueva Acuña M. (eds), *Do Castro á Cidade. A Romanización na* Gallaecia *e na Hispania indoeuropeia, Actas do Curso de Actualización sobre a romanizacion de Galiza*, Lugo, 2009: 167 – 198.

MARTINS, M. e FONTES, L., Bracara Augusta. *Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia Romana.* In *Simulacra Romae II. Rome, les capitales de province (capita prouinciarum) et la création d'un espace commum européen. Une approche archéologique*. Bulletin de la Societé archéologique champenoise. Mémoire nº19, 2010: 111-124.

MARTINS, M., FONTES, L., VILAS BOAS, C., BRAGA, J., SENDAS, J. e MAGALHÃES, F., Relatório final dos trabalhos arqueológicos do Quarteirão dos CTT – Avenida da Liberdade, UAUM, Braga, 2010 (relatório policopiado).

MORAIS, R, Autarcia e comércio em *Bracara Augusta* no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade, In Martins, M. (coord.) *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas* 1, UAUM /NARQ, Braga, 2005.

PEGORETTI, G., *Manuale pratico per l´estimazione dei lavori architettonici, stradali, idraulici e di fortificazione per uso degli ingegneri ed architetti*, Milano (2a Ed. Revisitada y aumentada, A. Cantaluppi), 1869.

PRISSET, J.L., Les besoins en matériaux, les contraintes d´approvisionnement et la durée d´un chantier de construction. Réflexions à partir du Portique Nord de Saint-Romain-en-Gal (France) In Camporeale, S. *et alii* (2008). *Arqueologia de la construcción I. Los procesos constructivos en el mundo romano: Italia y las provincias occidentales*. Actas del Workshop do mesmo nome, Mérida, 2008: 125-140.

VENNETIER, P., Bestiaire des instruments de levage, *Cahiers de Science & Vie (Les)*, 069, 06, 2002 : 48-51.

RESUMO: A presente comunicação incide sobre a temática da construção romana em *Bracara Augusta*, analisada através da perspectiva dos processos construtivos e dos agentes envolvidos nas obras. A cidade apresentou uma forte actividade edilícia ao longo do período romano, tornando-se quase uma obra contínua, com um significativo programa construtivo entre Augusto e Cláudio e picos detectados entre finais do século I e os inícios do século II e em finais do séc. III/ inícios do IV, traduzindo-se em construções de vários tipos, marcadas por sucessivas remodelações.

Apoiamos a nossa pesquisa nos documentos arqueológicos produzidos pelas escavações realizadas em Braga ao longo dos últimos 35 anos, no âmbito do projecto de *Bracara Augusta*, que permitiram identificar uma série de grandes edifícios públicos e privados, como o teatro, as termas do Alto da Cividade e a casa das Carvalheiras. Partindo dos registos arqueológicos e dos edifícios conservados tentamos reconstituir os processos construtivos que caracterizavam as obras romanas, tentando perceber o funcionamento e organização das mesmas: direcção da obra, materiais utilizados, planeamento, trabalhadores envolvidos e etapas da construção. A análise dos materiais presentes numa obra para além de elucidar sobre a sua proveniência e utilização, permite ainda fazer uma aproximação aos trabalhadores da construção, assim como às ferramentas e máquinas utilizadas. O estudo destes edificados, considerados representativos dos vários contextos públicos e privados de Braga, denuncia recorrências que respondem a padrões tecnico-construtivos comuns à generalidade das cidades romanas, com os devidos particularismos locais, contribuindo para completar o conhecimento sobre uma cidade pouco referida nas fontes escritas.

Palavras-chave: *Bracara Augusta*, Arquitectura, Construção, Artífices, Obras.

RÉSUMÉ: Cet article aborde le thème de la construction romaine à *Bracara Augusta*, analysée sous la perspective des procès constructifs et des agents associés aux chantiers. La ville a présenté une grande activité constructive tout au long de la période romaine, se transformant presque en un chantier continu, avec un programme de construction significatif entre Auguste et Claude, et des épisodes de forte croissance détectés entre la fin du premier siècle et le début du IIe, et la fin du IIIe – débuts du IVe, se traduisant dans des constructions variées, imprégnées de rénovations successives.

Nos recherches puisent leurs sources dans les documents archéologiques produits par les fouilles réalisées lors des trois dernières décennies, dans le cadre du projet de *Bracara Augusta*, qui ont permit la découverte de plusieurs édifices publics et privés, comme le théâtre, les thermes du Alto da Cividade et la maison des Carvalheiras. Il ne s'agit pas d'une étude exhaustive des procès constructifs mais d'une première approche visant la compréhension du fonctionnement et de l'organisation des chantiers romains: direction des travaux, gestion du chantier, étapes de la construction, matériaux utilisés et corps de métier associés. L' analyse des matériaux et des fragments d'architecture présents sur un chantier, outre les informations sur leur provenance et utilisation, renseigne sur les choix des matériaux, sur les artisans qui les ont travaillés, sur les outils et machines utilisés, ainsi que sur les techniques de mise en œuvre. L' étude de ces constructions représentatives des différents contextes publics et privés de *Bracara Augusta* dénonce des récurrences qui répondent à des critères technico-constructifs communs à la majorité des villes romaines, avec bien entendu la présence de particularismes locaux, révélant de précieuses informations sur une ville peu citée par les sources écrites.

Mots-clés: *Bracara Augusta*, Architecture, Construction, Artisans, Chantiers.

ORDENANZAS URBANAS DE LA CONSTRUCCIÓN EN LA BAJA EDAD MEDIA CASTELLANA

RAFAEL CÓMEZ RAMOS*

Esta conferencia trata sobre las ordenanzas de la construcción de las ciudades del reino de Castilla durante la Baja Edad Media (Fig. I). Partiendo de los antecedentes islámicos hasta llegar a la organización del gremio de los constructores en las ciudades reconquistadas, las nuevas ciudades que podemos denominar "ciudades mudéjares" son descritas según el testimonio de las ordenanzas urbanas de Toledo, Córdoba y Sevilla. Finalmente, se analizan, en general, las labores realizadas en la ciudad de Sevilla, destacando la trascendencia de estas ordenanzas dentro del contexto hispánico.

Fig. I.
Mapa de España en la Baja Edad Media (Ladero Quesada).

* Universidad de Sevilla, Catedrático de Historia del Arte.

I. ANTECEDENTES

1. Organización

Dentro de los gremios de constructores de la España cristiana medieval hemos de mencionar como antecedentes la organización de las corporaciones de la España islámica, es decir, de los gremios de al-Andalus. El alcalde de este gremio en el que se agrupaban albañiles y carpinteros recibía el nombre de alarife, palabra que desde el Siglo de Oro pasó al rico acervo de términos de arquitectura de origen árabe que posee la lengua española. Covarrubias lo considera "sabio en obras mecánicas, juez de obras de alvañería" aunque, en general, se le define como "arquitecto o maestro de obras, albañil o perito en cualesquiera de las artes auxiliares de la construcción". Existió siempre cierta dificultad en precisar la acepción del término pues ya el propio López de Arenas decía: "todo este tiempo he vivido con deseo de saber qué cosa sean Alarifes, aunque no lo ignoro, por lo menos no conozco los que lo son". Las antiguas ordenanzas de alarifes de Sevilla dicen claramente que son "maestros de frogar, o labrar carpintería", "omes sabidores", alcaldes de la corporación de albañiles y carpinteros, cuyo cargo, como arquitectos del concejo, tenía amplias atribuciones tales como inspeccionar las obras que se realizaran en la ciudad, reparar las murallas, dirigir la construcción de los palacios reales, y ordenar los mercados, tiendas y posadas de los recueros, velando en cada momento por el cumplimiento de las ordenanzas urbanas. El vocablo procede del árabe-hispánico *arif*, que significa "entendido" o "conocedor" y se relaciona con el árabe clásico *araf* que expresa idéntico concepto. En ese mismo sentido de persona entendida o conocedora parece ser que lo tradujo el autor de las ordenanzas de Sevilla, ya que los denomina como "omes sabidores".[2]

Por consiguiente, este oficio fue otro de los legados de Oriente a Occidente, que en las fuentes árabes aparece denominado como *urafa al-banna*, o sea, los alarifes de los albañiles, verdaderos arquitectos en el moderno sentido del término aun cuando, a veces, se ha confundido a los directores de las obras con los propios arquitectos como ocurre con aquellos que comandan la edificación de la mezquita cordobesa. Según Ocaña, en las obras de construcción patrocinadas por los Omeyas de Córdoba bajo estrictos controles de calidad hay que distinguir: 1º, el jefe de las construcciones o *sahib al-abniya*, ministro o chambelán que tenía bajo su jurisdicción todas las obras del estado; 2º, el jefe de la edificación o *sahib al-bunyan*, director técnico y facultativo –de carácter oficial- de la construcción; 3º, los inspectores de la edificación o *naziru-l-bunyan*, auténticos veedores que garantizaban la rigurosa calidad de la

[2] CÓMEZ RAMOS, R., *Las empresas artísticas de Alfonso X el Sabio*, Sevilla, 1979, pp. 1-2.

obra; 4º, los alarifes de los albañiles o *urafa al-banna*, encargados de realizar y llevar a feliz término el edificio[3]. Señala el mismo autor que si bien el nombre del jefe de la construcción suele aparecer generalmente en todas las inscripciones no suele suceder lo mismo con los de los jefes de la edificación o directores técnicos, habiéndose confundido, a veces, ambos pues son escasos aquellos textos fundacionales en los que aparece la mención del oficial facultativo que ha intervenido efectivamente en la obra, como es el caso de Yafar b. Mukassir en la alcazaba de Mérida[4].

Fig. II. Sevilla. Calle de la Borceguinería.

No obstante, con frecuencia, los califas solían inspeccionar las obras, según se desprende de la lectura de distintos textos. Así, por ejemplo, con motivo de la restauración del puente sobre el Guadalquivir en Córdoba, sabemos por los *Anales palatinos* de Al-Hakam II que el califa acudía personalmente a supervisar las obras hasta que fueron terminadas en noviembre del 971. El texto significa no sólo un elocuente testimonio de la inspección de obras y de los controles de calidad antes aludidos sino también de la preocupación del califa por las necesidades de los ciudadanos así como un cierto interés en la construcción que contempla y sobre la que opina, animando a los albañiles a su rápida terminación[5] (Fig. III).

---

[3] OCAÑA, M., "Arquitectos y mano de obra en la construcción de la gran mezquita de Occidente", *Cuadernos de la Alhambra*, 22, 1986, pp. 58-59. Posteriormente, se ha ocupado de estos estudios SOUTO, J.A., "Los constructores de al-Andalus omeya", in VIGUERA, M.J. y CASTILLO, C., *El esplendor de los Omeyas cordobeses. La civilización musulmana de Europa occidental*, El Legado Andalusí, Barcelona, 2001, pp. 274-281. Respecto a Madinat al-Zahra véase la reciente síntesis de VALLEJO, A., "Madinat al-Zahra. Notas sobre la planificación y transformación del palacio", BORRÁS, G.M., *Arte andalusí*, Universidad de Zaragoza, Zaragoza, 2008, pp. 73-101. Y sobre su relación con Córdoba MAZZOLI-GUINTARD, CH., "Cordoue et Madinat al-Zahra: remarques sur le fonctionnement d´une capitale à double polarité", *Al-Qantara*, XVIII, 1, 1997, pp. 43-64.

[4] OCAÑA, M., *El cúfico hispano y su evolución*, Madrid, 1970, p. 23. Sobre los signos lapidarios se han ocupado RODRÍGUEZ, M.J., y SOUTO, J.A., "De gliptografía omeya: signos lapidarios en la Mezquita Aljama de Córdoba. Situación e índice", *Actes du XI Colloque International de Glyptographie de Palme de Majorque*, Braine-le Château, 2000, pp. 359-391; y SOUTO, J.A., "¿Sa´ada= Sa´ada al-Àmri? (Precisiones en torno a un trabajador andalusí de la construcción)", *Al-Qantara*, 2002, pp. 213-222.

[5] CÓMEZ RAMOS, R., *Los constructores de la España medieval*, 2ª ed., Universidad de Sevilla, Sevilla, 2006, pp. 36-37.

2. Ordenanzas islámicas

Parece fuera de toda duda que los oficios de la construcción estaban organizados en el mundo islámico desde muy antiguo. Los niveles de calidad y el estricto control del producto exigido requerían una alta especialización en las distintas profesiones gracias a la división del trabajo en diversos oficios. En El Cairo fatimí se contaban hasta 265 artesanos diferentes si bien en otras áreas del Islam como en el Irán mongol del siglo XIV existieron ceramistas que eran al propio tiempo constructores como el conocido Hasan ibn Alí Babawayh. Este grado de especialización unido a la abundante mano de obra permitía a los arquitectos musulmanes terminar grandes edificios en períodos relativamente cortos de tiempo[6].

Aun cuando no existe mucha documentación sobre las corporaciones de menestrales en el mundo islámico los tratados de *hisba* u ordenanzas de mercados proporcionan importante información sobre la vida cotidiana en las ciudades medievales, comunicándonos interesantes aspectos de la regulación de los oficios[7]. Los manuales de *hisba* de al- Andalus conservados permiten comprobar que ciertos cargos con idénticas denominaciones fueron mantenidos por los reyes cristianos a medida que avanzaba la reconquista. El almotacén, encargado de la inspección de pesos y medidas y de la vigilancia del mercado, comerciantes y artesanos de la ciudad, toma su modelo del *al-muhtasib* de las ciudades hispanomusulmanas[8].

En la España musulmana del siglo X existían varios gremios dedicados a la construcción: canteros, tejeros, ladrilleros, albañiles y carpinteros se encontraban asociados. El *muhtasib* se ocupaba también de vigilar la corporación de albañiles ordenando la demolición de las casas que amenazaban ruina; al frente de cada una de las diversas corporaciones de artesanos estaba un *arif*[9]. Los testimonios de Ibn Jaldun y al-Mawardi sobre la función del *muhtasib*, que consistía, además de las atribuciones a las que hemos aludido, en vigilar la limpieza y la anchura de las calles, prohibiendo que los propietarios volasen las casas más de lo permitido[10], nos recuerda idéntica función que correspondía al alarife en las ciudades reconquistadas,

---

[6] CÓMEZ RAMOS, R., *op.cit.*, p. 38.

[7] Véase ABDEL-RAHIM, M., "Instituciones jurídicas" in SERJEANT, R.B. (Ed.), *La ciudad islámica*, Barcelona, 1982, pp. 49-61.

[8] COLIN, G.S. et LÉVI-PROVENÇAL, E., *Un manuel hispanique de hisba. Traité d´Abu Abd Allah Muhammad B. Abi Muhammad As-Sakati de Málaga sur la ssurveillance des corporations et la repression des fraudes en Espagne musulmane*, Paris, 1931, p. V. Sobre el almotacén véase CHALMETA, P., *El señor del zoco en España*, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, Madrid, 1973; IDEM, "Los mercados" in SERJEANT, R.B. (Ed.), *op.cit.*, pp. 131-143.

[9] LÉVI-PROVENÇAL, E., *L´Espagne musulmane au Xème siècle. Institutions et vie sociale*, Paris, 1930, pp..187-190.

[10] *Apud* TORRES BALBÁS, L., *Ciudades hispanomusulmanas*, I, p. 72.

como evidencian las Ordenanzas de Toledo, Sevilla y Córdoba cuando se refieren a los "sobrados que atrauiessan las calles a que dizen encubiertas"[11].

Un fragmento de la crónica de Ibn Idari nos informa del modo de construir las murallas de las ciudades andalusíes tras la imposición del *tatib*, impuesto almorávide de 1125 destinado a la reconstrucción de las cercas, en la que intervenían los vecinos de cada barrio en el sector que les correspondía con lo cual la obra se concluía en un menor plazo de tiempo: "Se encargó la gente de Córdoba de reparar sus muros según la costumbre antigua, y se ocupó la gente de cada mezquita de levantar lo que le era contiguo, y se terminó la obra sin tumulto ni reclamaciones, y lo mismo la gente de Sevilla, con un término medio, sin prodigalidad ni daño"[12].

El tratado de *hisba* de Ibn Abdun, que nos refleja admirablemente la vida en Sevilla a comienzos del siglo XII, nos indica cómo el almotacén velaba por la perfecta construcción de las casas, prescribiendo el grosor de los muros, al propio tiempo que examinaba los materiales que se necesitaban para las obras y estipulaba el tipo de ladrillo que debían emplear los jefes del gremio de los albañiles[13]. Estos jefes del gremio eran los alarifes cuyas competencias urbanas se mantuvieron con la misma denominación de origen árabe desde la reconquista hasta los tiempos modernos (Fig. II).

II. ORDENANZAS URBANAS DE LA CONSTRUCCIÓN

A pesar de que no faltan estudios recientes sobre el origen de los gremios medievales y sus actividades laborales en el ramo de la construcción, no deja de ser difícil de formular de manera clara y precisa su organización primera, a medida que avanza la reconquista. Un buen ejemplo de lo sucedido en el siglo XIII, lo representa la ciudad de Sevilla, cuyas ordenanzas urbanas son unas de las más completas que podamos poseer. Tras la conquista de la ciudad en 1248, Alfonso X, lejos de recelar de los gremios, fue el principal impulsor de ellos, lo cual ha demostrado González Arce, desmintiendo periclitadas teorías que negaban la existencia de los gremios y la actitud de la monarquía hacia ellos[14].

---

[11] *Ordenanzas de Sevilla*, f. 144. Véase CÓMEZ RAMOS, R., *Arquitectura alfonsí*, Sevilla, 1974; IDEM, "El libro del Peso de los alarifes", *I Simposio Internacional de Mudejarismo*, Teruel, 1975.

[12] *Apud* CÓMEZ RAMOS, R., *Los constructores de la España medieval*, p. 39.

[13] *Sevilla a comienzos del siglo XII. El tratado de Ibn Abdun*, trad. de E. Lévi-Provençal y E. García Gómez, Madrid, 1948, pp. 112 y 114.

[14] GONZÁLEZ ARCE, J.D., "Sobre el origen de los gremios sevillanos", *Archivo Hispalense*, LXXIII, 1990, p. 45.

1. Análisis de las ordenanzas

El capítulo XXVIII de las Ordenanzas de Sevilla titulado *Officio delos alariffes que son alcaldes de las lauores, commo son puestos e commo husan* comienza así: "Por el alcalde mayor de Seuilla son puestos dos omnes buenos por alarifes e jurados, e es el uno escribano e el otro maestro de lauores; e toman soldada del rey cadal dia en el almoxarifadgo; e es su ofiçio dentro de la çibdat e en fuera"[15] (Fig. IV).

La misión de estos alarifes era comprobar la calidad de todas las construcciones que realizaban en la ciudad y a extramuros de la misma, cobrando un sueldo del

Fig. III. Córdoba islámica (Lévi-Provençal).

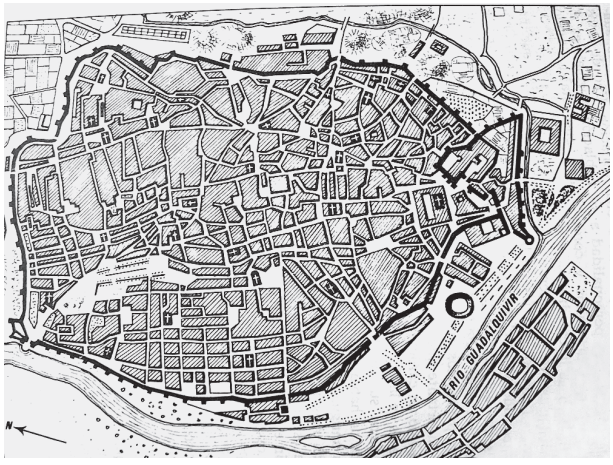


Fig. IV. Sevilla (Gautier-Dalché).

[15] GONZÁLEZ ARCE, J.D., "Cuadernos de ordenanzas y otros documentos sevillanos del reinado de Alfonso X", *Historia, Instituciones, Documentos*, 16, 1989, p. 115.

almojarifazgo real. Multaban al maestro albañil que cometiera fraudes, sin embargo, si alguien recibía agravio por parte de los alarifes podía recurrir en alzada ante el alcalde mayor. Y esto mismo ocurría respecto a los alamines o veedores del gremio que tuviesen que enjuiciar una determinada obra, en lo que se ha querido señalar cierto paralelismo con el tratado de *hisba* de Ibn Abdún[16].

Era no sólo una labor de inspección y vigilancia sobre las nuevas construcciones o la reparación y conservación de las antiguas "e las casas o las paredes que se quieren caer ante que danno fagan" sino también de los puentes y de los caños, aguas subterráneas o aguas que cayeran de los tejados, alizaces o zanjas para abrir los cimientos de un edificio y "sobre estrennimento de calles" así como sobre cualquier género de "lauores falsas"[17].

En realidad, estas actividades anteriormente descritas y muchas más son las que quedaron compendiadas en los 41 capítulos del *Libro del Peso de los alarifes y Balanza de los menestrales*, donde se dan soluciones a todos los pleitos que se le puedan presentar a los alarifes, se dan normas sobre la construcción de edificios y la ordenación de las calles y se precisa quienes deben ser los alarifes, que es tanto como decir "omes sabidores". Este arte de los alarifes consiste en frogar, es decir, trabajar la albañilería o labrar carpintería y se fundamentaba en "que ayan sabiduría de Geometría, y (sean) entendidos de fazer ingenios, y otras sutilezas". Tal era la importancia concedida a la Geometría que al final del libro existía un apéndice con dibujos para su mejor comprensión y claridad[18]. De la trascendencia de este libro de ordenanzas urbanas baste decir que la normativa derivada de ellas fungió en diversas ciudades del reino de Castilla hasta los tiempos modernos[19].

La introducción del libro distingue claramente entre frogar o labrar carpintería, con lo cual continúa la división clásica de la arquitectura en "maçonnerie" y "charpenterie", establecida por el canónigo Hugues de Saint Víctor en el siglo XII, y recogida después por *Le Livre des Métiers* de Etienne Boileau, que codificaba los usos y costumbres de los menestrales de París en el siglo XIII. Esta distinción entre ambos oficios del mismo gremio aparece en muy diferentes textos como *La Gran Conquista de Ultramar* y el manuscrito *Defensa de Fortalezas*, atribuido a Alfonso el Sabio, y de igual modo son mencionados en las Cortes de Jerez de la Frontera de 1267: "a los carpinteros e albanis"[20].

---

[16] GONZÁLEZ ARCE, J.D., "Sobre el origen de los gremios sevillanos", p. 58.

[17] GONZÁLEZ ARCE, J.D., "Cuadernos de ordenanzas…", p. 115.

[18] CÓMEZ RAMOS, R., *Arquitectura alfonsí*, pp- 69-80

[19] CÓMEZ RAMOS, R., "El libro del Peso de los alarifes", *I Simposio Internacional de Mudejarismo* (1975), Madrid-Teruel, 1981, pp. 255-266.

[20] CÓMEZ RAMOS, R., *Las empresas artísticas de Alfonso X el Sabio*, pp. 3-4, 6 y 22-26.

Fig. V.
Sevilla. Calle encubierta llamada Fortaleza (hoy desaparecida).

La primera obligación de los alarifes después de su nombramiento era revisar los muros de la ciudad y reparar aquellos que estuviesen derruidos. A partir del segundo capítulo se prescriben una serie de casos referentes a los caños, molinos, baños, palomares, hornos, calles, torres y soberados. En el capítulo 22, se trata "de las casas que pujan más que otras en altura". El ala de los tejados no debía sobresalir más de un tercio sobre la calle, dejando otro tercio entre ambas casas para que entrase la luz y el aire. Los soberados, que atravesaban las calles encubiertas, eran hechos tan altos que pudiese pasar por ellas un caballero con sus armas sin que le estorbasen (Fig. V). En cuanto a las puertas "no deue hazer ninguno puerta de su casa delante puerta de su vezino, sino si fuere a su grado de su vezino". Las ventanas se abrían discretamente pues "la descubrición de una casa a otra, parece mal, y no es bien descubrir ome casa agena: y por ende si algún ome quisiere fazer en su casa alguna finiestra, por donde entre la lumbre…deue fazer tamaña finiestra que no saque la cabeza por ella, ni pueda por ella descubrir ninguna descubricion". El ordenamiento no olvida aquellos malos maestros que por realizar las obras en menos tiempo levantan edificios de poca consistencia que pronto se derriban[21]. Además, por otra parte, un largo párrafo del capítulo 41 del *Libro del Peso de los alarifes*, que trata sobre "Quales deuen ser las obras que prometen los maestros de hazer apagamiento de los señores dellas", es idéntico a la ley XXI de la III Partida que versa sobre "Qué pena merecen aquellos que son puestos sobre las lauores, quando fazen y alguna falsedad"[22].

[21] CÓMEZ RAMOS, R., *Arquitectura alfonsí*, pp. 72-73.
[22] CÓMEZ RAMOS, R., *op.cit.*, pp. 74-75.

No sabemos nada acerca del "componedor" de este libro y su propio título resulta en sí algo enigmático y original, "Peso de los alarifes y Balanza de los menestrales", y en alguna ocasión hemos pensado en la posibilidad de que su autor haya sido alguno de aquellos judíos al servicio de la monarquía castellana. El símil del peso y la balanza aparece en las *Glosas de Sabiduría* de Don Sem Tob:

"e el pesso assí
la más llena balança
avaxa, otrossi
la más vazía alza"[23]

Abundando en el tema sapiencial, los *Proverbios* del rey Salomón no son parcos en mencionar esta figura tan expresiva como símbolo de la justicia que premia o castiga la divinidad: "El peso falso es abominación de Jehová; mas la pesa cabal le agrada"[24] o también: "Peso y balanzas justas son de Jehová; obra suya son todas las pesas de la bolsa"[25].

Asimismo, es término utilizado por Don Juan Manuel en el *Libro de los Estados*[26]. Un análisis del texto de las ordenanzas de Sevilla nos proporciona un buen número de términos que son frecuentes en obras de los siglos XIII y XIV y que abundan en las obras de Alfonso el Sabio. El propio estilo recuerda la prosa alfonsí y ya hemos afirmado más arriba la gran semejanza entre un largo párrafo del capítulo 41 del *Libro del Peso de los alarifes* y la ley 21 de la Partida III. También en el prólogo de dicho libro encontramos la resonancia del capítulo primero del *Libro de las Armellas* cuando nos habla de quienes son los más entendidos maestros en Geometría[27]. Precisamente, un clásico de la literatura científica medieval, el sabio Al-Farabi dedica un capítulo a la Ciencia de los Pesos y otro a la Ciencia de la Ingeniería, en el que nos dice que "las ciencias de los ingenios *geométricos* son muchas, entre ellos el arte de los ordenes de albañiles"[28]. Por lo demás, Simón García en el *Compendio de Arquitectura y Simetría de los templos* dice que cuando dos muros están a la misma altura, están a peso[29]. Finalmente, Juan de Villanueva,

---

[23] TOB, D. SEM, *Glosas de Sabiduría o Proverbios Morales y otras Rimas*, ed. de A. García Calvo, Madrid, p. 49.

[24] *Proverbios*, 11, 1.

[25] *Proverbios*, 16, 11.

[26] JUAN MANUEL, D.,.*Libro de los Estados* (1327-1332), 77, 13 *Apud* ALONSO, A., *Diccionario Español Medieval*, Salamanca, 1986.

[27] CÓMEZ RAMOS, R., "El libro del Peso de los alarifes"p. 264.

[28] AL-FARABI, *Catálogo de las Ciencias*, ed. y trad. de A. González Palencia, 2ª ed., Madrid, 1953, p. 52.

[29] SIMÓN GARCÍA, *Compendio de arquitectura y simetría de los templos*, Salamanca, 1941 *Apud* AZCÁRATE, J.M., "Términos del gótico castellano", *Archivo Español de Arte*, XII, 1948, p. 265.

al definir el arte de la albañilería, emplea el término "peso" en el mismo sentido de equilibrio y proporción que lo usaba el tratadista anterior:

"Albañilería es el arte de construir el todo o parte de un edificio, colocando, enlazando y uniendo los materiales de que usa, de modo que formando un cuerpo unido, se mantengan a sí mismos, y puedan sostener el peso proporcionado que se les cargue"[30].

2. Ordenanzas de Toledo, Sevilla y Córdoba

Las ordenanzas de alarifes de Toledo son iguales que las de Sevilla salvo algunas diferencias: 1º) Falta el prólogo de las de Sevilla donde se exponen las razones por las que se escribe el libro y el título del mismo. 2º) Refunde en el capítulo II, el I y II de las ordenanzas de Sevilla: I, "Quien puede poner alarifes y quales deuen ser alarifes y que bondades deuen auer en si", y II, "De lo que pertenece fazer a los alarifes en razón de su oficio", bajo el título: "Del nombre de Alarifes y como han de cumplir sus oficios"[31]. Por otra parte, sabemos que en 1443, Alonso Rodríguez Francés, alarife de la ciudad de Toledo, acudió a Sevilla "por cuanto el abia menester las ordenanzas de cómo abian de usar de sus oficios los alarifes desta dicha ciudad que porende que su merced fuese demandar que le fuesen dadas para las levar alla dicha cibdat de Toledo"[32] (Fig. VI).

También Córdoba tomó las ordenanzas del *Libro del Peso de los alarifes* en 1503, pues comoquiera que hubiese continuos pleitos sobre los edificios de la ciudad y no existieran ordenanzas que los reglamentaran, el corregidor mandó al alarife de la ciudad que "buscasen sy avya ordenanzas de alarifadgo e edificios"[33]. Fueron buscadas las ordenanzas y "sobre aquellas" se redactaron las nuevas ordenanzas que copian el *Libro del Peso de los alarifes* y lo adaptan a las nuevas circunstancias, añadiéndose a los 41 capítulos hasta 137 más, todos nuevos. Tras ese capítulo 137 comienza el prólogo del *Libro del Peso de los alarifes* con ligeras variantes al texto de Sevilla, y al que titula *Peso de los alarifes e balança de los maestros e officiales*, seguido de quince capítulos que ninguna relación tienen con el libro de ordenanzas de alarifes de Sevilla y que son totalmente nuevos[34] (Fig. VII).

---

[30] VILLANUEVA, J. de, *Arte de Albañilería* (1827), Madrid, 1984, p. 53.

[31] *Ordenanzas antiguas* (Archivo Histórico de la Ciudad de Toledo, sala 2ª, vitrina nº 1) *Apud* CÓMEZ RAMOS, R., "El libro del Peso de los alarifes", p. 256.

[32] *Ordenanzas antiguas de los alarifes de 1443* (Archivo Municipal de Sevilla, carpeta 15, nº 5) *Apud* CÓMEZ RAMOS, R., *op.cit.*, p. 256.

[33] *Hordenanças de los Alarifes*, f. 134 v. (Archivo Municipal de Córdoba).

[34] *Ibidem*, f. 157 v. *Apud* CÓMEZ RAMOS, R., *op.cit.*, p. 260.

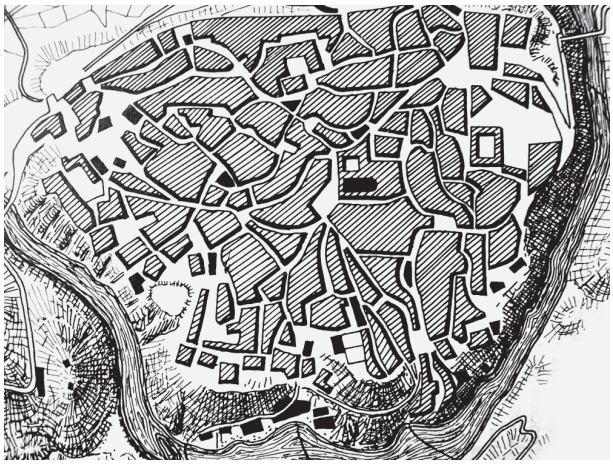


Fig. VI.
Toledo
(F.Coelho, *Atlas de España)*.

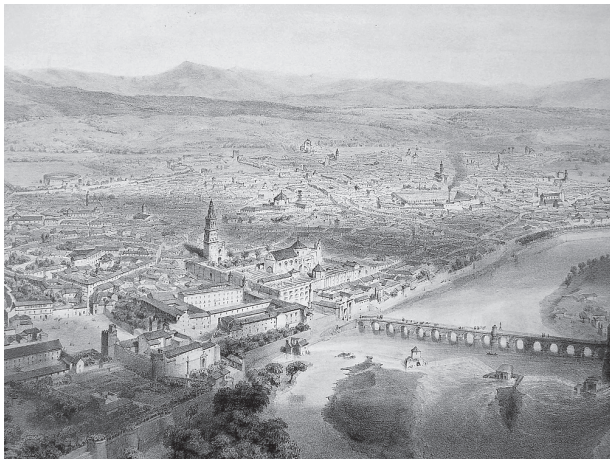


Fig. VII.
Córdoba.
Vista aérea de A. Guésdon.

Con posterioridad, Jean Pierre Molénat ha estudiado las ordenanzas de alarifes de Toledo como testimonio de la permanencia de las tradiciones islámicas en el seno de la ciudad islámica[35]. Se trata de las "ordenanzas de 1400" cuyo modelo original dataría de fines del siglo XIII, a tenor del arcaísmo de su prosa y cuyo texto, aunque no haya sido redactado para la ciudad, fue adoptado y aplicado en Toledo (Fig. VIII). De cualquier manera, el gremio estaría constituido ya a mediados del siglo XIII, toda vez que en 1257 una carta de venta menciona al alarife Alfonso Yuannes, con la anotación "Carta de las casas del Alarif" y, también, más tarde, en

[35] MOLÉNAT, J.P., "Les Ordenanzas de los alarifes de Tolède, comme témoignage sur la permanence de traditions d´époque islamique" in CRESSIER, P., FIERRO, M., ET VAN STAEVEL, J.P., *L´urbanisme dans l´Occident musulman au Moyen Âge, Aspects juridiques*, Madrid, 2000, pp. 191-199.

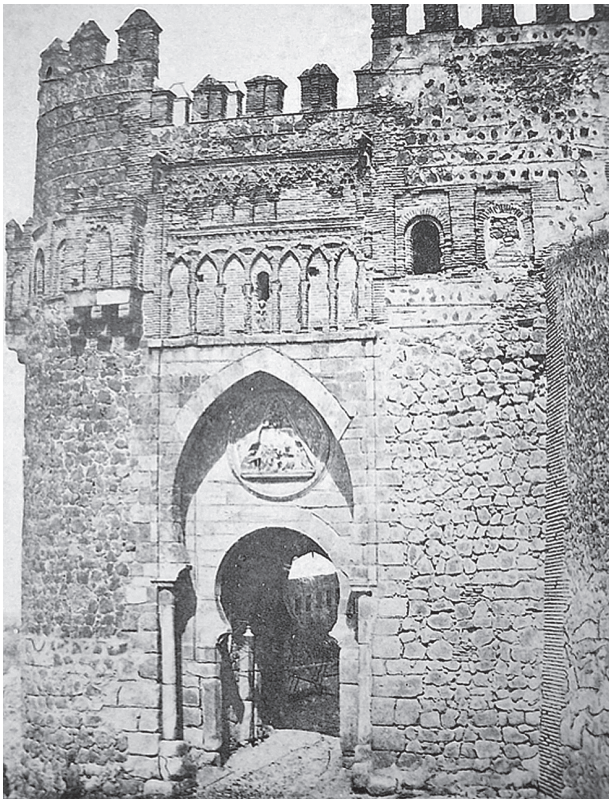


Fig. VIII.
Toledo. Puerta del Sol.

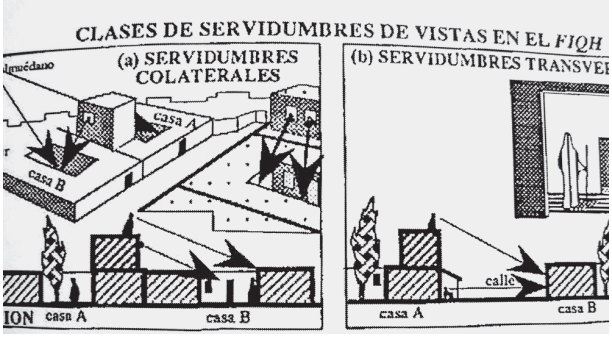


Fig. IX.
Servidumbres de vista según el *fiqh* (García Bellido).

1334, Ramil Peres, alarife de Toledo, e Alfon Ferrandes, carpintero son convocados para inspeccionar una casa del barrio de Caleros en la ciudad de Toledo[36]. Con cierta prudencia Molénat habla de incontestables reminiscencias del derecho

[36] *Apud* MOLÉNAT, J.P., *op.cit.*, pp. 194-195. Sobre el urbanismo toledano véase MOLÉNAT, J.P., "L´urbanisme à Tolède aux XIV et XVème siècles" in SÁEZ, E. ET ALII, *La ciudad hispánica durante los siglos XIII al XV*, Actas del Coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla (1981), Madrid, 1981, pp. 1104-1111.

musulmán, para ser más exactos, derivadas de los juristas malikíes, es decir, los seguidores de la escuela de Malik ibn Anás, autor de la más antigua compilación de derecho del Islam sunní, que se adscribe estrictamente a la tradición[37]. De cualquier manera que tratemos estas ordenanzas siempre aparece en muchos de sus capítulos aspectos relacionados con la *sunna*, como aquel que se refiere a las normas que deben imperar en la construcción de los edificios, singularmente, el capítulo 31 que versa sobre "la descubrición de una casa a otra"[38] donde podemos ver el reflejo de aquel *hadith* del Profeta afirmando que nadie debe edificar de tal forma que pueda ver el patio de su vecino[39] (Fig. IX). Esta presencia de la tradición es evidente también en el capítulo 28 sobre "los cimientos viejos" que mandaba "que las paredes que se derribaren, que las froguen sobre los cimientos que eran de ante; y quien mas fiziere desto, deuelo el alarife vedar, por mandado del alcalde". Esta misma prescripción acerca de los cimientos viejos se nos revela en un documento de 1287 donde se encarga construir unos molinos "assi como fue en tiempo de los moros con la lauor vieia que y ficó e que sea tan ancha como la lauor vieia"[40].

3. Las ciudades mudéjares

Frente a las nuevas ciudades de planta regular creadas en la Baja Edad Media, las ciudades de al-Andalus, ahora conquistadas y transformadas en ciudades mudéjares mostraban el largo trazado de la *hara mayur*, calle mayor, calle larga o calle real de nuestras viejas poblaciones españolas, de la que parten las sinuosas y estrechas calles transversales, y de éstas, las callejas secundarias, de las que arrancan los adarves y callejones sin salida, y cuyo mejor testimonio gráfico se encuentra en las miniaturas de las *Cantigas de Santa María* de Alfonso X el Sabio[41].

Así pues, podríamos hablar también de esas otras ciudades de la España cristiana, las ciudades mudéjares, híbridas y diferentes a aquellas de planta regular que iban surgiendo "ex novo", o sea, de nueva planta. Al hablar de ciudades mudéjares nos referimos a esas ciudades que se van desarrollando a medida que avanza la reconquista de Norte a Sur, y que, por lo general, son antiguas ciudades andalusíes

[37] MOLÉNAT, J.P., *ibídem*, p. 195. Véase también PASSINI, J., "L´urbanisme medieval tolédan: décisions des juristas mâlikites et ordonnances municipales chrétiennes de la construction" in CRESSIER, P. ET ALII, *op.cit.*, pp. 201-213.

[38] CÓMEZ RAMOS, R., *Arquitectura alfonsí*, p. 32.

[39] BURCKHARDT, T., *El arte del Islam. Lenguaje y significado*, Barcelona, 1988, p. 136.

[40] *Apud* CÓMEZ RAMOS, R., *op.cit.*, p. 32.

[41] CÓMEZ RAMOS, R., *ibídem*, pp. 103-109; ARCAZ POZO, A., "La imagen de la ciudad castellana en las cantigas alfonsíes" in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. (Ed.), *El mundo urbano en la Castilla del siglo XIII.*, II, Sevilla, 2006, pp. 75-86.

que se van transformando lentamente al tiempo que adoptan viejas instituciones del antiguo concejo musulmán o en otras palabras, especificando con mayor precisión esta definición y ampliando el concepto, aquellas ciudades que, siguiendo la clasificación de Montero Vallejo: a) aun siendo de origen cristiano, su estructura tiene un predominio de arquitectura mudéjar; b) aun siendo de origen cristiano, sus importantes minorías dan, con sus respectivos barrios –morerías y juderías-, un peculiar carácter al desarrollo urbano; c) siendo de origen islámico, una vez conquistadas y transformadas, mantienen su antiguo espacio urbano[42]

En realidad, el reinado de Alfonso X fue un período de grandes creaciones y decisivas transformaciones no sólo en el reino de Castilla sino en toda la Península Ibérica. Por lo tocante al aspecto urbanístico, su código legal, las *Siete Partidas*, define a la ciudad como "todo aquel lugar que es cercado de los muros, con los arravales e con los edificios que se tienen en ellos"[43] al tiempo que considera "santas cosas" los muros y las puertas de las ciudades y de las villas[44].

La ciudad debe estar bien fortificada pues "honra debe el rey facer á su tierra, et señaladamiente en mandar cercar las cibdades, et las villas et los castiellos de buenos muros et de buenas torres, ca esto la face seer mas noble, et mas honrada et mas apuesta: et demas es grant seguranza et gran amparamiento de todos comunalmente para en todo tiempo"[45]. Además, se prohibía edificar en las calles próximas y contiguas a la muralla de la ciudad pues "desembargadas et libres deben ser las carreras que son cerca de los muros de las villas, et de las ciudades… de manera que non deben hi facer casa nin edificio que las embargue nin se arrime a ellos"[46]. Por otra parte, finalmente, el abastecimiento de agua era un aspecto vital para la ciudad, mucho más importante en el caso de ser sitiada:

> "Et por ende la primera cosa de que se debe bastecer es agua, ca non tan solamiente la han mester para beber, mas para otras cosas muchas que non pueden los homes escusar; et pues que por mengua desta podrien los homes mas aina venir a muerte que por otra cosa, por ende la deben mucho guardar que les non fallesca"[47].

---

[42] MONTERO VALLEJO, M., *Historia del urbanismo en España. Del Eneolítico a la Baja Edad Media*, Madrid, 1996, p. 238.

[43] Partida VII, título XXIII, ley VI. Sobre las murallas de las ciudades andalusíes véase MAZZOLI-GUINTARD, CH., "Au bout du chemin, la muraille de la ville: formes, fonctions et gestion de l´ecrin urbain (Al-Andalus, X-XV s.)", in MONFERRER SALA, J.P., y RODRÍGUEZ GÓMEZ, M.D., (Eds.), *Entre Oriente y Occidente. Ciudades y viajeros en la Edad Media*, Granada, 2005, pp. 17-35.

[44] Partida III, título XXVIII, ley XV.

[45] Partida III, título XI, ley II.

[46] Partida III, título XXII, ley XXII.

[47] Partida II, título XVIII, ley X.

Se trataba de ciudades de calles angostas sin grandes espacios libres ya que en las ciudades de traza islámica, la plaza propiamente dicha no existe y sólo se le da ese nombre – *rahba* en árabe hispánico- al espacio abierto en la confluencia irregular de varias calles. Todo el espacio urbano pertenecía al rey. La Partida III es tajante es este aspecto:

> "Para sí començando alguno me a labrar algund edificio de nuevo en la plaça o en la calle o exido comunal de algun lugar sin otorgamiento del rey o del concejo en cuyo suelo lo fiziesse, estonce cada uno de aquel pueblo lo puede vedar que dexe de labrar en aquella lavor"[48].

Evidentemente, en este sentido, poco podían evolucionar los intrincados viarios de las viejas ciudades andalusíes, en las que parecía haberse detenido el tiempo, congelándose sus formas urbanas sin posibilidad de modificarse.

No obstante, por otro lado, fungían las ordenanzas del *Libro del Peso de los alarifes*, como podemos comprobar en Toledo, Sevilla, Córdoba y Murcia, algunos de cuyos capítulos coinciden en sus contenidos con los títulos de las leyes de las Partidas, al tratar por ejemplo sobre el tamaño que deben tener las ventanas o el lugar donde se debe abrir una puerta, como hemos visto más arriba[49].

Aunque poseemos escasas noticias de la actividad de este gremio sevillano en sus comienzos, sabemos, sin embargo, que en una obra encargada en 1287 a don Mosse y don Vidal, maestros de la judería de Sevilla, se encarga que quede bien adobada "a vista de dos Alarifes de Sevilla"[50]. Con ello constatamos, por una parte, uno de los cometidos primordiales de inspección correspondiente a los alamines del gremio y, por otra, la presencia de maestros judíos, algo de lo que teníamos constancia en Burgos donde en 1299, un maestro judío y un cantero del rey realizaron obras en el castillo de Lara, propiedad del concejo, en cuyas construcciones era veedor un alarife moro[51]. Por referencias más tardías sabemos que en 1386 se celebró un juicio ante Alfonso Martínez, Gonzalo Ruiz, Pedro González y Maestre Abraham, jueces alarifes del rey en Sevilla, interviniendo de una parte, Maestre Esteban, físico, vecino de la collación del Salvador, y de otra Antón Martínez, alfayate, pidiendo el primero que el otro reparase una casa en la Alhóndiga que había sufrido daños a causa de unas obras realizadas por el alfayate en una finca de su propiedad que lindaba con la de Maestre Esteban. Dictaminaron los jueces que fuese derribada la

[48] Partida III, título XXXII, ley III.

[49] Véanse notas 30 y 37.

[50] BALLESTEROS, A., *Sevilla en el siglo XIII*, Madrid, 1913, Ap. I, p. CCCXXV.

[51] TORRES BALBÁS, L., "Actividades de los moros burgaleses en las artes y oficios de la construcción (siglos XIII y XIV)", *Al-Andalus*, XIX, 1954, pp. 197-198.

obra causa del daño, con lo que podemos ver la aplicación de uno de los capítulos del *Libro del Peso de los alarifes*[52].

Obviamente, las viviendas estaban sometidas al cumplimiento de la normativa respecto a las obras y reparaciones que se quisieran llevar a cabo con objeto de evitar daños y perjuicios a los vecinos, de igual modo que las nuevas edificaciones, sobrados y calles encubiertas debían guardar cierta altura. Se realizaban continuas inspecciones como la encargada a dos maestros de la judería de Sevilla en 1287[53] o la realizada por los alarifes de Toledo en 1334, en una casa del barrio de Caleros[54], que comentábamos, más arriba, anteriormente. En otro contexto, parece ser que la licencia de obras con el pago de un impuesto destinado a mejoras en la ciudad era requisito previo para edificar una casa en Barcelona en el siglo XIV[55].

En realidad, la denominada ciudad mudéjar se construía y se reconstruía siempre idéntica a sí misma, como aquellas mezquitas que se convertían en iglesias y después se transformaban en templos mudéjares. Asimismo, los baños, el antiguo *hamman* se reparaba y seguía funcionando como antaño. En un curioso contrato de 1255 se estipula la reparación de un baño, propiedad del convento de monjas de San Clemente de Toledo:

> "Don Juan el Albañil, hijo de Don Juan de Valencia, se compromete a derribar la habitación de calentar el agua, que está cerca de la caldera, en el baño que el convento tiene en el Arrabal, y a hacerla de nuevo, ampliándola tres palmos de luz, aunque tenga que reducir el patio que ahora hay en ella y tenga que quitar el patio de la habitación de en medio y a hacer una tercera habitación fría, contigua de la caliente, a lo largo de la citada habitación de en medio. A las tres habitaciones les pondrá azoteas o tejados dobles, levantándolas con su revestimiento y su blanqueo. Se compromete a construir las dos paredes del fornacho que hay en ellas y a cubrirlas. El Comendador del Convento levantará a sus expensas la azotea del baño completa y don Juan hará una habitación para vestuario en el espacio que ocupaba la pared antigua que había sobre la piscina, levantando sobre el cimiento de la pared vieja la habitación fría citada, llegando hasta la pared contigua a la calle, que será fachada de esta pared. Si esta pared de la calle tiene resistencia, hará la citada portada; y si no, la hará de nuevo y le pondrá tejado, la revestirá y la blanqueará con cal y nada más; abrirá puerta al baño en la citada portada y hará los bancos precisos, cubrirá la habitación del vestuario y hará en ella todo lo necesario"[56].

---

[52] CÓMEZ RAMOS, R., *op.cit.*, p. 77.

[53] Véase nota 61.

[54] Véase nota 35.

[55] LAMPÉREZ Y ROMEA, V., *Arquitectura civil española de los siglos I al XVIII*, Madrid, 1927, II, p. 36.

[56] GONZÁLEZ PALENCIA, A., *Los mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*, Madrid, 1930-1938, III, nº 987, p. 330.

La reparación del baño propiedad del convento de San Clemente de Toledo tuvo que atenerse al capítulo 18 de las ordenanzas de alarifes de Sevilla y Toledo, que trata sobre estos edificios:

> "Todos los baños que son en las villas, y en las ciudades, deuen ser del Rey, sino los que el diere a algun ome, o los que el rey mandare fazer a alguno, por le fazer merced. E otrosi, todo ome que fiziere baño, quier sea el suelo suyo, quier del Rey, deuelo fazer de guisa que no faga daño a sus vecinos; y fazer su caño, y su humero y la ceniza de todo, de guisa que no faga daño a sus vezinos, y no se escuse por dezir, que lo no puede fazer, ca el baño no lo faze, sino ome poderoso, y pues que puede fazer baño, deue vedar el daño, que lo no ayan sus vecinos. E si las casas de los vecinos fueren fechas después del baño, no se deuen quexar los vecinos del dueño del baño, ni metello en costa, sino si fuere mesura suya"[57].

En verdad, salvo algunos espacios urbanos donde regía la paz y la higiene, las calles de Toledo no estaban pavimentadas y la tierra del suelo producía barro en invierno y polvo en verano[58]. Lo mismo podemos decir de Sevilla cuyas calles no tuvieron baldosas hasta comienzos del siglo XVI[59] y hasta 1410 no se derribaron los arcos, saledizos y miradores que impedían el paso de las procesiones por la calle de Placentines[60]. Por esta razón el cronista Morgado hablaba de que hasta su tiempo, en el siglo XVI, no se cuidaba el exterior de las casas "según que hallaron a Sevilla de tiempo de moros", constituyendo una novedad "el labrar las casas a la calle con muchas ventanas, rejas y celosías"[61]. Participaban también de aspectos insalubres los edificios situados en los barrios comerciales y entre ellos, singularmente, los mesones toledanos, muy parecidos a los *funduq* orientales como afirma Jean Passini[62], algunos de los cuales pervivieron en Sevilla en su versión moderna hasta el siglo XX (Fig. X).

---

[57] *Ordenanças de Sevilla*, 1632, ff. 143 v. -144 r.

[58] IZQUIERDO BENITO, R., "Rasgos urbanísticos de las ciudades del reino de Toledo en el siglo XIII" in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M.(Ed.), *op.cit.*, I, p. 137.

[59] LADERO QUESADA, M. A., *La ciudad medieval (1248-1492)*, "Historia de Sevilla", II, Sevilla, 1976, p. 53.

[60] MARTÍNEZ DE AGUIRRE, J., "Notas sobre las empresas constructivas y artísticas del concejo de Sevilla (1370-1430)" (II), *Laboratorio de Arte*, 4, 1991, p. 22.

[61] MORGADO, A. de, *Historia de Sevilla*, Sevilla, 1587, f. 47 v.

[62] PASSINI, J., "Unos aspectos del espacio doméstico medieval de la ciudad de Toledo" in ARÍZAGA BOLUMBURU, B., y SOLÓRZANO TELECHEA, M. A, *El espacio urbano en la Europa medieval*, Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo, 2005, Logroño, 2006, pp. 245-272.

Fig. X.
Sevilla. Corral del Conde (hoy transformado).

Nada nos ha quedado de la arquitectura doméstica a excepción de los palacios del Alcázar y la llamada Casa del rey moro de la calle del Sol, de dos plantas y cuatro crujías con sus correspondientes alhanías en torno a un patio central. No obstante, según los documentos perduraba la casa patio de época islámica como aquella de la calle de Castro que poseía patio con cuatro galerías porticadas con techos "labrados a la morisca y de yesería sobre doçe arcos y ocho pilares de ladrillo"[63].

Y es que, en realidad, como ha apuntado Izquierdo Benito[64] se trataba de ciudades cristianas que en su concepción urbanística seguían siendo islámicas, cambiando los actores pero no la escenografía.

4. Trascendencia de estas ordenanzas

Los encargados de diseñar las nuevas ciudades de traza regular y planta reticulada que, a partir del siglo XIII, se levantaron en lugares de repoblación recién conquistados como Castellón de la Plana, Villarreal, Ciudad Real, y Albacete[65], serían los hábiles alarifes del rey cuya voluntad queda expresa en algunos de los regios apelativos con los que se les dio nombre. Se desconoce quienes hayan sido estos talentosos urbanistas del siglo XIII. Sin embargo, no cabe duda que era labor propia de los alarifes como queda probado por el testimonio del ya mencionado *Libro del Peso de los alarifes*, donde se contienen las ordenanzas urbanas de Toledo y Sevilla[66].Y

[63] COLLANTES DE TERÁN, A., *Sevilla en la Baja Edad Media. La ciudad y sus hombres*, Sevilla, 1977, pp. 119-121.

[64] IZQUIERDO BENITO, R., *op.cit.*, p.41.

[65] MONTERO VALLEJO, M., *op.cit.*, pp. 220-223.

[66] CÓMEZ RAMOS, R., *op.cit.*, p. 69

no podemos olvidar, por otra parte, que una vez terminada la Reconquista, los últimos eslabones de las pueblas bajomedievales castellanas -Puerto Real en Cádiz y Santa Fe de Granada- serán trasplantados al Nuevo Mundo –Santo Domingo y Villa Rica de Veracruz- siendo trazadas tanto esta última como las ciudades de México y Oaxaca por un alarife, el afamado Alonso García Bravo, compañero de Hernán Cortés[67].

El primer capítulo de las mencionadas ordenanzas define perfectamente la figura del alarife:

> "Los alarifes que en sus oficios. Como deuen, han nombre con derecho alarifes, que quiere tanto dezir como omes sabidores que son puestos por mandado del Rey, para mandar fazer derecho acuciosamente, y con gran hemencia deben ser acatados, aquellos que fueren escogidos para ser alarifes, y que ayan sabiduria de Geometria, y entendidos de fazer ingenios, y otras sutilezas; y que ayan sabiduria para juzgar los pleytos derechamente por su saber, o por uso de luengo tiempo"[68].

La primera obligación de los alarifes después de su nombramiento era, pues, revisar los muros de la ciudad y reparar aquellos que estuviesen derruidos, de modo que, en este sentido, se convertían en los conservadores del elemento más decisivo para la defensa y vida de la ciudad, como era su muralla pues en algunos casos no sólo la defendía de sus enemigos sino también de las riadas y desbordamientos del río Guadalquivir. Pero, además de estas labores propias de conservación y mantenimiento de la muralla de la ciudad, los alarifes mudéjares sevillanos se ocupaban también de la reparación del acueducto que llevaba el agua desde Alcalá de Guadaira hasta la Puerta de Carmona en Sevilla así como su red de distribución. Eran los llamados moros cañeros, especializados en todo lo referente a las conducciones de agua o cañerías, y cuya nómina asciende notablemente a partir del siglo XV[69].

Los inventarios de los libros de mayordomazgo proporcionan una nutrida información acerca de las labores constructivas en la ciudad de Sevilla y su alfoz entre 1370 y 1430[70]. Las continuas intervenciones para su equipamiento urbano eran responsabilidad de los mayordomos del cabildo, uno hijodalgo encargado de la conservación de los castillos, y otro ciudadano encargado de la administración

---

[67] CÓMEZ, R., *Arquitectura y feudalismo en México. Los comienzos del arte novohispano en el siglo XVI*, México, 1989, pp. 36-39.

[68] *Ordenanças de Sevilla*, f. 142 r.; CÓMEZ RAMOS, R., *op.cit.*, p. 71.

[69] MONTES-ROMERO CAMACHO, I., "El trabajo de los mudéjares en el abastecimiento de agua a la Sevilla bajomedieval: los moros cañeros y el acueducto de los Caños de Carmona", *VI Simposio Internacional de Mudejarismo* (1993), Teruel, 1995, pp. 231-254.

[70] COLLANTES DE TERÁN, F., *Inventario de los papeles del Mayordomazgo del siglo XIV*, Sevilla, 1968.

de los bienes del concejo. Desempeñando este cargo anualmente, el mayordomo ciudadano cuidaba de emplear a ciertos obreros municipales de remuneración fija y a otros maestros contratados para realizar determinadas obras sacadas a subasta[71].

Una de las labores perennes en la ciudad era, ciertamente, la conservación y mantenimiento de la muralla. En las reparaciones realizadas en 1386, con motivo de la alianza entre Inglaterra y Portugal tras la derrota castellana en Aljubarrota, fueron nombrados cuatro caballeros miembros del concejo como "veedores" a los que el mayordomo pagaría todo lo que ellos ordenasen para la labor. La obra fue encargada a destajo. Y realizada bajo el control directo de uno de los veedores, el armador Juan Martínez, por seis albañiles moros y diez cristianos[72].

Otra de las faenas constantes lo constituía la reparación del acueducto llamado los "Caños de Carmona", que conducía el agua desde un manantial de Alcalá de Guadaira hasta la ciudad entrando, precisamente, por la Puerta de Carmona de donde recibía ese nombre. Del mismo modo, las obras salían a subasta y eran desempeñadas por quien ofrecía condiciones más favorables. La importancia de estas obras era tal que en 1415 se creó el oficio de "obrero mayor de las obras de Sevilla" que recayó en Diego González de Villafranca, encargado de la traída de aguas para uso público hasta la plaza de San Francisco, en el centro de la ciudad[73].

El mantenimiento de caminos y puentes era asimismo competencia de estos maestros y para el puente de barcas de Triana existía la figura del "tenedor" del puente que no era otro que el maestro mayor de las atarazanas[74]. En Zaragoza, donde existían "veedores de puentes y carreras", sabemos que en 1385, el moro Ibrahim Allabar firmaba como "maestro que so de la obra del puent mayor… et de las otras de la ciutat"[75].

El maestro mayor de las Atarazanas así como los maestros del Alcázar de Sevilla eran denominados "francos" por los privilegios y exenciones fiscales que poseían frente a otros sectores de la población[76]. En definitiva, se trataba de edificios

---

[71] MARTINEZ DE AGUIRRE, J., "Notas sobre las empresas constructivas y artísticas del concejo de Sevilla en la Baja Edad Media (1370-1430)", *Laboratorio de Arte*, 2, 1989, p. 17.

[72] MARTÍNEZ DE AGUIRRE, J., *op.cit.*, p. 21.

[73] MONTES-ROMERO CAMACHO, I., *op.cit.*, p. 239.

[74] MARTÍNEZ DE AGUIRRE, J., "Notas sobre las empresas constructivas y artísticas del concejo de Sevilla en la Baja Edad Media (1370-1430)" (II), *Laboratorio de Arte*, 4, 1991, p. 12.

[75] LAMPÉREZ Y ROMEA, V., *op.cit.*, II, p. 35. Véase SESMA MUÑOZ, J.A., "El mundo urbano en la corona de Aragón (siglo XIII)" in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. (Ed.), *op.cit.*, I, pp. 203-217; y también FALCÓN PÉREZ, I., "Evolución del espacio urbano de Zaragoza: de la Antigüedad a la Edad Media" in ARÍZAGA BOLUMBURU, B. y SOLÓRZANO TELECHEA, J.A., *El espacio urbano en la Europa medieval*, (Ed.), Nájera, 2005, Logroño, 2006.

[76] COLLANTES DE TERÁN, A., *Sevilla en la Baja Edad Media,* pp. 236-238.

fundados por el rey, uno con finalidad bélica[77], el otro con finalidad residencial y símbolo de poder[78], que vinieron a convertirse en modelos por sus excepcionales características constructivas y artísticas.

Otros funcionarios municipales indispensables en el mantenimiento y conservación de la ciudad eran los que en la modernidad denominamos bomberos y que en el Regimiento de Valladolid de 1497, aparecen como "moros obligados al fuego"; por una real cédula de 1515; se sabe que eran carpinteros del barrio de Santa María, que a cambio de cierta retribución acudían cuando sonaba la campana a rebato. En cambio, en Toledo, las Ordenanzas les llaman "oficiales del fuego". Y se trataba de veinte carpinteros y albañiles, con cuatro jefes denominados "cuadrilleros" a la cabeza de sus respectivas cuadrillas[79]. Por otro lado, en Sevilla no tenemos noticia de este incipiente cuerpo de bomberos, sin embargo, existían unos buceadores o "zambullidores" encargados de comprobar el área de la muralla cubierta por el agua del Guadalquivir con objeto de prevenir a los maestros albañiles sobre el estado real de los cimientos para que no fueran minados por los embates del río[80].

Las antiguas ordenanzas de alarifes de Sevilla dicen que son "maestros de frogar labrar carpintería", alcaldes del gremio de albañiles y carpinteros[81]. Aun cuando podrían considerarse también maestros de cantería como especifican las ordenanzas de Toledo en que los alarifes "han de ser quatro. El uno ha de ser carpintero; y el otro alvañil; y el otro yesero; y el otro pedrero"[82]. No obstante, el término "frogar" tanto puede usarse para la fábrica de ladrillo como la de piedra pues si bien en la modernidad hace sólo referencia a la obra de albañilería podemos comprobar que en 1515 no existía esa diferencia, como demuestran los documentos relativos a la construcción de la catedral de Salamanca[83] además de ser las ordenanzas sevillanas del *Libro del Peso de los alarifes y Balanza de los menestrales*, atribuidas a Alfonso X el Sabio, -las más antiguas del reino de Castilla y de las que dimanaron todas

[77] CÓMEZ RAMOS, R., "Notas sobre las atarazanas de Sevilla", *Archivo Hispalense*, nº 254, 200, pp. 165-177.

[78] CÓMEZ RAMOS, R., "El Alcázar de Sevilla en dos ejemplos de dominación cultural: Alfonso X y Pedro I" in *Spanien und der Orient um frühen und hohen Mittelalter*, Madrider Beiträge, 24, Maguncia, 1996, pp. 157-164; IDEM, "El Alcázar de Sevilla al fin de la Edad Media", BOUCHERON, P. et CHIFOLEAU, J. (Ed.), *Le palais dans la ville. Espaces urbains et lieux de la puissance publique Dans la Mediterranée médièvale*, Lyon, 2004, pp. 1-12; IDEM, "Historia del arte y arqueología en los nuevos hallazgos del Alcázar de Sevilla", *Archivo Hispalense*, nº 273, 2007, pp. 95-116; IDEM, *El Alcázar del rey Don Pedro*, 2ª ed., Sevilla, 2006.

[79] LAMPÉREZ Y ROMEA, V., *op.cit.*, II, p. 40.

[80] MARTÍNEZ DE AGUIRRE, J., "Notas…" (I), 1989, p. 23.

[81] *Ordenanças de Sevilla*, Sevilla, 1632, f. 142.

[82] *Ordenanzas de Toledo*, ed. de A. Martín Gamero, Toledo, 1858, p. 16.

[83] GARCÍA SALINERO, F., *Léxico de alarifes de los Siglos de Oro*, Madrid, 1968, p. 120.

las demás- donde aparece, primeramente, dicho término[84]. El término pedrero empleado en las ordenanzas de Toledo se usó quizá antes que el de cantero, que sería un cultismo que no comienza a difundirse hasta el siglo XV, apareciendo por primera vez en *La Gran Conquista de Ultramar* [85].

El alarifazgo se convierte en la institución indispensable para cualquier comunidad urbana y equivalente en sus funciones al moderno "maestro mayor de la ciudad" ya que se le atribuye la función de máxima autoridad en lo relativo a las obras urbanas, públicas y privadas[86]. Según su etimología árabe, *al-arif*, "el maestro, "el experto", "el conocedor", es la máxima autoridad en materia de arquitectura e ingeniería con amplios conocimientos teóricos y prácticos. Diego López de Arenas menciona las ordenanzas de Sevilla en su famoso *Compendio de Carpintería de lo Blanco y Tratado de Alarifes*. Igualmente fray Lorenzo de San Nicolás se interesó por las ordenanzas de alarifes de Toledo incluyéndolas en la 2ª parte de *Arte y Uso de Arquitectura* y Juan de Torija se inspiró en ellas para componer su tratado sobre las ordenanzas de Madrid, en 1661[87]. Si a ello añadimos la publicación en 1719 de la obra de Teodoro Ardemans, *Declaración y extensión, sobre las Ordenanzas que escribió Juan de Torija, Aparejador de las Obras Reales y de las que se practican en las ciudades de Toledo y Sevilla*, reeditada siete veces en el siglo XVIII y cinco más en el siglo XIX, hasta 1866[88], constatamos la utilidad y eficacia de unas ordenanzas que significan la pervivencia del *Libro del Peso de los alarifes* hasta los tiempos modernos.

BIBLIOGRAFÍA

ABDEL-RAHIM, M., "Instituciones jurídicas" in SERJEANT, R.B. (Ed.), *La ciudad islámica*, Barcelona, 1982, pp. 49-61.

ALONSO, A., *Diccionario Español Medieval*, Salamanca, 1986.

AL-FARABI, *Catálogo de las Ciencias*, ed. y trad. de A. González Palencia, 2ª ed., Madrid, 1953.

---

[84] CÓMEZ RAMOS, R., *Arquitectura alfonsí.*, pp. 69-80.

[85] *La Gran Conquista deUltramar* (c. 1295), ed. B.A.E., t. 44, p. 446.

[86] TOAJAS ROGER, M. A., "Los alarifes de Madrid y Sevilla en el siglo XVII", *V Jornadas de Arte "Velázquez y el arte de su tiempo"*, Madrid, 1991, p. 180; EADEM, "El oficio de Alarifes en el siglo XVII", *Actas del III Simposio Internacional de Mudejarismo (1984)*, Teruel, 1986, pp. 163-172. Sobre la función de los alarifes y maestros mayores véase PLEGUEZUELO, A., *Arquitectura y Construcción en Sevilla (1590-1630)*, Sevilla, 2000, pp. 26-27, y CRUZ ISIDORO, F., "Sobre los gremios de albañilería y carpintería en la Sevilla del XVII", *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, Universidad de Valladolid, LXVII, 2001, pp. 229-245.

[87] CÓMEZ RAMOS, R., "El libro del Peso de los alarifes", p. 260.

[88] BONET CORREA, A., "Acerca del control del espacio urbano o las Ordenanzas municipales de policía, construcción y ornato de la ciudad" in BLASCO ESQUIVIAS, B., *El tratado de Teodoro Ardemans sobre Ordenanzas Urbanas de Madrid (1719)*, I, Madrid, 1992, p. XVIII.

ARCAZ POZO, A., "La imagen de la ciudad castellana en las cantigas alfonsíes" in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. (Ed.), *El mundo urbano en la Castilla del siglo XIII*, II, Sevilla, 2006, pp. 75-86.

AZCÁRATE, J.M., "Términos del gótico castellano", *Archivo Español de Arte*, XII, 1948, p. 265.

BONET CORREA, A., "Acerca del control del espacio urbano o las Ordenanzas municipales de policía, construcción y ornato de la ciudad" in BLASCO ESQUIVIAS, B., *El tratado de Teodoro Ardemans sobre Ordenanzas Urbanas de Madrid (1719)*, I, Madrid, 1992, p. XVIII.

BURCKHARDT, T., *El arte del Islam. Lenguaje y significado*, Barcelona, 1988.

COLIN, G.S. et LÉVI-PROVENÇAL, E., *Un manuel hispanique de hisba. Traité d´Abu Abd Allah Muhammad B. Abi Muhammad As-Sakati de Málaga sur la surveillance des corporations et la repression des fraudes en Espagne musulmane*, Paris, 1931.

COLLANTES DE TERÁN, A., *Sevilla en la Baja Edad Media*, Sevilla, 1977, pp. 236-238.

COLLANTES DE TERÁN, F., *Inventario de los papeles del Mayordomazgo del siglo XIV*, Sevilla, 1968.

CÓMEZ RAMOS, R., *Arquitectura alfonsí*, Sevilla, 1974.

CÓMEZ RAMOS, R., *Las empresas artísticas de Alfonso X el Sabio*, Sevilla, 1979.

CÓMEZ RAMOS, R., "El libro del Peso de los alarifes", I *Simposio Internacional de Mudejarismo* (1975), Madrid-Teruel, 1981, pp. 255-266.

CÓMEZ, R., *Arquitectura y feudalismo en México. Los comienzos del arte novohispano en el siglo XVI*, México, 1989, pp. 36-39.

CÓMEZ RAMOS, R., "El Alcázar de Sevilla en dos ejemplos de dominación cultural: Alfonso X y Pedro I" in *Spanien und der Orient um frühen und hohen Mittelalter*, Madrider Beiträge, 24, Maguncia, 1996, pp. 157-164.

CÓMEZ RAMOS, R., "Notas sobre las atarazanas de Sevilla", *Archivo Hispalense*, nº 254, 200, pp. 165-177.

CÓMEZ RAMOS, R., "El Alcázar de Sevilla al fin de la Edad Media", BOUCHERON, P. et CHIFOLEAU, J. (Ed.), *Le palais dans la ville. Espaces urbains et lieux de la puissance publique dans la Mediterranée médièvale*, Lyon, 2004, pp. 1-12;

CÓMEZ RAMOS, R., "Historia del arte y arqueología en los nuevos hallazgos del Alcázar de Sevilla", *Archivo Hispalense*, nº 273, 2007, pp. 95-116; IDEM, El Alcázar del rey Don Pedro, 2ª ed., Sevilla, 2006.

CÓMEZ RAMOS, R., *Los constructores de la España medieval*, 2ª ed., Universidad de Sevilla, Sevilla, 2006, pp. 36-37.

CHALMETA, P., *El señor del zoco en España*, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, Madrid, 1973.

CHALMETA, P., "Los mercados" in SERJEANT, R.B. (Ed.), *La ciudad islámica*, Barcelona, 1982, pp. 131-143.

CRUZ ISIDORO, F., "Sobre los gremios de albañilería y carpintería en la Sevilla del XVII", *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, Universidad de Valladolid, LXVII, 2001, pp. 229-245.

FALCÓN PÉREZ, I., "Evolución del espacio urbano de Zaragoza: de la Antigüedad a la Edad Media" in ARÍZAGA BOLUMBURU, B. y SOLÓRZANO TELECHEA, J.A., *El espacio urbano en la Europa medieval*, (Ed.), Nájera, 2005, Logroño, 2006.

GARCÍA SALINERO, F., *Léxico de alarifes de los Siglos de Oro*, Madrid, 1968.

GONZÁLEZ ARCE, J.D., "Sobre el origen de los gremios sevillanos", *Archivo Hispalense*, LXXIII, 1990, p. 45.

GONZÁLEZ ARCE, J.D., "Cuadernos de ordenanzas y otros documentos sevillanos del reinado de Alfonso X", *Historia*, Instituciones, Documentos, 16, 1989, p. 115.

GONZÁLEZ PALENCIA, A., *Los mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*, Madrid, 1930-1938, III, nº 987, p. 330.

IZQUIERDO BENITO, R., "Rasgos urbanísticos de las ciudades del reino de Toledo en el siglo XIII" in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. (Ed.), *El mundo urbano en la Castilla del siglo XIII*, I, Sevilla, 2006, pp. 137.

LADERO QUESADA, M. A., *La ciudad medieval* (1248-1492), "Historia de Sevilla", II, Sevilla, 1976.

LAMPÉREZ Y ROMEA, V., *Arquitectura civil española de los siglos I al XVIII*, Madrid, 1927, II.

LÉVI-PROVENÇAL, E. y GARCÍA GÓMEZ, E., trad. *Sevilla a comienzos del siglo XII. El tratado de Ibn Abdun*, Madrid, 1948, pp. 112 y 114.

LÉVI-PROVENÇAL, E., « L´Espagne musulmane au Xème siècle ». *Institutions et vie sociale*, Paris, 1930, pp.187-190.

MARTÍN GAMERO, A., *Ordenanzas de Toledo*, Toledo, 1858.

MARTINEZ DE AGUIRRE, J., "Notas sobre las empresas constructivas y artísticas del concejo de Sevilla en la Baja Edad Media (1370-1430)", *Laboratorio de Arte*, 2, 1989.

MARTÍNEZ DE AGUIRRE, J., "Notas sobre las empresas constructivas y artísticas del concejo de Sevilla (1370-1430)" (II), *Laboratorio de Arte*, 4, 1991.

MAZZOLI-GUINTARD, CH., "Au bout du chemin, la muraille de la ville: formes, fonctions et gestion de l´ecrin urbain (Al-Andalus, X-XV s.)", in MONFERRER SALA, J.P., y RODRÍGUEZ GÓMEZ, M.D., (Eds.), *Entre Oriente y Occidente. Ciudades y viajeros en la Edad Media*, Granada, 2005, pp. 17-35.

MAZZOLI-GUINTARD, CH., "Cordoue et Madinat al-Zahra: remarques sur le fonctionnement d´une capitale à double polarité", *Al-Qantara*, XVIII, 1, 1997, pp. 43-64.

MOLÉNAT, J.P., "L´urbanisme à Tolède aux XIV et XVème siècles" in SÁEZ, E. ET ALII, *La ciudad hispánica durante los siglos XIII al XV*, Actas del Coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla (1981), Madrid, 1981, pp. 1104-1111.

MOLÉNAT, J.P., "Les Ordenanzas de los alarifes de Tolède, comme témoignage sur la permanence de traditions d´époque islamique" in CRESSIER, P., FIERRO, M., ET VAN STAEVEL, J.P., *L´urbanisme dans l´Occident musulman au Moyen Âge, Aspects juridiques*, Madrid, 2000, pp. 191-199.

MONTERO VALLEJO, M., *Historia del urbanismo en España. Del Eneolítico a la Baja Edad Media*, Madrid, 1996.

MONTES-ROMERO CAMACHO, I., "El trabajo de los mudéjares en el abastecimiento de agua a la Sevilla bajomedieval: los moros cañeros y el acueducto de los Caños de Carmona", VI *Simposio Internacional de Mudejarismo* (1993), Teruel, 1995, pp. 231-254.

MORGADO, A. de, *Historia de Sevilla*, Sevilla, 1587.

OCAÑA, M., "Arquitectos y mano de obra en la construcción de la gran mezquita de Occidente", *Cuadernos de la Alhambra*, 22, 1986, pp. 58-59.

OCAÑA, M., El cúfico hispano y su evolución, Madrid, 1970.

PASSINI, J., "L´urbanisme medieval tolédan: décisions des juristas mâlikites et ordonnances municipales chrétiennes de la construction" in CRESSIER, P., FIERRO, M., ET VAN STAEVEL, J.P., L´urbanisme dans l´Occident musulman au Moyen Âge, Aspects juridiques, Madrid, 2000, pp. 201-213.

PASSINI, J., "Unos aspectos del espacio doméstico medieval de la ciudad de Toledo" in ARÍZAGA BOLUMBURU, B., y SOLÓRZANO TELECHEA, M. A, *El espacio urbano en la Europa medieval*, Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo, 2005, Logroño, 2006, pp. 245-272.

PLEGUEZUELO, A., *Arquitectura y Construcción en Sevilla (1590-1630)*, Sevilla, 2000, pp. 26-27.

RODRÍGUEZ, M.J., y SOUTO,J.A., "De gliptografía omeya: signos lapidarios en la Mezquita Aljama de Córdoba. Situación e índice", *Actes du XI Colloque International de Glyptographie de Palme de Majorque*, Braine-le Château, 2000, pp. 359-391.

SESMA MUÑOZ, J.A., "El mundo urbano en la corona de Aragón (siglo XIII)" in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. (Ed.), *El mundo urbano en la Castilla del siglo XIII*, I, pp. 203-217.

SIMÓN GARCÍA, *Compendio de arquitectura y simetría de los templos*, Salamanca, 1941.

SOUTO, J.A., "Los constructores de al-Andalus omeya", in VIGUERA, M.J. y CASTILLO, C., *El esplendor de los Omeyas cordobeses. La civilización musulmana de Europa occidental, El Legado Andalusí*, Barcelona, 2001, pp. 274-281.

SOUTO, J.A., "¿Sa´ada= Sa´ada al-Àmri? (Precisiones en torno a un trabajador andalusí de la construcción)", *Al-Qantara*, 2002, pp. 213-222.

TOAJAS ROGER, M. A., "El oficio de Alarifes en el siglo XVII", Actas del III *Simposio Internacional de Mudejarismo* (1984), Teruel, 1986, pp. 163-172.

TOAJAS ROGER, M. A., "Los alarifes de Madrid y Sevilla en el siglo XVII", V *Jornadas de Arte "Velázquez y el arte de su tiempo"*, Madrid, 1991.

TOB, D. SEM, *Glosas de Sabiduría o Proverbios Morales y otras Rimas*, ed. de A. García Calvo, Madrid.

TORRES BALBÁS, L., "Actividades de los moros burgaleses en las artes y oficios de la construcción (siglos XIII y XIV)", *Al-Andalus*, XIX, 1954, pp. 197-198.

VALLEJO, A., "Madinat al-Zahra. Notas sobre la planificación y transformación del palacio", BORRÁS, G.M., *Arte andalusí*, Universidad de Zaragoza, Zaragoza, 2008, pp. 73-101.

VILLANUEVA, J. de, *Arte de Albañilería (1827),* Madrid, 1984.

RESUMEN: Este artículo estudia las ordenanzas de la construcción en las ciudades del reino de Castilla durante la Baja Edad Media. Se analiza la organización del gremio de constructores partiendo de sus antecedentes islámicos, tomando como ejemplos las ordenanzas urbanas de Toledo, Sevilla y Córdoba, destacando finalmente la pervivencia de estas ordenanzas.

Palabras clave: Historia de Castilla en la Baja Edad Media, Ciudades españolas en la Edad Media, Arquitectura medieval, Gremios de constructores, Ordenanzas urbanas en Castilla.

SUMMARY: This paper dealt with the building ordinances in Castille Kingdom during Late Middle Ages. From Islamic builders guilds until Christian builders guilds are analysed according city ordinances of Toledo, Córdoba and Seville, with special focus in those of Seville. Finally, is point out the goal and revival of these ordinances.

Keywords: History of Castille in the Late Middle Ages, Spanish medieval cities, Medieval Architecture, Builders guilds, City ordinnances in Castille.

AS GENTES DA CONSTRUÇÃO NA SOCIEDADE MEDIEVAL PORTUGUESA*

MANUEL SÍLVIO ALVES CONDE**

0. INTRODUÇÃO

No âmbito do medievalismo português, onde a temática dos ofícios e do trabalho artesanal poucas vezes tem sido abordada, rareiam os estudos relativos à construção.

Este quadro desolador deriva, em boa parte, da pobreza das fontes. Comparativamente a outras regiões da Europa Ocidental, incluindo a Península Ibérica, as fontes portuguesas relativas à construção são muito escassas. Tendo desaparecido quase toda a documentação respeitante às obras e à organização profissional das gentes da construção, as possibilidades de estudar aprofundadamente estes temas são muito limitadas. Por outro lado, a pobreza dos números facultados pelas fontes disponíveis torna impraticável a análise quantitativa rigorosa daquelas gentes, dos seus salários ou da evolução dos seus níveis económicos.

Além de escassos, os estudos efectuados entre nós relativos à construção e às suas gentes reportam-se, em boa parte, a obras monumentais. Isso resulta das características da documentação disponível, mas também da óptica do investigador. Importa alterar a perspectiva sobre o sector e considerar também as obras de pequeno vulto, os trabalhos comuns de construção e de reparação, a cargo de modestos mestres, pedreiros ou carpinteiros, coadjuvados por reduzidos grupos de profissionais e por mão de obra não qualificada.

* Trabalho elaborado no âmbito do projecto DOMUSIberOMa, financiado pela Direcção Regional da Ciência e Tecnologia dos Açores.

** Universidade dos Açores/Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa e CITCEM.

A nossa abordagem procura considerar globalmente os homens da construção no quadro do Portugal dos finais da Idade Média e dos primórdios de Quinhentos, segundo três eixos problemáticos: **a)** A composição do grupo socioprofissional e o seu peso relativo no quadro dos ofícios de várias cidades e vilas do Reino; **b)** A organização profissional das gentes da construção e as suas relações com os poderes; **c)** O estatuto socioeconómico dos profissionais da construção.

As considerações expendidas acerca da documentação disponível justificam a metodologia utilizada: recurso a todo o género de fontes e abordagem sobretudo qualitativa, assente no cotejo da informação relativa a diversas cidades e vilas – aquelas que melhor conhecemos.

1. AS GENTES DA CONSTRUÇÃO: COMPOSIÇÃO DO GRUPO SOCIOPROFISSIONAL E SEU PESO RELATIVO NO QUADRO DOS MESTERES URBANOS

Nos séculos XII-XIII, regista-se, por toda a Europa Ocidental, um crescimento significativo da actividade construtiva, mais evidente nos centros urbanos, mas também perceptível no espaço rural.

A forte procura de trabalho derivava sobretudo de iniciativas públicas em termos de construção religiosa, militar e civil. Mas também era alimentado pelas necessidades de reparação e manutenção das construções públicas e por inúmeras solicitações particulares, com realce para a construção e ampliação de habitações urbanas, imposta pelo aumento generalizado da populações citadinas.

Sinais do dinamismo da actividade construtiva são também evidentes para Portugal, no mesmo período. País em formação, a necessidade de defender as cidades e os territórios conquistados impunha um forte investimento em fortificações e cercas defensivas. Ao projecto político-militar de expansão pela guerra, associava o Reino o projecto religioso, cristão-romano, cimento ideológico tido por imprescindível para a agregação numa só unidade política de territórios tão díspares, geográfica, social e culturalmente. O que justificava um notável investimento em construções religiosas: igrejas e mosteiros.

Não obstante a evidência da procura construtiva, os nossos documentos desses séculos são de um extremo laconismo, relativamente às gentes da construção que àquela respondiam. As fontes coevas susceptíveis de utilização demográfica – um catálogo de igrejas, róis de tabeliães e de besteiros – não permitem lobrigar alvanéis, pedreiros e carpinteiros; apenas nos sugerem locais onde a procura construtiva era porventura mais significativa.

No final da Idade Média, uma crise profunda e generalizada traduziu-se em problemas demográficos e dificuldades económicas, que se reflectiram

tanto na oferta laboral como na procura construtiva. Em determinados âmbitos, como a arquitectura religiosa, verificou-se uma quebra significativa das construções. Continuou, pelo contrário, o crescimento das cidades, exigindo novos cuidados defensivos, sobretudo a construção de muralhas que envolvessem os novos arrabaldes urbanos. O século XIV conheceria, assim, dois notáveis ciclos de construção e de melhoramento de cercas urbanas e de castelos: o dionisino e o fernandino.

A recuperação da crise tardou, mas a estabilização política e a necessidade de afirmação da nova dinastia de Avis justificaram que se mobilizassem avultados recursos para a construção do mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha). A expansão ultramarina, iniciada na primeira metade do século XV, com a conquista de praças marroquinas, a ocupação de arquipélagos atlânticos e a exploração das costas africanas, proporcionaria depois largos proventos, que permitiram vencer a penúria económica. A segunda metade do século assistiu também à recuperação demográfica, ao mesmo tempo que a expansão progredia, na África Ocidental, depois no Índico e no Brasil. Os recursos da expansão marítima possibilitaram uma excepcional animação do sector construtivo, que se traduziu em obras de todo o género e escala, um pouco por toda a parte: de Lisboa às Ilhas Atlânticas, das praças marroquinas às cidades do índico.

Sendo as fontes tardomedievais e das primeiras décadas de Quinhentos muito mais abundantes que as dos períodos anteriores, continuam a ser pouco esclarecedoras relativamente aos homens da construção, faltando os arquivos das suas organizações profissionais e assistenciais. Assim, à excepção de casos como o do mosteiro de Santa Maria da Vitória e poucos mais, dispomos apenas de informações dispersas sobre os mesteres da construção, reveladas sobretudo pela documentação gerada pelos poderes central e local.

Relativamente às gentes da construção, à sua categorização socioprofissional e à sua relevância demográfica, são duas as questões a que gostaríamos de responder adequadamente: **a)** Quais as profissões da construção e qual a sua importância no âmbito do mester? **b)** Qual o peso dos homens da construção no quadro da população activa urbana?

A ausência de fontes demográficas, ou, ao menos, de fontes militares ou fiscais susceptíveis de tratamento demográfico rigoroso, até à elaboração do primeiro *numeramento* realizado à escala do Reino em 1527-1532, não permite uma abordagem quantitativa dos estratos socioprofissionais, que esclareça como evoluiu o sector da construção no período considerado. Uma vez que o próprio *numeramento* é omisso relativamente às categorias socioprofissionais, dispomos apenas, para o seu estudo, de três documentos susceptíveis de tratamento quantitativo, relativos a

Arruda dos Vinhos, em 1369[1], a Torres Vedras, em 1381[2], e a Alenquer, em 1497[3]. O meio do século XVI conheceu dois notáveis levantamentos estatísticos, relativos a Lisboa, feitos por Cristóvão Rodrigues de Oliveira e por João Brandão (de Buarcos)[4]. Utilizámos essas fontes, em conjunto com variada documentação relativa a diversos centros urbanos do Reino (Abrantes, Tomar, Torres Novas, Lisboa, évora e Loulé), na tentativa de responder às duas questões atrás formuladas.

O grupo socioprofissional dos construtores correspondia fundamentalmente a um *mester*, o dos *carpinteiros e pedreiros*, que comportava diversas profissões, ou especialidades, afectas ao manuseamento dos principais materiais construtivos (a madeira, a pedra, a terra, a cal, o metal). Na segunda metade do século XIV, encontramos as especialidades de *carpinteiro, pedreiro, alvanel, taipador, caeiro, cabouqueiro* e *valador*. Outro *mester*, o dos *oleiros*, concorria também para a actividade construtiva, pois garantia, além da produção da louça, a de telha, de tijolo e de ladrilho[5]. A produção cerâmica incluía o oleiro generalista e o *telheiro*. A divisão em especialidades era bastante ténue nos pequenos centros urbanos, em contraste com os de escala mais alargada.

Nos séculos XV e XVI, a divisão do trabalho acentuou-se nas principais urbes, onde as especialidades se multiplicaram, sobretudo em Lisboa.

A partir da carpintaria generalista, segmentaram-se diversas especialidades, bem como funções não adstritas à construção, como os *imaginários* e os carpinteiros

---

[1] Publicado e estudado por A. H. de Oliveira Marques, "Estratificação económico-social de uma vila portuguesa da Idade Média", in *Ensaios de história medieval portuguesa,* 2.ª ed., Lisboa, 1980, pp. 121-133. Trata-se de um arrolamento dos moradores do concelho e dos respectivos haveres, realizado por ordem régia, com vista ao seu contributo para as obras da cerca da cidade de Lisboa (erguida entre 1373 e 1375). Note-se que a ordem régia insistia na obtenção de informações relativas aos ofícios ligados à construção: *Outrossi me enviade dizer quantos pedreyros e alvanees e valadores e cavouqueiros e taphadores e carpenteiros e carvoeiros hi ha en essa comarca.*

[2] Rol de contribuintes da vila, publicado e estudado por Ana Maria S. A. Rodrigues, "A população de Torres Vedras em 1381", in *Espaços, gente e sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras medieval,* Cascais, 1996, pp. 45-84.

[3] Publicado e estudado por João Pedro Ferro, *Alenquer medieval (séculos XII-XV). Subsídios para o seu estudo,* Cascais, 1996.

[4] Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Svmmario em qve brevemente se contem algvmas covsas assi ecclesiasticas como secvlares que ha na cidade de Lisboa*, Lisboa, s/d (entre 1551 e 1555), (nova ed. por José da Felicidade Alves, *Lisboa em 1551 – Sumário*, Lisboa, 1987); João Brandão (de Buarcos), *Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa na 2.ª metade do século XVI (Estatística de Lisboa de 1552)*, ed. por Anselmo Braamcamp Freire com comentários e notas por Gomes de Brito, Lisboa, 1923 (nova ed. por José da Felicidade Alves, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, Lisboa, 1990). Os autores utilizam diferentes critérios de agregação estatística e, com frequência, registam cifras divergentes para a mesma realidade.

[5] Embora os *oleiros* (e profissões conexas) fossem, de há muito, reconhecidos como *mester* autónomo, são englobados por Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 1551 – Sumário,* cit., p. 96, no grupo de ofícios dos *pedreiros*, em conjunto com *telheiros, tijoleiros, ladrilhadores* e *caeiros*.

de instrumentos musicais, e também os *marceneiros* e os *carpinteiros de tenda*. O ramo principal da profissão era identificado pela designação habitual, ou pela de *carpinteiro de casas*. Ou ainda pela de *carpinteiro de terra*, por oposição ao *carpinteiro da ribeira*, especialidade que, com o *calafate*, constituía o núcleo laboral da emergente e muito dinâmica construção naval. Duas especialidades construtivas, os *serradores* e os *carpinteiros de enxó*, distinguiam-se das restantes pelos utensílios de trabalho a que mais recorriam.

No afago da pedra, consolidou-se a denominação *pedreiro*. Ou *pedreiro de pedraria*, expressão que o distinguia de duas outras especialidades: o *pedreiro de cantaria*, ou *canteiro*; o *pedreiro de alvenaria*, ou *alvanel*. A par de outras funções já anteriormente autonomizadas, como o *taipeiro*, o *caeiro*, o *valador* e o *cabouqueiro*, emergiam outros, como o *calçador*, que respondia especializadamente a crescentes solicitações urbanas.

Além do labor generalista do oleiro, afirmaram-se as especialidades de *oleiro da telha*, ou *telheiro*, de *oleiro do tijolo*, ou *tijoleiro*, e de *ladrilheiro*. Associado também a fornos, surgia outro ofício: o do *vidreiro*. No trabalho do metal, o ofício do ferreiro generalista desdobrou-se em variadas especialidades, importando para a construção, sobretudo, a dos *serralheiros*.

Para lá das especialidades construtivas de natureza produtiva, os séculos XV e XVI assistiram à multiplicação de outras actividades. Umas, eram relativas à comercialização e ao transporte de materiais de construção: o *mercador da madeira* (ou *galego da madeira*), o *embarcador* e o *carreteiro* da pedra, o *acarretador* de telhas, de cal ou de pedra, e a *aguadeira*. Outras correspondiam a labores construtivos não qualificados, exercidos por assalariados, sob variadas denominações, como as de *jornaleiros, ganha-dinheiros, assoldadados, braceiros, trabalhadores, criados, servidores* e *mulheres* (telheiras). Outras havia, mais específicas, como as de *caiador* e de *caiadeira*.

A estruturação profissional do sector construtivo comportava um razoável número de especialidades, que cresceram significativamente durante os séculos XV e XVI. Todavia, a diversificação profissional era mais aparente do que real, já que o *alvanel*, o *pedreiro* e o *carpinteiro* realizavam todo o trabalho construtivo genérico e as suas práticas facilmente se sobrepunham, em particular nas pequenas obras de beneficiação ou de restauro. Exceptuavam-se do horizonte generalista as especialidades ligadas à produção de materiais construtivos cerâmicos (e outros, designadamente os metálicos, o vidro e a cal) e algum trabalho específico da madeira, da pedra ou de elementos aglutinantes.

As especializações gravitavam em torno das duas profissões nucleares, correspondentes ao trabalho generalista da madeira, por um lado, da pedra e de outros materiais duros, por outro. Para além destas e das funções situadas a montante do

labor construtivo (extracção, produção, comercialização e transporte de materiais), desenvolvia-se o largo espectro de tarefas subsidiárias e não qualificadas, ou pouco qualificadas, distribuídas entre os aprendizes, ou criados, ou exercidas por trabalhadores temporários, a maior parte das vezes pagos à jorna.

Nas grandes cidades europeias do século XV, a construção corresponderia a valores entre 4% e 10% da população activa[6].

Em Portugal, para o século XIV, só existem números respeitantes às categorias socioprofissionais para duas localidades da Estremadura: Arruda dos Vinhos, em 1369, e Torres Vedras, em 1381. Na primeira, de pendor rural, os *mesteirais* – categoria que designava, basicamente, os artífices e as gentes do pequeno comércio e transportes – eram poucos: apenas 9,1% do total de *vizinhos*. Em Torres Vedras, vila de pendor mais urbano, os homens dos *mesteres* eram 24,6% dos *moradores*. Os homens da construção correspondiam a 17,6% dos mesteirais, em Arruda, e a 7,7%, em Torres Vedras, valendo 1,6% e 1,9% do total de *vizinhos*, respectivamente.

Para o século XV, apenas existe informação consistente, quanto às categorias socioprofissionais, para Alenquer, outra vila da Estremadura ligada à ruralidade, que contava, em 1497, 12,7% dos seus *vizinhos* no grupo dos *mesteirais;* 14,4% destes eram homens da construção, correspondendo a 1,8% do total de *vizinhos*.

Cotejámos este valor com os obtidos a partir de listas de mesteirais mencionados em documentação local vária, produzida no século XV em diversos centros urbanos em períodos mais ou menos dilatados: as vilas de Abrantes, Tomar e Torres Novas, na Estremadura[7], e a de Loulé, no Algarve[8]. Utilizámos, ainda, os dados extraídos de um conjunto documental de meados de Quatrocentos, relativo a Lisboa[9]. Obviamente, consideramos este género de informação menos valioso que o proveniente das fontes acima referidas. Naquelas vilas da Estremadura, as gentes da construção correspondiam a valores entre os 11,4% e os 14,9% do total

---

[6] Para o vizinho reino de Castela, os valores encontrados são análogos: em Múrcia: 5%, em Sevilha: 4%. Cf. Mercedes Borrero Fernández, "Los medios urbanos y la sociología de la construcción medieval", in Amparo Graciani (ed.), *La técnica de la arquitectura medieval,* Sevilha, 2002, pp. 91-123 (especialmente p. 102); Antonio Collantes de Terán Sánchez, *Sevilla en la Baja Edad Media. La ciudad y los hombres,* Sevilha, 1977, p. 417.

[7] A documentação relativa às três vilas atravessa os séculos XIV-XVI. Cf. Manuel Sílvio Alves Conde, *O Médio Tejo nos finais da Idade Média*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1997, vol. II, pp. 819-828.

[8] Recorremos, para o efeito, às actas das vereações, entre 1384 e 1488 – Luís Miguel Duarte *et alii* (eds.), *Actas das vereações de Loulé. Séculos XIV-XV,* separata da revista *al-'Uliã,* n.º 7, Loulé, 2000.

[9] Empregámos os dados obtidos a partir de um conjunto de registos da propriedade régia, compilados e analisados por Iria Gonçalves, "Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia", in *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, 1996, pp. 11-60.

Os homens da construção estão provavelmente sub-representados nesta amostra.

dos *mesteirais*, ao passo que na vila algarvia se quedavam pelos 8,4%. Encontramos um valor idêntico para Lisboa (1458-1465), onde, num universo de 290 indivíduos *foreiros* do rei, 11 (4,1% do total) eram homens da construção. Nestas cidades e vilas, de diversa escala e inserção geográfica, as gentes da construção correspondiam, assim, a percentagens entre os 8,4% e os 14,9% do conjunto dos *mesteirais*, e entre 1,8% e 4,1% do total dos *vizinhos*.

Na grande metrópole que era a Lisboa de meados do século XVI, o sector da construção abarcava, de acordo com as cifras de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, 23% dos mesteirais (cabendo 20% à construção civil e 3% à pujante construção naval) e cerca de 15% dos *vizinhos* (12,8% a construção civil e 2% a construção naval). São divergentes destes os valores propostos por João Brandão, que atribuem ao sector da construção civil 7% dos *homens* da cidade. Juntando à construção os profissionais do comércio e do transporte de materiais construtivos (1,65% dos homens) e as gentes da construção naval (0,8% dos homens), teremos quase 10% dos homens de Lisboa envolvidos nas actividades construtivas. Oliveira e Brandão, apesar das divergências dos seus números, apontam para um peso relativo dos homens da construção da Lisboa quinhentista no quadro da população da cidade situado no nível dos mais altos valores registados nas principais cidades europeias ocidentais.

A categorização profissional revelada pelos documentos apresenta variações nas diversas especialidades do sector e nem sempre se ajusta ao sistema ternário consagrado pelas visões corporativistas da contemporaneidade.

O topo da hierarquia profissional era constituído pelos *mestres*, que, nas obras de pequeno vulto, eram os responsáveis pela coordenação do conjunto de trabalhadores que as realizavam. Porém, nalgumas obras, provavelmente as mais exigentes, podiam colaborar vários *mestres*. Nalguns trabalhos, a direcção era garantida pelo *mestre de obra,* ou *mestre de obra principal*, autor da respectiva *traça,* que contratava outros *oficiais*, e era responsável, perante o dono da obra, pela qualidade do trabalho realizado. Por isso, o regimento lisboeta de 1499 justificava a remuneração mais elevada do *mestre d'obra principal* […] *por o trabalho e cuydado que leua* […] *aalem dos outros que com elle andam*[10].

A estruturação das relações profissionais em que o mestre participava parece assim decorrer de relações binárias: *mestre* ou *mestre de obra principal* (empresário) e *mestres* (subempreiteiros); *mestre* e *sergentes* ou *oficiais*; *mestre* e *servidores* (ou *aprendizes, criados aprendizes, moços, criados:* aprendizes ou assalariados)[11].

---

[10] *Livro das posturas antigas,* ed. por Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, 1974, p. 230.

[11] No mesmo sentido, Philippe Bernardi, *Maître, valet et apprenti au Moyen âge. Essai sur une production bien ordonnée*, Toulouse, 2009.

Algumas destas designações, como as de *moço*, *criado* ou *servidor*, são bastante ambíguas, não permitindo distinguir claramente os casos em que se trata do estatuto do aprendiz daqueles que se referem ao trabalhador assalariado. É que, mesmo nos segmentos mais estruturados profissionalmente, o recurso ao labor de trabalhadores não qualificados, pagos à jorna ou à tarefa, para a execução de tarefas subsidiárias, era bastante generalizado[12].

Nalgumas especialidades, como os *taipadores, calçadores, caeiros, oleiros, telheiros* e *tijoleiros*, a hierarquia reduzia-se a um esquema binário: de um lado, os *mestres* – ou os *donos dos fornos,* estes com o estatuto peculiar dos detentores de infra-estruturas valiosas –, do outro, os *servidores, criados, trabalhadores, braceiros* ou *jornaleiros*, por vezes chamados *homens*, simplesmente (assalariados). Também as *mulheres*, ou *mulheres de jornal*, estavam presentes, por exemplo, nas tarefas árduas da produção telheira, no carreto da água para a obra, ou na caiação das casas.

Os trabalhadores da construção eram maioritariamente homens adultos, mas o labor feminino, juvenil e infantil estava longe de ser despiciendo. Tarefas menores e complementares, como o carreto de materiais e a guia de animais de carga eram, por vezes, realizados por crianças. Já o envolvimento de jovens era constante e enquadrado usualmente pelo estatuto de aprendiz. Quanto às mulheres, trabalhavam sobretudo nos fornos *(forneiras e caeiras),* na caiação e no transporte de materiais *(aguadeiras).* Encontramo-las, ainda, como trabalhadoras indiferenciadas *(mulheres de jornal, mulheres ganha-dinheiros).*

Significativo era ainda o trabalho dos mudéjares[13], presentes nos ofícios e categorias profissionais da construção em muitas cidades hispânicas. Pelo contrário, o contributo da minoria judaica, neste domínio, seria ínfimo.

A documentação disponível raramente permite conhecer a origem geográfica das gentes da construção[14]. Mas é possível perceber uma significativa mobilidade geográfica do sector, mormente nos períodos mais prósperos. Os empreendimentos régios, a construção de fortificações ou de mosteiros favoreciam a mobilidade tanto de mestres de obras régias, de artistas, como de simples pedreiros e carpinteiros. Diogo de Arruda, por exemplo, em vinte anos (1510-1530), dirigiu obra régia em

[12] De acordo com Mercedes Borrero Fernández, *ob. cit.,* p. 113, no fim da Idade Média, verificava-se um grande *intrusismo* no trabalho de construção, justificado pela carência de mão-de-obra e pela forte procura, que se traduziria no pleno emprego dos profissionais da construção.

[13] Cf. a comunicação apresentada ao seminário de Paris (Maio, 2010), por Maria Filomena Barros, "Bâtisseurs et artisans musulmans: du service collectif au roi aux métiers individuels: XII^{ème}-XV^{ème} siècles".

[14] Entre as excepções, refira-se a documentação batalhina, cf. Saúl António Gomes, "Les ouvriers du bâtiment à Batalha", *Razo,* n.º 14, 1993, pp. 35-36.

nove lugares distintos, entre Coimbra e Marrocos[15]. Em Lisboa, numa listagem de 128 pedreiros e carpinteiros, de 1501, a onomástica denuncia 9 migrantes (7%), sobretudo da Estremadura, mas também do Entre Douro e Minho e do Alentejo[16]. Tomar foi outro centro de atracção de construtores migrantes, atraindo pedreiros da Estremadura e do Alentejo[17]. A expansão justificou uma forte mobilidade das gentes da construção (civil e naval), rumo às Ilhas Atlânticas, às praças e às feitorias de Marrocos, da África Negra e da Índia[18].

2. ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DA CONSTRUÇÃO E RELAÇÕES COM OS PODERES

Na maioria das cidades da Europa Ocidental, a estruturação dos ofícios decorreu entre os séculos XIII e XV, como fenómeno lento e progressivo, com cronologias e ritmos variáveis segundo as peculiaridades próprias de cada cidade.

Em Portugal, a organização do artesanato urbano parece ter sido tanto ou mais tardia do que em Castela[19]. Tal como ali, o atraso da composição das corporações justificaria o papel das confrarias dos mesteres, enquanto forma estruturante e mutualista dos artesãos. O convívio religioso e os ritos colectivos dos que repetiam os mesmos gestos no quotidiano do ofício eram o ponto de partida para a formação de vínculos sólidos de entreajuda e de solidariedade, de amparo nas vicissitudes da vida, acompanhamento na morte e no sufrágio das almas dos companheiros falecidos. Algumas destas confrarias de mesteres geraram instituições de assistência caritativa: albergarias e hospitais[20].

Perdeu-se o rasto de muitas instituições assistenciais constituídas no século XIII. Ainda assim, conhecem-se algumas delas, ligadas aos mesteres: uma confraria de alfaiates, em Guimarães[21], outra de ferreiros e uma albergaria de sapateiros, em Lisboa[22]. Em Santarém, existia no século XIV uma confraria do mester dos

---

[15] António dos Santos Pereira, *Portugal, o Império urgente. Os espaços, os homens e os produtos,* vol. I, Lisboa, 2003, p. 184.

[16] Franz-Paul Langhans (ed.), *As corporações dos ofícios mecânicos,* vol. I, Lisboa, 1943, pp. 258-259.

[17] António dos Santos Pereira, *Portugal, o Império urgente,* vol. I, cit., p. 188.

[18] Idem, *ibidem,* p. 189-195.

[19] J. Gautier-Dalché, "L'artisanat urbain dans les pays de la couronne de Castille avant le règne des Rois Catholiques. État de la question", *Razo,* n.º 14, 1993, pp. 9-20.

[20] Manuel Sílvio Alves Conde, *O hospital medieval do Espírito Santo de Sesimbra e a assistência caritativa portuguesa,* Sesimbra, 2004, pp. 21-34.

[21] Que fundaria o hospital de S. Vicente. Cf. Fernando Jasmins Pereira e Maria Emília Aniceto, "Assistência na Idade Média – 2.", in *Dicionário de história da Igreja em Portugal*, dir. por António Alberto Banha de Andrade, vol. I, Lisboa, 1980, p. 657.

[22] Gérard Pradalié, *Lisboa da reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, 1975, p. 66 e n. 109.

carpinteiros, aberta a pedreiros no século seguinte: a da capela e hospital de S. Ildefonso. De acordo com o respectivo *compromisso*, a sua gestão era exercida por um órgão colectivo – o *cabido* – e por oficiais eleitos anualmente: o juiz, o mordomo e o escrivão[23].

Em Lisboa, nos finais do século XV, os ofícios de carpinteiro e pedreiro estavam associados ao hospital de Santa Maria da Mercê, situado junto à Caldeiraria, onde reuniam habitualmente. Com a integração da sua instituição assistencial no Hospital Real de Todos os Santos, fundado em 1492, aqueles mesteres instalaram-se neste, tendo aí, desde 1551, pelo menos, a sua Casa e Confraria de S. José[24].

À falta de organizações especificamente profissionais, as instituições mutualistas dos mesteirais e os respectivos espaços acrescentaram à sua vocação original a de núcleo associativo do respectivo mester. Aí se realizavam as assembleias dos ofícios, aí se elegiam juízes (ou *vedores*) e procuradores do mester[25]. Estes magistrados garantiam a boa ordem dentro da profissão, com base nas regras do ofício, nascidas no seio deste e transmitidas como costume às novas gerações de profissionais. Representavam o mester junto das autoridades públicas. Mas estas não reconheciam ao ofício a capacidade de estabelecer normas profissionais vinculativas.

As possibilidades de obter, do rei, a concessão de privilégios colectivos acentuavam a união dos *mesteirais*. O rei D. Fernando isentaria do tabelamento as jornas dos *calafates* e *petintais* dos estaleiros régios (*taracenas*) de Lisboa. Em meados do século XV, os *carpinteiros da ribeira* da mesma cidade eram libertos do pagamento de *sisa* para todas as empreitadas relativas à construção de navios.

O ingresso nos grupos beneficiários de privilégio era condicionado. Um delegado do rei examinava os candidatos, avaliando as suas capacidades para o exercício da profissão. Nos finais do século XIV, nos estaleiros régios, havia um *mestre da carpintaria* a quem, entre outras responsabilidades, competia o exame dos carpinteiros

[23] Manuela Santos Silva, "A assistência social na Idade Média – Estudo comparativo de algumas instituições de beneficência de Santarém", *Estudos medievais,* n.º 8, pp. 181-183 e 232-234.

[24] Desconhece-se, porém, a data da fundação desta confraria. Em Dezembro de 1501, o hospital de Santa Maria da Mercê estava já integrado no Hospital Real de Todos os Santos. – Marcelo Caetano, "A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa", *in Estudos de história da administração pública portuguesa,* org. por Diogo Freitas do Amaral, Coimbra, 1994, pp. 152-153.

[25] Em 1479, a Câmara lisboeta entendeu exigir aos procuradores dos mesteres creditação por procuração passada por tabelião público. Reclamaram os mesteirais para o rei Afonso V, alegando estarem em posse de fazerem as eleições e passarem as procurações em seus *espritais,* procedimento que mereceu a concordância do rei e do seu filho, D. João, que estava associado à governação do Reino – ANTT, *Chancelaria de D. João II*, Livro 10, fl. 62v, ref. por Marcelo Caetano, *ob. cit.,* p. 151.

navais. Uma vez aprovados, era emitida uma certidão, necessária para requererem ao rei a nomeação para *carpinteiro das taracenas*[26].

A Coroa autorizou, nalguns casos, a nomeação dos *examinadores* dos oficiais mecânicos pelos governos urbanos, feita, por vezes, após audição dos respectivos mesteres. O concelho de Évora, que possuía essa prerrogativa desde o reinado de Afonso V, viria a queixar-se nas Cortes de 1481 da conduta do *almotacé-mor*, por este interferir abusivamente nos procedimentos de exame[27].

A participação dos ofícios nas instituições urbanas era da maior importância para aqueles, sobretudo porque competia aos concelhos o estabelecimento anual das tabelas de preços *(almotaçarias),* assunto muito sensível em períodos de instabilidade económica e, particularmente, no quadro de desvalorizações monetárias como as que o reino experimentou amiúde nas últimas décadas do século XIV e nas primeiras do XV.

O rei D. João II herdara de seu pai uma situação financeira medíocre e governos urbanos abalados pela tensão crescente entre as aristocracias urbanas e os representantes dos mesteirais. Desde o início do reinado, o jovem monarca mostrou uma especial determinação na resolução das questões internas do Reino. O aspecto mais conhecido dessa atitude é o enfrentamento com as grandes casas nobres. Mas D. João II empenhou-se igualmente no saneamento da moeda e na solução da conflitualidade que perturbava a administração local. Foi confrontado com este problema nas Cortes de 1481-1482, em que os representantes dos concelhos lhe solicitaram que os *plebeus dos mesteres* fossem excluídos do governo das urbes, reiterando tal pedido nas Cortes de 1490. A resposta dada pelo rei, na oportunidade, foi evasiva. Mas logo afirmaria uma estratégia política clarificadora, suscitando alterações substanciais no enquadramento institucional dos *ofícios mecânicos*.

O rei quis os artífices integrados nos governos das cidades e vilas, associando-os às decisões tomadas. Mas entendeu restringir a sua acção ao terreno estritamente profissional, subordinar as actividades mecânicas a rígidos regimentos e a rigorosa fiscalização por parte das vereações[28]. Entendeu ainda reestruturar as confrarias e os hospitais dos mesteres, garantindo, com os seus patrimónios e os de muitas outras pequenas instituições de benemerência, o financiamento das grandes unidades assistenciais, que constituíam o centro de uma reforma hospitalar, que arrancou em 1492 com a fundação do Hospital Real de Todos os Santos, que agregaria dezenas de pequenas instituições da cidade de Lisboa.

---

[26] A. Sousa Gomes, *Carpinteiros da Ribeira das Naus,* Coimbra, 1931, *passim*; A. H. de Oliveira Marques, "O trabalho", *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana,* 3.ª ed., Lisboa, 1974, pp. 141-142.

[27] Gabriel Pereira (ed.), *Documentos históricos da cidade de évora,* 2.ª ed., Lisboa, 1998, p. [366].

[28] Joaquim Romero de Magalhães, "A forte presença dos mesteres", in *História de Portugal,* dir. por José Mattoso, vol. III, Lisboa, 1990, p. 311.

Em capítulo apresentado às Cortes de 1481-1482, foi requerida a interdição do exercício dos mesteres a oficiais ignorantes. Para isso, ninguém deveria tomar tenda e dar-se por mestre de ofício, sem que antes fosse examinado. Deveriam constituir-se, para o efeito, júris de oficiais experientes, eleitos pelos do seu ofício e confirmados, em cada ano, pelas vereações concelhias. Na resposta, o rei afirmou não querer privar cada um da sua liberdade de trabalho *(liberdade de tomar e husar do oficio que aprendeo)* [29]. Porventura, não estamos perante uma apologia da liberdade de profissão, tratando-se antes de manifestação da pouca vontade da Coroa em aceitar uma organização corporativa dos ofícios. Pouco depois, solicitado a providenciar sobre situações de negligência verificadas entre os *vinte e quatro* representantes dos mesteres relativamente à eleição dos seus procuradores, D. João II estabeleceu pesadas multas para os prevaricadores – que reverteriam para o ofício, *para algumas despesas que fazeis* – e criou uma autoridade, eleita entre os representantes, encarregada de zelar pela disciplina e pelo cumprimento dos deveres daqueles: origem do *juiz dos vinte e quatro*[30].

A organização corporativa desenvolvera-se a partir da instituição, em 1384, dos procuradores dos mesteres, os *vinte e quatro*, no âmbito do concelho de Lisboa – daí irradiando, lentamente, para outras cidades. Um século depois, ganhava uma eficácia que nunca tivera. Mas não lhe era reconhecida personalidade civil e jurídica própria. Formada no âmbito do concelho, a corporação funcionava sob a tutela deste, como sua unidade orgânica, regulada por normas estabelecidas ou ratificadas pelas autoridades municipais.

Além dos procuradores, os ofícios tinham representantes eleitos ou nomeados, geralmente dois por cidade, denominados *vedores*. Vemo-los em 1379, em Évora, eleitos, ao que parece, nos mais importantes mesteres[31]. Durante o século XV, aparecem nos principais concelhos, como Lisboa e Porto. Davam parecer sobre os tabelamentos de preços *(almotaçarias)* apresentados pelo rei ou pelos concelhos, representavam o *mester* junto daqueles e velavam pelo bom exercício da profissão[32].

Para preparar o saneamento monetário do Reino, importava estabilizar os preços e, para coadjuvar os concelhos na aplicação das *almotaçarias*, D. João II

---

[29] Visconde de Santarém (ed.), *Alguns documentos para servirem de provas à parte 2.ª das Memorias para a Historia e Theoria das Cortes Geraes que em Portugal se celebrárao pelos Tres Estados do Reino,* 2.ª ed., Lisboa, 1924, p. 215; Armindo de Sousa, *As Cortes medievais portuguesas (1385-1490),* vol. II, Porto, 1990, p. 480.

[30] Carta régia de 29 de Março de 1484, cf. Marcelo Caetano, "A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa", *cit.*, pp. 183-185.

[31] Gabriel Pereira (ed.), *Documentos históricos da cidade de Évora,* cit., pp. [148-151, 154, 155].

[32] A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa,* cit., p. 142.

impôs em 1487, a vedoria obrigatória[33]. Em cada concelho, os três *homens bons* encarregados de elaborar os tabelamentos nomeariam dois *vedores* ou juízes, por cada ofício, cabendo-lhes garantir a observância da tabela e decidir os diferendos advindos da sua aplicação.

A organização corporativa das gentes da construção aprofundou-se, a partir do final do século XV, com a elaboração de *compromissos* e de *regimentos* dos seus ofícios[34].

Os mesteres de carpinteiro e pedreiro de Lisboa, em reunião dos *mordomos e homens bons dos offiçios dos Carpinteiros e Pedreiros*, realizada no hospital de Santa Maria da Mercê a 24 de Agosto de 1501, estabeleceram o seu compromisso, que, confirmado por alvará régio de 26 de Abril de 1503, se tornou regimento da profissão[35]. Já antes, a 3 de Março de 1499, após audição aos profissionais, o governo da cidade estabelecera, sob a forma de posturas municipais, um regimento dos ofícios da construção, confirmado pelo rei em 21 de Abril do mesmo ano[36].

Desde então, a normativa do ofício assumia habitualmente a forma escrita. A iniciativa do estabelecimento de regras partia, algumas vezes, da iniciativa dos profissionais, reunidos em assembleia realizada no seu hospital ou confraria. Outras vezes, os governos urbanos impunham a sua vigência através de posturas concelhias, com audição prévia do ofício, ou submetiam as normas ao rei, sob a forma de capítulos de Cortes[37]. Além de deliberar sobre estes capítulos, o monarca agia também *de motu proprio*, através de lei geral[38]. Mas, tal como sucedia em Castela[39], o ofício não tinha capacidade de estabelecer norma por si mesmo. A validade legal dos compromissos, acordos ou assentos da corporação era dada pela posterior confirmação pela autoridade municipal ou pelo poder régio.

Que matérias contemplava a normativa dos ofícios da construção?

O compromisso dos carpinteiros e pedreiros lisboetas de 1501 basicamente definia a moldura institucional do mester e a sua disciplina interna, estabelecendo

---

[33] Carta régia de 20 de Abril de 1487, publ. por António Cruz, *Os mesteres do Porto: subsídios para a história das antigas corporações dos ofícios mecânicos,* Lisboa, 1943, p. LXXXIX.

[34] O mais antigo compromisso que se conhece data de 1489 e respeita aos sapateiros e ofícios correlativos de Lisboa – Franz-Paul Langhans (ed.), *As corporações dos ofícios mecânicos,* vol. I, cit., pp. 373 e ss.

[35] Franz-Paul Langhans (ed.), *As corporações dos ofícios mecânicos,* vol. I, cit., pp. 258-261.

[36] *Livro das posturas antigas,* cit., pp. 229-238.

[37] É o caso das leis de D. João I insertas nas *Ordenações Afonsinas,* livro IV, tít.º 30, e livro V, tít.º 68.

[38] Por exemplo, em 1566, o rei estabelecia por lei geral um regimento dos picheleiros, a ser aplicado em todos os concelhos do Reino – Vergílio Correia (ed.), *Livro dos regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa (1572),* Coimbra, 1926, p. 30.

[39] No reino vizinho, os mestres do ofício, associados em confrarias ou corporações, intervinham na redacção da normativa, mas era a promulgação pelo concelho que lhe dava força de lei – Mercedes Borrero Fernández, *ob. cit.,* pp. 108-109.

o processo de eleição dos magistrados corporativos, a quem era dado poder para punir pecuniariamente ou mandar prender os profissionais desrespeitadores das normas do ofício (*alguns se demasiavão a faltar e dizer e faser algumas cousas desonestas*). Além disso, procurava regulamentar a situação dos aprendizes, de modo a impedir que, antes de concluído o tempo de formação, estes abandonassem o mestre, mudando-se para o serviço de outros, que lhes davam algum dinheiro, mas descuravam a sua formação.

O regimento dos ofícios da construção, determinado pelas posturas municipais de 1499, abarcava um conjunto de matérias muito mais amplo. As suas normas reportavam-se, designadamente, ao tabelamento de salários e remunerações por serviços profissionais, ao preço e modulação de materiais, ao exame de acesso às profissões de pedreiro e carpinteiro, à técnica e à ética dos ofícios.

A moldura institucional do mester estabelecida pelo compromisso consagrava as magistraturas já existentes: dois juízes, um carpinteiro e outro pedreiro, eleitos anualmente em dia de *Corpus Christi*, a quem era reconhecida capacidade representativa e disciplinar, dois *mordomos* (tesoureiros) e um escrivão, mais quatro examinadores, dois de cada ofício, para exames dos oficiais e fiscalização das obras. Importa ainda referir o cabido (assembleia), com poderes deliberativos e electivos. Além dos magistrados, integravam-no os *homens bons dos ofícios*, ou seja os profissionais mais antigos e reconhecidos. O número de *homens bons* era indeterminado: na reunião de 24 de Agosto de 1501 eram 128 (58 carpinteiros e 70 pedreiros). Em 1514, estabelecia-se a eleição anual de 20 homens bons (10 carpinteiros e 10 pedreiros), entre os principais dos ofícios, que elegeriam entre si os magistrados corporativos[40].

Até ao final do século XV, o acesso às profissões seria relativamente informal, ainda que nalguns casos implicasse a execução de um conjunto de trabalhos específicos perante examinadores designados pelo concelho. Tanto quanto se sabe, não era exigido o cumprimento de um período prévio de aprendizagem, embora esta pudesse existir, nem a autorização para o exercício da profissão implicaria o pagamento de qualquer direito.

A partir de 1499, em Lisboa, exigiu-se aos aprendizes das profissões de carpinteiro e de pedreiro o exame por dois oficiais do respectivo ofício, a quem se exigia juramento na câmara do concelho. Do exame, fazia-se certidão, atestando as competências do candidato, e registo no respectivo livro municipal. Em 1514, a função de examinador passou a ser exercida pelos juízes corporativos. Em 1572,

[40] Franz-Paul Langhans (ed.), *As corporações dos ofícios mecânicos,* vol. I, cit., p. 261.

estes designavam os examinadores de cada ofício, que prestavam juramento e tomavam posse perante a autoridade concelhia, sendo assentes no livro da vereação[41].

Em 1572, o governo urbano de Lisboa estabelecia novos regimentos para todos os ofícios mecânicos, nos quais integrou a normativa pré-existente[42]. Os exames de acesso à profissão eram aí minuciosamente regulamentados, tanto no que respeita ao teor das provas, como em relação ao perfil e aos deveres dos examinadores. Nos mesteres da construção, previam-se, além dos já habituais exames dos ofícios de carpinteiro, pedreiro, oleiro ou ferreiro, exames das especialidades que entretanto emergiam no sector da construção: carpinteiro *de obra de laço,* ensamblador, entalhador, carpinteiro de tenda, pintor, pedreiro *de pedraria*, pedreiro *de alvenaria*, taipeiro, telheiro, tijoleiro, serralheiro. Os exames tinham um carácter eminentemente prático, implicando a realização de uma série de trabalhos específicos. Por exemplo, ao pedreiro *de alvenaria* era exigido que soubesse estabelecer o local de construção, abrir os alicerces convenientes, preparar argamassas de cal mais e menos fortes, talhar parapeitos e cunhais, fazer uma chaminé, um portal de tijolo, uma janela, etc., etc.

O acesso às profissões terá perdido, desde finais do século XV, a relativa informalidade do período precedente. Os concelhos iam progressivamente assumindo a normativa sobre a organização do trabalho, acabando por controlar o processo de entrada e as condições de exercício da profissão.

3. ESTATUTO SOCIOECONÓMICO DOS PEDREIROS E CARPINTEIROS

Nas Ordenações Afonsinas, compiladas em meados do século XV, persistia a tripartição funcional, de matriz indo-europeia. A sociedade dos homens teria sido ordenada por Deus em três estados: os *oradores*, os *defensores* e os *mantenedores*, ou seja, *os que lavram a terra por que os homens hão-de viver e se mantêm*. Na verdade, a ideia de um Terceiro Estado indiviso e homogéneo, vinculado ao trabalho agrícola pouco se ajustava à realidade da época. Consciente disso, o rei D. Duarte (em 1438) considerava a existência de cinco estados: 1. os *oradores*; 2. os *defensores*; 3. os lavradores e pescadores; 4. os *oficiais* (quadros da administração pública); e 5. os mesteirais *(dos que usam de algumas artes aprovadas e mesteres)*. Embora mantivesse o critério da distinção da sociedade em ordens, cada qual

[41] Vergílio Correia (ed.), *Livro dos regimentos dos officiaes mecanicos,* cit., p. 233.
[42] Idem, *ibidem, passim*.

ligada à sua função, atendia melhor à composição da sociedade urbana e reconhecia devidamente a relevância social dos homens dos mesteres[43].

Eram *mesteirais* os carpinteiros, os pedreiros e outros profissionais da construção. Como tal, integravam uma categoria sócio-fiscal (na origem, militar): a dos *peões*, grupo assaz numeroso, que abrangia os homens livres, mas não-privilegiados, e constituía a base de toda a tributação. Por conseguinte, os profissionais da construção pagavam impostos e eram recrutados para a guerra, beneficiavam de plenos direitos de vizinho, gozavam de alguma independência e autonomia no modo de viver e no trabalho e podiam mesmo empregar trabalhadores à sua ordem. Distinguiam-se dos *maiores,* mas também dos *minores*, eram *mediocres*: viviam do seu trabalho, do exercício de uma profissão, que era a base do seu sustento e da sua autonomia[44]. Uma autonomia relativa, é claro, que variava consoante a posição no seio da hierarquia profissional e não existia para os que desenvolviam a sua actividade no quadro de algum senhorio.

Nem todos os que trabalhavam na construção eram merecedores da mesma consideração social. A linha divisória distinguia aqueles a quem era reconhecido um estatuto profissional – a capacidade para exercerem um *mester*, dispensando-os de trabalhar por conta de outrem – e aqueles, muitos, que não gozavam de tal reconhecimento, integrando, por isso, o escalão dos *minores*. A documentação denomina-os *servidores, criados, mancebos, trabalhadores, braceiros, jornaleiros*, *homens* e *mulheres de jornal*, *assoldadados, ganha-dinheiros* e, em certos casos, *negros* e *negras*. A imagem que deles reflecte é de gente de condição inferior, que não tinha património nem qualificação profissional que lhe garantisse o sustento, pelo que dependia do trabalho por conta de outrem: os assalariados e servidores eram gente *vil*, de condição ínfima, que a justiça sujeitava a açoites e que o infortúnio arrastava, tantas vezes, para uma situação de pobreza, intermitente ou definitiva[45]. A terminologia usada aproxima destes o *moço*, *servidor* ou *criado aprendiz,* isto é, o jovem que, sob a responsabilidade de um mestre, se iniciava no mundo do trabalho. Mas a situação do aprendiz era transitória e, por isso, a sua condição distinguia-se da do jornaleiro permanente.

---

[43] *Ordenações Afonsinas,* livro I, tít.º LXIII, prólogo; D. Duarte, *Leal Conselheiro,* ed. por Joseph Piel, Lisboa, 1942, cap. IV.

[44] Esta classificação, igualmente tripartida, é expressa pelo conde D. Henrique no foral concedido a Tentúgal, em 1108. Maria Helena da Cruz Coelho, "O Estado e as sociedades urbanas", in *A géneses do Estado moderno no Portugal tardo-medievo (séculos XIII-XV),* coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, 1999, pp. 278-279, considerou-a "altamente funcional para a análise das sociedades urbanas".

[45] A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV,* cit., pp. 263 e 272-277.

A avaliação do nível económico dos homens da construção faz-se, basicamente, a partir dos poucos dados disponíveis, relativos aos salários – fixados nas almotaçarias ou efectivamente pagos – e à sua condição fiscal (dízimas pessoais ou *conhecenças*). Escassos e dispersos, esses dados não consentem estudo rigoroso assente em apreciações seriais da evolução dos salários da construção, na abordagem das disparidades regionais, ou na comparação sistemática dos salários, ou da tributação, com os de outras actividades profissionais. Revelam, ainda assim, tendências, ou linhas evolutivas, que vale a pena considerar.

Em Arruda dos Vinhos, em 1369, os rendimentos dos homens da construção situavam-se entre os mais baixos do conjunto dos mesteirais. Exceptuava-se um carpinteiro, que, antes da desvalorização monetária, fora rico e que ainda assim era arrolado com um muito razoável rendimento. Mas os valores médios do grupo eram inferiores aos de tosadores, sapateiros ou barbeiros[46].

Em 1457, após conversações com os profissionais da vila de Tomar, o governador da Ordem de Cristo, o infante D. Henrique, estabeleceu uma tabela de *paga das conhecenças* (dízimos pessoais) a cumprir pelos mercadores, mesteirais e braceiros, com base no ganho de um dia *(ganço de huum dia)*[47]. Os mesteirais da construção pagavam 12 a 15 reais de dízimo, que passavam a 20 reais, caso tivessem *mancebo* ao seu serviço. Estes valores colocavam-nos num patamar de confortável mediania dentro do universo dos contribuintes, apenas ultrapassado por mercadores, estalajadeiros, ferreiros e sapateiros.

A disparidade entre os ganhos que lhe eram imputados e os dos assalariados do sector era muito grande, da ordem de duas ou três vezes mais[48]. De facto, os dízimos de braceiros, mulheres ganha-dinheiros e forneiras não iam além de 8, 4 e 6 reais, o que os colocava num nível de rendimento tão baixo quanto o dos jornaleiros agrícolas.

A modalidade de remuneração laboral mais comum era o pagamento à jorna (o *jornal* ou *soldo*), mas também se praticava o pagamento por obra (à *empreitada*)[49].

---

[46] A. H. de Oliveira Marques, "Estratificação económico-social de uma vila portuguesa da Idade Média", *cit.*

[47] ANTT, *Ordem de Cristo/Convento de Tomar,* liv.º 41, fl. 42v-45v. Publicada em *Tombos da Ordem de Cristo*, II – *Comendas do Médio Tejo*, ed. por Iria Gonçalves e Manuel Sílvio Alves Conde, Lisboa, 2005, pp. 328-332; e estudada por Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, pp. 199-204 e 211-212.

[48] O fosso era semelhante ao que, então, se verificava em Sevilha, mas menor do que o registado em Múrcia – Mercedes Borrero Fernández, *ob. cit.,* p. 116. De acordo com esta autora, várias cidades europeias (como Bruges, Paris ou Toulouse) apresentavam disparidades da mesma ordem, quando não superiores.

[49] Em 1488, a vereação de Loulé adjudicaria por empreitada a obra de uma torre arruinada, pois, tendo-se informado, concluíra "seer muyto proveyto de se dar pello dicto preço d'empreytada do que serrya a jornaes" – *Actas de Vereação de Loulé,* cit., p. 248.

Além da componente monetária, o salário incluía, algumas vezes, uma remuneração em espécie (alimentos). Distinguia-se, por isso, entre o *jornal seco*, *sem mantimento*, ou *sem governo*, e o *jornal com comer*, ou *com governo*[50].

Os salários das várias profissões da construção, apontados para Lisboa, em 1552, manifestam equilíbrio nos níveis remuneratórios dos mestres carpinteiros e pedreiros, e nos ofícios da construção civil e naval[51]. Entre a mão-de-obra assalariada, são de relevar os salários dos trabalhadores dos fornos da cal e do tijolo, um pouco inferiores aos daqueles mestres, mas superiores aos dos servidores das obras. Num nível próximo daqueles trabalhadores, ficavam os jornais femininos.

A análise comparativa que os escassos dados disponíveis consentem parece indiciar, entre meados do século XIV e finais do XVI, uma permanente proximidade entre as remunerações dos trabalhadores não qualificados, masculinos e femininos. Do mesmo modo, a disparidade salarial entre mestres e serventes mantém-se, ao longo do período considerado, na ordem de dois para um.

Relativamente aos mestres carpinteiros e pedreiros é de sublinhar o acréscimo remuneratório de 20% reconhecido em Lisboa, em 1499, aos profissionais da construção designados como *mestre de obra principal*.

O entendimento da evolução dos salários dos profissionais da construção neste período é severamente condicionado pela magreza dos dados disponíveis e pela circunstância de, a maior parte das vezes, conhecermos os salários estabelecidos nas almotaçarias, ignorando, porém, os valores efectivamente pagos[52]. Por outro lado, seria necessário ter em conta a forte depreciação real da moeda, nas últimas décadas do século XIV e nas primeira metade do século XV, e a reforma eduardina do sistema monetário, com adopção de nova unidade de conta, o que não cabe nos limites deste trabalho[53].

A quebra demográfica provocada pela Peste Negra de 1348 e suas recorrências fez progredir a liberdade de trabalho e acentuou a mobilidade geográfica, social e profissional. O mercado de trabalho desestabilizou-se, tendendo-se para o abandono das *almotaçarias* e a livre fixação dos salários, que teriam disparado em todos os

[50] *Livro de posturas antigas,* cit., p. 230; *Actas de Vereação de Loulé,* cit., p. 128.

[51] Noutros períodos e noutras cidades, os salários de carpinteiros, alvanéis e pedreiros são igualmente coincidentes. A única excepção registada é Tomar, em 1457, onde o carpinteiro tinha uma remuneração superior à do pedreiro, ou do alvanel (15 e 12 reais, respectivamente) – *Tombos da Ordem de Cristo*, II – *Comendas do Médio Tejo*, cit., pp. 330.

[52] Cf. a comunicação apresentada por Sérgio Ferreira a este colóquio.

[53] Sobre estas questões, cf. A. H. de Oliveira Marques, "A moeda portuguesa durante a Idade Média", in *Ensaios de história medieval portuguesa,* cit., pp. 216-218; idem, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV,* cit., pp. 204-216.

sectores produtivos[54]. Não obstante, os dados de que dispomos, relativos a Évora, revelam uma moderada subida dos jornais dos mestres e serventes da construção.

Boa parte do século XV traduziu-se numa progressão salarial comedida[55]. A situação económica de carpinteiros e pedreiros beneficiou, na segunda metade de Quatrocentos, de uma subida das remunerações, num quadro monetário mais estabilizado. O aumento da procura justifica a progressão salarial ocorrida nas primeiras décadas de Quinhentos. Depois, a tendência geral para o aumento remuneratório parece comportar ritmos divergentes: estagnação, ou mesmo regressão, no interior do País (Caldas, Lamego), crescimento significativo nos grandes centros urbanos e no Além-Mar.

Não obstante a magreza dos dados considerados, a análise de base regional dos salários dos oficiais da construção revela dissonâncias desde, pelo menos, os finais do século XV. Níveis de procura distintos justificariam perfis remuneratórios diferenciados. Os salários conhecidos em boa parte do reino e nas praças marroquinas (Alcácer Ceguer, Azamor) mantiveram-se próximos e estáveis durante boa parte do ciclo manuelino, ao passo que as remunerações dos carpinteiros e pedreiros de Lisboa se elevaram a um patamar claramente superior.

O frenesim construtivo do Ultramar fez disparar os salários, tanto de mestres, como de trabalhadores não-qualificados. Um mestre carpinteiro, ou pedreiro, ganhava em Lamego, em 1531, três vezes menos do que poderia ganhar em Lisboa, no Funchal, ou na distante Sofala. E ficava-se por metade do salário de um servente na Ilha da Madeira! Pelo que o Reino se ia despovoando, como, lá do seu retiro campestre, alertava Sá de Miranda.

Sabemos muito pouco acerca das condições de trabalho na construção medieval.

A jornada laboral ia de sol a sol. Variava, por isso, ao longo do ano, o que, em Évora, justificava que os salários baixassem entre Outubro e Março, quando a jornada solar era mais curta[56]. Ao longo do dia, verificava-se pelo menos uma interrupção do trabalho para comer.

Teoricamente, trabalhava-se todos os dias, à excepção dos domingos e dos dias santos de guarda. O número destes era próximo da meia centena, pelo que se

---

[54] Iria Gonçalves *et alii*, "Notas para o estudo da Peste Negra em Portugal", in *Actas do Congresso Histórico de Portugal medievo,* t. I, Braga, 1963, pp. 210-239; A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV,* cit., pp. 272-276.

[55] Em Castela (Sevilha, Múrcia, Burgos), o século XV terá conhecido também uma "surpreendente estabilidade" dos salários da construção, contrastante com a segunda metade do século anterior – Mercedes Borrero Fernández, *ob. cit.,* p. 116.

[56] Por outro lado, nestes meses, eram mínimas as necessidades de trabalho braçal no campo, havendo por isso uma grande massa de trabalhadores não qualificados disponíveis.

destinavam ao trabalho uns 265 dias por ano[57]. Na realidade, o calendário laboral efectivo dos homens da construção era mais exíguo, porque exercido de modo descontínuo, em função da procura. Mas a disponibilidade de muitos pedreiros e carpinteiros para o trabalho da construção era ainda condicionada pela sazonalidade do calendário agrícola, visto que os mesteirais eram muitas vezes proprietários, foreiros ou arrendatários de hortas, vinhas e olivais periurbanos; entre eles, obviamente, estavam os mestres construtores[58].

A CONCLUIR

Torna-se evidente, à luz dos dados disponíveis, o peso das gentes da construção no quadro dos mesteres urbanos, sobretudo nas cidades mais dinâmicas. Contudo, não é, para já, possível concluir se o significativo crescimento do sector no final da Idade Média e nos primórdios dos Tempos Modernos, lhe terá permitido ultrapassar a dimensão do artesanato têxtil, que de há muito era o sector mais importante.

A divisão do trabalho na construção acentuou-se naquele período, aparecendo múltiplas especialidades, a par dos ofícios nucleares de carpinteiro e pedreiro. Mas este processo parece circunscrever-se às grandes cidades e vilas de vocação marítima, mantendo-se nas urbes do interior o quadro tradicional.

A categorização profissional, que variava consoante a natureza e a escala da unidade produtiva e também era distinta de umas para outras especialidades, assentava, com frequência, em relações binárias: *mestre* empresário e *mestres* subempreiteiros; *mestre* e *sergentes*; *mestre* e *aprendizes*; *mestre* ou *dono do forno* e assalariados; trabalhadores qualificados e não-qualificados.

No fim da Idade Média, as gentes da construção alargaram a sua liberdade de trabalho, construíram as suas organizações profissionais e, com os outros mesteres, foram adquirindo direitos de representação política e de participação simbólica na vida local. A sua organização profissional radicou-se. Mas a Coroa sujeitou-a a rigorosa fiscalização e regulamentação, exercida pelas vereações: a autonomia profissional não foi consentida, a organização corporativa deveria funcionar dentro do quadro do município.

Os homens da construção enquadravam-se nos níveis médios e inferiores das sociedades urbanas – *mediocres* e *minores* – e não gozavam de especial consideração social. Não se verificavam, entre as várias profissões do sector, diferenças

[57] O sínodo de Lisboa de 1496 mandava que se guardassem, além dos domingos, quarenta e cinco dias festivos, que discrimina; o elenco era semelhante na arquidiocese de Braga (sínodo de 1505) – *Synodicum hispanum,* ed. crit. dir. por Antonio García y García, vol. II – *Portugal,* Madrid, 1982, pp. 179-182 e 403-405.

[58] Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval,* cit., pp. 209-210 e n. 180.

socioeconómicas dignas de registo. Havia-as sim, entre as várias categorias profissionais e, sobretudo, entre os que dispunham apenas da sua força de trabalho e os que possuíam uma infra-estrutura própria ou de uma qualificação profissional reconhecida, que lhes permitisse viver à sua conta.

FONTES IMPRESSAS

Actas das vereações de Loulé. Séculos XIV-XV, ed. por Luís Miguel Duarte *et alii,* separata da revista *al-'Uliã,* n.º 7, Loulé, 2000.

(As) corporações dos ofícios mecânicos, ed. por Franz-Paul Langhans, vol. I, Lisboa, 1943.

Documentos históricos da cidade de Évora, ed. por Gabriel Pereira, 2.ª ed., Lisboa, 1998.

(Alguns) documentos para servirem de provas à parte 2.ª das Memorias para a Historia e Theoria das Cortes Geraes que em Portugal se celebrárao pelos Tres Estados do Reino, ed. por Visconde de Santarém, 2.ª ed., Lisboa, 1924.

Livro das posturas antigas, ed. por Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, 1974.

Livro dos regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa (1572), ed. por Vergílio Correia, Coimbra, 1926.

Ordenações Afonsinas, livros I, IV e V, Lisboa, 1984.

Synodicum hispanum, ed. crit. dir. por Antonio García y García, vol. II – *Portugal,* Madrid, 1982.

Tombos da Ordem de Cristo, II – *Comendas do Médio Tejo*, ed. por Iria Gonçalves e Manuel Sílvio Alves Conde, Lisboa, 2005.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira, e BARROCA, Mário Jorge, *História da arte em Portugal. O gótico,* Lisboa, 2002.

BARROS, Maria Filomena, "Bâtisseurs et artisans musulmans: du service collectif au roi aux métiers individuels: XII[ème]-XV[ème] siècles", comunicação inédita, apresentada ao Seminário *Histoire de la construction,* org. pelo Laboratoire de médiévistique occidentale de Paris (Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne), 3 de Maio de 2010 [Resumo disponível em: http://lamop.univ-paris1.fr/spip.php?rubrique196#nb3-5; consultado em 2011-02-24].

BEIRANTE, Maria Ângela da Rocha, *Évora na Idade Média*, Lisboa, 1995.

BERNARDI, Philippe, *Maître, valet et apprenti au Moyen âge. Essai sur une production bien ordonnée*, Toulouse, 2009.

BORRERO FERNÁNDEZ, Mercedes, "Los medios urbanos y la sociología de la construcción medieval", in Amparo Graciani (ed.), *La técnica de la arquitectura medieval,* Sevilha, 2002, pp. 91-123.

BRANDÃO (de Buarcos), João, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, ed. por José da Felicidade Alves, Lisboa, 1990.

BRAUNSTEIN, Philippe, "Artisans", in *Dictionnaire raisonné de l'Occident médiéval*, dir. por Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, Paris, 1999, pp. 67-75.

CAETANO, Marcelo, "A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa", *in Estudos de história da administração pública portuguesa,* org. por Diogo Freitas do Amaral, Coimbra, 1994, pp. 127-189.

COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio, *Sevilla en la Baja Edad Media. La ciudad y los hombres,* Sevilha, 1977.

COLLANTES DE TERÁN SÁNCHEZ, Antonio, "L'apprenti dans l'Espagne médiévale", *Razo, Cahiers du Centre d'Études Médiévales de Nice*, n.º 14, «L'Artisan dans la Péninsule Ibérique», 1993, pp. 87-101.

COELHO, Maria Helena da Cruz, "As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte", in *Cofradías, gremios, solidariedades en la Europa medieval.* XIX Semana de estudios medievales, Estela, 20 a 24 de Junio de 1992, Pamplona, 1993, pp. 149-183.

COELHO, Maria Helena da Cruz, "O Estado e as sociedades urbanas", in *A génese do Estado moderno no Portugal tardo-medievo (séculos XIII-XV),* coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, 1999, pp. 269-292.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Tomar medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, *O Médio Tejo nos finais da Idade Média*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Universidade dos Açores, 2 volumes, Ponta Delgada, 1997.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, *O hospital medieval do Espírito Santo de Sesimbra e a assistência caritativa portuguesa,* Sesimbra, 2004.

CRUZ, António, *Os mesteres do Porto: subsídios para a história das antigas corporações dos ofícios mecânicos,* Lisboa, 1943.

DUARTE (D.), *Leal Conselheiro,* ed. por Joseph Piel, Lisboa, 1942.

DYER, Christopher, *Niveles de vida en la Baja Edad Media. Câmbios sociales en Inglaterra, c. 1200-1520,* Barcelona, 1991.

FERREIRA, Sérgio Carlos, *Preços e salários em Portugal na Baixa Idade Média,* Dissertação de Mestrado no âmbito do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e do Renascimento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.

FERRO, João Pedro, *Alenquer medieval (séculos XII-XV). Subsídios para o seu estudo,* Cascais, 1996.

FOSSIER, Robert, *Le travail au Moyen Age,* Paris, 2000.

GAUTIER-DALCHÉ, J., "L'artisanat urbain dans les pays de la couronne de Castille avant le règne des Rois Catholiques. État de la question", *Razo, Cahiers du Centre d'Études Médiévales de Nice*, n.º 14, «L'Artisan dans la Péninsule Ibérique», 1993, pp. 9-20.

GIMPEL, Jean, *A revolução industrial na Idade Média,* 2.ª ed., Mem Martins, 1986.

GOMES, A. Sousa, *Carpinteiros da Ribeira das Naus,* Coimbra, 1931.

GOMES, Saúl António, "Les ouvriers du bâtiment à Batalha", *Razo, Cahiers du Centre d'Études Médiévales de Nice*, n.º 14, «L'Artisan dans la Péninsule Ibérique», 1993, pp. 33-51.

GONÇALVES, Iria, "Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia", in *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, 1996, pp. 11-60.

GONÇALVES, Iria, "Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa", in *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, 1996, pp. 117-137.

HEERS, Jacques, *O trabalho na Idade Média,* Mem Martins, 1982.

LE GOFF, Jacques, "Travail", in *Dictionnaire raisonné de l'Occident médiéval*, dir. por Jacques Le Goff, e Jean-Claude Schmitt, Paris, 1999, pp. 1137-1149.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de, "A forte presença dos mesteres", in *História de Portugal,* dir. por José Mattoso, vol. III, Lisboa, 1997, pp. 278-281.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "Mesteirais", in *Dicionário de história de Portugal,* dir. por Joel Serrão, 2.ª ed., vol. III, Lisboa, 1971, pp. 44-46.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana,* 3.ª ed., Lisboa, 1974.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "Estratificação económico-social de uma vila portuguesa da Idade Média", in *Ensaios de história medieval portuguesa,* 2.ª ed., Lisboa, 1980, pp. 121-133.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV,* vol. IV da *Nova história de Portugal,* dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1987.

MARQUES, A. H. de Oliveira, Iria Gonçalves, Luís António de Oliveira Ramos e Humberto Baquero Moreno, "Para o estudo da Peste Negra em Portugal", *Bracara Augusta,* vol. XIV-XV, Braga, 1963, pp. 210-239.

MELO, Arnaldo Sousa, "L'Historiographie portugaise sur salaire et salariat au Moyen Âge", in *Salaire et salariat au Moyen Âge: Historiographie du thème* (Communications tenues au séminaire d'Avignon les 19 et 20 mai 2006), pp. 80-107 [disponível em: http://expedito.univ-paris1.fr/lamop/LAMOP/salaire/textes/Salaire et salariat _1_, mai 2006, historiographie.pdf ; consultado em 2011-02-24].

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *Lisboa em 1551 – Sumário*, ed. por José da Felicidade Alves, Lisboa, 1987.

PEREIRA, António dos Santos, *Portugal, o Império urgente. Os espaços, os homens e os produtos,* 2 volumes, Lisboa, 2003.

PRADALIÉ, Gérard, *Lisboa da reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, 1975.

RODRIGUES, Ana Maria S. A., "A população de Torres Vedras em 1381", in *Espaços, gente e sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras medieval,* Cascais, 1996, pp. 45-84.

SILVA, Manuela Santos, "A assistência social na Idade Média – Estudo comparativo de algumas instituições de beneficência de Santarém", *Estudos medievais,* n.º 8, pp. 171-242.

SOUSA, Armindo de, *As Cortes medievais portuguesas (1385-1490),* 2 volumes, Porto, 1990.

RESUMO: Até agora, a temática das gentes da construção tem atraído pouco a atenção dos medievalistas portugueses. A perda quase total dos documentos relativos às obras e à organização profissional torna muito difícil o estudo dessas questões e não permite a análise quantitativa e evolutiva da população dos artesãos da construção ou dos seus salários.
A natureza das fontes disponíveis impõe-nos abordagens sobretudo qualitativas, especialmente estudos comparativos utilizando as informações relativas a várias cidades, mais conhecidas. Consideraremos os construtores sob três aspectos:
– A composição do grupo socioprofissional e o seu peso relativo no quadro dos ofícios de várias cidades;
– A organização profissional;
– O estatuto socioeconómico dos pedreiros e carpinteiros.

Palavras-chave: Trabalho, Construção, Mesteres, Pedreiros, Carpinteiros.

RÉSUMÉ: Jusqu'à présent, la thématique des populations du bâtiment n'a pas beaucoup attiré l'attention des médiévistes portugais. La perte presque totale des documents qui concernent les chantiers et l'organisation professionnelle rend très difficile l'étude de ces sujets et ne permet ni l'analyse quantitative et évolutive de la population des artisans du bâtiment ou des salaires. La nature des sources disponibles nous impose des approches surtout qualitatives, par comparaison avec des informations relatives à plusieurs villes, mieux connues. Nous envisagerons les bâtisseurs sous trois aspects différents:
– La composition du groupe socioprofessionnel et son poids relatif dans le cadre des métiers de plusieurs villes;
– L'organisation professionnelle;
– Le statut socioéconomique des maçons et des charpentiers.

Mots-clés: Travail, Construction, Métiers, Maçons, Charpentiers.

OS CONSTRUTORES DAS CIDADES: BRAGA E PORTO (SÉCULOS XIV A XVI)

ARNALDO SOUSA MELO*
MARIA DO CARMO RIBEIRO**

INTRODUÇÃO

O objectivo geral do presente trabalho consiste em elaborar uma reflexão sobre os construtores das cidades medievais portuguesas, apoiando-se para isso, preferencialmente, nos exemplos de Braga e do Porto, muito embora possamos igualmente recorrer a outros exemplos nacionais.

A nossa abordagem foi realizada basicamente com o recurso às fontes escritas, muito embora ilustrada com representações iconográficas existentes, sobretudo estrangeiras, e com o edificado sobrevivente desse período, que integra ainda a cidade actual.

Estruturámos o nosso artigo em duas partes. Na primeira, analisamos alguns aspectos relacionados com o processo de construção da cidade medieval portuguesa, como a política e os poderes que lhe estão associados, bem como a própria organização das cidades, mas também com as ordenações ou leis que procuraram regulamentar o seu crescimento.

A segunda é dedicada concretamente aos homens que estiveram envolvidos na construção das cidades medievais portuguesas, designadamente de Braga e do Porto, abordando-se, para tal, a organização do trabalho e da actividade construtiva.

* Departamento de História (ICS), CITCEM, Universidade do Minho.
** Departamento de História, (ICS), Unidade de Arqueologia, CITCEM, Universidade do Minho.

1. O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DA CIDADE MEDIEVAL PORTUGUESA

O processo da reconquista e a definição do espaço nacional trouxeram consigo a emergência da cidade medieval portuguesa. Falamos de cidade no sentido lato, como sinónimo de centro urbano com alguma importância.

No território conquistado por D. Afonso Henriques, no século XII, as cidades existentes pertenciam a uma de três categorias: herdadas, conquistadas ou fundadas.

Nos anais e crónicas do século XII, a designação mais frequente para nomear as povoações com alguma importância era *castelo*, sendo a de *cidade* reservada a uma escassa dezena de localidades[1]. Entre as cidades herdadas temos Braga, Porto, Coimbra, Lamego, Viseu e a Egitânia. Entre as conquistadas Lisboa e Beja[2].

Na realidade, Portugal conheceu desde o século XII e até ao século XIX um número bastante reduzido de aglomerados que receberam foro de cidade, pelos monarcas. Esta situação decorre, em larga medida, do facto de apenas os centros urbanos que tinham uma sede de bispado serem considerados cidades. As cartas de concessão deste privilégio foram apresentadas, em 1916, por Pedro de Azevedo, sem que, no entanto, as razões para tal circunstância fossem completamente justificadas[3]. Em 1973 Joaquim Veríssimo Serrão procedeu a um estudo sobre a evolução do conceito de promoção do foro de cidade, provando que os critérios que pautaram a atribuição do título se baseavam em razões de ordem religiosa, elevando-se a este estatuto apenas os aglomerados urbanos que eram sede de bispado. Concluiu, igualmente, que não existiam diferenças de privilégios entre *vilas* e *cidades*, pelo que, do ponto de vista urbano e operatório, ambas eram centros urbanos. O número de centros urbanos que eram sede de bispado foi inicialmente muito reduzido, concentrando-se a norte do rio Mondego até ao século XII, estendendo-se paulatinamente para sul ao longo dos séculos XII, XIII e XIV. A existência de uma catedral e de um prelado continuou a ser a condição que pautou a atribuição de foro de cidade até finais da Idade Média. A partir de Afonso V reinicia-se a tradição de promover outras terras não somente por motivos religiosos mas, também, por razões de ordem política como aconteceu com a vila de Bragança, passada a cidade sem bispo, em 1464, ou no reinado de D. Manuel, as vilas de Elvas, Tavira e Faro. Situação idêntica se terá passado com os aglomerados das Ilhas Portuguesas dos Açores e da Madeira. Todavia, é sobretudo no século XIX, com a rainha D. Maria, que se assiste ao aumento

[1] Beirante, 2008, p. 44.

[2] Serrão, 1973, p.13-20.

[3] Azevedo, 1916, p. 930-971.

generalizado da atribuição do foro de cidade, passando a valorizar-se critérios de ordem demográfica e económica[4].

1.1. Os poderes

O período de expansão demográfica e económica registado entre os séculos XI e XIII terá fortes reflexos na vida urbana, assistindo-se à reabilitação de um grande número de *civitates*, bem como ao surgimento de numerosos novos aglomerados. Estes últimos constituem o resultado de diversos factores, designadamente, da exploração económica, de políticas fronteiriças ou de acções militares, encontrando-se intimamente relacionados com o regime jurídico a que estiveram sujeitos (franquias, foros, forais ou outros meios legais), e que possibilitou o seu crescimento. No caso de Portugal, o surgimento de novos aglomerados encontra-se igualmente vinculado à criação de concelhos. Na região do noroeste e no litoral até ao Mondego, a doação de terras pelo rei, em resultado da Reconquista, foi essencialmente feita ao clero e à nobreza, através da concessão de honras e coutos, predominando, por conseguinte, o regime senhorial. Na zona do interior norte e das Beiras, o povoamento foi realizado com base na criação de concelhos, através da concessão de cartas de foral. Com os avanços da Reconquista, a zona a sul da cordilheira central, irá ser povoada de forma idêntica, muito embora os concelhos possam encontrar-se dependentes de senhores, eclesiásticos ou militares[5].

De facto, a política régia nacional, iniciada pelos primeiros soberanos de Portugal, favoreceu a concentração da nobreza feudal na região de Entre Douro e Minho, onde o regime feudal ou senhorial ficou desde então concentrado, enquanto no resto do país prevaleceu a organização concelhia.

Entre as cartas de couto dadas na região de Entre Douro e Minho contam-se as outorgadas ao arcebispo de Braga e ao bispo do Porto. No caso de Braga, a cidade foi doada, conjuntamente com o seu termo, pelo conde D. Henrique e a sua esposa D. Teresa, no ano de 1112. Desta forma e desde então, os arcebispos serão os senhores, mas também os grandes construtores da cidade de Braga.

Também no caso da cidade do Porto foi a rainha D. Teresa que doou o couto ao bispo D. Hugo, em 1120, que, por sua vez, em 1123 outorga a primeira carta de foral ao burgo implantado no morro onde se viria a situar a Sé. Contudo, apesar da jurisdição eclesiástica inicial, tal como Braga, a cidade do Porto irá ver a transferência da sua jurisdição para a Coroa, em 1405/06, situação que se manterá irreversível.

[4] Serrão, 1973, p. 13-20.

[5] Mattoso, 1993, p. 165.

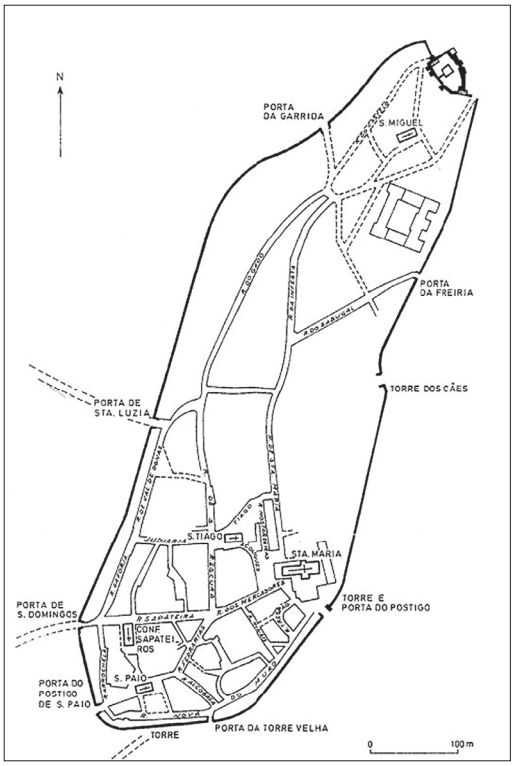


Figura 1. Planta de Guimarães medieval (Marques et all., 1990: p. 17)

No caso de Braga, apesar de também no ano de 1402 a jurisdição da cidade e do couto passar para a tutela do rei, em 1472 esta passa novamente para o arcebispo, mantendo definitivamente a jurisdição eclesiástica até ao século XIX.

1.2. Organização da cidade

À semelhança do que ocorre na Europa, também em Portugal, a cidade medieval apresenta diferentes tipos, de acordo com os vários aspectos que estiveram na sua origem[6].

A situação de insegurança vivida nos primeiros séculos da Idade Média condicionou a génese de uma percentagem muito significativa de um tipo de centros urbanos medievais, surgidos em locais onde o relevo oferecia posições vantajosas de defesa e controlo do território e cuja morfologia se encontra fortemente adaptada às particularidades topográficas, como os núcleos fortificados ou burgos. Sobretudo a partir do século XIII a cidade extravasa os seus limites iniciais para os arrabaldes,

[6] Morris, 1992, p. 90-100.

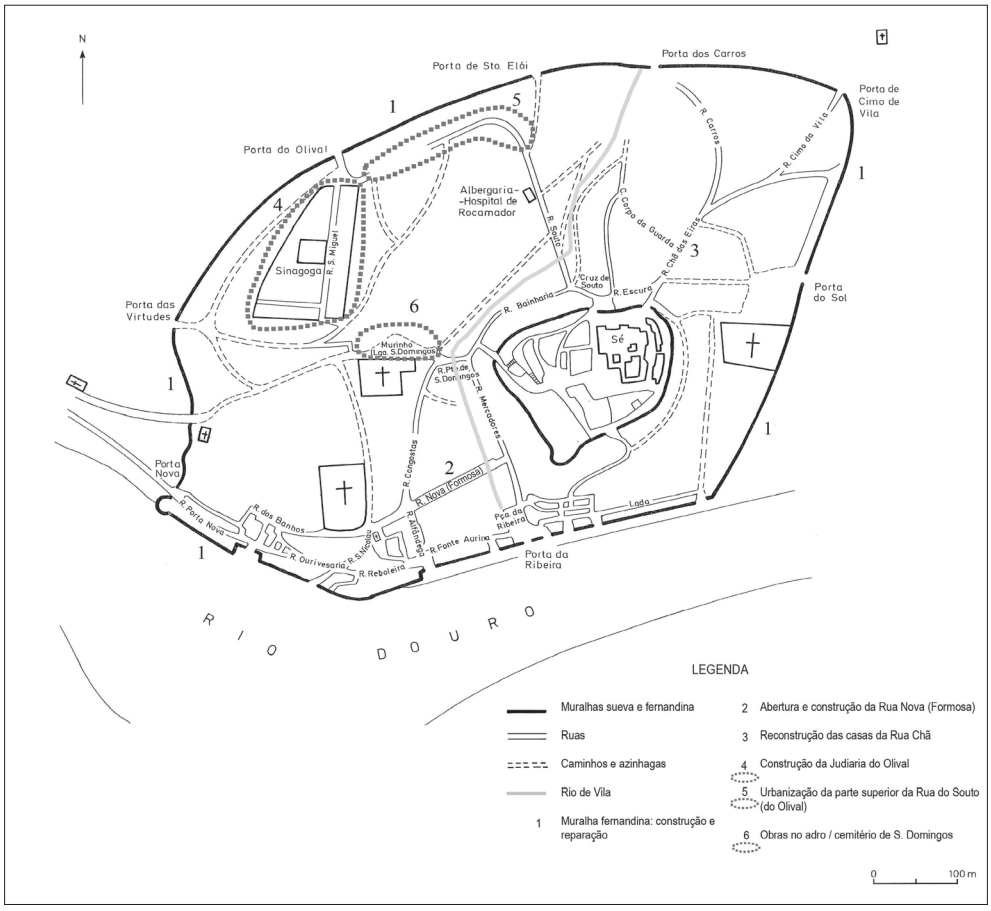


Figura 2. Planta do Porto medieval: construções dos séculos XIV e XV (Melo 2009, vol. II, p. 253)

sendo por vezes construídas novas linhas de muralha, em resultado da actividade mercantil e do aumento demográfico e económico.

Na consolidação e apropriação do espaço nacional, ocorrido nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, os novos centros urbanos tiveram um papel estratégico fundamental, sobretudo nos locais onde não existiam previamente. Na generalidade, foram fundações novas em locais desocupados, como foi o caso de Monção ou Monsaraz. Através das cidades foi possível proceder ao enquadramento das populações e à criação de elementos de identidade nacional. Nas palavras de Armindo de Sousa, estes dois monarcas foram os "*grandes caboqueiros e primeiros artífices do Estado português*"[7]. Salvo algumas excepções, a generalidades das cidades actuais resulta do desenvolvimento de aglomerados urbanos já existentes ou fundados nesse período.

[7] Sousa, 1993, p. 363. E em geral sobre este assunto Sousa, 1993, p. 363-365; 371-374 e p. 528.

Figura 3.
Planta de Valença, século XVIII1
(Imagens do arquivo virtual de cartografia urbana portuguesa, in http://www.nead.unama.br, consultado em 10-2010.)

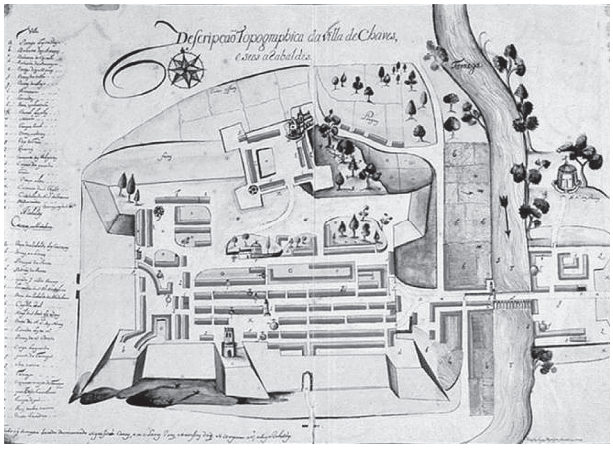


Figura 4.
Mapa de Chaves, século XVIII2
(Imagens do arquivo virtual de cartografia urbana portuguesa, in http://www.nead.unama.br, consultado em 10-2010.)

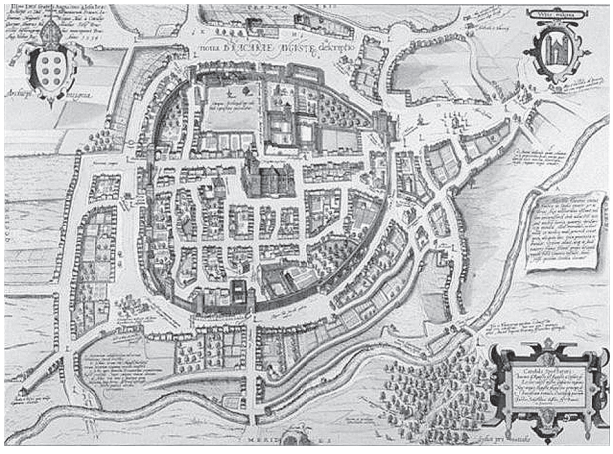


Figura 5.
Mapa de Braga, século XVI

No território nacional encontramos cidades medievais de planta irregular que evoluíram normalmente a partir de aldeias ou de núcleos militares e que foram aceitando e implementando o comércio, chamadas normalmente de burgos, como é o caso de Guimarães. Encontramos, igualmente, cidades de planta regular, também designada de ortogonal, pelo facto das ruas se cruzarem em ângulo recto, característica sobretudo de fundações em locais livres e de nova planta, como é o caso das cidades portuguesas de Caminha, Valença e Monção, ao norte e de Nisa e Monsaraz, ao sul[8].

No território nacional existem ainda cidades medievais cuja génese é romana. Na generalidade, conheceram uma retracção urbana na Alta Idade Média, podendo algumas ter sido mesmo abandonadas, mas que serão revitalizadas a partir dos séculos XII/XIII. Na maioria dos casos, estas cidades apresentam uma planta com sectores regulares, senão em toda a totalidade, pelo menos nas zonas que são continuamente ocupadas, desde a época romana até à Idade Média. Podemos referir por exemplo o caso da cidade de Chaves, romana *Aquae Flaviae*[9], e de Braga, romana *Bracara Augusta*[10].

No entanto, a forma das cidades é, em última análise, moldada pelas suas construções.

Os núcleos medievais cristãos possuem um conjunto de características urbanas comuns, onde se incluem as muralhas e o castelo, para a defesa de pessoas e bens; a igreja, para apoio espiritual; e as estruturas de suporte à circulação, como os largos/praças, ruas e outros espaços destinados à habitação ou zonas residenciais.

Destes elementos, as muralhas e o castelo são extremamente importantes para o estudo dos construtores. Em primeiro lugar porque são raros os núcleos medievais que não têm uma qualquer estrutura militar. Independentemente das múltiplas funções que desempenharam, os investimentos numa cerca ou castelo foram uma condição indispensável para a fixação das populações durante toda a Idade Média. Depois porque, devido ao particular interesse régio e/ou senhorial, o processo de construção das muralhas foi por vezes bastante longo, e um dos que mais registos deixou, permitindo, deste modo, conhecer os tempos e os métodos de decisão e construção, mas também os homens que participaram na edificação das distintas estruturas urbanas.

1.3. Ordenações

O desenvolvimento das cidades implicou a criação de leis para disciplinar o elevado e diversificado número de pessoas que as passou a habitar. De igual modo,

[8] Teixeira e Valla, 1999, p. 1-24.

[9] Ribeiro, 2010, p. 103-106.

[10] Ribeiro, 2008, p. 315-525.

conhecem-se algumas iniciativas régias e concelhias para tentar ordenar e planificar o crescimento urbano, pelo menos desde o século XIII[11].

Para o caso nacional encontramos diferentes tipos de legislação relacionada com os poderes urbanos, concelhios ou senhoriais, com implicações no ordenamento urbano, bem como na própria construção, regulamentando aspectos como a ocupação da via pública[12] ou condicionamentos à construção de estruturas nas proximidades da muralha. Merecem particular destaque as medidas tomadas por D. Afonso III e D. Dinis, objectivando a fortificação e criação de núcleos urbanos[13]; as de D. Pedro I e de D. João I no arranjo e conservação dos espaços públicos; ou as de D. Manuel I na uniformização e planificação dos traçados, bem como, o cuidado com a imagem visual da cidade. Merecem igualmente destaque, a este propósito, as Ordenações Manuelinas promulgadas em 1521[14], bem como algumas das suas tomadas de posição presentes no Livro de Posturas Antigas[15] onde, entre outros aspectos, são promovidas medidas relacionadas com a concepção regular de traçados e com a uniformização dos espaços edificados[16].

Finalmente, cumpre ainda destacar a existência de regulamentação específica para apoio à construção de obras públicas concretas, de iniciativa ou apoio expresso do poder régio, concelhio ou senhorial. Referimo-nos, por exemplo, à construção e/ou reparação de muralhas[17], de edifícios de prestígio ou alterações urbanísticas como abertura de novas ruas[18].

Outro tipo de determinações com influência na construção refere-se a cláusulas que, com frequência, integram os contratos de emprazamento ou de aforamento,

---

[11] Chueca Goitia, 1996, p. 90-100.

[12] Entre outros exemplos, refira-se para a cidade do Porto, a necessidade de autorização expressa do concelho para construir escadas exteriores, aumentar o número de andares duma habitação, ou construir "um tavoleiro aa porta de suas casas desde que nom embargue o caminho" (*"VEREAÇOENS" Anos de 1390-1395*, p. 58, de 1391; p. 86, de 1391; p. 50, de 1391).

[13] Ferreira, 2004, p. 280.

[14] Rossa, 1995, p. 269-266. *Ordenações Manuelinas*, Livro 1, tit.º 49, p. 349-356.

[15] *Livro das Posturas Antigas*, 1974, p. 105-113.

[16] Ferreira, 2004, p. 280; Rossa, 1995, p. 269-266.

[17] Por exemplo no Porto encontramos determinadas decisões concelhias, tais como: em 1362, a proibição de construir umas casas "sobre o muro da Ribeira" (*Corpus Codicum …*, VI-IV, 8); e, em 1373, a concessão de privilégios relativos à apropriação de madeira, pedra, telha e pregadura de duas casas para serem utilizados na obra de reparação da muralha da cidade (*Corpus Codicum...*, VI-V, 13-15). Paralelamente, na mesma cidade, verificamos a atribuição de medidas régias, nomeadamente: em 1395, a concessão de privilégios para pedreiros e carpinteiros que trabalhassem na construção da Rua Nova (Amaral e Duarte, 1985, p. 10); em 1413, a sisa dos vinhos é atribuída às despesas desta mesma Rua Nova (AHMP, *Livro 3º de Vereações*, fl. 65 a 68v); e finalmente, em 1438, encontramos o lançamento de *fintas* destinadas à construção da mesma rua (Amaral e Duarte, 1985, p. 16-17).

[18] Gonçalves, 1986. A título de exemplo refiram-se a abertura da Rua Nova ou Formosa, na cidade do Porto, ou a Rua Nova de Lisboa.

as quais atribuíam aos foreiros ou enfiteutas responsabilidades na construção ou reconstrução de edifícios, como veremos nas páginas seguintes.

Por fim, merece ainda destacar alguma legislação, embora rara, que definia preços e salários na construção, como por exemplo o tabelamento portuense de 1413[19].

2. OS CONSTRUTORES

A construção das cidades envolveu um conjunto significativo de agentes que ao longo dos séculos, com as suas ideias e trabalho, foram dando expressão às diferentes paisagens urbanas medievais. Contudo, conhecer a realidade dos construtores das cidades, homens, mulheres e crianças, requer um trabalho complexo e minucioso que cruza múltiplas fontes de informação. Com frequência os dados obtidos revelam-se fragmentados e indirectos. Todavia, através dum questionário exaustivo e direccionado tem sido possível desvendar quem eram esses homens, o que faziam, como e onde, mas também as diferentes formas de remuneração do trabalho.

O estudo desta temática tem conhecido um forte incremento a nível europeu, nas últimas décadas. Para além dum aumento significativo do número de estudos, assiste-se igualmente a uma diversidade de perspectivas e abordagens. Refira-se, a

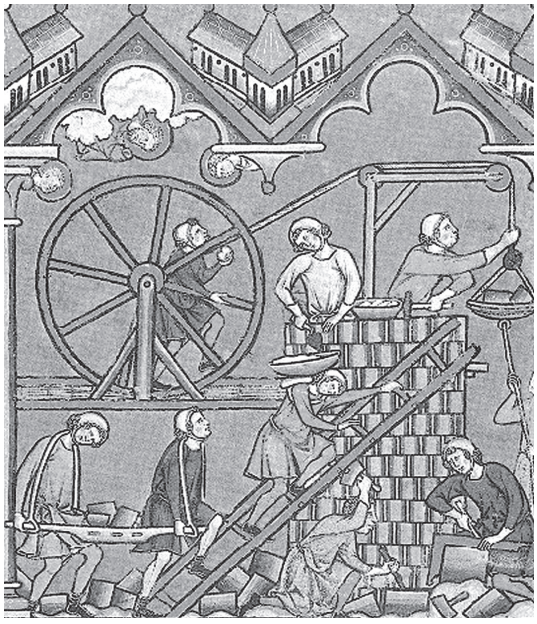


Figura 6.
Ilustração da construção na Idade Média[20]

[19] AHMP, *Livro 3º de Vereações*, fl. 77 a 78v (tabelamento publicado por António Cruz, 1943, p. LXXXIV a LXXXVII).

[20] Disponível em The Pierpont Morgan Library, http://themorgan.org/collections/swf/exhibOnline.asp?id=204, consultado em 10-2010

título de exemplo, os trabalhos desenvolvidos por Philippe Braunstein e por Philippe Bernardi sobre a organização do trabalho na construção[21]. Podemos, igualmente, salientar encontros internacionais dedicados à história da construção, como o de Prato realizado em 2004, ou muito recentemente o de Najera, em 2009, onde parte significativa das comunicações incidiu sobre os homens da construção[22].

A nível nacional, comparativamente, verifica-se um relativo atraso na investigação, que decorre, em larga medida, da reduzida atenção e importância dada a esta temática. Merecem, contudo, destaque os trabalhos aprofundados sobre a construção do Mosteiro da Batalha[23], entre outros de carácter mais pontual[24].

A escolha das cidades de Braga e do Porto, como objectos de análise deste artigo, prende-se com a existência de fundos documentais que apresentam elevado potencial para o estudo dos homens da construção nas cidades medievais. Igualmente, a existência de vária bibliografia sobre aquelas urbes, ainda que sobre diversos aspectos, facilita a interpretação relacionada com os contextos históricos em que esta temática se insere. Finalmente, as duas cidades apresentam uma evolução do ponto de vista dos poderes, da administração e da sociedade com aspectos parcialmente semelhantes, mas também com fortes diferenças[25], o que torna pertinente a sua comparação, permitindo obter resultados bastante ilustrativos sobre o estudo dos construtores na cidade medieval portuguesa.

Procuraremos de seguida, com base em alguns documentos destas cidades, abordar aspectos relacionados com os homens da construção, em particular com a direcção administrativa e técnica das obras, com a organização do trabalho, os profissionais, os cargos e os níveis de especialização envolvidos.

---

[21] Braunstein, 2003, p. 371-455 ; Bernardi, 1995; ou Bernardi, 2011, entre muitos outros artigos destes autores sobre o tema.

[22] Respectivamente *L'Ediliza prima* …, 2005; *Construir la ciudad* …, 2010.

[23] Gomes, 1990, p. 11-145; Idem, 1993.

[24] Entre outros, Ferreira e Duarte, 2005; ou Duarte, 2009. Algumas referências ao tema também em Melo, 2009, vol. I, p. 259; 299-300 ; e vol. II, p. 251-288. Refira-se, no entanto, que no âmbito da História da Arte têm sido realizados alguns estudos sobre determinados *artistas* e mestres de obras, muito embora numa perspectiva diferente da nossa. Por fim, refira-se ainda outros estudos sobre diferentes aspectos e acepções da história da construção, como o estudo de tipologias de edifícios, realizados por Maria da Conceição Ferreira ou Sílvio Conde, entre outros.

[25] Em particular, se por volta da mesma altura ambas passam da jurisdição episcopal para a régia (Braga, em 1402, o Porto, em 1406), no caso do Porto essa transferência revelou-se definitiva, enquanto Braga voltaria ao senhorio dos arcebispos, em 1472, com todas as consequências que tais diferenças implicam. Para um enquadramento geral da história de cada uma dessas urbes na Idade Média ver, respectivamente, Marques, 1983; e Sousa, 1994. Em particular, para a comparação das distintas e divergentes evoluções das duas cidades do ponto de vista jurisdicional, político e social ao longo do século XV, cf. sobretudo Sousa, 1990; e Costa, 2006.

2.1. Direcção administrativa e financeira da obra

Durante o século XV, para as cidades do Porto e de Braga, encontramos referência à existência de oficiais especificamente vocacionados para a administração das obras da cidade[26]. Comum às duas urbes, encontramos o *vedor das obras da cidade*, ainda que no caso de Braga apenas durante o período de jurisdição régia. Verificamos, igualmente, a existência de um *porteiro das obras da cidade*[27], de um *tesoureiro das obras da cidade*[28], de um *escrivão das obras da cidade* e de um *vedor* dessas mesmas obras[29] em Braga no tempo do senhorio do rei, concretamente durante os reinados de D. Duarte e de D. Afonso V. No tempo deste último monarca encontramos, ainda, referência a um *vedor mor das obras públicas nas comarcas de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, que era o próprio D. Afonso, 1º Duque de Bragança. Ao que tudo indica era ele o responsável, logo a seguir ao rei, pela execução das obras da muralha de Braga[30].

O *vedor das obras da cidade* seria o responsável pela generalidade das construções ou intervenções, quer daquelas que se encontravam a cargo do concelho, no caso do Porto, quer das de iniciativa régia, no caso de Braga. Destas obras, exceptuam-se obviamente aquelas que possuíam vedor próprio, como referiremos mais à frente. No caso do Porto, o *vedor das obras da cidade*, de nomeação concelhia, era um membro da oligarquia urbana, como era o caso de Gonçalo Anes do Estão do Anjo, em 1417[31]. No caso de Braga o *vedor*, o *porteiro*, o *tesoureiro* e o *escrivão das obras da cidade* eram nomeados pelo rei e podiam pertencer à Casa Real, à Casa de Bragança, ou às elites locais, como por exemplo encontramos referido num documento de 1439[32]. Sabe-se, ainda, que no tempo de D. Duarte, em Braga, o *tesoureiro* era de nomeação anual e as contas verificadas por dois homens-bons, em nome "da cidade e povoo"[33].

As informações sobre este conjunto de oficiais são lacunares, em virtude do tipo de fontes disponíveis, por isso, desconhece-se a cronologia exacta da sua existência, que podemos atestar em, pelo menos, alguns anos do século XV. Até

---

[26] Também em Lisboa, pelo menos para finais do século XV, encontramos atestada a existência do *vedor das obras* da cidade e de um escrivão das mesmas (*Livro das Posturas Antigas*, p. 163-165: cf. também Ferreira e Duarte, 2005, p. 611-612).

[27] IAN-TT – *Chancelaria D. Afonso V*, Livro 27, fl. 58v.: referência, em 1439, a um porteiro das obras da cidade, remetendo para o reinado de D. Duarte.

[28] IAN-TT – *Chancelaria D. Afonso V*, Livro 25, fl. 36v. (1445): referência, em 1445, a um tesoureiro das obras da cidade; ACMB, *Pergaminhos*, n.º 27.

[29] IAN-TT – *Chancelaria D. Afonso V*, Livro 25, fl. 36v (1445).

[30] ACMB, *Pergaminhos*, nº 21**.** Neste documento o vedor- mor é acusado pelos procuradores da cidade, em 1446, de provocar o atraso nas referidas construções.

[31] *Corpus Codicum* …, VI-VI, p. 83.

[32] ACMB, *Pergaminhos*, nº25.

[33] ACMB, *Pergaminhos*, nº25. Essa obrigação não estava a ser cumprida por volta de 1459.

ao momento, não encontramos esses cargos referidos em Braga nos períodos de jurisdição episcopal. De facto, nesta cidade, este conjunto de oficiais e o tipo de organização que lhe está associada – por exemplo a existência duma contabilidade própria – parece-nos exclusivo do período de jurisdição régia (1402-1472).

No Porto, quando não existia o *vedor das obras da cidade* era o *procurador do concelho* que mandava executar as obras de pequeno vulto. Em qualquer dos casos, nesta cidade, quer quando existia o *vedor das obras da cidade*, quer quando era o procurador a exercer essas funções, os pagamentos eram efectuados pelo *procurador* ou pelo *tesoureiro do concelho*[34] e inseridos na contabilidade municipal[35]. Esta constatação leva-nos a concluir que não existiria contabilidade própria das obras, mesmo no caso da construção da muralha, na segunda metade do século XIV, que, no entanto, até dispunha de vedor e escrivão privativo[36].

No caso de Braga, no período de jurisdição régia, pelo contrário, encontramos referências a uma contabilidade própria das obras, ainda que esta pudesse reportar-se exclusivamente à muralha[37].

Concluiu-se, deste modo, que à semelhança do que se verifica noutros contextos, como na construção do Mosteiro da Batalha[38], existia nessas cidades um conjunto de oficiais superiores ligados à administração e fiscalização das obras, sejam de iniciativa concelhia ou régia.

Por outro lado, nas obras e construções de maior importância promovidas pelo concelho, ou pelo rei em colaboração com o concelho, encontramos normalmente a presença dum *vedor específico da obra* respectiva, como por exemplo o *vedor da muralha do Porto*, no século XIV[39], o *vedor das obras do castelo de Braga*[40], ou ainda

---

[34] Até 1475 não existia tesoureiro do concelho, sendo as suas funções desempenhadas pelo procurador (Gonçalves, 1987, p. 12).

[35] Conforme se pode verificar nos *Livros do Cofre dos Bens do Concelho* do Porto – cuja designação original, e mais correcta, seria *Livros de Receitas e Despesas* -, como por exemplo, entre muitos outros, Livro 1, fls. 25v, 28 a 30v, ou 32v-33 (de 1461).

[36] *Corpus Codicum* …, I, p. 104-105. A comprovar que as receitas e despesas das obras, em geral, e da muralha em particular, se inseriam na contabilidade concelhia encontramos, por exemplo, as encomendas de pedra a 4 pedreiros, para a construção da muralha, em 20 de Abril de 1360, encomendadas e pagas pelo concelho e, como era habitual, actuando o procurador como representante (*Corpus Codicum* …, VI-II, p. 72-74).

[37] Referência numa Constituição Sinodal de D. Martinho de Oliveira, aprovada e publicada no sínodo de 7 de Setembro de 1301, que consignava que as verbas provenientes de certas multas, aplicadas aos clérigos, seriam para a obra dos muros da cidade (Marques 1986, p. 7); ACMB, *Pergaminhos*, nº27.

[38] Gomes, 1990, p. 39-95.

[39] Em 1366, e anos seguintes, por exemplo, era *vedor da obra do muro da cidade* João Esteves (*Corpus Codicum* …, I, p. 102-105); e VI-II, p. 72, entre outros.

[40] IAN-TT – *Chancelaria D. Afonso V*, L. 15, f. 69v.: referência, em 1455, a Nuno Dias, vedor das obras do castelo de Braga.

o *vedor das obras da Rua Formosa*, no Porto, durante a sua abertura e construção, ao longo do século XV[41]. Tal como os vedores *das obras das cidades*, atrás referidos, também estes eram provenientes das elites concelhias, no Porto[42], ou das régias, senhoriais ou locais, como acontece em Braga[43].

No caso do Porto, nas obras de maior dimensão e complexidade, além do *vedor da obra*, encontramos ainda um *escrivão da obra*, como na construção da muralha, e por vezes um *tesoureiro da obra*, como se verificou na Rua Formosa[44]. Esta estrutura administrativa podia incluir uma contabilidade específica, como acontece nas obras da referida rua, mas também da muralha de Braga, durante o século XV. Pelo contrário, na construção da muralha do Porto, no século XIV, executada pelo concelho, ou em obras promovidas pelo arcebispo e cabido bracarense encontramos uma estrutura organizativa mais simples e aparentemente sem contabilidade própria.

Todavia, nos casos de algumas construções de duração e complexidade inferior encontramos por vezes, também, um vedor de obra específica, como é o caso do *vedor das obras de reconstrução das calçadas da cidade,* em 1412, no Porto, cuja reconstrução resultou das determinações do corregedor, em virtude do mau estado em que se encontravam essas vias de circulação. Refira-se, ainda, a existência do *vedor da obra do muro que caiu*, numa intervenção igualmente ordenada pelo concelho em cumprimento das determinações do referido Corregedor[45]. Desconhecemos se estes dois exemplos correspondem a casos isolados sem continuidade, ou, pelo contrário, se integram uma prática habitual da administração de obras da cidade. Em todo o caso, neste tipo de situações não existia tesoureiro nem escrivão

[41] Encontramos referência ao *vedor das obras da Rua Formosa* e ao tesoureiro pelo menos desde 1412 (AHMP, *Livro 3º de Vereações*, fl. 17-18 e 38v-39). Em 1438 encontramos uma estrutura já instalada composta por vedor, escrivão e tesoureiro desta obra (Amaral e Duarte, 1985, p. 26-27).

[42] No Porto, por exemplo, em 1438 o vedor desta obra era Vasco de França, o tesoureiro João Alvares "barba meia" e o escrivão Lopo Rebelo, três membros conhecidos da oligarquia da cidade que encontramos ao longo dos anos a desempenhar outros cargos de topo na administração concelhia, tal como juiz ou vereador (Amaral e Duarte, 1985, p. 26-27).

[43] ACMB, *Pergaminhos*, nº 21, 25 e 27, atrás referidos.

[44] Cf. notas anteriores e em particular *Corpus Codicum* …, I, p. 104-105, quanto à muralha; e Amaral e Duarte, 1985, p. 26-27, para a Rua Nova.

[45] Seguindo as determinações da carta do Corregedor enviada à cidade em 1412 (carta copiada na acta de vereação portuense de 10 de outubro de 1412: AHMP, *Livro 3º de vereações*, fl. 39v a 48: sobre esta carta cf. ainda Basto, s/d, p. 360-362; também Melo, 2009, vol. I p. 328-331). Neste mesmo ano, o concelho nomeia um *vedor das obras das calçadas da cidade* (AHMP, *Livro 3º de vereações*, fl. 10-11); e um *vedor da obra do muro que caiu* para promover obras de reparação da muralha (AHMP, *Livro 3º de vereações*, fl. 50). Em ambos os casos os respectivos vedores deviam utilizar bens do concelho e anúduvas para esse fim.

da obra, nem dispunham, obviamente, de contabilidade própria, inserindo-se na geral concelhia, sendo os pagamentos efectuados directamente pelo concelho[46].

O vedor de uma obra específica dirigia superiormente, e no seu conjunto, toda a actividade da referida construção, à semelhança do que se observa em Lisboa, ou em grandes edificações régias, como no estaleiro do Mosteiro da Batalha[47]. Não se tratava dum especialista ou cargo técnico da construção, mas de alguém proveniente de distintas elites socioeconómicas: membros dos meios mercantis ou da administração concelhia, no caso portuense[48]; da oligarquia senhorial ou local em Braga, durante a jurisdição episcopal; ou de agentes régios, durante o período de senhorio do rei desta última cidade[49].

Quanto às funções do *vedor de obra específica*, podemos afirmar que desempenhava tarefas complexas de coordenação global ao nível da administração ou gestão do conjunto da obra, sobretudo no caso das grandes construções, acerca das quais existe maior quantidade de informação. Seria este oficial quem coordenava os contratos e os pagamentos de materiais ou de trabalho, de diferentes tipos. Entre estes incluíam-se contratos *à empreitada* para fornecimento de certos materiais, ou execução de determinados serviços ou tarefas; o pagamento directo pelo trabalho dos homens; a coordenação e fiscalização da anúduva e da sua distribuição pelo estaleiro; o controlo das receitas provenientes de direitos ou impostos outorgados pelo rei à obra; ou, ainda, dando instruções quanto aos pagamentos a efectuar[50]. No fundo, este oficial exercia, na obra de que era responsável, as mesmas compe-

[46] Por exemplo, os pedreiros que trabalhassem nessas obras das calçadas eram pagos aos sábados, pelo procurador do concelho em presença do escrivão da câmara (AHMP, *Livro 3º de vereações*, fl. 10-11).

[47] Para Lisboa as obrigações do *vedor das obras* da cidade e do escrivão das mesmas estão definidas em legislação concelhia não datada, mas provavelmente de finais do século XV (*Livro das Posturas Antigas*, p. 163-165). Para a Batalha cf. Gomes, 1990, p. 39-95.

[48] Cf., por exemplo, a nota 42, no caso do Porto.

[49] No período de jurisdição episcopal, era ao arcebispo que cabia designar, directamente, os homens responsáveis pela execução das várias tarefas ligadas às obras. Como exemplo podemos referir quando, em 1400, o arcebispo incumbiu 4 homens, um dos quais juiz do crime, de identificar os locais onde havia pedra disponível para a muralha e providenciar o seu transporte (ADB, *Gaveta 2ª das propriedades do Cabido*, nº 16) publicado em Marques, 1986, p. 30-33. Para o períodode jurisdição régia cf. exemplos das notas 31 e 32.

[50] Por exemplo, na construção da muralha do Porto no século XIV, em particular durante os anos de 1357 e 1367 os contratos de encomendas e o seu pagamento, ou a fiscalização de anúduvas, entre outros, era exercida pelos funcionários concelhios, em particular o procurador, embora existisse um *vedor da obra da muralha*, que por vezes surge como responsável pelo recebimento da anúduvas (*Corpus Codicum* … I, p. 102-105; e VI-II, p. 72, entre outros).

tências que o *vedor das obras da cidade*, ou as que o procurador do concelho tinha relativamente à generalidade das obras municipais[51].

Face aos exemplos apresentados, podemos concluir que o vedor das obras actuava ao nível da gestão da obra e não ao nível da direcção técnica, normalmente desempenhada pelo mestre da obra. Desta forma se pode verificar que o vedor, os oficiais concelhios, régios, ou ainda os arcebispos e seus delegados tinham de lidar com questões económicas e financeiras, mas também fiscais e outras decorrentes do exercício de direitos senhoriais ou régios.

Abaixo desse nível administrativo de controlo e supervisão geral da obra, encontramos o nível técnico de direcção da obra.

2.2. Direcção técnica da obra

Nas obras de maior dimensão e complexidade existia o cargo e função de *mestre da obra*, como nos casos da construção das muralhas do Porto e de Braga. A título de exemplo, em 1356 na construção da muralha do Porto – apenas um ano ou menos após o provável início da obra -, Domingo Anes pedreiro renuncia ao cargo de *Mestre da obra da muralha*, alegando não ser competente para tal, e propondo Pero Cerveira pedreiro como seu sucessor, o que é aceite pelo concelho[52]. Refira-se ainda que em Braga encontramos, em 1380, a referência a três mestres de obra a trabalhar em simultâneo na construção do alcácer do castelo: João Mouro, Pero Senascais e João Pedreiro[53]. De igual modo, em obras de menor dimensão podia existir um responsável técnico da obra, que podia ser designado *mestre da obra*, *mestre*[54], ou mais genericamente aquele "que tiver carreguo d'obra"[55], quase sempre um pedreiro ou um carpinteiro. Tal como se observa no *Livro das Posturas Antigas* não se trata dum estatuto, mas duma função ou cargo exercido durante um tempo limitado numa obra concreta: durante um dia, alguns dias, meses ou anos, dependendo da duração da obra e da conjuntura, em particular da disposição e vontade do mestre e do dono da obra em causa[56].

---

[51] Cf. as obrigações do *vedor das obras da cidade* para Lisboa de finais do século XV (*Livro das Posturas Antigas*, p. 163-165).

[52] *Corpus Codicum* … VI-II, p. 55.

[53] ADB, *Gaveta das décimas*, nº 39, publicado por Marques, 1986, p. 25.

[54] Encontramos vários exemplos na contabilidade concelhia. Entre muitos outros, AHMP, *Livro do Cofre* …, Livro 1, fls. 32v e 33.

[55] *Livro das Posturas Antigas*, p. 230.

[56] *Livro das Posturas Antigas*, p. 229-231. Idêntico paralelismo, mais uma vez, encontramos no estaleiro do mosteiro da Batalha (Gomes, 1990, p. 96-114).

Nas obras de maior vulto parecem ser os pedreiros que ocupam mais amiúde tal cargo. Nas de menor dimensão poderia ser um pedreiro ou carpinteiro, dependendo do tipo de obra. Como se observa no já referido *Livro das Posturas Antigas*, previa-se que em qualquer obra podiam trabalhar vários pedreiros, mas que um deles teria "carreguo d'obra" e como tal devia ganhar mais que os outros[57]. Essa mesma prática encontramos, por exemplo, na contabilidade portuense da segunda metade do século XV, em que tal indivíduo surge, em geral, designado como *mestre*[58].

2.3. Os profissionais da construção

Entre os trabalhadores da construção a principal distinção era feita entre os carpinteiros e pedreiros, por um lado, e entre os *braceiros*, os *obreiros*, os *moços* e afins, por outro. Os primeiros correspondem a mão-de-obra especializada e os segundos a indiferenciada. Por seu turno, os pedreiros e os carpinteiros podiam ser distinguidos entre *mestres* e *oficiais*[59], ou entre "melhores" e "não tão bons"[60]. Todavia, pelo menos até meados do século XV, não encontramos indícios de que a designação de *mestre* constituísse um estatuto, nem conhecemos o processo através do qual um indivíduo passava a ser considerado pedreiro ou carpinteiro, em vez de simples obreiro. Também a distinção entre *melhor* e *não tão bom* devia ser casuística e não formalizada. De facto, o surgimento, como organização formalizada, da hierarquia mestre/oficial/aprendiz, parece datar apenas de finais do século XV, no caso de Lisboa, ou do século XVI, de modo geral, excepto eventualmente em alguns estaleiros régios de grandes dimensões[61]. Como tal, será apenas neste contexto e cronologia que a designação de *mestre* passará a ser entendida como um estatuto formal[62].

Para além de carpinteiros e pedreiros, encontramos, ainda que mais raramente, referências a outros mesteres da construção, alguns de elevado nível de especialização, como os *pintores* ou *pintadores*, além de outros trabalhadores como *cabouqueiros*, entre outros[63].

---

[57] *Livro das Posturas Antigas*, p. 230.

[58] Encontram-se muitos exemplos no já citado AHMP, *Livro do Cofre…*, entre outros no Livro 1, fl. 32v e 33, de 1461.

[59] *Livro das Posturas Antigas,* p. 230

[60] Como no tabelamento portuense de 1413 (AHMP, *Livro 3º de Vereações*,, fl. 77-78v; publicado em Cruz, 1943, p. LXXXIV a LXXXVII).

[61] Onde pode ter existido *prova* para ser carpinteiro, como refere Oliveira Marques (Marques, 2010, p. 174-175). Ainda assim, esta questão deve ser melhor esclarecida.

[62] Arnaldo Melo, 2009, vol. I, p. 252-266, max. 261 e ss. Cf. também o recente trabalho de Philippe Bernardi (Bernardi, 2009).

[63] *Livro Posturas Antigas*, p. 230-240; para Évora ver Marques, 2010, p. 169 e Pereira, *Documentos …*, 2ª Parte, p. 160; no Mosteiro da Batalha cf. Gomes, 1990, p. 106-127. Para o Porto, Melo, 2009, vol. II, p. 251-288.

Verifica-se, ainda, a existência de um conjunto de trabalhadores indiferenciados, não especializados, como *moços*, *braceiros* e *obreiros*, ou *mouros*. Refira-se que a expressão *ganha-dinheiros*, corrente em outros sectores de actividade urbana, parece surgir com menor frequência nestes contextos de construção. Sob a designação de *moço* também se podia esconder o aprendiz, termo que apenas a partir de finais dos séculos XV e XVI começa a ser mais utilizado [64].

O conjunto dos profissionais da construção é designado genericamente, no *Regimento das Procissões de Évora,* de finais do século XV, como *aqueles que correguem casas*. Estes parecem aí ocupar uma posição de prestígio entre os mesteirais, uma vez que ocupam os últimos lugares dos mesteres na ordem dessa procissão, quase logo seguidos dos mercadores[65].

2.4. O trabalho obrigatório: a anúduva

Outro tipo de trabalhadores indiferenciados era constituído pelos homens da anúduva, obrigados a trabalhar certo número de dias por ano, de modo gratuito ou pago, por imposição régia ou senhorial, nas obras de interesse público. Como exemplo, refira-se o caso da muralha de Braga e do Porto, da Rua Nova ou da reconstrução de calçadas nesta última cidade. Geralmente, esta obrigação incidia sobre a população do mundo rural, exterior à cidade[66]. No caso da construção da muralha do Porto encontramos a imposição da anúduva, outorgada pelo rei, desde 1356. Em 1367, esta obrigação incidia sobre vários julgados a norte e a sul do Douro, sendo constituída pela obrigação de trabalhar na muralha oito dias por ano, nas modalidades de *com bois*, ou *sem bois*, que em determinados julgados era remida por um pagamento de 30 soldos para quem tinha bois, e dez para quem não os tinha[67].

Em Braga, em 1359, a anúduva destinada à construção da muralha foi exigida pelo rei a determinados coutos pouco desenvolvidos do ponto de vista comercial,

---

[64] Arnaldo Melo, 2009, vol. I, p. 261-280, max. 272 e ss.

[65] Marques, 2010, p. 169; Pereira, *Documentos* …, 2ª Parte, p. 159-161. Como é sabido nestas procissões a ordem de importância era inversa à ordem em que desfilavam.

[66] Como bem se observa através das reclamações do Concelho do Porto junto do corregedor ou do próprio rei, pela fuga ao pagamento da anúduva por parte de habitantes dos julgados a isso obrigados, entre 1357 e 1367 (*Corpus Codicum* …, I, p. 102-105; e VI-II, p. 72). Já Armindo de Sousa propusera que uma das principais razões para o enorme aumento do *termo* do Porto, em 1369, seria precisamente alargar a capacidade de recrutamento de mão-de-obra para construção da muralha da cidade, além de mais homens para a guarnecer em caso de guerra (Sousa, 1994, p. 169-171). Mas note-se que a anúduva para a muralha da cidade outorgada pelos reis extravasava ainda mais o termo acrescido da cidade, incidindo até sobre várias regiões da Terra da Feira, por exemplo (*Corpus Codicum*, … I, 102-105).

[67] *Corpus Codicum*, …I, p. 99 (ano de 1356) e p. 104-105 (ano de 1367); Sousa, "1994, p. 137-138).

enquanto naqueles que apresentavam maior intensidade de trocas o rei impôs a sisa que revertia, igualmente, para as obras da muralha[68].

O rei mandava cumprir as anúduvas e determinava financiamentos com base em instrumentos fiscais especiais ou regulares (caso de *fintas* e *sisas*), que revertiam especificamente para certas obras, mesmo em locais de senhorio privado, como era o caso da muralha de Braga, em 1359, ou a do Porto ao longo do século XIV. Refira-se, ainda, o caso da abertura da Rua Nova do Porto para a qual o monarca obrigou ao pagamento de *fintas* em 1438, entre outros[69].

Concluíndo, as anúduvas revertem, em geral, para obras de iniciativa régia, ou pelo menos com apoio expresso do rei, como é o caso das obras de cariz militar.

2.5. Estrangeiros

Em geral, em Portugal são raras as referências expressas à vinda de especialistas da construção oriundos de fora da cidade, embora a sua existência pudesse estar prevista em leis gerais, como por exemplo nos privilégios aos construtores da Rua Nova do Porto, de 1395[70]. Em alguns casos a proveniência exterior do indivíduo deduz-se pela análise das afinidades estilísticas[71], ou pelo nome, como no caso do pedreiro João de Guimarães, que, em 1414, conseguiu a empreitada das obras de reconstrução de parte da muralha da cidade do Porto que havia caído, paga pelo concelho[72]. Já para Braga, no tempo de D. Diogo de Sousa, instala-se na cidade uma importante comunidade de *biscainhos* para trabalhar em determinadas construções. Sabemos que estes artistas são atraídos por aquele arcebispo, nos inícios do século XVI, para a majestosa fábrica da capela-mor da sua catedral[73]. Estes homens irão fixar-se em Braga, preferencialmente numa rua que recebeu o seu nome e que ainda hoje o conserva: a Rua dos Biscainhos. Estes, para além das referidas obras, irão participar na construção de outros edifícios, como foi o caso da *Casa dos Coimbras*, ainda actualmente existente, embora não no sítio original, ou da *Capela dos Coimbras*, construída em 1525[74].

---

[68] A.D.B., *Colecção cronológica*, cx. 17, s.n. publicado por Marques, 1986, p. 23-25.

[69] Cf. notas anteriores. No caso da abertura da Rua Nova do Porto, cf. Amaral e Duarte, 1985, p. 16-18 e 26-27.

[70] Amaral e Duarte, 1985, p. 10.

[71] Por exemplo, a presença dum artista proveniente de Zamora na construção da Igreja de S. Pedro de Ferreira no século XII, verificada por Manuel Real (Real, 1986, p. 263 e ss.).

[72] *Corpus Codicum* …, VI-VI, p. 79.

[73] *Memorial das Obras que mandou fazer D. Diogo de Sousa* [1532 a 1565 (?), realizado pelo cónego Tristão Luís. A.D.B. *Registo geral*, liv. 330, fls. 330-330v, publicado por Maurício 2000, p. 295-303.

[74] Vasconcelos, 1995, p. 63-80. Ribeiro, 2008, vol. II, p. 45-58.

Figura 7.
A Casa dos Coimbras (Braga)

Figura 8.
A Capela dos Coimbras (Braga)

2.6. Planificadores e promotores

Sobre aqueles que traçaram o percurso das muralhas, o perfil das ruas novas, a definição do tamanho e da forma dos lotes, das parcelas e dos quarteirões a urbanizar, ou dos próprios edifícios a construir, pouco ou nada sabemos. A existência de planificadores nas cidades medievais portuguesas que realizavam o traço das obras a construir é bastante difícil de apurar, muito embora a sua presença se justificasse, nomeadamente, em obras de grande dimensão, como é por exemplo o caso das muralhas[75].

Os promotores das obras eram essencialmente o rei, os concelhos ou os senhorios privados, como o arcebispo e o cabido.

No caso do Porto, o rei apoiou o concelho na construção das muralhas e não deixou de ter forte intervenção urbanística, nomeadamente mandando abrir a Rua Nova ou Formosa, em finais do século XIV, ou determinando a construção da Judiaria Nova do Olival, em 1386 e 1388, num morro até então por urbanizar. Nesse processo, o concelho teve também forte papel, apoiando e colaborando com o rei na abertura da Rua Nova e na urbanização do morro do Olival, esta de iniciativa concelhia mas conjugada com a determinação régia de aí mandar edi-

[75] Trindade, 2009, p. 245.

ficar, pelo concelho, a nova Judiaria[76]. Pelo contrário, nos séculos XIV, XV e XVI não encontramos os bispos do Porto muito activos no processo de promoção da construção na cidade.

Por sua vez, em Braga, o arcebispo e o cabido surgem como os grandes promotores, sobretudo durante os períodos de jurisdição arquiepiscopal, muito embora o rei e mesmo o concelho apareçam como impulsionadores de algumas obras, sobretudo as relacionadas com a defesa da cidade[77]. Paralelamente, no período de jurisdição régia, se é certo que o rei e o concelho parecem assumir-se como os principais promotores de obras, os arcebispos e cabido continuam a desenvolver alguma actividade construtiva[78]. Deve mesmo destacar-se que, em Braga, os grandes promotores de alterações urbanísticas foram os arcebispos, enquanto o rei terá limitado a sua acção às obras de defesa da cidade.

No Porto, entre os séculos XII e XIV, o bispo e o cabido parecem ter tido influência no ordenamento do espaço urbano limitado pela *cerca velha*, designadamente na construção da sé, dos açougues, das fangas e provavelmente nas obras de reforço ou reconstrução daquela muralha[79]. Esta actuação está igualmente representada nas obras de construção e reconstrução do Paço do Bispo[80], da Casa do Cabido, do espaço de feira, no cemitério, no pelourinho e prisão do bispo e, ainda, na rede urbana de ruas e travessas, entre outros[81]. Pelo contrário, fora da *cerca velha* e desde o século XIII, o bispo e o cabido não terão tido grande importância como promotores da construção, papel que será assumido preferencialmente pelo concelho e rei, além das ordens mendicantes.

---

[76] Para a muralha e Rua Nova cf. notas anteriores e Santos, 2010; quanto à urbanização do morro do Olival desde finais de centúria de trezentos, de iniciativa concelhia, mas que incluiu também a construção da Judiaria Nova por impulso régio, cf. por todos Arnaldo Melo, 2009, vol. I, p. 221-223.

[77] Como exemplo encontramos o lançamento de sisa por ordem do rei, parcialmente destinada para a construção da muralha de Braga, em 1359 (ADB, *Colecção cronológica*, cx. 17, s,n., publicado por Marques, 1986, p. 23-25).

[78] Veja-se, como exemplos,as obras realizadas no período de D. Fernando da Guerra, em época de jurisdição régia (Marques, 1980-1, p. 127-138).

[79] Dizemos *reconstrução*, pois hoje sabe-se que esta muralha teve origem romana; no entanto desconhecemos em que estado estaria quando o Bispo D. Hugo chegou à cidade (cf., por todos, Real, 2001, p. 9-10).

[80] O paço episcopal medieval foi mandado destruir durante o episcopado de D. Frei João Mendonça (bispo do Porto entre 1772-1793), a fim de se edificar o novo paço tardobarroco ainda hoje existente (Alves, p. 27-31; e Silva, 2001, p. 83-87).

[81] Dentro do espaço da *cerca velha* destacam-se as casas de prestígio de cónegos e eclesiásticos e sobretudo a Catedral e o Paço do Bispo, os dois edifícios de maior destaque existentes dentro do perímetro alto-medieval. A estes se acrescenta, já no século XIV, a construção em frente à Sé da torre designada de Casa ou Paços do concelho, construída pelo município para, simbolicamente, fazer face ao poder dos bispos (Real, 2001, p. 9-19).

Efectivamente, na área exterior à muralha românica são escassos os vestígios de intervenções significativas do bispo ou cabido desde o século XIII. De facto, a construção de edifícios de certa dimensão e o ordenamento do tecido urbano estão associadas à actuação do concelho, do rei, de particulares e das ordens mendicantes, que surgem como os principais protagonistas da organização urbana desses espaços, desde meados de duzentos. Como exemplos mais importantes refiram-se a construção dos mosteiros de S. Francisco e de S. Domingos, no século XIII, com o apoio do rei através da doação dos terrenos, bem como a construção da alfândega e das *casas do rei*, desde 1325[82]. A intervenção do concelho fazia-se sentir igualmente noutro tipo de obras, nomeadamente na manutenção de estradas, pontes, fontes e chafarizes, obrigação concelhia de acordo com a legislação então vigente[83].

Finalmente, refira-se ainda outro tipo de práticas ligadas às obrigações dos foreiros, em particular a imposição recorrente de construir ou reconstruir casas nos espaços aforados ou emprazados. Podemos individualizar, pelo menos, três tipos de situações. A mais frequente relaciona-se com a prática de impor ao enfiteuta que realize, à sua custa, as necessárias intervenções de manutenção ou reconstrução no edifício emprazado. Outra possibilidade, prende-se com a obrigação do foreiro fazer casa nova no terreno aforado, de igual modo por sua conta e despesa. Finalmente, num terceiro tipo de situação encontramos o próprio senhor do terreno a mandar construir a casa para depois a emprazar ou aforar já feita, como fez o rei em alguns casos na Rua Nova do Porto[84]. A partir daí, a obrigação de manter e reconstruir a casa normalmente ficaria a cargo do enfiteuta. Se nos dois primeiros casos o foreiro surge como o promotor da construção, podendo-a realizar pessoalmente, ou contratando outros para o fazer, no último caso é o senhor o respectivo mandante, ou encomendador da obra. Na segunda situação desconhecemos se o senhor impunha determinadas formas construtivas e arquitectónicas, ou se deixava ao critério do enfiteuta. No caso da Rua Nova do Porto existem indícios de que o rei procuraria uma harmonia de alçados e formas. Essa uniformidade tanto poderia realizar-se mediante a construção directa promovida pelo rei, como fazendo recair

[82] Cf., entre outros, Teixeira, 2010.

[83] A legislação atribuía aos oficiais concelhios a obrigação e responsabilidade deste tipo de obras, como se encontra, entre outros exemplos, no *Livro das Posturas Antigas*, ou na Carta do corregedor ao Porto, de 1412 (carta copiada na acta de vereação portuense de 10 de outubro de 1412: AHMP, *Livro 3º de vereações*, fl. 39v a 48: sobre esta carta cf. ainda Basto, s/d, p. 360-362; também Melo, 2009, vol. I p. 328-331).

[84] Nesta rua o rei seguiu as três estratégias (cf. Marques, 1980-2, p. 77 e 79-80 e 88-90; Amaral e Duarte, 1985, p. 13 e 16-17; e Santos, 2010, p. 58-72).

essa obrigação no enfiteuta, mas mediante o respeito por determinadas condições e modelos previamente definidos[85].

Refira-se, ainda, que no primeiro e segundo casos o foreiro poderia pertencer, ou não, a um mester da construção. Como exemplo da primeira situação, refira-se o pedreiro Machim que, em Braga, em 1510, recebe um prazo dum *chão* com obrigação de concluir a construção de umas casas que ele próprio já tinha iniciado anteriormente[86]. Na segunda possibilidade, o enfiteuta poderia contratar alguém especializado, como um carpinteiro e/ ou um pedreiro, ou ele próprio as poderia construir.

3. FORMAS DE REMUNERAÇÃO DO TRABALHO

Podemos encontrar nos documentos diversas formas de remuneração do trabalho da construção, designadamente à jorna, à tarefa ou por contrato de encomenda de materiais. De seguida, passaremos a desenvolver os seis tipos de remuneração do trabalho mais significativos, que encontrámos na documentação consultada.

Ao primeiro tipo correspondem os cargos de direcção administrativa concelhia e episcopal, tais como os vedores, os tesoureiros e outros, que provavelmente não seriam remunerados directamente. Contudo, no caso de oficiais de nomeação régia parece existir algum tipo de retribuição, como é o caso do porteiro das obras da cidade de Braga, que tinha direito a receber "proes e ganhos e direitos que ele com o dito cargo direitamente deve aver"[87]. No Porto, sabemos como os principais cargos concelhios não eram remunerados e muito provavelmente estes cargos de administração de obras não seriam excepção, pois como já vimos eram exercidos por indivíduos recrutados no mesmo grupo social[88].

O segundo tipo refere-se à remuneração para trabalhadores ou funcionários de vínculo laboral ou contrato de longa duração (meses, anos, ou sem fim determinado), como o mestre de obra e alguns pedreiros e carpinteiros que recebiam *mantimento* de forma continuada. A título de exemplo, refira-se o caso dos mestres da obra do alcácer do castelo de Braga, que receberam no ano de 1380 diferentes

[85] Parece ser o que sucedia no caso da Rua Nova do Porto, ou pelo menos era essa a intenção do rei expressa em determinados momentos, ainda que posteriormente pudesse ser obrigado a reduzir essas imposições (Marques, 1980-2, p. 77 e nota 9; e p. 79 nota 19; e p. 80; e Santos, 2010, p. 58-72). As casas da Rua Nova chegaram até a ser apresentadas como modelo de casa a construir pelos enfiteutas do rei noutros locais da cidade (José Marques, 1980-2, p. 79).

[86] ACMB, *Prazos da Câmara Secular*, liv. 1, fls. 111, vº-112, 1510, Abril, 27.

[87] IAN-TT, *Chancelaria de Afonso V*, Livro 27, fl. 58v.

[88] Cf. o que dizemos *supra*, em particular na nota 42.

quantias, provavelmente mensais, que variavam entre as 50 e 150 libras portuguesas, pagas pelo Cabido[89].

O terceiro diz respeito ao salário à jorna, por vezes à tarefa, que tanto se podia aplicar ao trabalho especializado como ao indiferenciado. Por exemplo, no Porto encontramos um pedreiro "que levou de jornaes com o fazimento do betume 31 e meio; o mestre a vinte reais e João 18 e os outros a 10 e 6 reais"[90]. Quanto ao tabelamento de salários apenas encontrámos um exemplo, que se reporta ao Porto em 1413[91]. Pelo contrário, encontramos várias referências a pagamentos concretos efectuados para determinadas obras ao longo do século XV, registados nos *Livros de Receitas e Despesas do Concelho*[92].

Um quarto tipo corresponde ao contrato de empreitada ou encomenda, de serviço, de material ou de tarefa. Por exemplo, a encomenda de um milheiro de pedra por 135 libras, a 4 diferentes pedreiros, para a obra da muralha do Porto, em 1360[93].

Ao quinto tipo de remuneração correspondem as anúduvas, ou seja, o trabalho obrigatório e gratuito, que podia ser realizado com ou sem bois, ou que podia ser substituído por um pagamento em dinheiro. Encontramos exemplos destas práticas sobretudo nas grandes obras públicas, como foi o caso da construção da muralha do Porto. Esta, em 1367, foi dividida em 4 *quadrelas*, cada uma atribuída a um homem bom com a incumbência de a fiscalizar e entregue à empreitada. Para cada uma das *quadrelas* estipulava-se ser necessário atribuir 22 juntas de bois em anúduvas[94].

Por fim, o sexto tipo refere-se a privilégios e isenções concedidas aos mesteirais que trabalhavam em determinadas obras de impulso e protecção régia, senhorial, ou concelhia. Nestes casos, verifica-se que, além das remunerações em dinheiro, os trabalhadores recebiam essas concessões, que incluíam reduções ou isenções parciais de certos serviços ou impostos, apenas enquanto trabalhassem nessas obras. Tratar-se-ia de uma forma de atrair e fixar os homens envolvidos nas respectivas

---

[89] De facto, em 1380, Pero Sanaschaes recebeu 100 libras, no dia 3 de Junho; 150 libras, a 17 de Junho; 150 libras portuguesas, a 2 de Agosto; o João Pedreiro recebeu 50 libras, no dia 3 de Junho; 100 libras, 1 de Julho; e João Mouro recebeu 100 libras a 3 de Junho; outras 100 libras portuguesas no mesmo dia 3 de Junho; e 200 alqueires (sic) a 1 de Julho (ADB, *Gaveta das décimas*, nº 68, publicado por Marques, 1986, p. 27 e 28).

[90] AHMP, *Livros do cofre* …, Livro 1, fl. 32 v.

[91] AHMP, *Livro 3º de Vereações*,, fl. 77-78v; publicado por Cruz, 1943, p. LXXXIV a LXXXVII.

[92] AHMP, *Livros do cofre* …, Livro 1, fls. 32v-33, entre muitos outros exemplos. Note-se que estes livros de contabilidade portuenses existem apenas desde 1461, de modo intermitente, para vários anos da segunda metade do século XV e do século XVI.

[93] Em 1360 encontramos quatro contratos de encomendas de pedra, feitos a outros tantos pedreiros para o muro da cidade, realizados no mesmo dia, comprometendo-se cada um deles a entregar um milheiro de pedras, por 135 libras (*Corpus Codicum* …, VI-II, p. 72-74).

[94] *Corpus Codicum* …, I, p. 104-105.

construções. A título de exemplo, refira-se o caso da Rua Formosa do Porto, onde, desde o início da sua construção, em 1395, o rei outorga privilégios aos pedreiros e carpinteiros que aí trabalhassem: aos provenientes de fora do termo da cidade é concedido o privilégio de responder exclusivamente perante os juízes da cidade, enquanto àqueles que habitavam no termo era-lhes concedida a isenção de escoltar presos ou dinheiros, ou qualquer outro serviço a que normalmente estariam obrigados[95].

Podemos, ainda, considerar uma outra forma de financiamento relacionada com a autorização para a reutilização de determinados materiais de construção, aliviando dessa forma os construtores desses encargos. Nesse sentido, podemos considerar que constituiria, mesmo, uma forma de pagamento em géneros. Neste contexto, merece particular destaque o exercício de direitos de apropriação, pelos poderes régios, senhoriais ou concelhias, de materiais de construção novos ou a reutilizar, com ou sem qualquer pagamento. É o caso dos aforamentos nos quais o enfiteuta é obrigado a construir casas à sua custa, mas em que lhe é autorizado o aproveitamento da pedra aí existente, por vezes proveniente de anteriores construções agora derrubadas. Esta situação encontra-se documentada com relativa frequência em diversos locais, como o Porto e Braga, entre outros. Outro exemplo, diz respeito ao direito à apropriação e requisição de pedra destinada às obras de construção das muralhas de Porto e de Braga. No primeiro caso mediante autorização e privilégio régio, no segundo arquiepiscopal[96].

CONCLUSÕES

O estudo da cidade medieval portuguesa constitui uma área de investigação que carece ainda de múltiplas e variadas perspectivas de abordagem. De facto, o estudo dos núcleos urbanos envolve uma dimensão multidisciplinar que inclui variados aspectos, os quais têm conhecido um investimento desequilibrado nas diferentes perspectivas de investigação. Refira-se que, comparativamente, o espaço construído tem sido objecto duma maior atenção, do que o estudo dos homens envolvidos na

[95] *Corpus Codicum* …, I, p. 133; e Amaral e Duarte, 1985, p. 10. Situação idêntica, incluindo a atribuição de jurisdição privativa para quem lavrasse nessas obras, também se encontra noutras construções régias, como era o caso do mosteiro da Batalha (Gomes, 1990, p. 63-74 e 117-119 e ss.).

[96] No Porto, entre outros exemplos, em 1373 o concelho "tomou posse" de madeira, pedra, telha e pregadura de duas casas em Cima de Vila, materiais que seriam utilizados em obras de "refazimento" da muralha da cidade. (*Corpus Codicum* …, VI-V, p. 13-15; e Melo, 2009, vol. II, p. 260-264). Para Braga em 1403, verifica-se que o concelho tomou posse de pedra ("dois mil cantos") duma torre destinada à construção da muralha da cidade, mediante autorização régia (ADB, *Colecção cronológica*, cx. 20, s,n. (publicado por Marques, 1986, p. 33-34).

construção das cidades. A nível nacional, salvaguardando pontuais excepções, a análise da população dos construtores permanece bastante insuficiente. Procurámos com a nossa abordagem contribuir para a discussão e desenvolvimento desta temática. A partir dos exemplos das cidades de Braga e do Porto analisámos temas relacionados com a organização do trabalho na construção das cidades. Começámos por aferir uma estrutura organizativa subjacente à actividade da construção, identificando os seus principais níveis. No que se refere à direcção administrativa e financeira das obras na cidade encontrámos um conjunto de oficiais concelhios, régios ou episcopais, designadamente um *vedor mor das obras públicas nas Comarcas de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, ou um *vedor das obras da cidade*, e para certas obras específicas um *vedor,* e por vezes ainda um *escrivão* e um *tesoureiro*.

Por sua vez, ao nível da direcção técnica da obra identificámos o *mestre da obra*, responsável máximo pela execução da construção, que com frequência poderia ser um pedreiro ou carpinteiro.

Entre os profissionais da construção, encontramos os mesteres especializados, em particular pedreiros e carpinteiros, e os trabalhadores indiferenciados. A força de trabalho não especializada disponível podia ainda ser reforçada pelo recurso à anúduva, aplicada sobretudo em obras públicas.

A actividade de construção nas cidades medievais portuguesas conhecia com frequência o contributo de mão-de-obra estrangeira, mas também daquela que provinha de distintas regiões do reino, sobretudo no âmbito do trabalho especializado.

Ainda que as informações referentes aos planificadores das obras sejam raras, pelo contrário, identificámos com alguma frequência diversos tipos de promotores, designadamente o rei, os arcebispos e outras entidades eclesiásticas, os concelhos, entre outros.

Finalmente, podemos constatar a existência de diferentes tipos de remuneração do trabalho da construção, que oscilam entre a atribuições de direitos, privilégios e isenções, e a remuneração em dinheiro ou em géneros, paga à tarefa, à jorna, ou outra unidade de tempo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

IAN-TT – Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo
Chancelaria D. Afonso V – Livros 25 e 27.

ACMB – Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Braga
Pergaminhos, n.º 25, 27.

ADB – Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho
Colecção cronológica.
Gaveta 2ª das propriedades do Cabido.
Gaveta das décimas.

AHMP – Arquivo Histórico Municipal do Porto
Vereações, Livro 3º.
Livros do Cofre dos Bens do Concelho, *Livro 1.*

Fontes Impressas

CORPUS Codicum Latinorum et Portugalensium Eorum qui in Archivo Municipali

Portucalensi asservantur antiquissimorum – Dipolomata, Chartae et Inquisitiones, 6 vols., Porto, 1891-1978.

LIVRO das Posturas Antigas, (Leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues), Lisboa, 1974.

ORDENAÇÕES Manuelinas, 5 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984

PEREIRA, Gabriel, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, 3 vols., Évora 1885-

1891 (ed. *fac-similada* 1998).

"VEREAÇOENS" Anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Pôrto existentes no seu Arquivo (Com Comentário e notas de A. Magalhães Basto), 2ª ed., s/d (Documentos e Memórias para a História do Porto, 2).

Estudos

ALVES, Jaime Ferreira, "Da construção à conclusão do Paço Episcopal do Porto", *Monumentos*, Março 2001, p. 27-31.

AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel, *Os Homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalidade, Sociedade e ordenamento territorial no Porto Quatrocentista)*, Porto, 1985 (separata da *Revista de História* (Porto), VI, 1985, p. 7-96).

AZEVEDO, Pedro, "As cartas de criação de cidade concedidas a povoações portuguesas"', *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências*, Vol. X, Lisboa, 1916, pp. 930-917.

BASTO, Artur de Magalhães, "Notas e Comentários", in *"VEREAÇOENS" Anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Pôrto existentes no seu Arquivo* (Com Comentário e notas de A. Magalhães Basto), 2ª ed., s/d, p. 245-458 (*Documentos e Memórias para a Históra do Porto*, 2).

BEIRANTE, M. Ângela, *O ar da Cidade*, Ensaios de História Medieval e Moderna, Lisboa: Edições colibri, 2008.

BERNARDI, Philippe, *Métiers du bâtiment et techniques de construction à Aix-en-Provence, à la fin de l'époque gothique (1400-1550)*, Aix-en-Provence, 1995.

BERNARDI, Philippe, *Maître, valet et apprenti au Moyen Âge. Essai sur une production bien ordonnée*, Toulouse, 2009.

BERNARDI, Philippe, *Bâtir au Moyen-Âge*, Paris, 2011.

BRAUNSTEIN, Philippe, *Travail et entreprise au Moyen Âge*, Bruxelles, 2003.

CHUECA GOITIA, F. *Breve História do Urbanismo*, Lisboa: Editorial Presença, 1996.

CONSTRUIR la ciudad en la Edad Media, ed. de Beatriz A. Bolumburu e Jesús A. Solórzano Telechea, Logroño, 2010.

COSTA, Adelaide Milàn, "Comunidades urbanas de senhorio eclesiástico: a divergente experiência das cidades do Porto e de Braga", in *Livro de Homenagem ao Prof. José Marques*, vol. 1, Porto, 2006, p. 77-85.

CRUZ, António, *Os Mesteres do Porto. Subsídios para a História das Antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos*, vol. I, Porto, 1943 (nunca foi publicado outro volume).

DUARTE, Luís Miguel, "A construção da Alfândega Nova do Funchal em 1515", in *Livro de Homenagem a Iria Gonçalves*, Lisboa, 2009.

L'EDILIZIA prima della Rivoluzione industriale. Secc. XIII-XVIII. Prato, 26-30 Aprile 2004, Atti a cura di Simonetta Cavaciocchi, Firenze 2005.

FERREIRA, M. Conceição Falcão, "A casa comum em Guimarães, entre o público e o privado (finais do século XV)', *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época*, Actas, Vol. III – População, Sociedade e Economia, Guimarães, CMG, 2004, pp. 279-296.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão e Luís Miguel Duarte, "La construction courante au Portugal à la fin du Moyen Âge et au début de l'Époque Modern", in *L'edilizia prima della Rivoluzione industriale. Secc. XIII-XVIII. Prato, 26-30 Aprile 2004*, Atti a cura di Simonetta Cavaciocchi, Firenze 2005.

FERREIRA, M. Conceição Falcão, *Duas Vilas um só povo: estudo de história urbana (1258-1390)*, CITCEM/ICS – Universidade do Minho, Braga, 2010.

GOMES, Saúl António, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, 1990 (Subsídios para a História da Arte Portuguesa, 33).

GOMES, Saúl António, "Les ouvriers du bâtiment à Batalha", in *L'Artisan dans la Péninsule Ibérique. RAZO Cahiers du Centre d'Études Médiévales de Nice*, nº 14, 1993, p. 33-51.

GONÇALVES, Iria, *Posturas Municipais e Vida Urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa*, sep. de *Estudos Medievais*, Porto, 1986.

GONÇALVES, Iria, *As Finanças Municipais do Porto na Segunda Metade do Século XV*, Porto, 1987.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "O Trabalho", in *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, [1963] 6ª edição, Lisboa, 2010, p. 163-184; 280-283 et 310-312.

MARQUES, A. H. de Oliveira et all, *Atlas de cidades medievais portuguesas*, Lisboa, 1990.

MARQUES, José, "D. Fernando da Guerra e o abastecimento de água à cidade de Braga no segundo quartel do século XV", *Mínia*, Braga, nº 4, 1980-1, p. 127-137.

MARQUES, José, "Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV", *Actas do Colóquio "O Porto na Época Moderna"*, *Revista de História*, Porto, vol. III, 1980-2, p. 73-97.

MARQUES, José, *Braga medieval*, Braga, 1983.

MARQUES, José, "O Castelo de Braga" (1330-1450), *Mínia*, nº 8, Braga, 1986, p.5-34.

MATTOSO, José, "1096-1325", in Mattoso J. (coord.) *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, 1993, p. 9-309 (Mattoso J. (dir.) *História de Portugal*, 2).

MAURÍCIO, R. *O mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532): urbanismo e arquitectura*. 2 vols. Leiria, Magno, 2000.

MELO, Arnaldo Sousa, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415 / Travail et Production au Portugal au Moyen Âge: Porto, c. 1320- c. 1415*, 2 volumes, Braga e Paris, 2009 (tese de doutoramento); URL: http://hdl.handle.net/1822/9896.

MORRIS, A.E.J. *Historia de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*, Colección Arquitectura/Perspectivas, Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A. 1992.

MUMFORD, L. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REAL, Manuel, *A Igreja de S. Pedro de Ferreira. Um invulgar exemplo de convergência estilística*, separata de *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos*, 1986.

REAL, Manuel, "A construção medieval no sítio da Sé", *Monumentos*, Março 2001, p. 9-19.

RIBEIRO, João M. G., *O tecido urbano flaviense: de Aquae Flaviae a Chaves medieval*, Braga, Universidade do Minho, tese de mestrado, policopiada, 2010.

RIBEIRO, Maria do Carmo F., *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Tese de doutoramento, 2008: 2 v. URL: http://hdl.handle.net/1822/8113.

ROSSA, Walter, "A cidade portuguesa", in *História da Arte Portuguesa* (dir. de Paulo Pereira), Círculo de Leitores e Autores, 1995, p. 233-323.

SANTOS, Maria Helena Pizarro P., *A Rua Nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*, Porto, Faculdade de Letras, 2010 (dissertação de Mestrado).

SERRÃO, J. Veríssimo "A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII a XIX", *Portugaliae Historica*, I, Lisboa, Fac. Letras Universidade de Lisboa, Inst. Hist. Inf. D. Henrique, 1973, p. 13-80.

SILVA, Paula et alii, "Intervenções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais", *Monumentos*, Março 2001, p. 83-87.

SOUSA, Armindo de, "A governação de Braga no século XV (1402-1472) (História resumida duma experiência fracassada)", in *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicação de Sé de Braga,* vol. 2/1, Braga, 1990, p. 589-616.

SOUSA, Armindo de, "1325-1480", in J. Mattoso (coord.) *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, 1993, p. 310-556 (J. Mattoso (dir.) *História de Portugal*, 2).

SOUSA, Armindo de, "Tempos Medievais" in *História do Porto*, dir. de Luís A. de Oliveira Ramos, Porto, 1994, p. 119-253.

TEIXEIRA, M. e VALLA, M. *O Urbanismo Português séculos XII-XVIII*, Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, Helena, *Porto, 1114-1518, A construção da cidade medieval*, Porto, Faculdade de Letras, 2010 (dissertação de Mestrado).

TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de doutoramento, policopiada, 2009.

VASCONCELOS, M.A. Jacome, "A casa dos Coimbras", *Forum*, nº. 18, Julho, 1995, p. 63-80.

RESUMO: O tema da história da construção, designadamente a população dos construtores, tem vindo a assumir-se como uma das áreas mais inovadoras e interdisciplinares dos últimos anos, muito embora com um deficit ainda significativo de estudos nacionais.
Todavia, a documentação medieval existente, apesar de na sua maioria indirecta e fragmentada, permite realizar uma abordagem preliminar aos homens que terão estado implicados na construção das cidades medievais portuguesas.
Este trabalho pretende constituir um contributo para o estudo da temática a nível nacional, através da análise de exemplos retirados das cidades de Braga e do Porto. Apesar de se tratar de uma abordagem preliminar foi possível caracterizar aspectos significativos da população dos construtores, designadamente os cargos, as profissões, os níveis de especialização e a organização do trabalho e da empresa da construção, mas também, as formas de remuneração do trabalho entre os séculos XIV e XVI.

Palavras-Chave: História da Construção, Construtores, Cidade medieval, Braga, Porto.

RÉSUMÉ: L'Histoire de la construction, et en particulier les études sur la population des bâtisseurs, est devenue un de sujets de recherche plus innovateurs et interdisciplinaires des dernières années, si bien que toujours avec un certain retard et manques d'études pour le cas portugais. Néanmoins, les sources médiévales portugaises, si bien que de façon en générale indirectes et fragmentées, permettent d'essayer une analyse préliminaire des hommes qui ont travaillé dans la construction des villes portugaises au Moyen Âge.
Avec le présent article ont a essayé de développer une contribution pour l'étude de cette thématique au Portugal. À travers l'étude de quelques exemples des villes de Braga et de Porto. Si bien qu'un abordage initial, on a réussi à présenter certains aspects significatifs de la population des bâtisseurs et de son organisation dans les chantiers, tels les offices, les métiers, les niveaux d'expertise et de spécialisation, et l'organisation du travail et de l'entreprise de construction, aussi comme les formes de rémunération du travail, aux XIVe-XVIe siècles.

Mots-clés: Histoire de la Construction, Bâtisseurs, Ville médiévale, Braga, Porto.

OS HOMENS DA CONSTRUÇÃO NAS ILHAS ATLÂNTICAS DA MADEIRA E DOS AÇORES (SÉCULOS XV-XVI). CARGOS, FUNÇÕES E ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS SECTORES DA CONSTRUÇÃO

ISABEL SOARES DE ALBERGARIA*

1. INTRODUÇÃO

A história da construção constitui um campo de estudo que uns consideram disciplinarmente autónomo, outros como domínio auxiliar da história da arquitectura ou da história da arte. Na apresentação da primeira Conferencia dedicada à Historia da Construção em Portugal, realizada em Lisboa, em Fevereiro de 2010, os organizadores responsáveis professavam um entendimento abrangente e transdisciplinar desta área disciplinar que «deixa de ser vista somente como uma actividade de construtores, arquitectos e engenheiros, associada às questões de evolução da utilização de materiais e tecnologias» para se preocupar igualmente com «os comportamentos culturais próprios dos construtores, a organização social e económica necessária à mobilização de mão-de-obra e os factores corporativos e sindicais»[1]. Nesse sentido, o âmbito da história da construção estende-se a questões tão diversas como os métodos de organização do trabalho usados na implementação de programas urbanísticos e de obras públicas; formação e adaptação de ofícios tradicionais a novas exigências profissionais e comerciais; criação de símbolos de identidade; fenómenos migratórios, e processos de integração e ascensão social.

* Universidade dos Açores. Centro Gaspar Frutuoso

[1] I Conferencia: *Historia da Construção em Portugal. Fundações e Alinhamentos*. CES / Universidade de Coimbra / Núcleo de Arquitectura e Urbanismo. Coordenação de João Mascarenhas Mateus, Lisboa, 19 de Fevereiro de 2010. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/eventos/pdfs/Apresentacao_HCP.pdf.

Aceitando a abrangência que tem envolvido o estudo destas temáticas, a verdade é que a história da construção para os historiadores da arte, assim como para arquitectos e engenheiros, tende a privilegiar as tecnologias da construção, enquanto os historiadores olham para a história dos ofícios e das suas gentes. No âmbito das problemáticas da história da arte com as quais me identifico, o tema em apreço – os homens da construção, cargos, funções e organização profissional – procura compreender o mundo do trabalho artesanal e dos agentes nele envolvidos como forma de aceder às condições sociais, económicas e politico-jurídicas em que decorre a actividade construtiva. O quadro espácio-temporal tomado na análise, incide sobre os recém descobertos e povoados arquipélagos da Madeira e dos Açores e fixa-se nos séculos XV e XVI, entre o Outono da Idade Media e o tempo do Renascimento.

Como se organizou o sector? À distância de 900 Km da metrópole, no caso da Madeira, e de 1500 km no dos Açores, chegariam os contingentes necessários de mestres e de oficiais requeridos para as obras de relevo? Ou, o recrutamento de mão-de-obra local supriria as necessidades? Quantos eram? Que posição socioeconómica detinham nas sociedades insulares e qual o seu estatuto social?

Grande parte destas questões não pode obter resposta cabal. A pobreza das fontes corresponde ao deserto verificado nos estudos acerca do trabalho artesanal e menos ainda do sector da construção civil. A reduzida autonomia profissional das organizações corporativas dos mesteres, sujeitas pela Coroa a uma rigorosa fiscalização e regulamentação exercida pelas vereações camarárias, explica a ausência portuguesa de arquivos das confrarias e agremiações profissionais, em cujos cartórios pudessem figurar contratos de empreitada, se registassem patentes, cargos e outros assuntos relativos à actividade profissional como acontece, por exemplo, em Itália. Por outro lado, ainda, a documentação relativa à orgânica administrativo-contabilística da obra, que permitiria identificar os mestres, o numero de operários, os salários praticados e o aprovisionamento de materiais, reporta-se a casos especiais, quase exclusivamente a edifícios religiosos e outras obras monumentais, e mesmo nesses casos são muito lacunares e incompletas. Raríssimos foram, igualmente, os registos de contratos de obra formalizados no notário. Finalmente, as fontes demográficas de que dispomos só pontualmente permitem a obtenção de dados quantitativos acerca dos estratos socioprofissionais, impedindo uma visão clara sobre a evolução do sector durante o período considerado.

Perante este quadro, a opção foi recorrer a documentação mais indirecta e de natureza diversa: posturas municipais[2], regimentos, ordenações, alvarás e outros

[2] Foram consultadas as posturas municipais do Funchal desde 1480; o Livro do Tombo da Praia (Terceira) de 1450-1666; Livros de Vereações da Ribeira Grande a partir de 1555-78 (para a Horta, Angra e Ponta Delgada só existe documentação para o século XVII.)

documentos emanados da chancelaria real[3]; livros de despesa e receita das misericórdias[4], bem como documentação avulsa (tombos de bens, inventários *post mortem*, testamentos, etc.[5]), sem esquecer o rico texto da crónica frutuosiana.

O ESPAÇO URBANO, O SECTOR DA CONSTRUÇÃO E A RELAÇÃO COM OS PODERES

No final do século XVI Gaspar Frutuoso afirma que Angra «fica parecendo e é uma Lisboa pequena, onde haverá quarenta tendas de ferreiros e sarralheiros (sic), e setenta e duas de carpinteiros de obra de caixaria e ricos escritórios, e setenta de sapateiros, e **trezentos pedreiros**, e cinquenta carpinteiros de ribeira.»[6].

O depoimento de Gaspar Frutuoso sobre Angra associa a vitalidade da actividade artesanal (a gente dos ofícios) ao perfil urbano do burgo, enquanto principal responsável pelo bulício característico do ambiente urbano. A equiparação a Lisboa – referência absoluta desse ambiente urbano – surge a cada passo: as ruas frequentadas de gente como nas «principaes de Lisboa»; a venda porta a porta, «ao costume de Lisboa» …[7] Sobre os homens da construção espantam-nos os números, porventura exagerados, mas que dados relativos ao século XVII parecem confirmar. Somos levados a concluir pelo extraordinário labor construtivo verificado na cidade de Angra nos alvores da época moderna.

Com efeito, detendo-nos sobre o panorama urbano de Angra no final de quinhentos, no momento em que foi descrita por Gaspar Frutuoso e registada em gravura pelo holandês Huygen van Linschoten[8], obtemos a dimensão do conjunto da obra

---

[3] Incluem-se neste grupo os alvarás de nomeação dos mestres das obras reais, desde o reinado de D. João III, bem como os *Regimentos de fortificação da Madeira*.

[4] Acerca da documentação das Misericórdias salienta-se os *Livros de Receita e Despesa* existentes nos arquivos das Misericórdias de Ponta Delgada, Angra e Praia da Vitoria. Também para o Funchal e Machico existe neste tipo de documentação para o século XVI. Para a documentação do arquivo da Misericórdia de Ponta Delgada foi consultado o caderno manuscrito do investigador Rodrigo Rodrigues: «Extractos dos Livros da Misericórdia de Ponta Delgada», 234 fólios.

[5] A documentação notarial relativa ao século XVI é muito escassa nos Açores e Madeira. Não existe notariado em S. Miguel antes do XVII; para a Terceira, apenas Angra conta com 1 livro de Notas que abrange 4 anos: 1562-6. No caso da Madeira há um livro de Notas do tabelião João Manuel Tavira de Cartas para o século XVI, e outro para a Ribeira Brava; Porto Santo só da centúria seguinte.

[6] Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra*. Livro VI, p.14.

[7] *Ibidem*.

[8] Joan Hughes van Linschoten (1563-1611) foi um viajante e explorador holandês que viveu em Lisboa entre 1579 e 1583, tendo embarcado para Goa nesse ano, e aí desempenhado as funções de guarda-livros do arcebispo de Goa. No regresso da Índia, em 1589, passa por Angra, residindo na cidade por dois anos. Da sua estada e do conhecimento circunstanciado da cidade, ficou-nos um minucioso desenho de Angra posteriormente passado a gravura e integrado na obra literária relativa às suas viagens, *Itinerário: viagem*

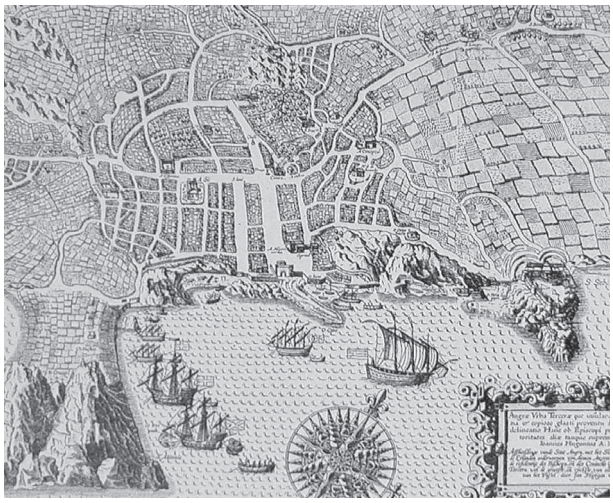


Fig. I
A Cidade de Angra na iIlha de Iesv Xpo da Tercera que esta em 39 Graos, por Joan Hughes van Linschoten, 1595 (detalhe)

construída em pouco menos de um século: junto à baía, o cais com o chafariz de duas bicas, de que se serviam as embarcações, as Portas da Cidade e a Alfandega, logo seguida da igreja e Hospital da Misericórdia; no extremo nascente da baía, o Porto das Pipas e o forte abaluartado de S. Sebastião; penetrando no interior da cidade chegava-se à Praça Velha pela Rua Direita, onde se edificaram os paços do Concelho e a Cadeia; subindo em direcção a norte, ficava o chafariz da praça e logo acima a casa-torre do capitão do donatário; da banda do nascente instalavam-se a igreja da Conceição, o convento de São Francisco e junto a ele os seis moinhos que panificavam para toda a cidade; da banda do poente erguia-se o grande edifício da Sé Catedral, ainda incompleto e junto a ele, o Convento da Esperança, o Paço Episcopal e ainda o convento de São Gonçalo mais para o lado do Alto das Covas. Os jesuítas, já residentes na cidade, ocupavam um edifício provisório na actual Rua de Jesus, antes de se mudarem para o Colégio Novo no largo, hoje chamado 22 de Junho. Tudo isto, repito, construído desde inícios do século XVI.

Não dispomos de fontes – para além de Frutuoso – que nos permitam conhecer os efectivos da população dos construtores em Angra ao longo do século XVI. Para a centúria seguinte, porém, um estudo desenvolvido por Maria Hermínia Mesquita, com base em fontes paroquiais, revela valores absolutamente extraordinários do

ou navegação para as Índias Ocidentais ou Portuguesas. A sua acção revista a esta distância, leva a pensar que o principal motivo das viagens de Linschoten estivesse relacionado com uma missão de espionagem ao serviço da Holanda, a qual disputava a primazia portuguesa na exploração do comércio com o Oriente. Cf. Ricardo Madruga da Costa, «Joan Hughes van Linschoten», Centro de Conhecimento dos Açores, disponível em: http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/

sector da construção, quer no contexto dos mesteres, representando cerca de 30% dos ofícios mecânicos, quer no conjunto da população activa, na ordem dos 11,6%![9]

O surto construtivo que atinge Angra a partir do primeiro terço de quinhentos havia-se iniciado no Funchal um bom meio século antes. Os anos finisseculares de quatrocentos foram tempos de intensa actividade construtiva, coincidentes com a próxima elevação a cidade (1508). Paulatinamente, as casas de madeira cobertas de palha junto ao núcleo urbano da (desaparecida) ermida do Calhau, vão sendo substituídas por outras de pedra e telha, de acordo com imposições camarárias, desde 1472[10], e, ainda, imposta a edificação das Casas de Câmara pelo donatário de D. Fernando, em 1470[11]. Mais tarde, o duque D. Manuel promove um programa construtivo mais ambicioso que compreende uma praça regular em volta da qual se edificariam a igreja grande (Sé do Funchal), o novo edifício camarário e o Paço de Tabeliães, cedendo para o efeito os *chãos do duque* e obrigando a algumas expropriações no local[12]. Seguem-se, pouco depois, a edificação de um hospital, de um convento de freiras, da Alfândega Nova[13] e do baluarte ordenado por D. Manuel, já então rei, recuperando o plano de fortificação do Funchal segundo o modelo de Setúbal, com regimento enviado à ilha ainda em finais do século XV e que não chegaria a efectivar-se[14].

O dinamismo da construção civil a que se assiste no Funchal, embora longe da realidade reportada para Angra meio século mais tarde, também justifica a elevada percentagem dos homens da construção no conjunto dos *ofícios mecânicos*. Com base nas referências contidas nos livros de vereação da câmara do Funchal, entre 1481-98 encontram-se nomes de pedreiros, carpinteiros, pintores, oleiros, telheiros e vidreiros representando cerca de 22% dos mesteirais mencionados. Outros dados, recolhidos a partir dos livros de contas, apontam valores para o sector da construção, no início do século XVI, na ordem dos 18,6% dos *mesteirais*[15].

Mais fiável em termos quantitativos será o caso de Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel, para onde temos a sorte de existir um «auto de avaliação dos

---

[9] Maria Hermínia MESQUITA, *As Gentes de Angra no século XVII*, 2004, pp.77-79. A autora contabiliza na população activa, além dos ofícios mecânicos, os homens do mar, lavradores, trabalhadores indiferenciados, jornaleiros, escravos e criados, soldados, estudantes, mercadores e oficiais da administração.

[10] Fundo do ARM, *Vereações*, I,1296, fl 52 e 1297, fls 36,43 e 50. Uma das situações envolve o pedreiro Rui Gomes a quem a Câmara obriga a cobrir a sua casa com telha.

[11] AHM, vol XV, 1972, p.54.

[12] AHM, vol XV, 1972, pp.189-192 e 200-202.

[13] Cf. José Manuel Azevedo SILVA, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (século XV-XVII)*, 1993, pp. 112-113.

[14] Rui CARITA, *Introdução à Arquitectura Militar na Madeira*, 1981, p.53.

[15] Fernando Jasmins PEREIRA e José Pereira da COSTA, *Livros de Contas da Ilha da Madeira (1504-1537),* I, 1985 e II, 1989.

bens dos moradores de Vila Franca do Campo» efectuado, para efeitos fiscais, em 1566[16]. Deve lembrar-se que nessa época Vila Franca se encontrava em plena fase de reconstrução, na sequência do desastre de 1522 que praticamente arrasara a primeira capital da ilha de São Miguel. Os números apontam para o elevado peso relativo da construção, quer no contexto dos *mesteres* – 18,8% dos homens dos ofícios – quer no quadro do conjunto dos *moradores*, valendo estes cerca de 24% da população residente no concelho. Destacam-se nesse cômputo os barqueiros (vinte e três), profissão que de certa forma se relaciona com o labor construtivo, uma vez que grande parte se dedicava ao transporte marítimo da pedra extraída das pedreiras da Vila, destinada a diversos pontos da ilha. Estranha-se, contudo, a ausência de pedreiros!

Pese embora a dificuldade sentida na quantificação e composição dos ofícios mecânicos ligados à construção, é possível entrever que, à excepção de Lisboa, a elevada percentagem dos homens da construção face aos restantes mesteres é significativamente maior nas ilhas, quando comparada com a que se verifica, no período considerado, na maior parte das cidades e vilas do reino[17].

Sob o signo da construção nova, os espaços urbanos insulares atraem uma massa diversificada dos mesteres ligados à construção. Mas qual a sua origem e o qual o grau de mobilidade interna, são questões difíceis de esclarecer. Muitos teriam vindo do reino, como no caso, reconhecido, de alguns mestres destacados[18]. Outros terão chegado à Madeira vindos das ilhas Canárias, facto que explicará, em grande parte, a enorme importância da carpintaria mudéjar na ilha, conservando-se até hoje exemplares notáveis de tectos de alfarje. Temos ainda notícia de um tal Anton de França que vivia no Funchal nos finais do século XV tendo armado o pelourinho na praça da vila, em 1489[19]. Aos Açores, por seu turno, chegaram mestres biscainhos e nacionais integrados nos vastos circuitos de actuação que levaram os arquitectos manuelinos, de Lisboa a Marrocos e às ilhas atlânticas, produzindo a unificação da paisagem arquitectónica[20].

---

[16] Teodoro de MATOS, «Subsídios para a Historia Económica e Social do Concelho de Vila Franca do Campo no ano de 1566: um auto de avaliação dos bens dos seus moradores», Bol. IHIT, 41, 1983, pp.543-551.

[17] Considerando um período dilatado mediado entre o século XIV e XVI, as amostragens recolhidas para as vilas de Abrantes, Tomar, Torres Novas e Loulé apontam para valores que situam as gentes da construção entre os 9% e os 15% dos mesteirais listados naquelas quatro vilas do Reino. Cf. A comunicação a este Colóquio de Manuel Sílvio Alves CONDE, «As gentes da Construção na Sociedade Medieval Portuguesa»

[18] Comprovam-no exemplos documentados como o de Fernão Gomes, natural de Setúbal que teve a seu cargo obras na velha casa da Câmara do Funchal, em finais do século XV, ou de um João de Oeiras que pelos mesmos anos reparava os açougues da cidade, ou ainda, de Pêro Anes que sabemos ter trabalhado na Sé do Funchal e na Alfandega nova, nas primeiras décadas de quinhentos. No período manuelino assiste-se à nomeação de João de Cáceres como mestre das obras reais, seguido de Estêvão Gomes e Mateus Fernandes, já no reinado do sucessor.

[19] Cf. Pedro DIAS, *Historia da Arte Portuguesa no Mundo*, 1999, p.146.

[20] Entre os nomes mais conhecidos podem citar-se mestre Lupedo (ou Pedro de la Pedro), na matriz de Ponta Delgada (1531), Juan de La Peña na matriz da Ribeira Grande (1507), Gonçalo Anes na matriz

Mais tarde o continental Luis Gonçalves Cotta e o cantábrico Pedro de Maeda foram nomeados mestres de fortificação das ilhas da Terceira e São Miguel, respectivamente, cargo representado na Madeira por João de Cáceres e Mateus Fernandes.

A maioria dos oficiais mecânicos da construção, porém, terá sido já formada nas ilhas, adivinhando-se uma preparação técnica muito relativa entre as suas fileiras. As condições facilitadas no acesso à profissão não deixaram de configurar, por outro lado, uma oportunidade privilegiada para as gentes dos ofícios que terão vivido, na opinião de Marinho dos Santos, uma verdadeira *idade de ouro*[21].

*

De acordo com a hierarquia que regulava o trabalho artesanal desde a época medieval, os homens da construção ordenavam-se nas categorias de *mestre*, *oficial* e *aprendiz* (ou servente). Estas categorias distinguiam graus diferentes de aprendizagem e de validação dos conhecimentos atingidos, reflectindo-se, igualmente, nos níveis salariais e no estatuto social. Para efeitos regulamentares a divisão é binária, entre o oficial que se encontrava devidamente avaliado por um júri do ofício que lhe passava *carta de exame* e o aprendiz que se encontrava numa categoria preambular de acesso à profissão.

Mas a ambiguidade é enorme e a heterogeneidade que afecta o sector ultrapassa em muito esta divisão simples. No topo da hierarquia o *mestre das obras reais* suplanta todos os outros e eleva-se acima dos demais oficiais mecânicos, como veremos no ponto seguinte. Todo o mestre tem geralmente aprendizes a seu cargo e quando emprega outros oficiais constitui-se em mestre-de-obras, tornando-se responsável perante o dono da obra e, não raras vezes, é ele o autor da traça (ou risco). Entre os oficiais, os documentos fazem por vezes distinção do *oficial de menos perfeição*, podendo significar diferenças nos salários auferidos[22]. Nos escalões inferiores, nem sempre é possível distinguir o aprendiz, *criado aprendiz* ou servente, do mero trabalhador assalariado, empregue em tarefas subsidiárias e não qualificadas, ou exercidas por trabalhadores temporários, também apelidados de *braceiros*, *obreiros* ou simplesmente *homens*[23].

---

de Santa Cruz da Praia da Vitoria (1517), além de outras cuja autoria se desconhece – S. Miguel de Vila Franca (1500), Santa Cruz da Graciosa (1523).

[21] Cf. João Marinho dos SANTOS, *Os Açores nos Séculos XV e XVI*, 1989, p.668.

[22] Embora não existam elementos que permitam confirmar as diferenças salariais entre as varias categorias de oficiais para o período analisado, pode inferir-se essas diferenças salariais pelo contrato estabelecido entre a Mesa da Misericórdia de Ponta Delgada e o mestre André Martins, segundo o qual o mestre aceitava não receber mais do que se dava ao melhor oficial que na dita obra trabalhava. R Rodrigues, «Extractos…», fl.23v.

[23] Resta referir que na documentação consultada nunca foi encontrada qualquer referência a trabalho feminino na construção, ao contrario do que acontecia desde a Idade Média, em Portugal, e um pouco

A organização corporativa dos mesteres, em torno de irmandades e confrarias religiosas com objectivos assistenciais e de representação simbólica em actos públicos (como as procissões), foi precocemente regulamentada pela coroa e directamente exercida pelo poder municipal[24]. É pois no âmbito da administração concelhia que devemos procurar os elementos da organização profissional dos ofícios.

A existência de regulamentos e *compromissos* de ofícios, resultante da iniciativa dos profissionais, ou impostas pelos governos urbanos através de posturas concelhias, toma forma escrita e força de lei desde os finais do século XV[25]. Pela mesma altura, após requerimento apresentado às Cortes de 1481-1482 pelos procuradores dos mesteres, foi determinado que nenhum oficial tomasse tenda e se desse por mestre do oficio sem antes ser examinado[26]. Para o efeito, seriam nomeados juízes do ofício encarregues da avaliação dos candidatos submetidos ao respectivo exame, bem como de zelar pela disciplina e boa qualidade dos trabalhos prestados. Esta disposição encontra-se expressa nas posturas da Câmara do Funchal de 1550 no «titolo acerca dos mecânicos» onde se adverte que «todo o oficial de oficio mequanico não porá nem terá tenda nem uzara de seu oficio para tomar obra sobre si sem ter carta de examinação desta cidade ou da de Lisboa»[27].

O quadro normativo contido na lei geral do reino (*Ordenações Manuelinas*) previa no Título XLIX do seu primeiro livro o conjunto de funções desempenhadas pelos almotacés: «Dos Almotaces, e cousas que a seu Officio pertencem». A estes importantes oficiais, recrutados por entre a gente da governança, competia a fiscalização e o cumprimento das normas estipuladas para a construção civil relativas à gestão de vizinhança de prédios urbanos, que, em boa verdade, na sua esmagadora maioria, vinham já do *Regimento dos Almotacés* de 1444[28]. Mais importante ainda,

---

por toda a Europa, onde as mulheres se envolviam em tarefas menores, como no trabalho dos fornos (*forneiras*), na caiação (*caeiras*) ou no transporte de água para a obra (*aguadeiras*).

[24] A estrutura jurídica das Leys do Reino – onde se incluíam os diversos *regimentos* dos oficiais da administração e do trabalho –, foi consagrada na compilação das *Ordenações Manuelinas* (1514), mais tarde reformulada (superficialmente) pelas *Ordenações Filipinas* (1603). Foi com base neste corpo legal que vigoraram (até ao liberalismo), os princípios e as normas que regulavam a actividade produtiva, incluindo o sector da construção. Aos municípios coube a promulgação e revisão dos respectivos regulamentos, bem como a regulamentação geral dos pesos e medidas.

[25] O mais antigo compromisso que se conhece data de 1489 e respeita aos sapateiros de Lisboa. O primeiro *regimento* dos carpinteiros e pedreiros de Lisboa foi realizado no hospital de Santa Maria da Mercê, sede da confraria do respectivo mester, em Lisboa, em 1501, e confirmado por alvará régio de 26 de Abril de 1503. Cf. Franz-Paul LANGHANS, *As corporações dos ofícios mecânicos,* vol. I, *ob.cit*., pp. 373 e ss. e pp.258-261.

[26] Armindo de SOUSA, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490).* Vol II, Porto, 1990, p.480.

[27] ARM, Posturas, I, fls. 31-32 e 44-56.

[28] Cf. *Livro das Posturas Antigas*, 1974, p. 98 e segs. Foi utilizado o texto das *Ordenações Manuelinas* na edição fac-similadas da Fundação Calouste Gulbenkian de 1984.

através dos vedores ou juízes, cabia à edilidade concelhia a regulação do trabalho, preços dos artigos transaccionáveis, pesos e medidas praticados no concelho (*almotaçarias*), o que motivou por vezes situações de conflito com os ofícios mecânicos.

Com efeito, em 1470, no Funchal, «hos çapateyros barbeyros e alfaytes e ferreyros e outros officiaaes da dita ylha» enviaram ao duque D. Fernando uma carta apelando para que pusesse fim aos «agravos» que sofriam por parte da elite urbana, designadamente na taxação dos preços dos seus artigos e serviços. Apesar das duas cartas enviadas pelo duque, a 18 e 27 de Junho de 1470, apoiando os interesses dos profissionais queixosos, os mesmos oficiais mecânicos voltavam a reclamar das injurias recebidas dos oficiais da câmara, quando apresentam petições e reclamações enviando mesmo a Lisboa, em 1481, o seu representante, o sapateiro João do Porto, afim de obter da infanta D. Beatriz garantias pessoais de cumprimento do disposto nas referidas cartas[29].

O direito a uma certa representação política através da participação na administração concelhia, é atribuído ao corpo dos oficiais mecânicos, embora reduzido a funções meramente profissionais. Entre os cargos desempenhados o de *juiz dos 24* e o de *procurador dos mesteres*, estabelecem-se desde muito cedo em algumas cidades insulares, enquanto que noutras parece nunca terem chegado a existir[30]. No Funchal existia desde finais do século XV a *Casa dos Vinte e Quatro Mesteres*, com regimento igual à de Lisboa, procedendo a eleições anuais de 4 procuradores que assistiam às sessões camarárias[31]. A mesma função desempenhava Estêvão Anes, pedreiro, nomeado procurador dos mesteres pela Câmara da Ribeira Grande em 1555 e juiz dos 24 no ano seguinte ou Pedro Gonçalves, também pedreiro, nomeado juiz dos 24 em 1597 pela mesma câmara da Ribeira Grande[32].

De qualquer modo e apesar das várias posturas camarárias e alvarás régios nesse sentido, a presença de procuradores dos mesteres nos senados das câmaras está longe de ser sistemática[33], verificando-se com mais frequência nas vereações dos municípios mais periféricos e rurais e tendendo a desaparecer por completo à medida que avançamos na idade moderna, em face da progressiva *gentrização* dos elencos camarários nas governanças locais[34].

---

[29] Cf. José Manuel Azevedo SILVA, *ob.cit.,* p.566.

[30] É o que parece ter sucedido com algumas das vilas e com a cidade de Ponta Delgada, onde a instituição formalizada da ´Casa dos 24´ nunca chegou a existir. Cf. Margarida LALANDA, *ob.cit.,* p.350.

[31] Cf. João Nelson VERISSIMO, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do século XVII*, 1998, p.101.

[32] Margarida LALANDA, *ob. cit.*, p.352.

[33] Segundo Margarida LALANDA, ao longo da centúria seguinte, raramente as câmaras açorianas cumpriam com a obrigação de terem representantes dos ofícios. *Ob.cit.*, p.349.

[34] Cf. José Damião RODRIGUES, «As Elites Locais nos Açores em Finais do Antigo Regime», *Arquipélago*, 2005-6, p366 e segs. Ver também Margarida LALANDA, *ob.cit*. em especial pp.349-353, passim.

OS MESTRES DAS OBRAS REAIS

Merecedores de uma consideração social visivelmente acima dos restantes construtores, e ocupando um patamar distinto dos *ofícios mecânicos* que lhes abre, inclusivamente, as portas à nobilitação, o «mestre das obras reais», enquanto cargo de nomeação régia, assume contornos específicos nas possessões ultramarinas portuguesas.

Desde o reinado de D. Manuel que se vinha assistindo, nas ilhas, a campanhas dirigidas por mestres reinois à frente das principais edificações religiosas e talvez até das primeiras obras de fortificação. João de Cáceres é referido como o primeiro mestre das obras reais encarregado por D. Manuel, em 1513, de construir uma cerca defensiva na cidade do Funchal, facto que permanece insuficientemente esclarecido[35]. Não obstante, parece indiscutível a inserção de João de Cáceres no perfil do *magister operis* medieval o qual, durante o período manuelino, está envolvido nas campanhas de fortificação multiplicadas por todo o país e praças africanas.

A situação geopolítica no reinado do sucessor de D. Manuel altera-se radicalmente, determinando por parte do *Piedoso* a passagem de uma politica agressiva para uma atitude defensiva e de protecção face às diversas ameaças estrangeiras. A ocupação efectiva do Brasil e a defesa das ilhas atlânticas constitui o pano de fundo para o aparecimento da figura do mestre das obras reais provincial, cuja nomeação por períodos longos e, nalguns casos, vitalício, procura assegurar a continuidade na supervisão das obras militares, secundadas por campanhas de obras civis, religiosas e de reformulação urbanística[36]. No Funchal foi decretada a construção de um baluarte com torre no porto da cidade, obra que se encontrava em construção pelos anos de 1540, a cargo de mestre Estêvão Gomes[37]; em Ponta Delgada Manuel Machado, reputado mestre, morador na cidade, foi nomeado «mestre das obras das capelas das ilhas dos Açores» e ainda «mestre da obra do porto da ponta de S. Brás»[38]. O porto

---

[35] Rui Carita refere-se a João de Cáceres como pedreiro de estima residente no Funchal e responsável pelo primeiro dispositivo defensivo da cidade enquanto Pedro Dias duvida de que o mestre manuelino alguma vez tenha estado em solo madeirense. Cf. Rui CARITA, *Introdução à Arquitectura Militar na Madeira*, p.54; Pedro DIAS, *Historia da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822): O Espaço do Atlântico*, p. 174.

[36] As competências urbanísticas estavam aliadas ao conhecimento teórico e pratico da arquitectura militar. Uma situação paradigmática foi a de Luis Dias, fundador com Tome de Sousa da cidade de Salvador, no Brasil. Instruído pelo fortificador mor Miguel de Arruda e supõe-se que formado no velho estaleiro da Batalha, de onde era natural, Luis Dias foi Mestre das Obras da Fortaleza, com provisão de «mestre de obras da cidade de Salvador» datada de 14.01.1549.

[37] Rui CARITA, *A Arquitectura Militar na Madeira nos séculos XV a XVII*, vol. I, p. 92 e segs.

[38] O título só vem mencionado explicitamente no alvará régio de 30-10-1557 dirigido ao licenciado Jorge Correia, ouvidor da ilha de S. Miguel. Transcrito e publicado por Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portugueses*, Lisboa: Imprensa Nacional, vol II, p. 112-3

Fig. II. Planta da cidade do Funchal, por Mateus Fernandes (?), c. 1570 (B.N. Rio de Janeiro)

incluía a construção do molhe e previa, também, uma estrutura defensiva de que se desconhece a configuração exacta. Por carta régia datada de 30-10-1557 o monarca informava que mandara «dar dempreytada a Ma*nue*l Machado, escudeiro de minha casa (…)» a construção da fortaleza do porto de S. Brás, instruindo o ouvidor acerca dos privilégios concedidos ao mestre sobre o corte de lenhas, pastagem dos bois, cozedura da cal e fornecimento de pedra para a dita obra[39]. Num outro documento, datado de 1555, o monarca havia ordenado ao ouvidor que pagasse 200 reis por dia a Manuel Machado «tendo em consideração o trabalho e tempo que teve em ir a Lisboa da dita ilha de S. Miguel»[40].

Pese embora as nomeações, as obras de fortificação permanecem nas ilhas incompletas e algo negligenciadas, a ponto de permitir sucessivas investidas dos corsários, que culminariam no grande saque do Funchal, pelos franceses, em 1566. Um novo e renovado impulso reservado a obras régias de grande envergadura surge agora pela mão do regente cardeal D. Henrique, durante o reinado de D. Sebastião. Para lhes dar forma o monarca nomeia três fortificadores: um para Angra – função que recai sobre o mestre das obras reais Luís Gonçalves Cotta, em actividade desde 1562 – e

[39] *Ibidem*.

[40] Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros, Constructores Portugueses*, vol. II, p. 111-2.

dois novos mestres das fortificações para São Miguel e Madeira. Ao mesmo tempo, contrata uma equipa internacional de engenheiros e peritos italianos, supranumerários, composta por Tomás Benedito de Pésaro e Pompeu Arditi. A esta equipa, enviada às ilhas na Primavera de 1567, cabia o planeamento de todo o dispositivo defensivo em articulação com os referidos fortificadores.

Mateus Fernandes III (descendente dos Fernandes da Batalha) é nomeado em 1567 nas vésperas da vinda dos italianos e leva consigo um primeiro regimento – o *Regimento das Vigias* (1567). Desta fase cumpre ressaltar a fortaleza do monte da Pena, contida na planta do Funchal que hoje se encontra na Biblioteca do Rio de Janeiro e que constitui uma das raras peças urbanísticas desenhadas por arquitectos quinhentistas portugueses[41]. Renovado o regimento num outro enviado da corte em 1572, altera-se o planeamento, agora concentrado na frente costeira e abandonando a formidável fortaleza da Pena.

Simultaneamente, Pêro de Maeda, natural de Meruelo, cantabria com o título de *engenheiro*, foi nomeado fortificador na ilha de São Miguel[42]. Não sendo conhecida a carta de nomeação e a data exacta da sua vinda para a ilha, uma «Prouança (…) En nombre de Pedro de Maeda sobre sue Genalosia, nobreza y limpieza de liñages…»[43], elaborada em 1567 e conservada nos arquivos do British Museum, admite sustentar que a diligencia visava a obtenção do cargo para que seria efectivamente designado.

A ascensão meteórica destes mestres das obras reais que entre os reinados de João III e D. Sebastião, são progressivamente mais bem pagos, acumulando chorudos ordenados, prebendas e outras regalias, corresponde a uma fase crucial na historia da fortificação e afirmação da soberania portuguesa sobre os territórios ultramarinos. A afirmação dos construtores, elevados ao mais alto grau de figura pública não teria, porém, uma prolongada continuidade no tempo e só pontualmente pode ser comprovado no caso das ilhas.

---

[41] Sobre a planta do Funchal, presumivelmente executada por Mateus Fernandes veja-se Rui CARITA, *A planta do Funchal de Mateus Fernandes (c. 1570),* 1983.

[42] Sobre Pedro de Maeda e a sua actuação na ilha de São Miguel veja-se o meu artigo, «A igreja da Misericórdia de Ponta Delgada: considerações em torno de um monumento perdido», *Arquipélago-História*, 2009, pp.21-48.

[43] Existe uma cópia do microfilme do documento do British Museum na BN, arquivo familiar dos Botelho P.40081 ADD.9788.

Ilhas	Mestres das Obras Reais	Datas	Salários
Madeira	João de Cáceres «mestre das obras reais»	1513	?
	Pero Anes «mestre das obras de Sua Alteza» e «mestre das obras da Sé e da Alfandega». Carpinteiro	1ª met. XVI	?
	Estevão Gomes «mestre da obra do baluarte»	1540 – ?	?
	Mateus Fernandes III «fortificador e mestre das obras reais»	1567-1595	100.000rs/ ano
	Jerónimo Jorge «mestre das obras de fortificaçam da Ilha da Madeira»	1595-1618	100.000rs /ano
	Bartolomeu João «mestre das obras de fortificaçam da ilha da Madeira»	1618-?	100.000rs/ ano
São Miguel	Manuel Machado «mestre das obras das capelas das ilhas dos Açores» e «mestre da obra do porto da Ponta de S. Bras»	c. 1550-?	200 rs/dia 73.000rs/ ano
	Pedro de Maeda «mestre das forteficasois da ilha de S.Miguel»	c. 1567-c.1580	?
	Fernão Moniz «mestre das obras de Sua Magestade»	c. 1580-84 ?	?
Terceira	Luís Gonçalves Cotta «mestre das obras de fortificação da ilha Terceira»	1562-1608	80.000 rs/ano
	Luís Mendes «mestre de pedraria e alvenaria da sé»	1608-33	80.000 rs/ ano
	Bartolomeu Fernandes «mestre das obras de pedraria e alvenaria da sé»	1633-53	100.000 rs/ ano
	António Rodrigues Madeira «mestre das obras de pedraria e alvenaria da sé»	1653-81	100.000rs/ano
	Manuel de Lima «mestre de pedraria da obra da sé»	1681- ?	100.000rs/ano

Fig III. lista dos mestres das obras reais nomeados para a Madeira e Açores (século XVI-XVII)

FUNÇÕES, ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL E ESTATUTO SOCIOECONÓMICO

Até ao final da Idade Média, carpinteiros e pedreiros encontravam-se unidos num único *mester*, o dos que «corregem casas», sendo muitas vezes desempenhados indiferentemente por uns e outros. Nesse sentido, o regimento de Lisboa de 1572, ainda agrupa as duas profissões no mesmo capítulo, embora advirta para que nenhum pedreiro tome obras de carpinteiros, e vice-versa[44]. Além disso, distingue claramente, em capítulos separados, os carpinteiros de casas, das restantes profissões relativas ao trabalho da madeira: *ensambladores*, *entalhadores e maceneiros*.

[44] *Livro dos regimetos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa*, p.108

trabalho da pedra	Cabouqueiro	**trabalho com a terra**	Oleiro
	Pedreiro		Telheiro
	Paredeiro		Tijoleiro
	Calceteiro	**trabalho com a cal**	Forneiro
trabalho da madeira	Fragueiro		Caeiro
	Serrador		Pintor
	Carpinteiros de carro	**trabalho do metal**	Ferreiro
	Carpinteiros de caixaria		Serralheiro
	Carpinteiros de obra		
	Carpinteiros de ribeira		

Fig IV. especialidades mencionadas na documentação (séculos XV-XVI)

Nos actos públicos a que compareciam as agremiações profissionais, como era o caso da procissão do *Corpus Christi*, pedreiros e carpinteiros surgiam a par, apresentados debaixo da bandeira do Patriarca S. José, facto que não deixava de originar, por vezes, disputas pela primazia do lugar ocupado[45]. No Funchal as disposições que regulamentavam a procissão do Corpo de Deus eram as mesmas que por costume antigo, regiam a procissão e festa da cidade de Lisboa[46]. Na vereação de 13 de Maio de 1483 estabelece-se a ordem dos ofícios na referida procissão, após o duque D. Diogo ter outorgado aos mesteirais o direito de a integrarem, ocupando os «pedreyros e carpenteyros da terra com os engenhos» uma posição de destaque entre os 10 primeiros ofícios, atrás dos vinhateiros e antes dos pescadores; a mesma disposição mantém-se nos anos seguintes[47].

[45] Na ordem dos pendores que levavam os oficiais mecânicos na procissão de La Laguna (Tenerife), em 1540, surgiram desacatos entre os canteiros/ alvaneis e os carpinteiros, argumentando os primeiros que sempre haviam desfilado à frente dos segundos. Alguns anos mais tarde (1584) repete-se o diferendo, alegando os pedreiros «la mayor importancia de su oficio e la mayor antiguiedad de su pendon». A Câmara da cidade acaba por decretar a alternância anual da posição ocupada pelos dois ofícios. Cf. Fernando Gabriel Martín RODRIGUEZ, *Arquitectura Domestica Canaria*. Santa Cruz: Aula de Cultura de Tenerife, 1978.p.47.

[46] Cf. Bernardete BARROS; Fátima Freitas GOMES; Iolanda SILVA, «A Festa Processional "Corpus Christi", no Funchal (sécs. XV a XIX». Actas do I Colóquio Internacional de Historia da Madeira, 1986, pp.344-356.

[47] Posturas 1485-6. Infelizmente os dados conhecidos sobre esta procissão para o caso açoriano são muito escassos. Um sucedâneo da procissão do Corpo de Deus é a que ainda hoje se realiza em Vila Franca do Campo no Domingo da Pascoela, conhecida por «Procissão do Trabalho», onde vão representadas as várias artes e ofícios. Retomam-se aí as antigas corporações medievais, em que os oficiais das várias artes aparecem vestidos de acordo com as cores da sua corporação e agrupados em torno do respectivo patrono. Continuam a tomar parte nesta Procissão as seguintes actividades: "homens do mar" – São Pedro Gonçalves; pedreiros – São João Baptista; sapateiros – São Crispim; arrieiros – Nossa Senhora do Egipto; lavradores – Santo Antão; barbeiros – Santa Catarina; oleiros – Santo António; carpinteiros – São José;

Nas primeiras décadas do século XVI é patente nas ilhas atlânticas uma significativa especialização profissional, entre os que trabalham a pedra e a madeira (v. Quadro II). Mas a especialização é mais aparente do que real. Pedreiros, alvaneis ou canteiros distinguem-se enquanto especializações profissionais mas as respectivas funções seriam, na maior parte dos casos, desempenhadas pelos mesmos oficiais. O mesmo acontecia por vezes entre carpinteiros e pedreiros. Além disso, ao produzir para o mercado local, onde o volume de trabalho não se revelava constante, nem muitas vezes suficiente, os homens da construção eram compelidos a completar a sua actividade profissional com outros meios de subsistência, quer através de arrendamento de terras, quer da arrematação de rendas e exercício de outros cargos[48].

A avaliação do nível económico dos construtores faz-se a partir de indícios vários (inventários *post-mortem*, testamentos, donativos a instituições de caridade, escrituras notariais), mas sobretudo a partir da componente dos salários. Não é fácil, no entanto, proceder a uma avaliação consistente dos salários uma vez que a componente dos salários não pode ser analisada isoladamente da evolução dos preços e os dados disponíveis são parcos e muito dispersos[49].

A situação apurada a partir de alguns contratos de obra analisados deixa entrever que o ajuste dos salários é feito caso a caso, em função das leis da oferta e da procura, e indica que a margem de liberdade negocial entre as partes contratantes era grande.

Um exemplo significativo pode ser colhido nos três contratos sucessivos que a Misericórdia de Ponta Delgada estabelece com André Martins, mestre da obra de pedreiro da igreja nova, desde 1579. No primeiro, assinado em 1579, ficou estipulado que André Martins não receberia mais do que «se der a qualquer oficial que servir na dita obra (…) o qual salário se lhe dará como ao melhor official que lavrar na dita obra»[50], não levando nada pela «traça e ordem da dita obra» – coisa que uma nota à margem diz não ter sido afinal cumprido. No segundo contrato efectuado, a Mesa opta por ajustar o valor total da obra, dando-a por empreitada. Após discussão do preço com o mestre-de-obras acaba por recorrer à avaliação de

---

alfaiates – Menino Jesus; camponeses – Nossa Senhora da Paz; profissões liberais – Beato Nuno Álvares Pereira.

[48] É o que acontece com o carpinteiro Pedro Afonso, morador na vila do Funchal, que no ano de 1481 toma para si a renda dos verdes respondendo no contrato efectuado «per ssy e todos seos beens moues e de rayz auidos e por auer» A.R.M., C.M.F., Vereações, nº 1297, fl.37v. O mesmo sucede com os carpinteiros Álvaro Afonso e Diogo Martins que no ano de 1494 produziram 44 e 50 arrobas de açúcar, respectivamente. Cf. José Manuel Azevedo SILVA, *ob.cit.*, Quadro X, p.568.

[49] Para uma melhor avaliação da questão dos salários no sector da construção em finais da Idade Média veja-se o artigo apresentado a este Colóquio por Sérgio FERRREIRA, «Salários e Níveis de Vida dos Construtores em Portugal na Baixa Idade Média».

[50] Rodrigo RODRIGUES, «Extractos…», fl.23v.

Fernão Moniz, *mestre das obras de sua Majestade*. Por seu turno, André Martins comprometia-se a cumprir o programa das obras da capela da Misericórdia, no prazo previsto, dando de fiança todos os *seus bens moveis e imóveis havidos e por haver*[51]. No terceiro e último contrato com o mesmo André Martins, efectivado a 13-11-1585, as condições salariais alteram-se uma vez mais, pois o mestre exigiu da Santa Casa dois mil reis de tença em sua vida e «tres mil reis em cada mês quer trabalhasse quer não»[52].

Nos contratos por empreitada entravam muitas vezes entregas em géneros, quer dos materiais da obra, como madeira, cal e pedra, quer de bens alimentares, calculando-se os preços em função destes factores.

Dados posteriores mostram que os mestres recebiam, em regra, mais 30 a 40% do que os oficiais, podendo ainda ser pagos pela traça ou *feitio* da obra, como já vimos atrás[53]. Os serventes, por seu turno, auferiam salários que se quedavam abaixo da metade dos do mestre. Na ilha da Madeira, os levantamentos efectuados por José Manuel Azevedo Silva revelam que o que se pagava a pedreiros e carpinteiros encartados correspondia a cerca de 43 a 47% a mais do que os salários dos serventes e que entre as duas profissões não se registam diferenças de rendimento assinaláveis[54].

Quanto à posição social ocupada pelos homens da construção? De acordo com Sílvio Conde, os homens da construção, fazendo parte dos oficiais mecânicos, integravam a categoria sócio-fiscal dos peões, parcela dos homens livres não privilegiados que constituíam a base da tributação[55].

Entre os oficiais, a riqueza de certos elementos revela-se na posse de casa própria, terras e bens móveis[56]. Em situações excepcionais encontramos gente dos ofícios a conceder esmolas e doações para obras pias, como acontece com Pêro Afonso, carpinteiro do Funchal, e sua Mulher Constança Vaz que, em 1477, fizeram

---

[51] Idem, fl.24

[52] *Ibidem*.

[53] Dados apurados a partir das tabelas de preços e medidas contidas nos regulamentos municipais e alguns cadernos de obras estudadas, no âmbito da dissertação de doutoramento em curso: "A Casa Nobre na Ilha de S. Miguel. Do Período Filipino ao fim do Antigo Regime".

[54] José Manuel Azevedo SILVA, *ob.cit*,. vol I, quadro XLI, p.400 e 402.

[55] Cf. o artigo apresentado a este Colóquio por Sílvio Alves CONDE, «As Gentes da Construção na Sociedade Medieval Portuguesa».

[56] A titulo de exemplo o pedreiro Estêvão Gomes à data da sua morte deixa uma casa junto do Castelo dos Moinhos e entre os filhos, um era estudante com 17 anos. Cf. Maria Olímpia da Rocha GIL, *O Arquipélago dos Açores no século XVII. Aspectos Sócio-económicos (1575-1675),* p.269; António Frias, pedreiro em Ponta Delgada, vivia com a mulher Isabel Rodrigues numa casa sobrada na rua da fonte de São Pedro que vai para a Calheta, a qual deixa em testamento à Misericórdia da cidade e Manuel Roiz, também pedreiro, entrega em 1585 uma esmola pecuniária à Misericórdia de Ponta Delgada. Rodrigo RODRIGUES, «Extractos…», fl.24; o mesmo acontece com o carpinteiro Diogo Fernandes em 1580.

doação de uns chãos e casas na rua da Boa Viagem para instituição do hospital velho do Funchal[57]. Mercês especiais também podem abranger categorias profissionais, normalmente afastadas dos privilégios, como acontece com a concessão que o capitão Rui Gonçalves da Câmara fez aos pedreiros Antão Roiz e Luis Pires, moradores em Vila Franca do Campo, de uns chãos (ou assentos de casa) em *cartas de dadas*, antes de 1497[58].

Se estes dados dispersos permitem entrever uma situação confortável para alguns elementos da gente da construção, certamente superior à dos jornaleiros e porventura mesmo à de alguns mercadores, a sua generalização não pode ser sustentada. A maioria vivia em *casas palhaças*, que tomavam de renda e possuíam pouquíssimos haveres. Por vezes, quando empregados ao serviço de um senhor, nem mesmo eram donos das suas ferramentas de trabalho. Situações de miséria também se verificavam como a de João Martins, "homem baço, cabouqueiro", que em 1570 recebe de esmola da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada «2 paes para os meninos e algum dinheiro»[59].

ALGUMAS CONCLUSÕES E LINHAS PROBLEMÁTICAS

A extraordinária procura de mão-de-obra verificada nas cidades atlânticas na viragem do século XV para o XVI, face ao conjunto de programas construtivos em obras públicas e privadas, justifica o elevado número dos homens da construção (possível de contabilizar), colocando cidades como o Funchal ou Angra ao lado das mais dinâmicas cidades do país, e muito próximas de Lisboa.

A proveniência e a mobilidade verificada entre as fileiras dos construtores não é fácil de apurar, só sendo possível através do percurso de mestres e artistas destacados ou por vias muito indirectas e falíveis como o estudo da onomástica, já tentada para Lisboa. Não devemos ainda descurar os resultados que se poderão obter a partir de pacientes ficheiros prosopográficos. No estado actual do conhecimento, podemos assegurar a presença significativa de mestres biscainhos e de outras localidades de Espanha (incluindo as Canárias) durante o ciclo manuelino e joanino e de vários mestres do reino que rumaram às ilhas atraídos por lucrativos contratos de empreitada ou vantajosas condições laborais.

Adivinha-se, por outro lado, que para a maioria dos profissionais da construção, o acesso seria muitas vezes informal e livre de regulamentação estrita. Para o período analisado conhecem-se muito poucos contratos de aprendizagem ou exames de ofício, o que leva a pensar que muitos exerceriam funções sem um período

[57] Cf. António ARAGÃO, *Para a Historia do Funchal*, 1978, p.29.
[58] Rodrigo RODRIGUES, «Extractos…», fl.181v.
[59] *Idem*, fl.63v.

prévio de aprendizagem e sem carta de exame. Não obstante, a tendência é para que a normativa sobre a organização do trabalho fosse paulatinamente assumida pelo concelho, acabando o governo municipal por controlar o processo de acesso e condições de exercício da profissão, exigindo dos oficiais, além do exame, taxas e licenças anuais consignadas nas *cartas de usança*.

O número dos oficiais mecânicos ligado à construção é contraditório com a relativa especialização profissional praticada. A ambivalência de funções verificada entre os artesãos não é exclusiva do mundo insular, sendo também comum a conjugação do ofício com o trabalho da terra. Assim, a actividade construtiva ficava dependente dos ritmos da oferta e da procura bem como dos ciclos anuais da produção agrícola.

Essa condição de base ajuda a explicar as variações observadas quanto salários. Sobressai na realização dos contratos de obra a enorme liberdade que assistia às partes contratantes para ajustar, caso a caso, as condições mais favoráveis a ambas. Quando a obra não é dada de empreitada mas paga à jorna, os salários têm em conta o período do ano em que o trabalho é efectuado (*dias piquenos* e *dias grandes*), a categoria e estatuto profissional do oficial (mestre, *official completo* ou de *maior perfeição* e o*fficial de menor perfeiçam* ou *mais inferiores,* e servente) e a entrega ou não de alimentos (*a seco* ou com *dando-se de comer*). As diferenças são também registadas entre os salários praticados nas pequenas localidades rurais e nas cidades ou vilas mais importantes. De acordo com os escassos elementos de que dispomos – quase todos posteriores ao período considerado – a tendência verificada nos salários dos pedreiros e carpinteiros, numa perspectiva de longa duração, aponta para um aumento considerável nas primeiras décadas de quinhentos mantendo a tendência de subida durante todo o século XVI e parte do XVII.

O caso muito peculiar dos mestres-de-obras reais, investidos de amplos privilégios, rendas e outras distinções honoríficas, configura um episódio sem continuidade na historia da arquitectura das ilhas atlânticas, a que corresponde o investimento político da coroa no processo de consolidação do estado moderno[60]. Concluídas as estruturas institucionais locais e respectivos edifícios simbólicos do poder, o rei desinteressa-se da intervenção arquitectónica directa e deixa de patrocinar os cargos de arquitectos régios provinciais.

[60] Rafael Moreira salienta o processo de transformação da arquitectura operado ainda durante o século XIV no sentido de colocar a arquitectura ao serviço da afirmação do estado moderno. Rafael MOREIRA, "Arquitectura; Renascimento e Classicismo", *História da Arte Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, vol. 2, p.304.

BIBLIOGRAFIA

ALBERGARIA I.S., «A igreja da Misericórdia de Ponta Delgada: considerações em torno de um monumento perdido», *Arquipélago-História*, 2ª série, 13, 2009: 21-48.

ALBERGARIA I.S., Tipologias construtivas da arquitectura doméstica quinhentista nas cidades atlânticas: heranças medievais e inovações renascentistas. *Construir la Ciudad en la Edad Media*, Logroño, Beatriz Arízaga Bolumburu; Jesus Angel Solórzano Telechea, Editores, 2010: 395-420. (Encuentos Internacionales del Medievo)

ARAGÃO A., *Para a Historia do Funchal: pequenos passos da sua memoria*, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1978.

Arquivo Histórico da Madeira [transcrição da documentação exarada no Tombo 1.º do Registo Geral da Câmara do Funchal], Funchal, XV, 1972.

BARROS B., GOMES F., SILVA I., A Festa Processional "Corpus Christi", no Funchal (sécs. XV a XIX, *I Colóquio Internacional de Historia da Madeira*, Funchal, Governo Regional da Madeira/SRTCE, 1986, 1: 344-356.

CARITA R., *Introdução à Arquitectura Militar na Madeira: a fortaleza-palácio de São Lourenço*, Funchal, Direcção Regional da Educação e Cultura, 1981.

CARITA R., *Arquitectura Militar da Madeira dos séculos XVI a XIX*, catálogo da Exposição realizada no Teatro Municipal do Funchal por ocasião das Comemorações Nacionais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades: 10 de Junho de 1981, ed. Zona Militar da Madeira, Funchal, 1981.

CARITA R., *A planta do Funchal de Mateus Fernandes (c. 1570),* Coimbra, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1983 [Sep. Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, 37].

Cidade de Angra. Transcrição e Índice *Manuel Faria*. AHU_CU_Açores, Cx. 34, doc. 23. Disponível em: www.ihit.pt/new/posturas/2008/Angra.pdf

DIAS P., *Historia da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822): O Espaço do Atlântico*, Lisboa: Circulo de Leitores, 1999.

FRUTUOSO G., *Saudades da Terra*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998.

GIL M.O., *O Arquipélago dos Açores no século XVII. Aspectos Sócio-económicos (1575-1675),* Castelo Branco: edição da autora, 1979.

LALANDA M.M, *A Sociedade Micaelense no século XVII (Estruturas e Comportamentos,* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 2002.

LANGHANS F., *As antigas corporações dos ofícios mecânicos e a Câmara de Lisboa,* Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1942.

Livro dos Regimentos dos Officiaes mecânicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa (1572). Introd., transcrição e notas de Vergilio Correia, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

Livro das Posturas Antigas (transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues), Lisboa, CML, 1974.

MATOS, T., «Subsídios para a Historia Económica e Social do Concelho de Vila Franca do Campo no ano de 1566: um auto de avaliação dos bens dos seus moradores», Bol. IHIT, 41, 1983: 543-551.

MESQUITA M.H., *As Gentes de Angra no século XVII*. Dissertação de doutoramento em Historia apresentada à Universidade do Minho [texto policopiado], Braga, Universidade do Minho, 2004. 2 vols.

MOREIRA R., «A Arquitectura Militar», *Historia da Arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, 7, 1986:137-151.

Ordenações Manuelinas. Livro I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984 [Fac-simile da edição da Universidade de Coimbra, 1786].

PEREIRA A., *Ribeira Grande (S. Miguel-Açores) no século XVI. Vereações (1555-1578)*. Ribeira Grande, Câmara Municipal da Ribeira Grande, 2006.

PEREIRA F., COSTA J., *Livros de Contas da Ilha da Madeira (1504-1537),* Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2 Vols, 1985-1989.

Posturas Camarárias dos Açores. Transcrição de Jorge Fernandes do Nascimento, José Sintra Martinheira, Manuel Augusto de Faria; Índices de Manuel Augusto de Faria. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2007.

SANTOS J., *Os Açores nos Séculos XV e XVI*, Ponta Delgada: SREC/DRAC e Universidade dos Açores, 1989.

SILVA J.M., *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (século XV-XVII)*. Dissertação de Doutoramento apresentada a Universidade de Coimbra [texto policopiado], 1993.

SOUSA A., *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490).* Porto, I.N.I.C.-C.H.U.P., 1990, 2 vols.

VERISSIMO J.N., *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do século XVII*. Dissertação de doutoramento em Historia da Expansão e dos Descobrimentos [texto policopiado], Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – FCSH, 1998.

VITERBO S., *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.

RESUMO: Nos alvores da época moderna, os homens da construção nas ilhas atlânticas compõem um grupo socioprofissional bastante heterogéneo, onde se encontram os prestigiados *mestres das obras reais* ao lado de simples oficiais de pedreiro ou carpinteiro que, a par dos restantes *mesteres*, ocupam os patamares intermédios das camadas populares.
A viragem do século XV para o XVI constitui um período chave para o desenvolvimento urbano, justificando o reforço legislativo ao nível das instâncias nacionais e locais. No plano político nota-se o investimento na condução de obras públicas, assim como na organização corporativa do sector, um aprofundamento da especialização do trabalho e a garantia de direitos de participação na administração concelhia. Nas cidades do Funchal, Angra, Vila Franca do Campo ou Ponta Delgada regista-se o forte dinamismo do sector da construção, estando o elevado número dos construtores relacionado com as presumíveis condições facilitadas de acesso à profissão.

Palavras-chave: Homens da construção, Ilhas atlânticas, Séculos XV-XVI, Cargos, Funções.

ABSTRACT: In the dawn of the modern era, construction workers in the Atlantic islands made up a rather heterogeneous social and professional group, which included the prestigious *mestres das obras reais* (chief architects) as well as simple carpenters and stone mason.
The turn of the 16th century constituted a key period for urban development, supported by the legislative effort made nationally and locally. In the political arena the investment in public works became apparent. In the corporate world of construction there was also increased specialization and the corporations were granted political representation in the local administrative institutions. In the cities of Funchal, Angra, Vila Franca do Campo and Ponta Delgada it was evident that the construction sector became very dynamic, and the high number of construction workers indicated that it was relatively easy to access the industry.

Keywords: Construction workers, Atlantic Islands, XV-XVth Centuries, Position, Job requirements.

ENCOMENDADORES E CONSTRUTORES NUM PROJECTO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL E INOVAÇÃO ESTILÍSTICA – O CASO DAS PARCERIAS NA OFICINA ROMÂNICA DE S. PEDRO DE FERREIRA (PORTUGAL)

MANUEL LUÍS REAL*

AS ORIGENS DO MOSTEIRO DE S. PEDRO DE FERREIRA

As origens de S. Pedro de Ferreira são incertas, embora se possa dar por seguro que existiu um templo anterior ao actual. A notícia mais antiga, sobre a localidade onde se veio a instalar o primitivo mosteiro, remonta ao séc. X. Na verdade, em 959 d.C., a condessa Mumadona deixa em testamento, ao mosteiro de Guimarães, tudo "quantum nobis incartauit Silimiru et Recemundo *in ferreira*"[1]. Pela descrição do Inventário de 1059, parece tratar-se de bens relativos a diversas *villas* situadas em Ferreira ("Palatios", "Gondesindi", "Portella", etc.), embora não seja absolutamente certo que, entre aqueles, se inclua o assento do futuro mosteiro-colegiada. A igreja de S. Pedro aí referida pode, com alguma probabilidade, corresponder à do lugar de Gosende[2]. Quanto à existência de uma casa religiosa em S. Pedro de Ferreira, há já indícios claros para a primeira metade do século XI, pois as Inquirições de 1258 aludem a várias propriedades do mosteiro, que teriam sido doadas por Gonçalo Trastamires[3]. Trata-se do Senhor da Maia, o célebre conquistador de Montemor-o-Velho, circunstância esta que nos remete para uma data seguramente anterior a 1038.

* Investigador do CITCEM.

[1] VMH (1929), p. 9.

[2] Idem, p. 50.

[3] MATTOSO *et alii* (1982), p. 39-41.

Tendo em atenção um conjunto de peças aparecidas durante o restauro do templo, oriundas da igreja precedente, pode-se concluir que o edifício da alta-Idade Média – coevo ou, mesmo, anterior a Gonçalo Trastamires e do qual não subsiste qualquer vestígio material – veio a ser substituído no último quartel do século XI ou, quando muito, no início da centúria seguinte. Seria um templo construído já em novo estilo, que podemos considerar proto-românico[4]. Só quase um século mais tarde virá a ser erguido o edifício actual e, que é objecto do presente estudo.

O templo em questão fica situado no concelho de Paços de Ferreira, um pouco a norte do rio Douro e a uma distância de cerca de 40 Km da cidade do Porto. A área do actual concelho de Paços de Ferreira integrava, na Idade Média, um território mais vasto que foi conhecido por *Terra de Sousa.* Em 1071 surge, pela primeira vez, a referência ao "territorio Sause". Este correspondia a uma área situada entre os vales dos rios Tâmega e Ferreira (afluentes do Douro), sendo ainda limitado a norte pelo rio Vizela, um afluente do Ave cujo percurso segue em latitude superior, na direcção do oceano Atlântico. A Terra medieval era controlada a partir do castelo de Aguiar de Sousa e foi governada por nobres que mantinham especiais relações com a Corte, ligados primordialmente à família de Sousa, instituidores e padroeiros do mosteiro de Pombeiro[5]. Os senhores da Maia exerceram também aí algum poder territorial, através da domínio de terras honradas, não obstante a sua principal área de influência se situar um pouco mais a ocidente, em torno do mosteiro de Santo Tirso[6]. A referida Terra tinha como eixo ordenador a rede hidrográfica do Sousa, rio este que lhe deu o nome e veio a propiciar o dinamismo socio-económico que marcou a região durante a Idade Média.

O mosteiro de S. Pedro de Ferreira situava-se junto de um dos afluentes do Sousa, conhecido como o rio Ferreira. Ele dominava uma área especialmente fértil, que esteve na base do desenvolvimento de uma abundante economia agro-pastoril. Aí se constituiu um dos principais celeiros da Igreja do Porto e, talvez por essa razão, os documentos medievais dão conta de uma particular concentração de moinhos na confluência deste rio Ferreira com a ribeira da Carvalhosa.

Não se sabe, ao certo, qual a ordem religiosa dos monges que primeiro habitaram o mosteiro. Por confusão com o de Ferreira de Aves, no distrito de Viseu, foi durante largo tempo defendido que teriam passado para a tutela da Ordem do Templo. No entanto, tivemos ocasião de demonstrar que na segunda metade do século XII, apesar de ser continuadamente designada como "mosteiro", esta

[4] REAL(1986), p. 249-252.

[5] PINTO (2011), p. 31-41.

[6] CORREIA (2008), v. 1, p.155-232.

casa religiosa veio a transformar-se em *colegiada*, com vínculo à Sé do Porto[7]. Aquela designação não deve causar estranheza, pois utilizava-se também para designar um colégio de cónegos, da mesma maneira que era dado o título de "abade" ao respectivo prior. Em 1182 encontramos já documentado um D. João Pais "*abbate* santi Petri de ferrayria". É de supor que a criação da colegiada seja um pouco anterior à reforma do bispo D. Martinho Pires (1186-1189), que repartiu as rendas da diocese entre a Mitra e o Cabido. Nessa partilha, este último ficou com o arciprestado da Terra de Aguiar, facto que explicará a passagem das rendas de S. Pedro de Ferreira, a partir de então, para a esfera do Cabido. Decorrido pouco mais de um século, em 1293, uma nova composição dispensava os cónegos de Ferreira do pagamento do censo devido ao bispo, nele se incluindo o relativo aos proventos de três igrejas sufragâneas, em troca do padroado da igreja de Válega (Ovar), que também lhes pertencia. Referindo-se à colegiada, o bispo dirige-se a D. Durando Pais, "abbas Monasterij Santi Petri de ferraria et ejusdem *clerici*". A alusão a clérigos, e não monges, é um indicador seguro de que se trata de uma congregação capitular, o que é mais tarde esclarecido claramente por outros documentos. Assim, em 1429, menciona-se a "*abbatia secularis et collegiate ecclesia sancti Petri Ferrera*". Nesta ocasião, acumulava as funções de igreja paroquial, pois em 1351, já um documento se referia ao *"rectori parrochialis Ecclesia sancti Petri Ferrera"* [8].

O padroado da igreja de Ferreira, no entanto, estava repartido entre famílias nobres da região. Só assim se explica que, nas Inquirições mandadas executar por D. Afonso III, em 1258, se diga expressamente que a igreja "est Militum et Divitum hominum". As testemunhas interpeladas queriam dizer, com isto, que ela também pertencia a Cavaleiros e Ricos Homens. O bispado do Porto só conseguiria a posse integral de S. Pedro de Ferreira em 1302, através do testamento de D. Berengária Aires, que detinha ainda direitos sobre a igreja-colegiada. Esta ilustre senhora era filha de D. Aires Nunes de Gosende e de D. Sancha Pires de Vide, tendo, pelos seus múltiplos laços familiares, conseguido reunir uma copiosa lista de bens e rendimentos. Entre eles salientava-se o padroado sobre diversas igrejas e mosteiros, um dos quais era S. Pedro de Ferreira. Pelo lado paterno – *Gosende* – ela descendia da poderosa família dos da *Maia*, dado que seu avô, Fernando Osores de Gosende, fora casado com uma filha de Pêro Pais o "Alferes", célebre companheiro de armas de D. Afonso Henriques. De sua mãe, receberia, entre outros, os direitos sobre o convento de Almoster, de que era padroeira e no qual ingressou como monja, depois de enviuvar. Dos seus dois casamentos, viria

[7] REAL (1986), p. 252-256.
[8] REAL (1986), p. 252-256 e 279.

ainda a acumular heranças vinculadas a outras importantes linhagens, como as de *Paiva, Ribadouro e Baião*[9].

Toda esta multiplicidade de vínculos, como veremos a seguir, irá ser determinante na constituição da oficina que se veio a encarregar da reconstrução da nova igreja, a partir do último quartel do século XII.

A SEGUNDA IGREJA ROMÂNICA DE S. PEDRO DE FERREIRA

A edificação do novo templo, em estilo românico, terá começado nos inícios da década de 80 ou, quando muito, nos derradeiros anos do decénio anterior. Data de 1182 a carta de confirmação mandada lavrar por um dos mestres da obra, relativa à pensão que acabara de receber da parte do abade de S. Pedro de Ferreira, sob a forma de prestimónio vitalício da igreja de Válega, em Ovar, a qual se encontrava então na dependência directa da colegiada. O referido mestre comprometia-se, por sua vez, ao pagamento de uma renda anual de 10 morabitinos, pela manutenção do referido privilégio[10]. Embora não se diga expressamente qual o motivo do benefício, trata-se de uma situação comum na época, para o pagamento de serviços relevantes. E, no caso vertente, tudo leva a crer que estes se reportariam à colaboração prestada pelo mestre que, na ocasião, dirigia também a obra da Sé do Porto e que, enquanto tal, aparece igualmente documentado no Censual do Cabido.

Como veremos adiante, a construção de Ferreira terá ficado a dever-se à colaboração simultânea de vários mestres, apesar de se ter desenvolvido sem qualquer interrupção, fruto certamente da saudável capacidade financeira dos seus promotores, os cónegos da diocese portuense. A empreitada limitou-se à igreja propriamente dita, pois há que considerar ainda existência de uma obra autónoma, num segundo momento, relacionada com o nártex ocidental. O templo é de planta relativamente simples, com abside redonda e uma só nave, mas revela dimensões invulgares para a época, tal como inusitados foram, também, o contexto da encomenda e as condições materiais em que a obra decorreu. Regra geral, as construções de templos românicos são faseadas e os edifícios, no seu tecido arquitectónico, denotam não raramente dificuldades de percurso e, até, mudanças de estilo, entre a cabeceira e a nave ou, mesmo, entre diferentes partes da aula, como no caso dos portais. O que não é o caso de Ferreira, no que diz respeito à igreja propriamente dita.

Actualmente, S. Pedro de Ferreira apresenta um anexo em ruína cuidada, a ocidente, o qual, embora ainda constitua obra de estilo românico, é cronológica, estilística e funcionalmente distinto do templo (fig. 1). Trata-se de um nártex com

[9] Idem, p. 253.

[10] Censual (1924), p.249.

funções primordialmente funerárias e cuja construção ficou a aguardar pelo menos um século, relativamente à obra da igreja. A nova edificação encosta claramente na fachada ocidental do templo, através de uma junta sem sinais de travação. Ao contrário da fase mais antiga, os silhares desta parte do monumento não apresentam quaisquer marcas de canteiro (excepto em dois casos de reaproveitamento, que usam siglas da oficina do século XII), o que revela uma mudança no tipo de gestão de obra, com pagamentos, não pela produção unitária do canteiro, mas à jorna ou empreitada.

A capela-mor do templo é rematada por uma abside redonda, embora apenas pelo lado exterior. Na parte interna ela apresenta planta ligeiramente poligonal, solução que se repete numa obra quase coeva, em São Pedro de Roriz[11]. Porém, em Ferreira existe um dispositivo estrutural suplementar, que sobressai por ser único em todo o românico português. Referimo-nos aos cinco nichos que circundam o altar-mor, rematados no caso vertente, em alternância, por arcos mitraicos e arcos redondos. É uma fórmula arquitectónica claramente importada do românico internacional. Ela existiu, ainda no século XI, em inúmeras igrejas da Catalunha[12] e reaparece tardiamente no baixo Leon, por exemplo, em Santa Maria Magdalena de Zamora. Como aqui, os nichos de S. Pedro de Ferreira apenas preenchem o andar inferior, na parte semi-circular da abside. O tramo recto da capela-mor, por seu turno, possui paredes lisas no primeiro registo. Estas utilizam um aparelho pseudo-isódomo, mas a atingir quase o isódomo perfeito, tal como se verificará ao longo de toda a metade inferior da aula. No registo superior da ousia, as paredes são animadas por um par de arcos cegos, cuja orla se apresenta elegantemente emoldurada, e onde a coluna central possui secção em forma de trevo. Trata-se de uma solução rara que, por este detalhe arquitectónico e pelo desenho dos capitéis, não deixa a menor dúvida quanto à sua importação a partir da oficina da Sé Velha de Coimbra (fig. 3). O arco triunfal é ligeiramente quebrado, acompanhando o movimento da abóbada a que serve de remate. Ele possui duas arquivoltas escalonadas, sendo ainda rematado superiormente, do lado da nave, por um friso com meandros vegetalistas. A sua folhagem é semelhante à da maioria dos capitéis que ornamentam a abside, claramente inspirados pela flora decorativa da oficina conimbricense. Já os capitéis, desse mesmo arco triunfal, apontam noutra direcção. Eles revelam a estilização de um modelo galego e aparecem, em Ferreira, devido a um artista com bons conhecimentos de produções além fronteira. Mas não necessariamente oriundas da região do vale do Minho. É certo que se encontram aí muitos exem-

[11] REAL *et al.* (1982), Est. IV.

[12] Sant Vicent de Cardona, Santa Maria de Roses, Sant Llorentç del Munt, Sant Ponç de Corbera. Sant Martí Sescorts, Sant Jaume de Frontanyá, Sant Martí de Brull, Santa Maria de Cervelló, Sant Pere de Pons ou Sant Pol de Mar. Cfr. WHITEHILL (1941).

plares que poderiam eventualmente ter servido de modelo, mas eles respeitam um protótipo comum, mais antigo, identificável em Leon e Compostela. Atendendo à alta erudição e originalidade da obra de Ferreira, inclinamo-nos mais para um mestre alheio à região galaico-minhota.

No seu exterior, a abside de Ferreira mostra uma aparência invulgarmente sólida, a qual lhe é conferida pelo cuidado estilóbato, em degraus, assim como pelas quatro colunas-botaréu e pela "amarração" insinuada pelo friso intermédio e, sobretudo, pela robusta cornija de arcos. A magnificência das frestas, com aberturas escalonadas, completa este sentimento de monumentalidade (fig. 2). No plano decorativo confirma-se a presença de artistas de origem distinta, destacando-se, ao nível dos capitéis, um grupo formado nas oficinas catedralícias de Coimbra e do Porto (fig. 8, à esquerda)

A qualidade e solidez da obra de Ferreira são ainda observáveis no abobadamento da capela-mor, onde o tradicional quarto de esfera é substituído por uma cobertura em cinco panos, unidos por arestas simples. No seu tramo recto, a abóbada passa a berço quebrado e é alteada relativamente ao hemiciclo inicial, de modo a assegurar a grandiosidade da perspectiva por parte de quem se encontra na nave. Esta última, possui cobertura em madeira e apresenta uma elevação inusitada, a qual ainda mais se acentua pela presença – invulgar em igrejas de uma só nave – das meias colunas que reforçam as paredes laterais e que conferem a percepção de quatro tramos, no ordenamento deste espaço interior. A implantação das colunas é, por sua vez, consolidada através de um estilóbato corrido que existe ao longo de cada muro lateral[13]. Pela elevação interna do espaço, dir-se-ia que estamos já em presença de uma obra proto-gótica, iludida apenas pela natureza cerrada das frestas de iluminação. Não deve esquecer-se que a reconstituição destas últimas é obra da D.G.E.M.N., mas a partir de elementos originais encontrados durante o restauro[14]

Do lado exterior, os muros da nave mantêm a continuidade do estilóbato que vimos na cabeceira, se bem que ali ele seja mais simples e robusto. Sobre ele ascendem cinco elegantes contrafortes, para reforçar a estabilidade de tão elevada construção, replicando o ritmo de quatro tramos insinuado no interior da nave. Junto aos beirais do telhado correm cornijas de arcos, idênticas à que se vê na cabeceira, e que transmitem uma grande sensação de unidade a toda a obra.

[13] Infelizmente, a leitura da grandiosidade espacial, no interior da igreja, está seriamente prejudicada pela instalação de modernos candeeiros em suspensão, com campânulas demasiado intrusivas e inadequadas a este tipo de monumentos.

[14] DGEMN (1937), p. 31.

Quanto às portas laterais, elas evidenciam como que uma ambição contida, mas efectiva. São singelas na aparência, dada a sobriedade dos arcos e do tímpano, que permanecem lisos. Contudo, ao incluírem um escalonamento de três arquivoltas, em diedro simples, ganham uma monumentalidade e uma solidez pouco comuns, entre portas secundárias das igrejas rurais. É verdade que não se trata de uma igreja qualquer. Foi colegiada dos cónegos da Sé do Porto e, de modo subtil, até deixa sublinhada nestes portais uma certa hierarquia na marcação dos acessos. Ambas as entradas possuem o mesmo número de arquivoltas. Mas enquanto o portal do lado sul – virado às antigas dependências dos cónegos – apresenta três colunas e um arco envolvente decorado com pequenos óvulos, no lado oposto, na porta destinada a acesso dos paroquianos, a arquivolta exterior é como que prolongada pelo diedro da jamba, resultando daí menos um par de colunas. Além disso, a moldura do arco envolvente e a arquivolta externa do portal norte confundem-se mediante a utilização de um só renque de aduelas, não havendo qualquer concessão no plano decorativo, para além da moldura lisa. Quanto aos capitéis e impostas destes dois pórticos, há elementos novos que apontam para uma terceira equipa de canteiros, de origem regional. Referimo-nos aos construtores da vizinha igreja de S. Salvador de Unhão, distante umas três léguas de Ferreira. As peças esculpidas denunciam a influência estilística de um certo tipo de escultura praticada na região de Braga, cuja cronologia parece ser ligeiramente anterior à de Ferreira. Aliás, pelo teor da epígrafe da dedicação do templo de Unhão, datada 28 de Janeiro de 1165, não restam dúvidas quanto à primazia desta obra e à deslocação de um grupo de canteiros, daqui para S. Pedro de Ferreira.

Resta falar no pórtico ocidental, que, à semelhança de outras partes do edifício, nos fornece elementos suficientemente explícitos sobre a origem dos artistas que aqui trabalharam (fig. 6). É surpreendente, mas inequívoca, a presença neste portal de um mestre oriundo de Zamora, já que as arquivoltas decoradas com um denso rendilhado, de toros e favos, encontram os modelos mais próximos numa série de igrejas ainda hoje conservadas naquela cidade leonesa e cuja cronologia é articulável com a oficina de Ferreira. Surpreende também o belo conjunto capitéis deste pórtico, cujos modelos são compostelanos, sem sombra de dúvida, mas cronologicamente demasiado arcaicos em relação à obra de Ferreira. Os protótipos originais remontam à primeira fase da construção da basílica de Santiago, ou seja, foram esculpidos cerca de um século antes das réplicas portuguesas (fig.8, à direita). Neste caso, não dá para pensar na deslocação de um artista que tenha trabalhado na charola e nas capelas da cabeceira da catedral de Compostela, mas tão só na migração de desenhos e na eventual presença, em Ferreira, do próprio artista que realizou os esquissos e analisou plasticamente tais modelos. Sobre este aspecto, tentaremos mais adiante encontrar uma explicação. Para já, importa sublinhar que a equipa que se encarregou de aplicar tão sagazmente um

tipo ornamental importado de Zamora, também não trabalhou aqui sozinha. De facto, no pórtico principal são igualmente visíveis os contributos da oficina de S. Salvador de Unhão, a começar pelo próprio enquadramento do portal, num maciço pétreo de forma pentagonal e a alternância entre colunas de secção redonda e prismática (fig. 4). Mas também se sente a sua marca do ponto de vista decorativo, como são os casos das impostas com pérolas e corações invertidos, do arco envolvente com meandros dúplices entrelaçados e, claramente, do desaparecido tímpano com um cruz vazada e laçaria, de que se salvaram apenas alguns fragmentos (fig. 5). Este portal terá ficado oculto no interior do nártex, a partir dos finais do século XIII ou princípios da centúria seguinte, altura em que foi construído o mausoléu ocidental, quem sabe se a expensas do inumado mais célebre hoje conhecido, João Martins da Granja, cujo jacente se preservou.

UMA OFICINA MULTICULTURAL, COM PROGRAMA UNITÁRIO E ESPÍRITO INOVADOR

A análise que acabamos de efectuar à igreja românica de Ferreira leva-nos, desde já, às seguintes conclusões:

- Construída de um só fôlego, até ao limite do nártex, esta obra beneficiou de invulgares condições logísticas e financeiras
- Tais circunstâncias permitiram organizar uma oficina de superior qualidade, na qual trabalharam três equipas em simultâneo, com formação distinta
- Cada equipa deveria trazer seu mestre, conhecendo-se com segurança, o nome de um deles: Soeiro Anes, de Coimbra, entretanto contratado também para trabalhar na obra da Sé do Porto
- Um segundo mestre ter-se-á especializado na portentosa escola românica de Zamora e tudo leva a crer que desempenhou um papel de destaque no projecto de Ferreira.
- É detectável ainda um terceiro mestre, de origem local, que trabalhara anteriormente em S. Salvador de Unhão e que demonstra influências da corrente irradiada a partir da oficina da Sé de Braga
- Existe ainda um conjunto de esculturas cujo modelo deriva da Galiza, mas que, por si só, não levam a crer que houvesse um quarto mestre, devendo antes encontrar-se explicação através de uma das vias anteriormente enunciadas
- As três equipas contratadas em S. Pedro de Ferreira souberam entrosar-se com grande harmonia, partilhando conhecimentos, trabalhando em conjunto nos mesmos trechos de obra, onde deixam a respectiva marca, e produzindo uma síntese original, que veio a ter reflexos posteriores na região.

É possível ir um pouco mais longe na análise desta singular oficina, sendo útil, desde logo, a leitura do seguinte quadro sistemático:

Localização	Braga/Unhão	Coimbra/Porto	Compostela	Zamora
Ábside: exterior	– Friso intermédio, com pérolas e motivos cordiformes – Plinto, com friso de rosetas de seis pontas e talhe em bisel	– Capitéis encostados à cornija – Friso de uma coluna-botaréu, com meios cír-culos secantes – Capitéis das frestas, com laçarias de palmetas – Plintos, com círculos secantes ou entrançados	– Capitéis das frestas com laçarias simplificadas	– Ordenamento geral da cabeceira – Cornija de arcos, simplificados no intradorso
Ábside: interior	– Capitel com o dragão contorcido – Presumivelmente, o capitel com jograis	– Arcos cegos do tramo recto da capela-mor – Tipologia do próprio mainel e jambas, assim como o desenho dos capitéis	– Capitéis vegetalistas do arco triunfal, com desenho estilizado	– Nichos da abside – Pilastras que separam o polígono do tramo recto da capela-mor – Abobadamento em gomos
Nave: interior		– Divisão em quatro tramos – Elevação – Friso vegetalista envolvente do arco triunfal		– Elevação – Frestas, reconstituídas a partir de elementos originais
Nave: exterior				– Cornija de arcos, simplificados no intradorso – Eventual desenho dos três portais
Portal N	– Capitéis canelados, com motivos em espinha, ou de cestaria – Impostas vegetalistas, com pequena máscara animal			
Portal S	– Arco envolvente com fiadas paralelas de óvulos – Ábacos estriados, nos capitéis – Impostas vegetalistas, com pequena máscara animal	– Alternância de colunas redondas e prismáticas		– Capitéis de acantos, com desenho proto-gótico
Portal W	– Arco envolvente, em círculos secantes, com fitas de duplo movimento – Impostas com pérolas e motivos cordiformes – Tímpano, de que restam alguns fragmentos	– Alternância de colunas redondas e prismáticas – Aduelas vegetalistas reaproveitadas no arco envolvente	– Capitéis animalistas, vegestalistas e com entrelaços	– Arquivoltas de favos e toros, vistos frontalmente, em secção

O agrupamento das intervenções por afinidade estilística, a identificação dos respectivos modelos e a sua localização em contexto de obra, levam-nos admirar a mestria e a capacidade de entrosamento evidenciadas pelas três equipas que, em simultâneo, trabalharam em S. Pedro de Ferreira. Cada grupo teria um responsável, pois está identificado o célebre mestre Soeiro, que chegou a trabalhar para o bispo D. Miguel Salomão, na Sé Velha de Coimbra. A presença dele vai ser importante em Ferreira, sobretudo na parte inicial da obra, dado o peso da sua marca na decoração da abside. Quase todos os capitéis e as arcaturas cegas do tramo recto da capela-mor são de sua responsabilidade. Como este mestre se encontrava simultaneamente na direcção da obra da catedral do Porto, é bem provável que tenha participado através de visitas temporárias a Ferreira, deixando no estaleiro e em permanência alguns homens da sua confiança. Uma análise mais atenta indica que, na fase final da obra, já nem estes se manteriam, pois a sua influência é quase nula nos portais. Mais ainda, as únicas pedras decoradas que serão da sua lavra e se detectam no arco envolvente do pórtico ocidental, parecem antes o reaproveitamento de sobras que restavam em estaleiro, algumas eventualmente do conjunto seleccionado para o arco superior da entrada da capela-mor ou, porventura, derivadas do abandono precoce da oficina, quando se iniciavam as portas laterais.

Uma construção tão harmoniosa, feita por contributos cruzados de equipas com personalidade própria, teria necessariamente de dispor de uma liderança forte. Tudo leva a crer que a direcção do projecto terá ficado a cargo do mestre de Zamora, o qual se encarrega das partes estruturais mais complexas e deixa vestígios da sua intervenção ao longo de toda a obra. O ordenamento geral da cabeceira, na parte exterior, encontra bastantes semelhanças em Santa Maria Magdalena e Santa Maria da Horta, de Zamora, se bem que aqui as frestas estejam concentradas nos três panos centrais. Tal deve-se à menor profundidade da capela-mor, ao passo que em Ferreira – devido à grande dimensão do tramo recto, decorado internamente pelas arcaturas gémeas, concebidas pelos homens do mestre Soeiro – existem panos lisos intermédios na parte circular da ábside[15]. Quanto às arquivoltas do portal oeste, elas encontram seu modelo numa copiosa série de portais toreados da cidade de Zamora, não apenas na catedral, mas também em outros templos da cidade, como Santiago del Burgo, Santa Maria de la Horta, San Tomé e San Ildefonso. Podem ser invocados paralelos mais ténues em Salamanca (San Martiño), nas Astúrias (San Esteban de Aramil e Santa Eulália de Ujo), no Charante-Maritíme francês (Rioux) ou, mesmo, na arte almóada. Porém, nenhum destes casos convence, face à densidade, à similitude formal e, como veremos adiante, ao contexto das relações existentes

[15] Pode constituir ainda uma marca indirecta da sua presença nesta região, o abobadamento nervado da capela-mor de Fontarcada, em tudo semelhante ao da abside de La Magdalena de Zamora.

à época, entre Zamora e o vale do Sousa. Isto não quer dizer que, em S. Pedro de Ferreira, não haja evolução em alguns detalhes, devido ao experimentalismo da oficina e ao convívio com outros horizontes artísticos. É o caso das cornijas de arcos, que, apesar de plasticamente mais próximas das de Zamora, em Ferreira não possuem o interior em quarto de esfera, tal como vemos no baixo Leon. Os contactos com a Galiza e, eventualmente, com o mestre de Coimbra (lembremos a cornija do pórtico da Sé Velha), poderão ter sugerido uma evolução para o intradorso cilíndrico. Relativamente aos portais conhecidos de Zamora, é de sublinhar que o de Ferreira se revela mais virtuoso, do ponto de vista estético. Correspondendo, decerto, a uma fase amadurecida deste mestre, as arquivoltas apresentam uma sábia gradação na sequência dos toreados, dos gravados e das perfurações, que conferem a este portal uma animação e harmonia inultrapassáveis.

Inicialmente, chegamos a pensar que seria possível atribuir, a esse mesmo mestre, a recolha dos desenhos compostelanos transferidos para os capitéis do arco triunfal e do portal oeste. No entanto, o intermediário pode ter sido outro. Nos capitéis do pórtico de Ferreira impressiona o seu quase mimetismo relativamente aos da cabeceira da catedral de Santiago, tal é a diferença cronológica existente entre as duas obras (fig. 8). Por seu turno, as esculturas do arco triunfal derivam de um tipo diferente de capitel, inicialmente de folhagens altas e carnudas, que constituem uma evolução peculiar do acanto coríntio. Este tipo decorativo desenvolveu-se a partir de San Isidoro de Leon e Santiago de Compostela, expandindo-se depois até ao vale inferior rio Minho. Na sua forma original, ainda desce até S. Cristóvão de Rio Mau, no vale do Ave, mas é um caso isolado de migração de um artista galego. A explicação para a sua presença estilizada, em Ferreira, deverá ser também outra. Ao que julgamos, o desenho faria parte do álbum de um dos mestres. Apesar de terem chegado a Coimbra motivos de inspiração compostelana, por força até dos interesses patrimoniais que os bispos galegos possuíam na igreja de Santiago, parece ser de descartar a mão do já referido mestre da Sé Velha, Soeiro Anes. Tanto em Coimbra, como no Porto, não existem quaisquer desenhos como os que aparecem no portal de Ferreira. Além disso, como vimos, os escultores originários de Coimbra já se deveriam ter desligado da obra quando o portal oeste se encontrava em construção. Mesmo nos pórticos laterais, já não aparecem indícios da sua colaboração. É também improvável que a paternidade da importação do desenho dos capitéis se tenha ficado a dever ao mestre de Zamora. Este seria presumivelmente o primeiro responsável pela condução da obra, mas a sua acção é mais vincada do ponto de vista arquitectónico. Além disso, no modo como aborda plasticamente as arquivoltas, em cada um dos portais, ele revela um total desinteresse pelo figurativo e afasta-se de qualquer decoração geométrica que não partisse das volumetrias e do desenho arquitectónico. Somos mesmo levado a pensar que a contratação das duas outras

equipas se tenha ficado a dever, em parte, à necessidade de escultores especialistas, devido ao facto do mestre e canteiros de Zamora estarem mais vocacionados para a obra arquitectónica.

Se é certo que, no portal oeste, existem as evidências mais explícitas de uma importação além-fronteiras – e não sendo, por isso, de estranhar que a propriedade dos cartões com o desenho dos capitéis até pudesse ser atribuida ao mestre estrangeiro – há outros motivos para pensar que a transmissão dos respectivos modelos seja devida ao mestre ligado a Braga-Unhão. Em primeiro lugar, as peças decorativas são lavradas por um escultor especial, com tendências plásticas bem distintas da escultura galega, pois o artista de Ferreira adopta formas delicadas e de relevo suave. Isso é particularmente notório na reinterpretação do "coríntio" compostelano, que adopta nos capitéis do arco triunfal. Estes, por sua vez, constituem o primeiro indicador de que as mãos, que os trabalharam, sejam antes de um artista com afinidades à região bracarense. Eles vão ser repetidos noutra igreja da Terra de Aguiar, em S. Vicente de Sousa (igualmente no arco triunfal, cujos capitéis subsistem, apesar de desmontados na época moderna). Contudo, é no distrito de Braga que reaparecerão em maior número, precisamente à entrada das capelas-mores de Fervença, Valdreu e Ermelo. Por outro lado, na demais escultura bracarense – e sua derivada duriense – identificam-se diversos temas comuns ao portal de Ferreira, como as aves de pescoço entrelaçado e os leões empinados, que voltam a aparecer em epifenómenos tardios daquela corrente artística, como o portal oeste de Travanca. Ora, o mestre de Unhão colaborou seguramente na obra do pórtico ocidental de Ferreira, como o demonstram as impostas corridas com os característicos corações invertidos. Além disso, parece ter sua marca o corpo avançado em que se insere o portal (fig. 4). Mas a prova decisiva da sua ligação ao desenho dos capitéis, encontra-se nas portas laterais, onde parece não haver dúvida da sua marca. Os capitéis da entrada setentrional, nomeadamente, inspiram-se num tipo peculiar da catedral de Compostela, com folhagens estreitas em espinha, que é identificável na mesma zona do edifício onde se encontram os modelos das esculturas do pórtico ocidental[16]. A versão portuguesa deste tipo de capitel ressurge em S. Salvador de Pombeiro, embora mais amadurecida do ponto de vista

[16] GOMEZ (1934), lám. CLXIV, 1º capitel à esquerda. Os modelos para os capitéis do portal oeste, que reproduzimos na fig. 8, encontram-se nesta mesma lâmina e nas CLX e CLXII. Uma marca suplementar deste artista e seu variado reportório, encontra-se num dos plintos de coluna, do interior, decorado com uma insólita laçaria ziguezagueante, que apenas vemos repetida uma vez em Portugal, na fresta do mausoléu dos Ribadouro, em Santa Maria de Cárquere. Esta é uma obra derivada da corrente decorativa bracarense, como o demonstra o arco com cabeças de lobo. Além do mais, as aves que se vêem nos capitéis da fresta retomam desenhos indirectamente inspirados no bestiário de Compostela. Sobre o friso geométrico, cfr. REAL (1986), fig. 12.

formal. Essa circunstância, assim como a coincidência do também referido corpo pentagonal se repetir, quase exclusivamente, no vizinho concelho de Felgueiras (S. Salvador de Unhão, S. Vicente de Sousa e Santa Maria de Airães), revelam que a área de influência do mestre-arquitecto de Unhão se centraria particularmente no alto vale do Sousa. E apesar de ser o único contratado na própria região, não parecer tratar-se de um mestre de segunda ordem. Assim o comprova a solução arquitectónica do portal, que anticipa, de alguma maneira, os portais góticos com corpo avançado e gabelete. Assim o confirma, também, o facto de dispor de um álbum de desenhos recolhidos – presumivelmente pelo próprio – na cabeceira da catedral de Compostela.

A epígrafe de 1165, redigida quando foi sagrada a igreja de S. Salvador de Unhão, refere que a dedicação do templo se deu estando presente o arcebispo de Braga, D. João Peculiar, e coincidiu "in judicio magister Sisaldis". À primeira vista, a expressão "in judicio" poderia levar a crer que se trataria de um oficial administrativo, com funções na terra ou julgado de Aguiar de Sousa. Contudo, ao estudar a epígrafe de Unhão, Mário Barroca assinala que "o lapicida que gravou a inscrição foi pedreiro na obra do templo românico, como se pode verificar pela inconfundível maneira como representou os SS da epígrafe, exactamente iguais a uma das siglas que aparece gravada nos silhares do monumento"[17]. A legenda foi aberta num bloco granítico de dimensões insólitas, que, como também refere aquele autor, terá sido previsto para o efeito e a inscrição gravada "já depois de a parede estar erguida". O facto da dedicação solene do templo ter ocorrido em 1165, não significa que a obra estivesse inteiramente concluída, o que diminuirá potencialmente a distância cronológica entre os portais de Unhão e Ferreira[18]. Por outro lado, há quem pense que Sisaldes possa ser realmente o mestre de Unhão, atendendo à "existência de uma série de siglas com um S de grande dimensão"[19] e ao facto destas marcas de canteiro parecerem da mesma mão do autor da epígrafe em que figura o nome de "magister Sisaldis". É uma hipótese muito sugestiva e que não descartamos de todo, mas até ao momento ainda não encontramos qualquer paralelo, em que a expressão "in judicio" possa significar a responsabilidade ou direcção de uma obra.

[17] BARROCA (2000), v. 2, t. 1, p. 312.

[18] C. A. Ferreira de Almeida foi de opinião que estes portais são da primeira metade do século XIII, na linha do seu pensamento sobre o carácter excessivamente tardio do românico português. Cfr. ALMEIDA (1978), v. II, p. 277 e ALMEIDA (1988), p. 93). Por tudo que o expusemos ao longo do texto, não parece haver dúvida de que a igreja de Ferreira, deveras construída com uma grande celeridade, remonta aos anos 80 do século XII.

[19] VALSOUSA (2008), p. 336.

OS CONSTRUTORES E SEUS PATRONOS

É por demais evidente que, em S. Pedro de Ferreira, estamos perante uma parceria artística invulgar, tão explícita ela se revela a partir da observação analítica do monumento. Mas poder-se-á ir ainda um pouco mais além, no que respeita à composição do estaleiro da obra e às razões que determinaram o contrato dos três mestres.

A primeira conclusão a extrair, ao observarmos as marcas de canteiro (fig. 10), é que elas confirmam a existência de três equipas. Há quatro siglas de que não encontramos paralelo, na altura em que procedemos ao seu confronto em igrejas relacionadas com cada grupo em presença. Mas nada contraria que possam enquadrar-se dentro de qualquer das equipas. Outra conclusão importante é a de que trabalharam nesta obra, em simultâneo, cerca de uma vintena de artífices. A equipa mais reduzida terá sido a que veio de Unhão, com presumivelmente três elementos. Além dos SS, existem duas outras siglas a eles atribuíveis, se bem que sejam de um tipo relativamente frequente e que se repete, uma ou outra vez, nas demais escolas de artífices em estudo. A duas outras equipas eram compostas por oito a dez canteiros. Como na Sé do Porto desapareceram quase todas as siglas, devido à erosão das superfícies expostas ao ar livre e às picagens interiores durante a época moderna, recorremos à Sé Velha e a S. Vicente de Sousa, onde podem ser encontradas pistas para a presença do mestre Soeiro Anes. Meramente como hipótese, pensamos que a sigla do mestre possa ser o J de duplo traço (isto é, a mais cuidada de todas), a significar "Johanes". Mas também existe o S, que poderia aplicar-se a "Suerius"…Quanto às siglas que identificamos em Zamora e são comuns a Ferreira, existem algumas inconfundíveis, o que leva a pensar que o mestre estrangeiro foi contratado juntamente com um grupo relativamente expressivo de companheiros. Todavia, não deviam ultrapassar, em número, a equipa de mestre Soeiro.

Resta encontrar a explicação para a contratação de gente de origem tão diversificada. Quanto ao reduzido grupo que já antes trabalhava no vale do Sousa, podia entretanto ter terminado a obra de Unhão, não sendo difícil de admitir que os seus artistas andassem à procura de novos contratos e, além disso, que estes tivessem surgido por iniciativa do próprio prior da colegiada, no momento da constituição do estaleiro de Ferreira.

O facto desta igreja estar vinculada ao cabido da Sé do Porto, também torna compreensível a contratação de mestre Soeiro e sua equipa, presumivelmente chegados à obra da catedral portuense nos finais da década de 70. A crise da oficina coimbrã, após a morte do grande mecenas, o bispo D. Miguel Salomão, obrigou à diáspora dos artífices que trabalhavam na Sé Velha. Alguns deles terão chegado ao Porto, levados por um compreensível prestígio, resultante da emblemática oficina

em que haviam laborado. Podem seguir-se as suas pisadas em diversos estaleiros da cidade e arredores. O de Ferreira será, porventura, o caso mais relevante e isso ficou a dever-se, com toda a probabilidade, à interferência dos cónegos da Sé do Porto.

A contratação mais insólita, à primeira vista, foi a do mestre de Zamora. Todavia, a vinda de artistas originários do baixo-Leon pode encontrar justificação plausível na interferência dos patronos laicos de S. Pedro de Ferreira. Se é certo que podem admitir-se contactos esporádicos do clero portuense com esta região – aliás, documentados na baixa Idade Média – são conhecidos laços profundos entre a nobreza local e a corte de Leon, que estadiava frequentes vezes em Zamora. Nos arredores da colegiada de Ferreira, a linhagem da Maia possuía duas terras honradas. Além da Honra de Rebordosa, que pertenceu a Soeiro Mendes da Maia, o "Bom", um dos netos deste último, Pedro Pais, sucedeu na vizinha Honra de Frazão. Entre 1147 e 1169 desempenhou o importante cargo de alferes de D. Afonso Henriques. Mas, depois do desastre de Badajoz, teve uma cisão com o monarca português e foi-se apresentar junto de Fernando II de Leon, que o nomeou para seu serviço entre 1171-1186, com idêntica dignidade. É muito provável que tenha sido ele o responsável pela vinda do mestre estrangeiro, não apenas porque os da Maia eram patronos de Ferreira, mas também pela inteira compatibilidade cronológica entre o início da obra da igreja e a estadia de Pedro Pais "Alferes" junto da corte leonesa. Não é ainda de descartar uma outra possibilidade, dado que Vasco Fernandes, senhor da Honra de Soverosa (hoje Sobrosa), também foi parar a Zamora. A sua estadia nesta cidade terá decorrido aproximadamente entre 1186-1194, mas é de admitir que os contactos possam ter surgido antes. Membro de nobreza recente, derivada dos Sousa, foi-se oferecer igualmente ao rei de Leon (devido a possíveis desinteligências com sua linhagem matricial), e aparece a seguir como "tenens" de Zamora. A igreja de Sª Eulália de Sobrosa pertenceu-lhe e era sufragânea da colegiada de Ferreira. Seja como for, comprova-se a insistência de contactos entre membros da nobreza local e o reino de Leon, os quais vão continuar na centúria seguinte, por exemplo, através de Rodrigo Forjaz de Leão ou Garcia Mendes de Eixo. Este último, era neto de Pedro Pais "Alferes", tendo-se dedicado à poesia durante o exílio, onde deixou uma composição em que recorda com nostalgia o vale do Sousa[20].

Ora é esta nostalgia que explicará o empenhamento dos patronos do mosteiro-colegiada de Ferreira, os quais terão encaminhado para a terra de Aguiar de Sousa uma equipa de prestígio e de composição alargada. Aliás, a mobilização de um grupo estrangeiro, numericamente tão expressivo, pode significar que não havia então concorrência local e que o estaleiro estava ainda a formar-se. O mestre de Zamora chega

[20] Sobre estas ligações da nobreza local ao baixo Leon, e a Zamora em particular, vejam-se os contributos de José Mattoso e seus discípulos, nos diversos trabalhos que citamos em REAL (1986), p. 282.

a Ferreira, como vimos, com a possível incumbência de dirigir o projecto e revela-se, depois, como o responsável pelos trechos arquitectónicos mais complexos. O reforço do estaleiro com artistas locais demonstra que havia meios financeiros complementares e vontade de que a obra decorresse com a celeridade possível, o que veio a confirmar-se. A sua integração na oficina de Ferreira foi acertada com equilíbrio, mas só poderia vir a ter sucesso se houvesse abertura e uma liderança forte por parte do primeiro mestre, o que parece confirmar-se através da análise detalhada do processo construtivo.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*, 2 vols., Dissertação de Doutoramento. Porto, ed. policopiada, 1978.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico*, vol. 3 de "História da Arte em Portugal", Lisboa, Alfa, 1988.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422),* 3 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

Censual do Cabido da Sé do Porto. Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1924.

CORREIA, Francisco Carvalho, *O Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588*, 2 vols., Santiago de Compostela, Faculdade de Geografia, História e Arte-Departamento de História Medieval e Moderna, 2008.

DGEMN, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – *Igreja de S. Pedro de Ferreira.* Boletim da DGEMN, nº 7, Lisboa, Março de 1937.

GÓMEZ-MORENO, Miguel, *El arte románico español*. Madrid, Junta Para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas, 1934.

MATTOSO, José, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII.* Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1982.

MATTOSO, José; KRUS, Luís; BETTENCOURT, Olga, As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza. O julgado de Aguiar de Sousa. *"Revista de História Económica e Social"*, 9, Lisboa, Jan.-Jun. 1982, p.39-41.

MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrária*. Sep. de "Paços de Ferreira – Estudos monográficos", vol. 1, Paços de Ferreira, Câmara Municipal, 1986, p. 171-243.

PINTO, Marcelo Mendes, *Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro. Arqueologia*. Felgueiras, Câmara Municipal de F., 2011.

REAL, Manuel Luís, *A Igreja de S. Pedro de Ferreira. Um invulgar exemplo de convergência estilística*. Sep. de "Paços de Ferreira – Estudos monográficos", vol. 1, Paços de Ferreira, Câmara Municipal, 1986, p. 245-294.

REAL, Manuel Luís; SÁ, Pedro, *O mosteiro de Roriz na arte românica do Douro Litoral.* Santo Tirso, 1982 (Sep. Actas do Colóquio de História Local e Regional, Santo Tirso, 1979).

VALSOUSA, Rota do Românico do Vale do Sousa, O *Românico do Vale do Sousa*. S. l., Edições Livro Branco, 2008.

Vimaranis Monumenta Histórica a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum, Parte I e II, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1929-1931

WHITHILL, Walter Muir, *Spanish Romanesque Arquitecture*. Oxford, O. University Press, 1941.

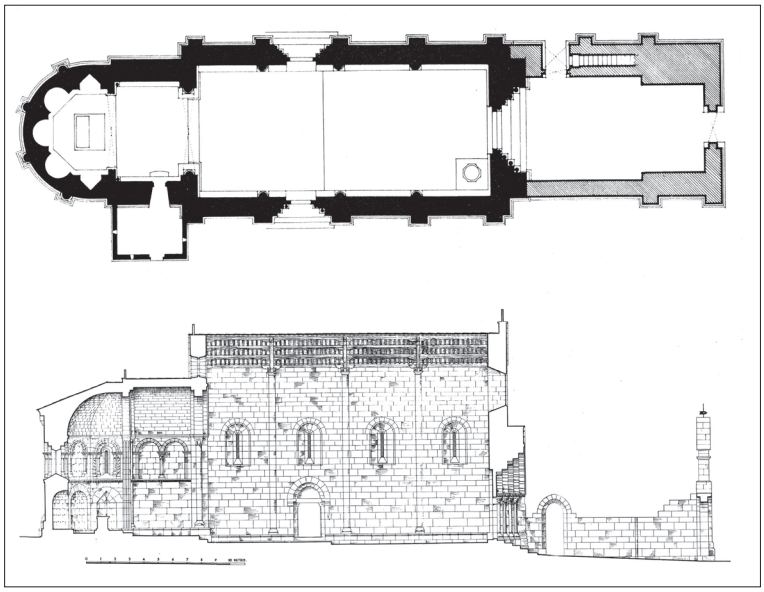


Fig. 1.
Planta e corte longitudinal da igreja românica de S. Pedro de Ferreira (*segundo Bol. DGEMN*)

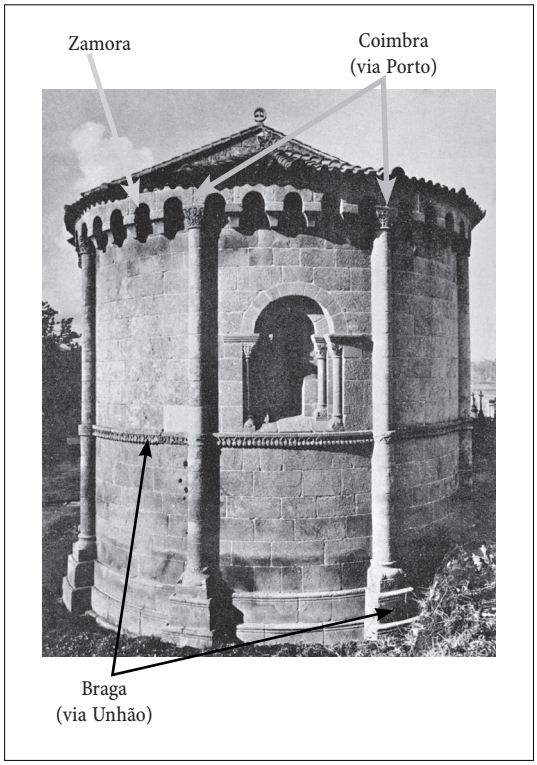


Fig. 2.
Vista exterior da abside, com indicação de locais onde se indentificam contributos das três equipas que, em simultâneo, trabalharam na obra (*adaptado do Bol. DGEMN*)

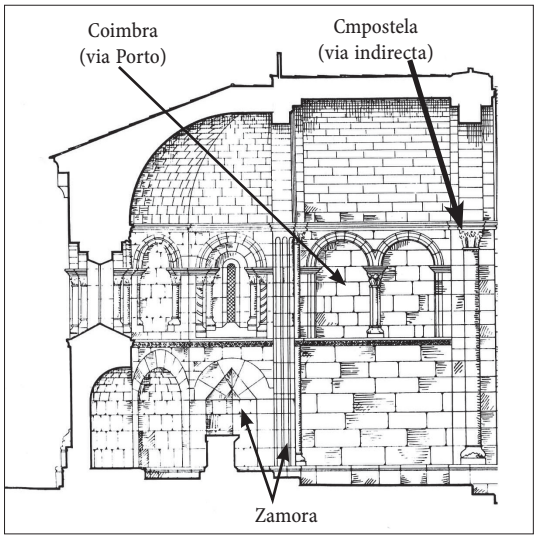


Fig. 3.
Interior da capela-mor, com indicação de locais que confirmam a partilha de várias mestres, na execução do projecto construtivo de Ferreira (*adaptado do Bol. DGEMN*)

Fig. 4.
Portal oeste de S. Salvador de Unhão, com seu corpo avançado de forma pentagonal

Fig. 5.
Comparação entre o modelo gráfico do tímpano de Unhão (*des. de Marques de Abreu*) e sua réplica em Ferreira, reconstituída a partir dos fragmentos que hoje restam

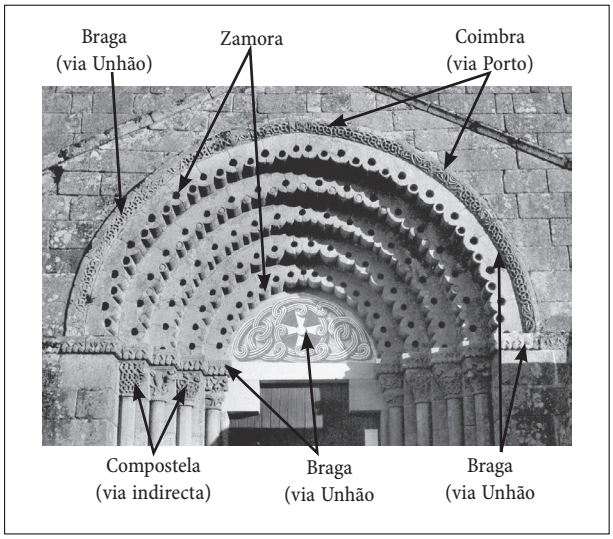


Fig. 6.
Pórtico ocidental de S. Pedro de Ferreira, com indicação de alguns locais que integram modelos de distintas origens. Acrescentou-se o tímpano sobre a pedra lisa existente actualmente.

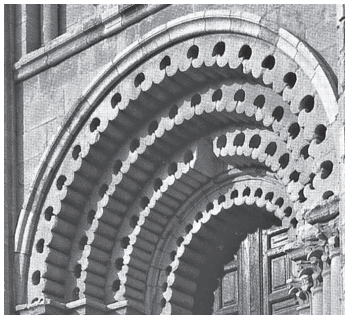


Fig. 7.
Arquivoltas do pórtico da catedral de Zamora, cujo original plasticismo se repete em outros templos da cidade

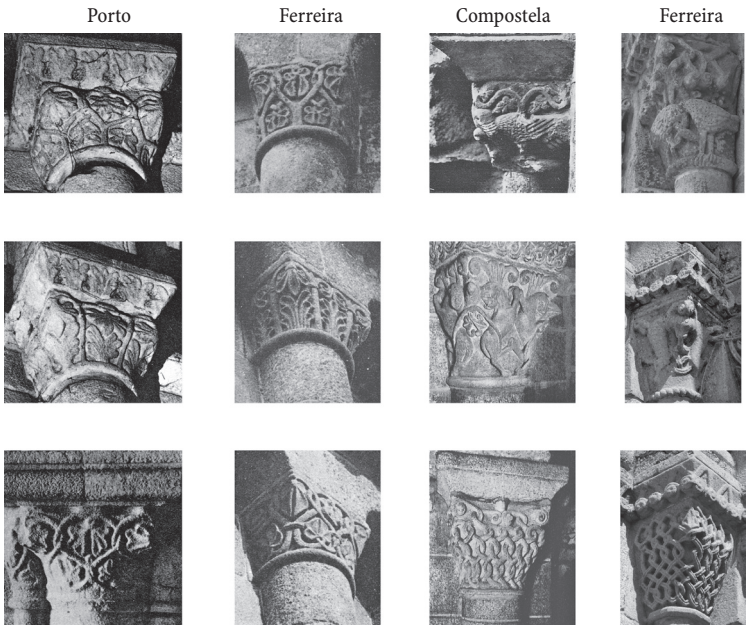


Fig. 8.
Réplicas, em S. Pedro de Ferreira, de modelos importados directamente da cidade do Porto (Cedofeita e Sé) e de Compostela (deambulatório): *fotos de Gomez Moreno (Compostela) e Marques Abreu (Sé do Porto)*

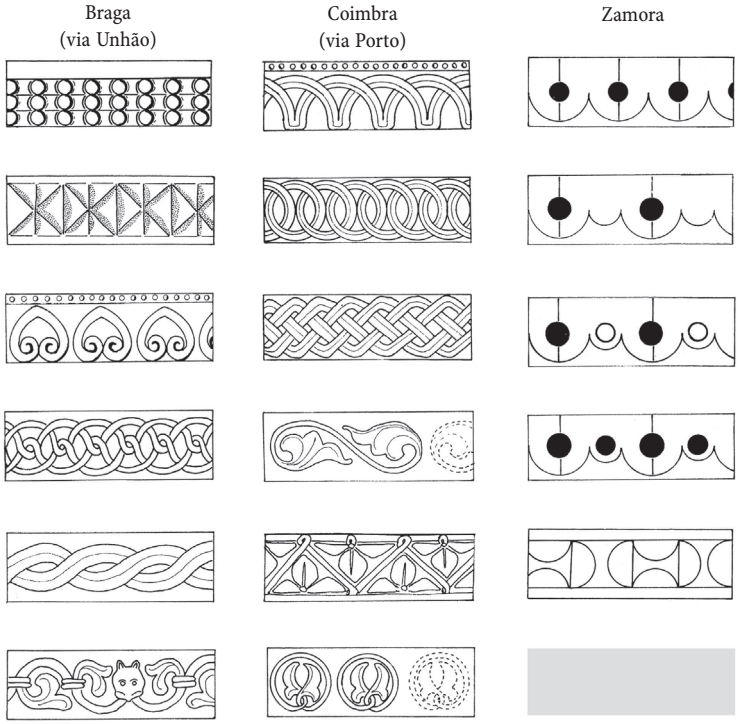


Fig. 9. Alguns elementos decorativos da igreja de Ferreira, alinhados segundo a respectiva matriz de origem

Fig. 10. Marcas de canteiro da igreja de Ferreira, distribuídas de acordo com os paralelos identificados em cada escola de artífices

RESUMO: O estudo da igreja românica de S. Pedro de Ferreira, uma colegiada fundada por cónegos da Sé do Porto, revela a existência de uma oficina constituída por três grupos de artífices oriundos de regiões distintas e com uma identidade cultural muito pronunciada. Aceitam trabalhar em conjunto e produzem uma obra dotada de grande unidade, embora deixando marcas identitárias que se cruzam ao longo de todo o processo construtivo. Além de um mestre local, trabalham neste templo mais duas corporações de pedreiros, que acompanharam mestres provenientes de outros importantes centros construtores ligados, respectivamente, a Coimbra e Zamora. A contratação destes três grupos tem uma explicação plausível, não só pela existência de uma invulgar disponibilidade de recursos financeiros por parte dos cónegos de Ferreira, mas também pelo percurso político e cultural da nobreza da região e da igreja portuense.

Palavras-chave: Românico, Igreja de S. Pedro de Ferreira, Estaleiro, Grupos de artífices, Centros construtores.

RÉSUMÉ: L´ étude de l´ église romane de S. Pedro de Ferreira, établie par des chanoines provenant du Siège de Porto, nous montre l´existence d´un chantier formé par des groupes d´ouvriers originaires de pays distinctes et avec une identité culturelle très accusée. Ceux-ci ont accepté de travailler ensemble, en produisant une oeuvre avec grande unité, mais qui laisse des emprunts identitaires de chaque group tout le long du processus constructif. Outre des artistes locaux, ont travaillé dans le temple deux autres corporations d´artisans conduits, respectivement, par des maîtres provenant de Coimbra et de Zamora. Le contrat de ces trois groupes de maçons aura une explication plausible, non seulement par l´existence d´une très rare disponibilité de ressources financières du coté des chanoines de Ferreira, mais aussi par le parcours politique et culturel de la noblesse de la région, aussi bien que de l´Église de Porto.

Mots-clés: Romanique, Église de S. Pedro de Ferreira, Chantier, Groupes d`ouvriers, Centres constructeurs.

LES BÂTISSEURS DU CHANTIER GOTHIQUE DU MONASTÈRE DE BATAILLE (PORTUGAL): XIV-XVIE SIÈCLES

SAUL ANTÓNIO GOMES*

Le Monastère de *Santa Maria da Vitória* ou de Bataille, comme il est plus populairement connu, est un *locus* qui se revêt d'une importance majeure dans l'histoire et dans le patrimoine historique du Portugal. Un lieu de mémoire, en premier lieu, une fois qu'il a été construit pour mémoire de la terrible victoire que les portugais, aidés par les troupes anglaises, ont remporté sur l'armée castillane, soutenue par de nombreux chevaliers français, l'après-midi du 14 août 1385.

Cette victoire a garanti l'intronisation d'un nouveau roi au Portugal, D. João Ier, acclamé solennellement en tant que tel dans les Cortès de Coimbra, au mois de mars de cette même année 1385, créant une nouvelle dynastie, celle d'Avis, en même temps qu'elle a créé les conditions pour que le royaume portugais commence son processus des réputées Découvertes atlantiques[1].

* Universidade de Coimbra.

[1] La liste d'ouvrages relatifs à l'histoire du Monastère de Bataille soit pour la composante artistique, surtout celle-ci, soit pour le volet historique plus global, est longue. Permettez-moi, ne serait-ce que pour le thème dominant de cette intervention, de renvoyer le lecteur, entre autres, où il trouvera le recensement de beaucoup de bibliographie, à mes ouvrages *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, Coimbra, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990; *Vésperas Batalhinas. Estudos de História e Arte*, Leiria, Edições Magno, 2ª ed., 1999; *O Livro do Compromisso da Confraria e Hospital de Santa Maria da Vitória da Batalha (1427-1544)*, Leiria, Edições Magno, 2002; *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII)*, 4 vols., Lisboa, IPPAR, 2000-2002; *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas. 3. Batalha*, Viseu, Palimage et Centre d'Histoire de la Société et de Culture de l'Université de Coimbra, 2005; S. A. Gomes, *A Batalha Real. 14 de Agosto de 1385*, Lisboa, Fundação Batalha de Aljubarrota, 2007

Parler du Monastère de Bataille signifie, pour cette raison, rentrer dans la discussion des représentations tardo-médiévales de l'identité de la patrie. Ce monastère a commencé par être confié à l'Ordre des Frères Prêcheurs. D. João Ier a hésité à faire cette donation. Ses doutes ont, toutefois, été dominés de façon convaincante par l'argutie argumentative et la capacité de conviction du Dr. João das Regras. C'est à lui que l'on doit, surtout à lui qui a souhaité être inhumé entre les dominicains suiveurs de Benfica, j'en suis convaincu, la remise du nouveau cloître de cet Ordre, tout comme c'est encore à João das Regras que nous devrons attribuer les responsabilités décisives dans la consolidation de cette deuxième dynastie portugaise[2].

D. João I souhaitait, moyennant la construction de Bataille, un projet artistique monumental hors-pair dans toute l'Hispanie. Pour ce faire, écrit le chroniqueur Cristóvão Acenheiro, le monarque a fait, nous citons: "notifier dans toutes les régions d'Espagne qu'il avait un ouvrage à édifier en pierre, et que tous les Maîtres qui viendraient auraient du travail pour sept ans, et qu'il leur paierait leur voyage d'aller et retour à partir de l'endroit d'où ils venaient: et après cette notification ont accouru beaucoup de Maîtres de la pierre de taille, et de grands officiers, et ils ont fait selon ce qu'il leur a été dit."[3]

Il faut reconnaître que, sur une échelle de comparaison ibérique, le Monastère de Bataille représentera l'une des grandes entreprises gothiques de la péninsule, en même temps qu'il jouera un rôle de lieu politique et symbolique propice aux majestueux rituels solennels rentrayant l'unité dynastique lusitane, une vocation commune à d'autres monastères et cathédrales des royaumes d'Hispanie avec lesquels le Portugal rivalisait ou maintenait un dialogue diplomatique.

Cependant, il faut souligner que nous ne sommes pas seulement face à une échelle ibérique, attendu que *Santa Maria da Vitória* atteint une dimension européenne d'excellence qui nous rappelle sa communion intime dans le cadre de la civilisation médiévale des bâtisseurs du gothique. Marcel Dieulafoy avait raison lorsque, dans son ouvrage intitulé *Art in Spain and Portugal*, publiée à New York, en 1913, il attirait l'attention du lecteur sur le fait que Bataille était, nous citons, "as large as the cathedrals of Paris, Toledo and Cologne, and almost equal in dimensions to the cathedrals of York and Milan"[4].

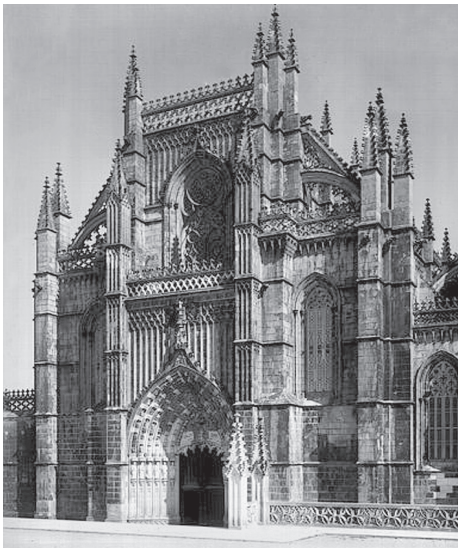
---

[2] Voir ce que D. João Ier rappelle, à propos de l"intervention décisive de João das Regras, sur cette matière, dans son testament de 1426, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro* , Vol. I, Doc. 52, pp. 134-140.

[3] Cristóvão Acenheiro, *Chronyca dos reis de Portugal: D. João I*, Lisboa, 1535. (Consulté à partir de l'édition d'*Inéditos de Historia Portugueza*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo V, 1824, pp. 236-237).

[4] Marcel Dieulafoy, *Art in Spains and Portugal,* New York, Charles Scribne's Sons, 1913, p. 307.

Bataille est, aussi bien pour le gothique portugais, que sur le plan de sa signification patrimoniale historique globale, un cas très spécifique de l'architecture commémorative et de prestige[5]. Il faut mentionner ici, malgré le peu de temps qu'il m'est donné pour cette intervention, que c'est après la conquête de Ceuta, en 1415, probablement non par hasard, que Santa Maria da Vitória a été élevée à de nouvelles et encore plus solennelles fonctions: celles du panthéon royal, des fonctions qui se sont essentiellement centralisées sur la Chapelle Royale ou du Fondateur[6].


Portail occidental du monastère.

Nous connaissons d'une façon raisonnablement satisfaisante le processus organisationnel sur lequel s'est structurée la construction de ce complexe monastique. Le plan monastique primitif, composé par l'église, la sacristie, le cloître, la salle capitulaire, le dortoir, les lavabos, la cuisine et le réfectoire, auquel s'ajoutaient, les murs mitoyens ou à proximité, des lieux aménagés, des celliers, des greniers et des engins de minoterie, comptait sur la préexistence, à cet endroit, côté Levant, d'une structure construite, très probablement la demeure seigneuriale ou une partie du Domaine de Egas Coelho, acquis par le roi afin de justement y édifier le monastère, qui sera transformée ou adaptée en église, étant connue sous le nom de Santa Maria-a-Velha. Dans cette église, pendant de nombreuses années, les frères dominicains ont célébré leurs chapitres, outre les offices et autre liturgie, y ayant enseveli plusieurs laïcs demeurant dans le voisinage. L'un de ces défunts, en 1438, était justement le réputé Maître Huguet.

Outre le complexe monastique *stricto sensu*, nous savons que le Monastère a également disposé d'une enceinte, certainement héritée des bornes et limites de de

[5] Permettez-moi renvoyer, sur cette question des plans des églises dominicaines médiévales au Portugal, ainsi que des franciscaines, à ce que nous avons écrit dans nos études "A igreja de S. Domingos de Coimbra em 1521", *in Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal*, Vol. XXXIX, Coimbra, 2006 [2007], pp. 377-396 et "O Mosteiro de S. Francisco de Coimbra nos alvores de Quinhentos", *in Arquivo Coimbrão*, Vol. XL (2008), Coimbra, pp. 385-444. Et, pour l'exercice de comparaison avec l'Abbaye d' Alcobaça, au XVe siècle, ce que nous avons présenté dans "Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos", *in Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas* (Coordination de Iria Gonçalves), Lisboa, Centre d'Etudes Historiques – Universidade Nova de Lisboa, 2007 [2008], pp. 19-56.

[6] Jean-Marie Guillouet, *Le portail du monastère de Batalha et l'art européenne de son temps*, Paris, 2008. (sous presse).

la propriété ou domaine de Egas Coelho, que nous pouvons estimer à une surface de près de 14 hectares, borne qui serait, plus tard rectifiée; on parlera ainsi de la vieille enceinte et de la nouvelle enceinte autour de 1514-1519, et, encore plus tard, vers les années 1530, ayant été élargies à certains points et leurs murs modifiés.

Au plan monastique primitif s'est ajouté, en 1438, l'édifice des fameuses *Capelas Imperfeitas* (Chapelles Imparfaites) et, peu après, un deuxième cloître, connu comme cloître Alfonsin, qui se trouvait encore en construction à la fin de ce même siècle. Aux alentours de 1486, obéissant à la volonté de son père, D. João II pourvoyait à la résolution du problème de l'adduction d'eau potable au lavabo du premier cloître, à la conclusion de l'arc du "parloir", face à la première maison, à l'exécution du carrelage des balcons et au dallage des sols et des portails, à l'exécution des corrections sur les rampes d'escalier et les lucarnes, à l'élévation de la tour de l'horloge au-dessus de la porte principale[7].

Peu après, et sous la direction de Maître Mateus Fernandes I on reformulait le portail des Chapelles Imparfaites, en même temps que l'on essayait de relier le frontispice de l'église à ce nouveau corps, ce qui s'est conclu en 1509. Mais les travaux se poursuivront, encore pendant les années de la période 1510-1540, avec l'élévation d'un troisième et nouveau cloître, avec certains endroits aménagés en annexe, ainsi que de nouvelles interventions dans le vestibule de liaison de l'église aux Chapelles Imparfaites, avec le remplissage des bannières des arcades du cloître royal, la mis en place de nouveaux vitraux et de restaurations de l'enceinte.

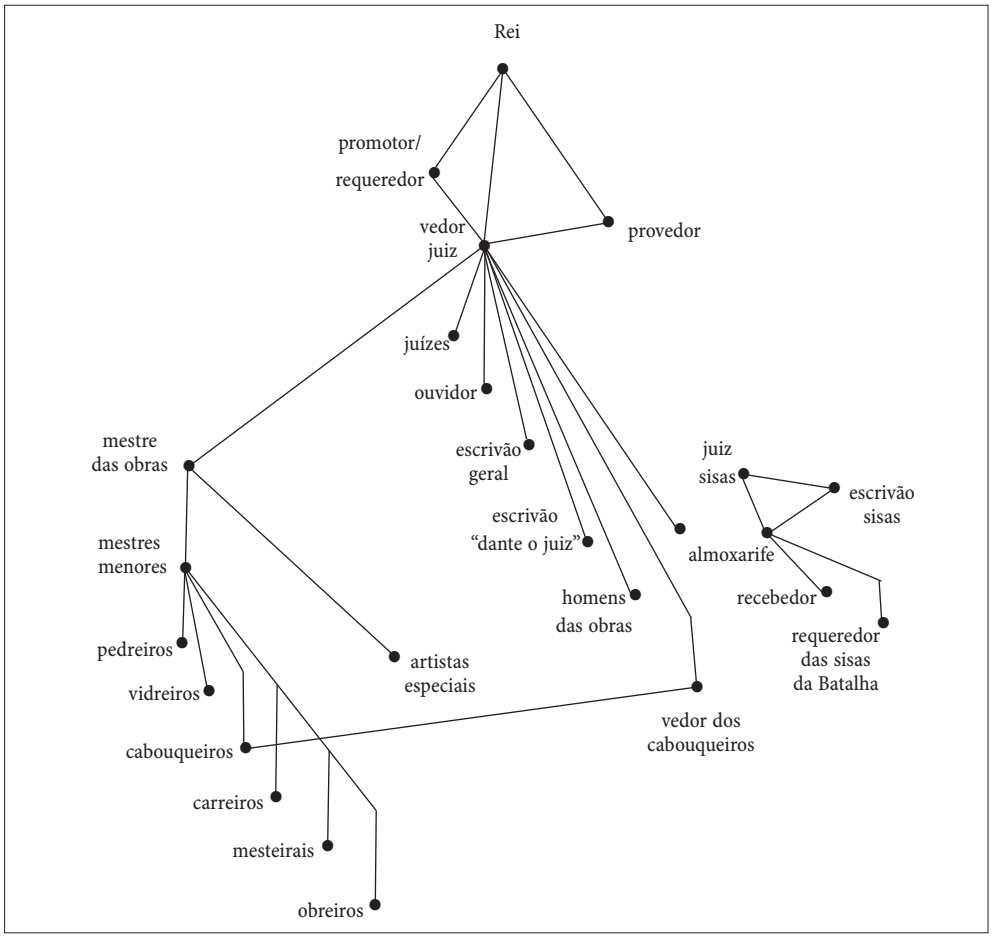
L'approche systématique à laquelle j'ai moi-même pu procéder, il y a quelques années, de l'information historique et documentaire disponible à propos du monastère, a montré pour la première fois, de façon claire et évidente, la structure organique complexe du chantier gothique qui a donné expression à ce monument.

L'organigramme, que nous avons pu établir, démontre parfaitement que le cas de Bataille a assume une complexité et une logistique de l'organisation très semblables aux réalités qui ont été vérifiées parmi les grands chantiers architectoniques européens des temps médiévaux[8].

---

[7] *Fontes Históricas e Artísticas* , Vol. 2, Doc. 238. [Edité par nous avec une date critique de 1456, mais qu'un nouvel examen diplomatique de cet acte nous oblige à avancer à 1486].

[8] Voir pour élucidation de cette matière, P. du Colombier, *Les chantiers des cathédrales*, Paris, 2ª ed., 1973; Jean Gimpel, *Les Bâtisseurs de cathédrales*, Paris, 1980, et les diverses études réunies dans Chantiers Médiévaux (Dir. Roberto Casanelli), Paris, Desclée de Brouwer, 1996. Dans l' "Introduction", signée par Roberto Casanelli (pp. 7-10), comme dans l'étude de synthèse de Dieter Kimpel, intitulée "Structures et évolution des chantiers médiévaux" (pp. 11-52), on trouve une bibliographie abondante. Au Portugal, il sera utile de consulter le précieux petit livre de Jean Gimpel, *A Revolução Industrial da Idade Média*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1976, notamment les pages 115-143, outre ce que j'ai moi-même laissé écrit dans mon livre *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, cit., pp. 11-146 et dans les articles, sur les artisans de ces travaux recueillis dans *Vésperas Batalhinas. Estudos de História e Arte*, Leiria, Edições



Organigramme du chantier du monastère de Batalha.

L'édification du Monastère de Bataille, comme nous pouvons l'observer à travers l'organigramme de ses œuvres, a suivi une logique de processus de décision et d'organisation du chantier des artisans que nous pouvons classifier de duale ou bipolaire. Au niveau du processus décisionnel, il advenait de la volonté royale, doublée d'un promoteur ou d'un requérant (initialement le Dr. João das Regras) et par un médiateur (toujours un moine dominicain), canalisée par un administrateur tout-puissant ou intendant des travaux qui supervisait toute la burocratie de contrôle

Magno, 1997. Pour un contexte historique sur le travail "mécanique" au Moyen Âge portugais voir le livre de A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana,* Lisboa, 4ª ed., Sá da Costa, 1981, ainsi que, du même auteur, son *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Vol. IV de *Nova História de Portugal* (Dir. Joel Serão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Ed. Presença, 1986, pp. 430 et suivantes.

de cette grande entreprise. Un des intendants les plus significatifs des travaux fût Fernão Rodrigues Homem, à ce poste depuis avant 1452 et encore là en 1486, lui ayant succédé son fils[9].

Cet administrateur ou intendant exerçait son mandat et sa juridiction sur deux corps déterminants pour la construction: le corps des artisans affectés aux travaux de la pierre de taille, à proprement parler, et le corps des fonctionnaires administratifs qui accompagnaient, en faisant la gestion et le contrôle de tout le chantier. Le financement de la construction a exigé la création d'une surintendance des travaux, une structure complémentaire de celle administrative et qui lui était essentielle, car c'était à travers cette surintendance des travaux que l'on pourvoyait et acheminait le financement de tout le processus restant.

Les officiers administratifs du chantier, dûment considérés, étaient distribués en huit sections ou domaines d'intervention (administrateur, intendant, auditeur, officier ministériel, officier "face à l'intendant", intendant des carriers et des hommes des travaux), et étant donné que l'intendance se sous-divisait, de leur côté, en cinq secrétariats (le superintendant, le superintendant des accises, l'officier des accises, le receveur et, finalement, le requérant des accises).

Au total, ces officiers administratifs et de l'inspection ont atteint un nombre que l'on peut estimer entre une dizaine et demi à deux dizaines de personnes. Ils constituaient une véritable élite locale, une aristocratie dans la communauté de Bataille, et divers métiers et secrétariats sont demeurés actifs au-delà de l'épuisement de la période constructive du monument qui s'est prolongé, sensiblement et aussi à des rythmes diachroniques divers, comme on le sait, sur plus s'un siècle et demi (1388-1530).

La grande communauté ouvrière était, naturellement, constituée par les nombreux artisans de la pierre de taille. Fr. Luís de Sousa, qui a eu accès à des documents qui s'étaient entretemps perdus, note l'information selon laquelle D. João Ier a établi comme plafond ouvrier pour ce chantier, dont les officiers furent honores avec des exemptions et des libertés, "un nombre très élevé" de 125 maçons, 56 carriers, 20 charretiers, 10 serviteurs, dois charpentiers, un ferronnier et, finalement, un verrier[10].

Cette information, bien qu'elle doive être reçue avec une certaine prudence et de façon critique, permet de pointer vers une population d'artisans, entrevue pour les premières années de travaux, de 215 hommes. A cette liste nous devrions ajouter certains autres individus notamment les maîtres vitriers et les sculpteurs et quelques peintres[11].

---

[9] *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, p. 73.

[10] Fr. Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, Parte I, Livro VI, Capº XXII. (Nous nous sommes secourus de l'édition avec Introduction et révision de M. Lopes de Almeida, Vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1977, p. 662).

[11] *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, pp. 96-127.

La première lettre de privilège de D. João Ier, date du 29 mai 1388, adressée à tous ceux qui voudraient servir à la construction du Monastère, exemptant leurs enfants, serviteurs et jeunes hommes d'être mis au service d'autrui. On reconnaît à partir d'une nouvelle lettre, datant du 1er juin de cette année-là, que le chantier était organisé, déterminant que l'intendant des travaux fût l'administrateur des artisans respectifs[12]. Une autre lettre royale, datant de mai 1390, concédée par sollicitation du maître et de l'intendant de l'ouvrage, empêche le recouvrement du droit de transmission sur les travaux "de bras" ou "travaux pénibles et physiques" qui étaient en cours, faisant mention à l'extraction de la pierre, à la fabrication de la chaux et des tuiles et d'autres choses semblables, le monarque rappelle encore que les carrières et les outils de l'ouvrage lui appartiennent[13]. Une autre lettre datant de 1393 mentionne, comme valeurs confiées à l'intendant, "l'argent (…) les cordes et les outils" de la construction[14]. Dans cet ouvrage, comme nous pouvons l'observer, tous les matériaux de construction, y-compris les outils et les cordes, étaient entièrement fournis par celui qui a passé commande.

D. João Ier fait référence, en 1394, aux poseurs de carreaux et au "gréeur" de l'ouvrage qui avaient droit à recevoir une paire de chaussures par mois. Le paiement des travailleurs était fait en argent et en vivres, normalement des habits ou des tissus pour les confectionner, ou des chaussures et, encore, des céréales. Le "gréeur", mentionné au singulier dans cette lettre de 1394, devra correspondre au maître d'œuvre lui-même[15]. Rappelons, à ce propos, que Martim Vasques, maître d'œuvre entre 1438 et 1448, était considéré comme officier spécialisé au "gréement (…) de la carrière"[16].

Aux carriers il incombait de préparer le terrain de la construction, qui était irrégulier du point de vue orographique, aux charretiers l'extraction et le transport de la pierre calcaire abondante dans les carrières de la région, intégrant aussi la classification de maçons officiers gréeurs et poseurs de carreaux, aidés par des manœuvres et des apprentis. L'appui de charpentiers et de ferronniers, mais aussi de cordiers, surtout pour la fabrication de matériaux et d'instruments de travail, était essentiel. L'exécution, par exemple, de certaines pièces de sculpture imposait, parfois, la fabrication ou l'adaptation d'instruments plus adéquats[17].

---

[12] *Fontes Históricas e Artísticas*…, Vol. 1, Docs. 2 et 3.

[13] *Fontes Históricas e Artísticas*…, Vol. 1, Doc. 5.

[14] *Fontes Históricas e Artísticas*…, Vol. 1, Doc. 8.

[15] *Fontes Históricas e Artísticas*…, Vol. 1, Doc. 9.

[16] *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, p. 99.

[17] Comme nous le rappelle, à maintes reprises, feu Maître Alfredo Ribeiro, maître-carrier et sculpteur qui travailla pendant de longues années à la restauration du monument et est reste lié à la fondation et à la récupération d'une école de carriers dans cette ville.

En 1399, furent renouvelées les exemptions des taxes municipales à tous ceux qui travaillaient au Monastère[18] et, en 1401, on concéda la grâce aux maçons, poseurs, carriers et à deux charpentiers qui travaillaient ou travailleraient à la construction, ainsi qu'à un boucher et à trois hommes de service, outre les vivres et les habits qu'ils recevaient, de ne pas payer les requêtes royales ou de devoir donner des jours de labour ou les huitièmes parties du pain, du vin, du lin et autres biens qu'ils produisaient sur leurs terres[19].

Maçons, charpentiers, officiers, habitants et serviteurs des travaux reçurent, en 1401, une autorisation pour l'ouverture d'un chemin afin de retirer toute l'eau dont ils avaient besoin pour boire de la *Fonte da Freiria* (Fontaine de Freiria) aux alentours de la construction, car elle leur "était très nécessaire (…) pour en boire et l'utiliser pour leurs vivres", se plaignant de la pollution de la rivière du lieu, sale à cause du lavage des lins des fermiers de la région[20]. L'approvisionnement en eau potable était une nécessité primaire pour les artisans, et aussi la mouture des céréales. Déjà avant 1423, d'ailleurs, son avait édifié un moulin à eau, tout près du Monastère, qui serait, entretemps, agrandi par Martim Vasques, le maître d'œuvre[21].

A évaluer d'après les dates d'émission des lettres royales favorisant la communauté ouvrière de Bataille, les temps de plus grande activité de la communauté ont coïncidé avec le Printemps et l'Été, sans que cela signifie, nécessairement, que nous puissions parler d'arrêts dans les travaux à cause des rigueurs de l'hiver. Néanmoins, beaucoup des maçons et des artisans des ouvrages, exploitaient, comme le montre la documentation, en la qualité de propriétaires ou de locataires, des terres agricoles, ce qui leur exigeait d'abord du temps, logiquement, lors de la cueillette du pain, des vendanges et de la récolte des huiles d'olive, ainsi à l'occasion des semis, des tailles et des binages des vignobles, des vergers et des oliveraies ; activités qui coïncident davantage avec la fin de l'Été, l'Automne et le plein Hiver. Il est fort probable que cette réalité soit reflétée dans la dynamique de construction du complexe monastique.

Les exemptions d'impôts et les privilèges sociaux des officiers, des maçons et des charpentiers des travaux rendaient le travail au chantier plus attrayant. Leur nombre s'approcherait, comme on l'a vu d'après Fr. Luís de Sousa, des deux cent personne environ ; mais peut-être que ce nombra n'a jamais été atteint. Le chantier a assurément connu la dynamique inhérente à une communauté humaine ayant des rythmes migratoires et démographiques pluriels, avec des creux d'activité causés par des accidents, des maladies, des actes de violence, des incorporations dans

[18] *Fontes Históricas e Artísticas*…, Vol. 1, Doc. 14.
[19] *Fontes Históricas e Artísticas*…, Vol. 1, Doc. 16.
[20] *Fontes Históricas e Artísticas*…, Vol. 1, Doc. 17.
[21] *Fontes Históricas e Artísticas*…, Vol. 1, Docs. 47 e 48.

les armées – comme ce fût le cas en 1449 –, dû au ralentissement, à la réduction ou à l'épuisement de certaines tâches qui dispensait, à un certain moment, la continuité de la main-d'œuvre en nombre élevé dans des domaines spécifiques, ou, par contraste, l'engagement d'ouvriers plus adéquats aux besoins que l'évolution et le développement de l'ouvrage rendaient prioritaires.

En 1450, après la bataille d'Alfarrobeira qui a tant affecté le chantier, D. Afonso V a décidé que les charretiers des travaux devaient être au nombre de 45[22], indice clair que l'on avançait dans l'agrandissement du complexe, notamment par l'ajout du nouveau cloître qui recevra justement le nom de ce souverain.

Dans un document de 1421, il y a une mention à la *"casa das medidas"* (maison des mesures), rappelant ainsi que le processus de construction architectonique présupposait l'instrumentation et la capacité de calcul et de mesurage essentiels à la projection architectonique. Auprès de cette «maison des mesures»" habitait Lourenço Martins, officier aux livres, confinant, encore, avec le chemin qui amenait à la maison du maître d'œuvre. Sur un terrain qui lui était accolé, João Brandão, cordonnier et serviteur du Maître de Santiago, devait édifier une nouvelle habitation, "faite de bois et couverte de tuiles"[23].

Une information datant de 1514-1519, se rapporte aux "maisons en bois", devant la porte principale du Monastère, alors qu'un autre document, plus tardif, rappelle les "maisons des vitriers", devant la Chapelle Royale du Monastère, soit, proches de la renommée Chapelle du Fondateur[24]. Pour le droit de passage des travaux, il fallût ouvrir des fours à chaux et à tuile, "dans la bourgade et alentours", encore actifs en 1499, moment où le roi D. Manuel les a cédé, conjointement à des meulages de pain qui se trouvaient dans une des maisons de l'huile d'olive, aux frères prêcheurs[25].

Le chantier des travaux a prédéfini, d'une certaine façon, l'évolution urbaine du bourg émergeant. Il a incombé aux maçons d'édifier leurs propres maisons, en recevant des terrains des offrandes royales ou payant le cens à d'autres seigneurs, surtout aux moines. Ainsi, sont nées des maisons à planchers et des maisons sans plancher, en général dotées de jardins et de masures. Exceptionnellement la maison de Maître Huguet, possède une antichambre et une tour.

Des documents de la première moitié du XVIe siècle rappellent l'existence, aux alentours de la Rivière da Calvaria et du point d'affluence, à Boca do Cano, de la Rivière de Marialinha, des "abattoirs", d'une taverne, des meulages de Martim Vasques, de l'auberge de Prestes Afonso, qui outre le fait d'être hôtelier était aussi

---

[22] *Fontes Históricas e Artísticas* , Vol. 1, Doc. 170.

[23] *Fontes Históricas e Artísticas*…, Vol. 1, Doc. 43.

[24] Arquivo Distrital de Leiria – Convento de S. Domingos da Batalha (VI-24-A-1), Escrituras, Nº 58.

[25] *Fontes Históricas e Artísticas* , Vol. 2, Doc. 455.

vendeur de poisson, du terrain pour la réalisation de la foire annuelle du mois d'août. A cet endroit se situait, comme nous l'avons déjà mentionné, la Boca do Cano, où "on prend de l'eau à boire".

L'élite des officiers administratifs et ceux des carrières se sont fixés à la bourgade de la Rua Direita, perpendiculaire à la porte occidentale de l'église; d'autres officiers et artisans s'étant dispersés à la bourgade de la Rua de Baixo ou encore, de l'autre côté de la rivière, à la bourgade de la Mouraria. C'était près de la Rua de Baixo que se situaient les *Ferrarias*, rappelant l'importance du travail du fer et des autres métaux pour le chantier, ainsi que des fourneaux rappelant l'importance du travail du fer et autres métaux pour le chantier, ainsi que les fours "de la *poia*" [26].

Les sources documentaires subsistantes permettent d'illustrer prosopographiquement les officiers comme le maître d'œuvre, les maîtres mineurs, les artistes spéciaux comme les sculpteurs et les peintres, les maçons, les poseurs de carreaux, les vitriers, les carriers, les charretiers, les artisans et d'autres ouvriers.

Le secteur des maçons et des artisans était naturellement majoritaire, étant celui que les officiers bureaucrates devaient gérer, en leur payant leurs journées de travail et les provisions, outre qu'ils devaient aussi assurer la bonne paix et l'ordre entre tous. Une communauté d'artisans, il faut le rappeler, diversifiée du point de vue social, économique et culturel. Ne serait-ce que par les différentes provenances et origines de ces hommes, les uns venant de l'étranger, les autres d'endroits distants du Royaume même, d'aucuns encore de lieux plus proches, où des dynamiques constructives locales les occupaient, comme c'était le cas de villes telles que Coimbra, Leiria, Abrantes, Santarém, Lisboa ou Évora, ou bine même des bourgades voisines et laborieuses telles que Alcobaça ou Porto de Mós et Ourém.

Du point de vue géographique et culturel, tous ces hommes constituaient une association œcuménique hétérogène de coutumes et de parlers, d'expériences de vie et de sensibilités. Sans oublier qu'une certaine main-d'œuvre exogène a dû être amenée ici comme ça a été le cas de certains maures, peut-être en captivité, faisant surgir à la périphérie du bourg de Bataille le toponyme *Mouraria*, un élément significatif du point de vue historique. Cette communauté de gens de la pierre de taille a gagné des racines fort manifestes, entretemps, dans sa capacité revendicative de privilèges et d'exemptions fiscales auprès du pouvoir royal, lors de l'établissement, en 1427, de la Confrérie et de l'Hôpital de Santa Maria da Vitória ou, déjà autour de 1455, dans une tentative de fonder leur propre commune, par opposition au roi lui-même, cherchant ainsi à mettre fin aux conflits qui les opposaient aux justices municipales de Leiria, seigneurie municipale du bourg de Bataille.

---

[26] *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, pp. 133-137; TT – Mosteiro da Batalha, Livro 1, fls. 8-8v.

Les maîtres d'ouvrage, dont les rémunérations élevées et les provisions étaient au sommet de l'échelle salariale du chantier, accumulaient aussi bien les fonctions d'architecte que celles d'ingénieur, d'"entrepreneur de bails", investissant, prudents comme ils l'étaient, la richesse acquise dans l'achat des terres. La gouvernante du Maître Afonso Domingues, Margarida Anes, dans un tableau rare qui nous fait concevoir un peu plus de la vie de ce premier architecte du monument, possédait, autour de 1401, une ou plusieurs vignes outre le ruisseau du bourg, c'est-à-dire, à un endroit très proche de l'édifice en construction[27]. Maître Huguet, à qui le roi D. Duarte accorda beaucoup de grâces avait une maison à tourelle avoisinante à la façade occidentale de l'église monastique, dont la veuve, Maria Esteves, en 1450, en serait expulsée[28].

Martim Vasques, que nous pouvons identifier comme Martim Vasques de Almeida, travaillait, simultanément, pour divers clients. On peut documenter ses ouvrages non seulement à Bataille mais aussi à Santarém et à Alcobaça. Dans cette abbaye cistercienne, d'ailleurs, il apparaît entouré, en 1438, d'une équipe où l'on cite Fernão de Évora, Álvaro Peres, Martim Peres et Estêvão Gomes, travaillant tous aux murs de l'enceinte et à d'autres divisions habitationnelles de l'abbé D. Fr. Estêvão de Aguiar. C'est sous son initiative, comme nous l'avons vu, qu'a été agrandi un moulin à eau auprès du Monastère. En 1442, il apparaît comme métayer ou administrateur des droits de transmission en général et des vins à la juridiction d'Alcobaça[29].

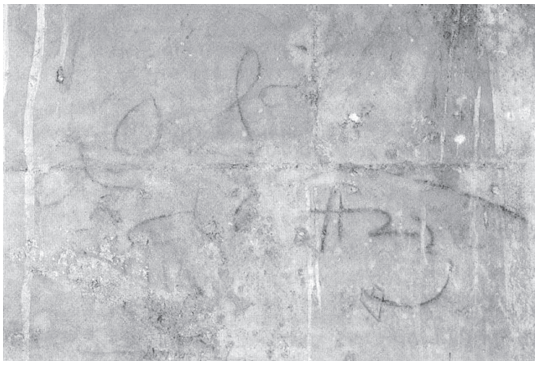
A Martim Vasques a succédé Fernão de Évora, son neveu, maître d'œuvre jusqu'en 1477, architecte qui était dans les bonnes grâces du roi D. Afonso V, qui lui a remis un prix, outre le fait d'avoir été investisseur dans des propriétés rurales. Il habitait dans les maisons qui attenaient à celles de l'intendant de l'ouvrage, à Rua Direita[30]. Le chantier a souffert une certaine instabilité de direction entre la fin des décennies de 1470 et 1480, s'étant stabilisé avec la direction de Mateus Fernandes I qui s'est prolongée entre la fin des années 1480 et 1515, année de sa mort. Ce Mateus Fernandes, par ailleurs, fût non seulement l'architecte de la splendide période manuéline du Monastère, mais on le voit aussi orienter, entre 1504 et 1506, la construction de ponts et de routes[31], rappelant que, à cette époque-là, un maître d'œuvre était aussi bien architecte qu'ingénieur que de contremaître de la construction civile.

Au chantier, on distingue aussi les maîtres vitriers, tous étrangers (Maître Luís Alemão, Maître Guilherme, Maître Ambrósio et Maître João), les maîtres sculpteurs

[27] *Fontes Históricas e Artísticas*…, Vol. 1, Doc. 19.
[28] *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, p. 98.
[29] *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, pp. 99-101.
[30] *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, pp. 102-103.
[31] *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, p. 31.

(Maître Conrate (?) et Maître Gil Eanes), les maîtres charpentiers (Maître Fernão Pires) et, encore, un maître d'œuvre de la maison de l'Infant D. Pedro, Maître Estêvão Gomes, présent au chantier de Bataille autour de 1428-1429. On peut mettre en exergue, entre autres, des artistes spécifiques tels que le peintre João Afonso e le « peintre de chapiteaux» Álvaro Eanes[32].

Ces maîtres établirent des liens de solidarité et de parenté entre eux, ce qui s'est, d'ailleurs, également vérifié au niveau des officiers et des maçons des niveaux les plus bas du chantier. La société médiévale amenait, normalement, ses individus à partager leurs vies, préférentiellement, au sein des états ou des classes sociales dans lesquelles ils étaient nés.



Exemple des graffiti dans les murs du monastère.

Comme nous le savons, cependant, le chantier de Bataille a créé des opportunités d'enrichissement et d'ascension sociale. Non moins importante fût la germination de niveaux culturels innovateurs. La communauté des travaux s'est affirmée comme une microsociété ayant une conscience politique élevée et une capacité revendicative, bénéficiant encore d'expériences de vie culturelle enrichies par la diversité du recrutement et de l'origine géographique de la main-d'œuvre, ainsi que de la grande exigence de la culture du travail, et une sensibilité esthétique apurée, toujours éducative, qui était respirée au chantier.

Nous détectons des niveaux de littératie dans certains noyaux sociaux de ces ouvriers, et nous devons encore prendre en ligne de compte que leurs hiérarchies, surtout entre les maîtres, cultivaient des connaissances scientifiques et techniques d'exception. Mais c'est de la littératie graphique dont nous parlons encore lorsque nous observons les marques ou les sigles des carriers qui peuplent les milliards de pierres taillées en carré (servant d'assise aux autres) de la construction.

On respirait une grande auto-estime au sein de la communauté de Bataille. Comme nous l'avons observé, les serviteurs de l'ouvrage ont bénéficié de privilèges

[32] *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, pp. 106-117.

Interieur de la chapelle fondée
par le maçon João Afonso (vers 1474)

et d'exemptions enviables, étant considérés les «hommes du roi». Plusieurs d'entre eux ont connu une ascension sociale, ayant été nommés écuyers ou apparaissant entre la clientèle d'une certaine haute-noblesse. Le maçon Álvaro Esteves était protégé de la Comtesse de Viana (1467), tandis que João Afonso, ayant le même métier, recevait la protection de Gonçalo Vaz de Castelo Branco (1469). Ecuyers, du roi ou du Duc de Bragance, l'étaient les officiers des travaux tels que Diogo do Vale (1471), Diogo Gonçalves (1450) et Diogo Leitão (1478), entre autres cas[33].

De l'auto-estime dont on parle témoignent, bien évidemment, les représentations portraitistes et sculpturales des maçons eux-mêmes. C'est le cas, par exemple, du renommé architecte avec l'équerre, exposé sur la console sud-est de la Salle du Chapitre, ou de l'architecte au fil à plomb, sur la corniche au coin supérieur nord-ouest du transept, et encore le couple partageant une tasse sur une autre corniche au coin sud-ouest du même transept. Beaucoup d'autres visages ont dû servir de modèle et d'inspiration aux nombreuses figures d'évangélistes, d'apôtres, d'anges, de prophètes, de rois, de martyrs et de saints et saintes du portail occidental de l´église. Une figuration qui ne s'épuise pas à cet endroit; le visiteur trouvera de nouveaux personnages, taillés avec une expression réaliste, dans des chapiteaux et les clefs de voûte à l'église et encore dans les chapiteaux du premier cloître.

[33] *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, p. 125.

Nous pouvons considérer que, en général, travailler à la construction de Bataille permettait d'enrichir. Nous dirons que la construction civile, déjà à cette époque, constituait une bonne opportunité de grimper les échelons sociaux. Les privilèges sociaux, les exemptions, les offrandes et les faveurs diverses qui leur réduisaient les loyers et les bails de terres, tout ceci leur permettait d'accumuler des valeurs et de la richesse. Chez certains de ces maçons ont trouvait de la vaisselle en argent. La plupart de ces maçons investissait aussi dans l'achat de terres[34].

Un de ces hommes de succès fût João Afonso, gréeur des travaux. Il épousa Catarina Pires, étant décédé vers 1474. Cette année-là le couple avait déjà édifié une petite chapelle au village, voisin du Monastère, de Golpilheira, où un chapelain devait dire, pour mémoire de l'âme des fondateurs, 24 messes par an. Pour la dotation de cette chapelle furent également annexés les loyers de masures et de maisons à Leiria et dans ledit village, d'une oliveraie de cette vile, plus une métairie et encore un hameau et plus de treize lotissements de terrains à pain, verger, vigne, forêt et figuiers[35]. Il s'agissait, en effet, des gens qui avaient des possessions. Leurs héritiers et descendants ont administré ce majorat et investi une partie de leurs rentes dans l'agrandissement et l'embellissement de cette chapelle, qui existe encore aujourd'hui. A l'intérieur, auprès du maître-autel, se trouve la plaque rappelant le fondateur.

Si la Salle du Chapitre fût le tombeau, ainsi nous le croyons, pour Maître Afonso Domingues, son successeur, Maître Huguet, non sans un certain ternissement étant donné ce qu'il méritait, fût inhumé à la vielle église de Santa Maria, sans que nous sachions le lieu de repos des maîtres qui lui succédèrent. Quant à l'église monastique, bien plus pompeuse, elle fût le tombeau prestigieux de Maître Mateus Fernandes Ier, l'architecte du manuélin à Bataille et dans le Royaume. Non moins significative fût la capacité de création et, d'une certaine façon, d'association au modèle de projection sociale inspiré dans l'exemple réel de Bataille, de la part de João Afonso, gréeur des travaux, mais aussi créateur, par sa volonté et richesse, de sa propre chapelle funéraire.

A Bataille s'est aussi trouvé un autre étranger et architecte, Maître Boytac, gendre de Mateus Fernandes I, auteur du projet de l'église de Santa Cruz, sur le portail duquel il inscrivît son monogramme en mode italique. Il serait inhumé à Santa Maria-a-Velha.

---

[34] *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, pp. 117-127.

[35] S. A. Gomes, *Golpilheira Medieval (Concelho da Batalha). Documentos Históricos*, Batalha, Ed. Jornal da Golpilheira et Mairie de Batalha, 2009, Doc. 112, pp. 182-185.

Ancienne église matrice de la paroisse de Bataille: fondation de la communauté des oeuvriers du chantier (1532).

Au Monastère de Batalha ou sous son ombre tranquille, les architectes ont trouvé, comme nous pouvons l'observer, la garantie d'un repos éternel et que leur mémoire, reflétée dans l'œuvre créée ne tomberait jamais dans l'oubli. Le désir de mémoire, d'être rappelé, était partagé, de façon fraternelle, aussi bien par les seigneurs de la dynastie d'Avis, que par leurs fidèles serviteurs aux travaux de Santa Maria da Vitória.

BIBLIOGRAPHIE

ACENHEIRO, Cristóvão, *Chronyca dos reis de Portugal: D. João I*, Lisboa, 1535. (Consulté à partir de l'édition d'*Inéditos de Historia Portugueza*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo V, 1824).*Chantiers Médiévaux* (Dir. Roberto Casanelli), Paris, Desclée de Brouwer, 1996.

CHICÓ, Mário, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1954.

COLOMBIER, P. du Colombier, *Les chantiers des cathédrales*, Paris, 2ª ed., 1973.

COLDSTREAM, Bicola, *Medieval Craftsmen. Masons and Sculptores*, Londres, british Museum Press, 1995.

DIAS, Pedro, *A Arte Gótica em Portugal*, Lisboa, Ed. Estampa, 1994.

DIEULAFOY, Marcel, *Art in Spains and Portugal,* New York, Charles Scribne's Sons, 1913.

GIMPEL, Jean, *Les Bâtisseurs de cathédrales*, Paris, 1980.

Idem, *Revolução Industrial da Idade Média*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1976.

GOMES, Saul António, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, Coimbra, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.

GOMES, Saul António, *Vésperas Batalhinas. Estudos de História e Arte*, Leiria, Edições Magno, 2ª ed., 1999.

GOMES, Saul António, *O Livro do Compromisso da Confraria e Hospital de Santa Maria da Vitória da Batalha (1427-1544)*, Leiria, Edições Magno, 2002.

GOMES, Saul António, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha (Séculos XIV a XVII)*, 4 vols., Lisboa, IPPAR, 2000-2002.

GOMES, Saul António, *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas. 3. Batalha*, Viseu, Palimage et Centre d'Histoire de la Société et de Culture de l'Université de Coimbra, 2005.

GOMES, Saul António, "Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos", *in Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas* (Coordination de Iria Gonçalves), Lisboa, Centre d'Etudes Historiques – Universidade Nova de Lisboa, 2007 [2008], pp. 19-56.

GOMES, Saul António, *A Batalha Real. 14 de Agosto de 1385*, Lisboa, Fundação Batalha de Aljubarrota, 2007.

GOMES, Saul António, "A igreja de S. Domingos de Coimbra em 1521", *in Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal*, Vol. XXXIX, Coimbra, 2006 [2007], pp. 377-396 et "O Mosteiro de S. Francisco de Coimbra nos alvores de Quinhentos", *in Arquivo Coimbrão*, Vol. XL (2008), Coimbra, pp. 385-444.

GOMES, Saul António, *Golpilheira Medieval (Concelho da Batalha). Documentos Históricos*, Batalha, Ed. Jornal da Golpilheira et Mairie de Batalha, 2009.

GOMÉZ, Rafael, *Los constructores de la España Medieval*, Sevilha, Universidad de Sevilla, 2001.

GUILLOUET, Jean-Marie, *Le portail du monastère de Batalha et l'art européenne de son temps*, Paris, 2008. (sous presse). [Publie en 2011.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana,* Lisboa, 4ª ed., Sá da Costa, 1981.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Vol. IV de *Nova História de Portugal* (Dir. Joel Serão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Ed. Presença, 1986.

SOUSA, Fr. Luís de, *História de S. Domingos*. Introduction et révision de M. Lopes de Almeida, 2 vols., Porto, Lello & Irmão, 1977.

RÉSUMÉ: L'édifice du monastère de Bataille fut le plus notable projet gothique du Portugal de la fin du Moyen Âge. Au début, il s'agissait d'un projet politique commémoratif de la victoire portugaise sur les armes castillanes, à la bataille royale d'Aljubarrota de 1385, mais il devînt, après la conquête de Ceuta et la mort de la reine Phillipa de Lencastre (1415) le panthéon royal de la nouvelle dynastie d'Avis. Tous les rois du Portugal, jusqu'à la fin du XV^{e} siècle, y sont inhumés. Les travaux de cette construction monumentale se sont étendus sur plus d'un siècle et ils ont donné lieu à la formation d'une communauté ouvrière de bâtisseurs et d'artistes (maîtres architectes, sculpteurs, vitriers, peintres, maçons, charpentiers, etc.) et aussi des officiers administratifs dont on peut suivre, pour d'aucuns, les biographies, et les enjeux sociaux établis parmi les gens du chantier. Le chantier gothique de Bataille représente vraiment un cas historique d'exception pour l'historien du Moyen Âge portugais: en vérité on peut documenter d'une façon assez satisfaisante son évolution pendant plus d'un siècle, connaître les élites du chantier, s'apercevoir de la communauté des artisans comme un ensemble, reconnaître quelques uns de leurs enjeux familiaux et sociaux, enfin, décrire l'histoire dune population ouvrière en général très peu retenue au miroir de l'historiographie médiévale de ce Portugal duquel on disait, au Moyen Âge, qu'il se situait «*in confinibus mundi*».

Mots-clés: Gothique, Monastère de Bataille, Chantier, Communauté des artisans, Élites du chantier.

RESUMO: O edifício do Mosteiro da Batalha foi o mais importante projecto gótico de Portugal nos finais da Idade Média. De início, ele era um projecto comemorativo da vitória portuguesa sobre o exército castelhano, na Batalha Real de Aljubarrota, de 1385, mas veio a tornar-se, depois da conquista de Ceuta e da morte da rainha D. Filipa de Lencastre (1415), no panteão real da nova dinastia de Avis. Todos os reis de Portugal, até aos finais do século XV, foram aqui sepultados. Os trabalhos desta construção monumental alargaram-se por mais de um século e deram lugar à fixação de uma comunidade obreira de construtores e de artistas (mestres arquitectos, escultores, vidreiros, pintores, pedreiros, carpinteiros, etc.) e também de oficiais administrativos de que podemos acompanhar, sobretudo, para alguns, as respectivas biografias e as suas relações no seio do canteiro. Um estaleiro gótico que representa, verdadeiramente, um caso histórico excepcional para o historiador da Idade Média portuguesa: pode conhecer-se, na verdade, a evolução deste estaleiro ao longo de mais de um século, conhecer as elites do estaleiro, percepcionar a comunidade dos artesãos como um conjunto, reconhecer alguns dos seus laços familiares e sociais, enfim, escrever a história de uma população mesteiral por norma pouco observada pela historiografia medieval de um Portugal do qual se dizia, em tempos medievais, que ficava «*in confinibus mundi*».

Palavras-chave: Gótico, Mosteiro da Batalha, Estaleiro, Comunidade dos artesãos, Élites do estaleiro.

CONSTRUTORES E ARTESÃOS MUÇULMANOS: DO SERVIÇO COLECTIVO DO REI AO DESEMPENHO INDIVIDUAL (SÉCULOS XIII-XV)

MARIA FILOMENA LOPES DE BARROS*

Ao contrário do que se verifica nos demais reinos ibéricos, a participação dos muçulmanos ou a própria influência árabe-islâmica na arquitectura não se tem constituído como um tema de análise por parte dos historiadores e, nomeadamente, dos historiadores de arte em Portugal. Alguns vectores explicarão esta assimetria. Por um lado, ao considerarmos o período de Al-Andalus, o quase vazio que, neste aspecto, confronta o território ocidental (o Gharb Al-Andalus) com a riqueza arquitectónica que marca a paisagem de muitas das cidades hoje espanholas. Refira-se, apenas a título de exemplo, Córdova, a capital emiral e califal, com a presença esmagadora da sua mesquita aljama, e a mais tardia Granada, centro do poder nasrida a partir do século XIV, em que a zona palatina, a Alhambra, domina, ainda hoje, o moderno núcleo urbano. O centro versus a periferia. O primeiro determina um impressionante discurso arquitectónico do poder, ausente ou apenas muito parcialmente materializado no segundo. Vector, de resto, determinante na perspectiva dos analistas hodiernos, consignando uma primazia da história da arte, no que ao(s) centro(s) de refere, uma recuperação dos vestígios materiais centrada na arqueologia, no que respeita à(s) periferia(s).

Este património edificado marcará, ainda, uma outra etapa da história peninsular. A conquista cristã não apenas integra, na sua expressão material, muitos desses edifícios de prestígio, como também o próprio discurso estético e arquitectónico subjacente. Assim, ao lado de uma progressivamente triunfante gramática *cristã* (sobretudo veiculada pelas cada vez mais presentes construções de índole religiosa,

* Universidade de Évora.

românicas e, posteriormente, góticas), coexiste uma outra, diferente nos seus aspectos estéticos e técnicos, a designada *arte mudéjar*. Na continuidade do período anterior, os emergentes poderes cristãos não apenas se apoderam dos espaços já construídos, como os transformam em função de técnicas, materiais, estruturas e expressão plástica advinda do período anterior. Uma gramática simbiótica, que se expressa, ao longo de toda a Idade Média, em edifícios palatinos, como o palácio da Aljaferia, de Saragoça (um dos símbolos de autoridade da monarquia aragonesa e anteriormente o centro do domínio do reino de taifa dos Banu Hud – séc. XI) ou alguns dos palácios mandados erigir no Real Alcácer de Sevilha, nomeadamente por Pedro I (1350-1369). Mas cuja expressão extravasa o estrito âmbito do poder régio. A sinagoga do Trânsito de Toledo (séc. XIV), por exemplo, ou as variadas expressões do mudéjar aragonês (hoje em dia extremamente potencializadas enquanto percurso turístico), revelam quanto esta gramática arquitectónica estava interiorizada em todos os níveis das camadas sociais, numa expressão sociológica da identidade peninsular, cuja efectiva transformação se iniciará apenas com os emergentes valores do Renascimento[1].

Discutível revela-se, ainda hoje, a questão dos protagonistas sociais destas obras construtivas. Se, por exemplo, para Leopoldo Torres Balbás, existiria uma transversalidade envolvendo tanto cristãos como muçulmanos, que converteria esta arte mudéjar numa arte "anónima" e "popular", já os mais recentes estudos de Gonzalo Borrás apontam (no que à realidade aragonesa se refere) para uma arquitectura de facto protagonizada por mestres-de-obras mouros e para uma obra de autor. Uma multiplicidade de inscrições preserva o nome dos responsáveis muçulmanos das diversas construções; a documentação escrita resgata uma estrutura em que sob o cargo palatino de mestre-mor, dotado de salário (e que, em algumas ocasiões, para além de vitalício se converte também em hereditário), trabalham mestres de diferentes ofícios, em todo o caso muçulmanos. Esta realidade documenta-se, entre outros exemplos, na conservação, reparação e obras do palácio da Aljaferia, durante todo o período medieval[2].

A correlação entre a minoria muçulmana e a construção constitui-se, de resto, como uma constante nos registos escritos tanto na Coroa de Aragão, como na de Castela. Na qualidade de mestres-mor, alarifes, pedreiros, carpinteiros, enfim, trabalhadores especializados na obra construtiva ou na decoração de interiores,

[1] Neste sentido Gonzalo M. Borrás Gualis considera que "a arte mudéjar é a expressão artística mais genuína da Espanha medieval" – Gonzalo M. Borrás Gualis, *El arte* mudéjar, Teruel, Instituto de Estudios Turolenses, [1990], p. 9.

[2] Gonzalo M. Borrás Gualis, "Sobre la condición social de los maestros de obras moros aragoneses", *Anales de História del Arte*, nº estra 1 (2008), pp. 89-102.

subordinam-se ao serviço da Coroa, dos senhores ou dos concelhos[3], numa relação mais ou menos partilhada com membros da maioria, conforme os contextos considerados[4]. Para o reino português, contudo, esta não foi uma temática que tivesse suscitado ainda uma investigação sistemática nas várias áreas do saber. É certo que, a nível da História da Arte, se reformulou a questão do *mudejarismo* para a arquitectura do gótico tardio alentejano, associando-o ao apogeu da corrente *espanhola*. Assim, Paulo Pereira defende a sua constituição em finais do séc. XV e inícios do XVI, caracterizando-o como um *corpus* ornamental, em que o tratamento plástico de determinados materiais (tijolo, ladrilho de pavimento, cerâmica esmaltada ou azulejo, madeira – arte de alfarge- ou gesso) resulta como *um sistema ornamental* de pleno direito[5].

Não se pretende, neste artigo, a análise das questões de materialidade, mas antes examinar um outro nível de registo, o da documentação escrita, que permite determinar os vários tipos de participação dos muçulmanos portugueses nas obras construtivas. De facto, e em comparação com a realidade dos demais Reinos ibéricos, assinala-se uma significativa assimetria documental, neste, como noutros aspectos da vivência mudéjar. Não obstante o menor volume de documentação, esta permite esboçar (entre muitos silêncios) alguns traços fundamentais dos diferentes níveis de contribuição dos muçulmanos ao longo dos diferentes períodos da Idade Média.

1. O documento mais antigo que refere esta temática data de 1280 e é endereçado por D. Dinis aos seus mouros forros do reguengo de Colares. Trata-se da resposta a um agravo dos mesmos que, sem ter a ver directamente a ver com a questão construtiva, refere-a, contudo, enquanto parte do enunciado das diversas obrigações que impendiam sobre a comunidade, desde o reinado anterior. Assim, aos mouros dessa comunidade era exigido, enquanto serviço colectivo, a conservação e recuperação do palácio de Oliva, das casas da almedina do castelo de Sintra e dos eirados das torres, presumivelmente do mesmo castelo[6]. A ligação deste grupo às edificações palatinas

---

[3] Por exemplo, na cidade de Madrid eram os mestres muçulmanos os que geralmente ocupavam o cargo de alarife do concelho – cf. Juan C. de Miguel Rodríguez, *La comunidad mudéjar de Madrid*, Madrid, Al-Mudayna, 1989, pp. 78 e ss.; *idem*, "Los alarifes de la villa de Madrid en la Baja Edad Media", in *IV Simposio Internacional de Mudejarismo. Actas,* Teruel, Instituto de Estudios Turolenses, 1990, pp. 27-37.

[4] Para uma perspectiva geral ver: José Hinojosa Montalvo, *Los mudéjares. La voz del Islam en la España Cristiana*, vol. 1, Teruel, Instituto de Estudios Turolenses, 2002, p. 215 e ss.

[5] Paulo Pereira, "O problema do mudejarismo", *in História da Arte Portugeusa,* dir. de Paulo Pereira, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 39 e ss.

[6] " (…) *uidelicet reuoluere adubare et rreficere mea palacia de Oliua et Casas de almedinis uetilis de meo Castello de Sintria et adubare eyrados de turribus*"- Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Dinis,* Livro 1, fl. 35; publicado: Pedro de Azevedo, *Os reguengos da Estremadura na 1ª dinastia*, separata de *Miscellânea de estudos em honra de D. Carolina Michaelis de Vasconcellos,* Coimbra, Imprensa da Universidade,

(do posteriormente designado Palácio da Vila e, provavelmente, de outro espaço na almedina do castelo) parece, de facto, remeter para uma continuidade de espaços construídos no período árabe-islâmico. De facto, o geógrafo do séc. XIV, al-Ḥimyarī, ao descrever Sintra, refere os "dois castelos" desse centro urbano, numa interpretação que corresponderá a essas edificações, ambas amuralhadas.

Nada de especial nesta situação. Ela corresponde exactamente ao que se verifica noutros reinos peninsulares, veiculando uma continuidade populacional mas também, muito previsivelmente, técnica e estética, na expressão de uma corveia colectiva exigido às comunidades muçulmanas. Em Aragão, para citar um exemplo, são variados os serviços exigidos a estes grupos, nomeadamente na responsabilização sobre as muralhas concelhias, ou, ainda, no já referido palácio da Aljaferia de Saragoça, durante o séc. XIV. De resto, esta última obrigação colectiva suscita diversos protestos ao rei, sobre a carga excessiva que representava para a comunidade muçulmana de Saragoça. O monarca não será indiferente a estes apelos: por um lado, compensando os trabalhadores pela perda dos respectivos salários através da outorga de isenções tributárias; por outro, na extensão do serviço a vizinhas comunidades muçulmanas, nomeadamente de Huesca, Calatayud, Daroca "e outras cidades do Reino"[7].

No entanto, ao contrário desta realidade, a documentação compulsada não conservou, no caso concreto da comunidade de Colares, a continuidade deste serviço ao longo dos séculos seguintes ou, sequer, a individualização de alguns desses muçulmanos ou das respectivas especialidades no labor construtivo. Apenas, já na segunda metade do séc. XV, se detecta uma referência isolada, na contribuição de um muçulmano nas obras do Paço de Sintra. Trata-se de um oleiro de Lisboa, Caçome Borracho, a quem o rei concede amplas isenções tributárias porque, justifica, "nos serve e há-de servir nas obras dos nossos paços de Sintra do que pertence a seu ofício"[8]. É muito provável que se trate de um especialista da produção e colocação de cerâmica ornamental, cujo revestimento de pavimentos, paredes e tectos se constituía como uma prática usual deste período. Neste sentido, é impossível não pensar nos pavimentos cerâmicos da capela e do denominado quarto de D. Afonso VI, cuja origem remete justamente para a campanha de obras de D. Afonso V. O seu padrão geometrizante e as ameias muçulmanas que isolam o rectângulo mais central do desenho no pavimento da

1930, doc. X, p. 12; Stéphane Boissellier, *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana, de l'Islam à la Reconquête (Xe- XIVe siècle)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999, doc. 7, pp. 626-627.

[7] Para todos estes aspectos ver: John Boswell, *The Royal Treasure.Muslim Communities under the Crown of Aragon in the Fourteenth Century*, New Haven-London, Yale University Press, 1977, pp. 167-168. Obra online: http://libro.uca.edu/boswell/rt.htm

[8] I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28, fl. 64 v.

capela-mor, fruto de uma sensibilidade mudéjar, levaram, de resto, alguns autores a atribuí-los, fantasiosamente, ao próprio edifício palatino islâmico[9].

O serviço colectivo ao rei avulta, contudo, noutras comunidades, se bem que em período bastante mais tardio. Com efeito, a documentação testemunha, para a centúria quatrocentista, essa obrigatoriedade, intrinsecamente ligada ao património régio (como no caso de Sintra), no referente a duas comunas muçulmanas, a de Évora e a de Santarém. Na primeira referem-se as obras do "Castelo Real", na de Santarém avulta o encargo com o paço de Almeirim. Ambas as imposições se revelam bastante gravosas para as duas comunidades. As cartas de privilégio individual outorgadas a muçulmanos eborenses contemplam especificamente uma cláusula de imunidade deste serviço, pelo menos entre 1451 e 1473. Mais ainda, a sua invocação junto ao rei parece constituir um argumento suficientemente persuasivo por si só, para justificar a isenção de outro tipo de encargos colectivos.

Em 1456 (I-6), é dada a resposta a um requerimento enviado ao monarca pelos muçulmanos de Évora. Alegavam eles serem muito "trabalhados" em alguns "encargos" devidos ao rei, em que continuadamente serviam, "principalmente na obra do castello rreall quando [em] ella mandavamos obrar em tanto que a dicta mouraria se hia de todo a perdiçom". Solicitavam, por isso, a isenção do serviço de aposentadoria, exceptuando a entrega de roupa para os que dormissem na câmara do rei e da rainha, quando estes viessem à cidade. O monarca reconhecendo os "trabalhos que recebem em os dictos nossos encarregos" e, acrescentando, também para evitar algum pecado que se pudesse cometer se cristãos pousassem nesse bairro, outorga o solicitado, proibindo que fosse dada aposentadoria portas adentro da referida mouraria, "e esto emquanto os dictos mouros servirem ou ouverem de servir na obra do dicto castello rreal"[10].

O diploma revela uma negociação, de resto bem sucedida, na troca de um serviço por outro, contemplando, provavelmente, o desfecho de um processo iniciado em período anterior. De facto, esta anúduva ter-se-ia imposto à comunidade muçulmana de Évora por volta de meados ou finais de 1450 ou logo no início do ano seguinte[11]. Ainda em Fevereiro de 1450, eram enunciados todas as obrigações colectivas e

[9] Cf. sobre estas problemáticas José António Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, 2ª ed., Lisboa, IPPAR, 2002; Idem, *O palácio Nacional de Sintra*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico – Scala Publishers, 2002.

[10] I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, fl. 179.

[11] É certo que em Janeiro de 1450, surge já uma referência a esta imposição. Trata-se, contudo, de um muçulmano de Avis, o sapateiro Azmede Gago, a quem, entre outras isenções, é facultada a escusa de servir nas "obras do nosso castello Reall" (I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl. 212 v.). É possível, pois, que antes de o serviço ser estendido à comuna de Évora, abrangesse outras comunidades vizinhas, pois, reitere-se, em Fevereiro desse ano não constava da listagem dos seus encargos colectivos.

tributárias dessa comuna (no que respeitava á própria comuna, ao concelho e ao monarca), sem que, em algum momento, fosse referida a participação nas obras do castelo[12]. A primeira menção surge numa carta de privilégio individual, datada de 22 de Janeiro de 1451 e outorgada ao sapateiro Focem Filipe, em que se introduz uma cláusula escusando-o de "servir nas obras do nosso Castelo Real"[13], que, de resto, se repete, como foi referenciado, na mesma tipologia documental até 1473[14].

Este novo serviço é, contudo, considerado como provisório. A carta régia assim o inculca, validando a mercê outorgada apenas para o período abrangido por esta exigência, numa percepção de transitoriedade que também se plasma num outro diploma individual de privilégio, de Setembro de 1466 (confirmado em Julho de 1482). Neste, salvaguarda-se a continuidade de isenção de aposentadoria para o indivíduo considerado, mesmo "se per ventura [a] apousentadoria que hora he ordenada em alguum tempo sse desfizer"[15].

A que "castelo real" se refeririam estes diplomas? A tipologia parece indicar a zona da alcáçova, o que remeteria estes muçulmanos para as obras das suas muralhas. No entanto, os paços da alcáçova estavam já desactivados, depois dos tumultos de 1383 e, em 1446 (IV-30), D. Afonso V fizera mesmo doação a Martim Afonso de Melo do "nosso castello velho da cidade d'Évora com suas torres, casas, pardieiros, quintais e arvores"[16]. O poder régio na cidade materializava-se, pois, desde o reinado de D. João I, em função de um outro espaço, os Paços de S. Francisco[17], sendo, com D. Afonso V, que o edifício régio se começou a estruturar nas suas linhas gerais[18]. A percepção do "castelo real" deve, pois, remeter para esta obra em construção, tanto mais quanto se perfila como um espaço amuralhado, em que a cerca conventual serviu de base estruturante a uma muralha que foi sendo sucessivamente reestruturada em torno do paço[19] – um novo castelo, na percepção da comunidade muçulmana e, provavelmente, do conjunto da população da cidade.

---

[12] I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl. 12.

[13] I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 35, fls. 18 – 18 v.

[14] O diploma de privilégio é outorgado a Brafome Çadim, em 28 de Janeiro de 1473 – I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 33, fl. 22 v.. Refira-se, no entanto, que uma destas cartas de privilégio, de Junho de 1468, é confirmada em Dezembro de 1498 – I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 24.fl. 53. Este âmbito cronológico não foi, contudo, considerado, por poder tratar-se de uma reiteração global das cláusulas anteriormente consignadas e não existirem outros elementos que comprovem a hipotética continuidade deste serviço.

[15] I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 12, fls. 136 – 136 v..

[16] Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [1998], doc. XXVII, p. 270.

[17] De facto um outro palácio real, será edificado na Praça Grande da cidade, em meados do séc. XV, sendo destinados a Estaus e doados ao concelho da cidade.

[18] Cf. Gustavo Silva Val-Flores, *O Paço Real de Évora. Apogeu e declínio de um espaço régio* (no prelo)

[19] Gustavo Silva Val-Flores, *O Paço Real de Évora,* pp. 74-75.

Se ignoramos o tempo exacto e a extensão desta participação nestas campanhas construtivas, menos elementos se registam, ainda, para Santarém, se bem que em comum ambas se reportem a espaços palatinos. De facto, apenas dois diplomas contemplam este serviço. O mais antigo data de Março de 1466, e constitui-se como um acto negocial com o monarca, tal como se tinha verificado para Évora. Assim, a comuna dos mouros invoca a grande carga tributária a que estava sujeita, mencionando especificamente dois factores, os "pididos que paguavam" e as obras de Almeirim, aos quais acrescentava o argumento mais generalista de "outras servidões". Este argumento serve para solicitar a isenção de novas avaliações, por um período de três anos, ficando, pois, nas quantias anteriores, o que lhes é, igualmente, concedido pelo soberano[20].

Mais interessante se revela o segundo diploma, dirigido a Mafamede Baboso e Brafome Baboso, ambos de Santarém, em que são outorgadas amplas imunidades tributárias, justificadas pelo facto de terem servido o monarca em Castela. Entre os privilégios enunciados, refere-se, por duas vezes, a isenção de servir nas obras e serviços de Almeirim, acrescentando-se "sem embargo do mando nosso que temos pasado em comtrairo per que nenhuum nom seja escusado nem posa hir por privilegeos e cartas nosas que tenha"[21]. A importância desta prestação colectiva impende, pois, tanto às comunidades, pela sobrecarga que lhes impõe, como ao próprio soberano, que, para o efeito, não permite, em princípio, qualquer subtracção individual a este serviço, envolvendo, de facto, toda a comunidade. Uma vez mais, contudo, a documentação não permite aclarar a duração deste serviço ou a extensão e especificidades da intervenção muçulmana neste paço.

Duas observações se devem, ainda, formular em relação a estes serviços. Uma primeira, na comparação com as demais comunas muçulmanas do Reino, para as quais se não exaram, de facto, obrigações similares, como é, por exemplo, o caso de Lisboa ou Setúbal, de que se conhece bastante bem a carga tributária no século XV. Tal facto aponta para uma diversidade dos vários grupos em função dos contextos específicos de inserção, mas também do pragmatismo da Coroa, na resolução das suas próprias necessidades. Pragmatismo que, contudo, envolve uma acção negocial com as comunidades abrangidas, nas contrapartidas outorgadas por este encargo.

Uma segunda observação remete para um outro serviço colectivo ligado à construção, esse si, sem tempo limitado, na responsabilização das comunas pelos muros que cercavam as respectivas mourarias. Com efeito, a delimitação física desses espaços através de uma cintura amuralhada (se bem que não presente em todos esses bairros), marca a paisagem de muitas cidades portuguesas meridionais. Não obstante, na segunda metade do séc. XV, esta obrigação colectiva parece ter-se

[20] I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 12, fl. 60 v.
[21] I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 6, 29 v..

transformado numa participação monetária da comunidade, que pagaria a mão-de-obra especializada para intervir em caso de necessidade. É o que se depreende para Lisboa e Setúbal[22], acrescentando-se, nesta última localidade, os encargos com a manutenção e reparação das "calçadas" da mouraria e da sua mesquita, "nas paredes e telhados e todo outro repairo"[23].

2. Paralelamente ao anónimo e colectivo serviço do rei, estrutura-se uma outra realidade, a da participação individual dos muçulmanos nos ofícios construtivos, enquanto mesteres qualificados. Reitere-se, contudo, que esta participação se processa em níveis bem menos representativos do que o que se verifica nos demais reinos ibéricos. Assim, e em contraste com o que Gonzalo Borrás detecta para Aragão, tanto em edifícios civis como religiosos, os níveis de individualização de mestres-de-obras muçulmanos são praticamente inexistentes em Portugal.

A pedra consigna, apenas, a memória de um destes responsáveis mudéjares: o mouro Calvo "maestre de fazer este castelo do Alandroal", cuja inscrição se inscreve justamente no referido castelo, de finais do séc. XIII, materializando uma identidade partilhada, que, de resto, caracteriza estes grupos minoritários. A lápide consigna a divisa dos reis de Granada em árabe, conquanto inscrita em caracteres latinos, seguida da respectiva tradução ("Deus e e Deus sera por quen el for esse vencera"), concluindo com a identificação do responsável da obra. Uma segunda inscrição, entretanto desaparecida, enfatizaria esta autoria, referindo apenas "Mouro me fez"[24]. Do século anterior data outra inscrição, da Sé Velha de Coimbra, em caracteres árabes, gravada na face exterior da parede norte da nave, junto ao transepto, remetendo, de facto, para a importância do conhecimentos dos muçulmanos nas técnicas construtivas, pelo menos nas primeiras fases de constituição do Reino português[25]. No entanto, esta última não identifica a autoria da obra, nem posteriormente a estes dois casos se conhecem outros exemplos similares que atestem a existência de muçulmanos responsáveis pela construção de edifícios civis ou militares.

Referências documentais esparsas, não obstante, pontuam a sua actuação em pequenas obras construtivas, como lagares ou poços, revelando-se mais significativo o caso do vedor das obras da torre da Porta de Farto de Loulé, que, em 1404, é

[22] Neste sentido se refere o encargo comunitário de *"pagar no çerco da dicta mourarja"* (1471-VI-23) caso de Lisboa – I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 16, fl. 138 v. – e o pagamento e contribuição "no corregimento E dubio de todo o çerquo da dicta mourarja", em Setúbal (1488-V-11) – I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 11, fl. 114.

[23] Ver nota anterior.

[24] Mário Jorge Barroca, *Epigrafia medieval Portuguesa (862-1422),* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, vol. II, tomo I, nº 1114-1118.

[25] Mário Jorge Barroca, *Epigrafia medieval Portuguesa (862-1422),* vol. III, nº 27, p. 66,

Brafome, "filho do creligo", ou seja do imâm da comuna, a quem o concelho entrega 300 libras para o pagamento "dos mestres" que aí tabalham[26].

Mas será da segunda metade do séc. XV que, na cidade de Évora, e justamente em relação com os Paços régios, avultará uma outra personagem muçulmana, se bem que de origem forânea. Em 1466 (IX-17), o carpinteiro Azmede Castelão, morador em Évora, recebe carta de privilégio outorgando-lhe total isenção tributária, tanto em relação às obrigações da comuna, como do concelho e da própria Coroa. O diploma revela-se bastante pormenorizado, em contraste com outros similares, especificando as imunidades atribuídas, (como no serviço no "castelo real" ou na aposentadoria), e introduzindo mesmo uma nota insólita nesta tipologia documental: a coima de dois mil reais para quem infringisse, no todo ou em parte, as disposições prescritas, sem embargo, justifica-se, da "promessa" feita à referida comuna de não serem outorgados privilégios similares, "por ser estrangeiro e bom ofiçial he neçesario aa dicta çidade"[27].

Esta cláusula revela, desde logo, as tensões internas que se esperariam com a outorga deste diploma. De facto, a partir de meados do séc. XV, uma onda de conflitualidade varreu as comunidades muçulmanas do país, opondo o comum aos seus privilegiados, acusados de não participar nos encargos colectivos, sobrecarregando, assim, os demais, e fazendo periclitar a própria sustentabilidade interna dos grupos[28]. Évora não foi excepção. Deste modo, a "promessa" referida no diploma reporta-se à carta outorgada pelo mesmo soberano, D. Afonso V, em 1450 (IV-2), em que suspendia quaisquer privilégios relacionados com o "prol comunal", ou seja, com as obrigações colectivas da comuna[29]. É certo que, como noutros casos, é o próprio soberano a quebrar as suas próprias determinações, como este diploma o demonstra. À justificação da necessidade da cidade em função do desempenho deste "bom oficial", agrega-se o facto de ser "estrangeiro", situação que, de resto, se projecta na própria estrutura onomástica, na referência de "Castelão" (de Castela), que se segue ao nome próprio. Não seria, pois, esse o segundo elemento do seu

[26] A.H.M.L., Livro de Receita e Despesa (1403-1404), CMLLE/E/A/001/LV004, fl. 4.

[27] I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 12, fls. 136 – 136 v..

[28] Maria Filomena Lopes de Barros, *Tempos e Espaços de Mouros. A Minoria Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007, pp. 543 e ss.

[29] Exceptuavam-se, no entendimento destes privilégios, a quantia anual de mil reais brancos correspondendo à encomenda ao monarca, o pagamento do soldo do responsável religioso (o "capelão"), do carniceiro da comuna, do foro da respectiva carniçaria, das esteiras da mesquita e do touro, que tinham que dar ao concelho na festa do Corpo de Deus, assim como os serviços de manutenção dos muros da mouraria, e de abertura e encerramento das portas do bairro – I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl. 12. As cartas de privilégio considerariam, portanto, apenas os encargos individuais, nomeadamente no pagamento referente à tributação régia.

nome mas sim um antroponímico de origem, que o individualizaria, de facto, na cidade. Mas o fundamento desta outorga de privilégios deveria radicar mais na protecção do coudel-mor da cidade, Fernão da Silveira, "que por ele requereu", do que noutra ordem de factores. De facto os Silveiras encontram-se ligados, desde pelo menos o reinado de D. Afonso IV e até ao de D. Manuel, à comuna muçulmana de Évora, por vínculos de encomenda[30]. Tal não justifica, contudo, por si só esta intervenção. É possível que a imigração do mestre carpinteiro estivesse ligada a uma contratação específica, nomeadamente nos paços do coudel-mor, solar urbano (correspondendo às actualmente designadas "Casas Pintadas", na rua Vasco da Gama) que foi morada dos Silveira-Henriques durante os séculos XV-XVI[31].

Como quer que seja, Azmede Castelão parece ser bastante solicitado, referindo-se no mesmo diploma a necessidade de atender "algumas obras pela cidade". Uma hipótese seria relacionar a sua actuação com a especialidade em tectos de alfarge, marca significativa da arte mudéjar. Não obstante, um documento posterior revela uma outra aptidão técnica, assim como um percurso extenso e bem sucedido no desempenho do respectivo mester. Refira-se que a carta de privilégios outorgada por D. Afonso V será confirmada por D. João II em 1489 (XII-12), monarca que, em 1491 (II-27), nomeia "Azmede Carpinteiro" como paceiro "de nossos paços desta nossa çidade d'euora honde he morador", com o pagamento anual de dois mil reais e um moio de trigo, "e assi com todallas outras honrras liberdades que tem os nossos paçeiros e almuxarifes dos paços de nossos Regnos". A especificação do ofício é feita em seguida, referindo-se lhe devem ser entregues "todallas alfaias pertenças que nellas ha pera nosso apoussentamento e portas ferrolhos fechaduras alldrabas pera ssenpre dar delles conta e recado"[32]. Interessante será referenciar a assimilação deste "estrangeiro". Se, em 1466, é a exterioridade à cidade que determina a sua identificação, no epíteto que veiculava a sua origem de Castela, parece que, no final de um percurso de cerca de 30 anos em Évora, essa percepção se encontraria já ultrapassada, limitando-se os parâmetros onomásticos ao seu desempenho artesanal.

De resto, é também a análise onomástica que fornece outros elementos que permitem deduzir da relação entre estes muçulmanos e algumas actividades específicas ligadas à construção. De facto, se em alguns casos esses antroponímicos se transformam em apelidos, a sua origem, não obstante, traduzirá uma pelo menos pretérita

---

[30] Maria Filomena Lopes de Barros, *Tempos e Espaços de Mouros. A Minoria Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)*, pp. 307-312.

[31] Os frescos que deram nome à habitação foram mandados pintar pelo seu filho, Francisco da Silveira, também coudel-mor, cargo que se perpetuou na linhagem – Cf. Joaquim Oliveira Caetano e José Alberto Seabra Carvalho, "*He nobreza as cidades haverem em ellas boas casas*. A propósito de dois palácios eborenses", *Monumentos* 26 (2007), pp. 58-75.

[32] I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. João II*, livro 9, fl. 113.

ligação a ofícios específicos. Assim, em Évora, para além deste carpinteiro, referem-se ainda os Caeiros (nome que abrange oito indivíduos, devendo, pois, constituir-se já como um apelido de família[33]); em Moura e em Sives, um Alvané[34] ("al-Bannā'", de que advém o termo alvenaria); em Lisboa, dois Carpinteiros e dois "Azulejos". Não é também de excluir (como o caso de Caçome Borracho em Sintra o testemunha), que o mester de oleiro, um dos nichos económicos da minoria muçulmana em muitos centros urbanos (com relevo para Lisboa), se possa também relacionar com a produção de ladrilhos ornamentais para a decoração de interiores.

Sublinhem-se, contudo, alguns dos casos referenciados. Os alvanés seriam, indubitavelmente, os mais directamente ligados às actividades construtivas, No entanto, apenas são mencionados, como foi referido, em contexto onomástico. O primeiro, Brafome Alvané, num diploma de 1312, enquanto membro de uma elite muçulmana que celebra, com D. Dinis, um aforamento colectivo da várzea de Ardila (Moura)[35]. O segundo, Mafamede Alvané, num contexto mais tardio, em 1474, na enunciação de uma casa na mouraria de Silves, a que se acrescenta a indicação de que se tratava de um "mouro surdo"[36].

Já relativamente aos "Azulejos", as referências, ainda que parcas, revelam-se mais elucidativas. Feyate Azulejo, recebe carta de alforria de D. João II, em 1481 (IV-7), em "remuneração" pelos serviços prestados, especificando-se, contudo, que essa será a única recompensa do muçulmano nos futuros trabalhos a realizar para o monarca ("e que isso mesmo quando quer que ouvermos mester pera alguma obra ou cousa de nosso serviço que o faça per maneira que ora faz e sem aver mais de nos do que ora [a]cha")[37]. Parece ser a primeira referência cronológica ao vocábulo, na denominação deste indivíduo através, justamente, do que seria a sua especialização, podendo, de facto, traduzir a introdução desta técnica e a sua produção em Portugal ainda em finais do séc. XV. Personagem que, contudo, não deveria ser autóctone, o que justificaria a sua condição de escravo do soberano, valendo-lhe a aplicação dos seus conhecimentos técnicos a respectiva alforria, se bem que subordinada perpetuamente às exigências do monarca.

Um outro "Azulejo" é referenciado em Lisboa, em período mais tardio. Trata-se de Ale Azulejo, casado com Alima e ai morador, que, em 1498 (III-16), empraza, em três vidas, uma casa na Mouraria da cidade, contrato que lhe é confirmado em

---

[33] Maria Filomena Lopes de Barros, *Tempos e Espaços de Mouros. A Minoria Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)*, Quadro 8, p. 297.

[34] Do árabe "al-Bannā'", "pedreiro, construtor", de que advém o termo alvenaria.

[35] I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Dinis,* Livro 4, fl. 63.

[36] Maria José da Silva Leal (ed.), *Livro do Almoxarifado de Silves (séc. XV)*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Livros Horizonte, 1989, p. 33.

[37] I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. João II*, Livro 2, fl. 7.

1501[38]. Os parâmetros de identificação passam por elementos adicionais, remetendo, explicitamente, para a sua profissão de "mestre azuleiro" e, ainda, para a sua qualidade de "mouro da Rainha D. Leonor". Esta informação não é despicienda, num período posterior ao édito de expulsão/assimilação das duas minorias religiosas, publicado por D. Manuel, em Dezembro de 1496. Pese a ele, Ale e sua mulher continuavam muçulmanos (como os parâmetros antroponímicos o atestam) e a viver no bairro anteriormente ligado a essa minoria, numa excepcionalidade que se justificaria pelo carácter extraordinário da sua especialidade artesanal, ligado, uma vez mais, ao serviço da família real.

*

No seu conjunto, pois, as referências documentais, embora descontinuadas e incompletas no que ao âmbito de actuação concreta destes muçulmanos se refere, remetem para a importância destes elementos no âmbito da construção na zona meridional do Reino, onde se concentram, de resto, estas comunidades. Vector sobretudo relacionado com o serviço ao monarca, que se estrutura em dois níveis de participação: os serviços colectivos que se prolongam ainda na segunda metade do século XV, em função da remodelação/construção de espaços palatinos, o desempenho individual de mesteres especializados em diferentes âmbitos de actuação, cujas referências destacam um mesmo vínculo à casa real. A assimetria documental do período medievo, em que, de facto, avulta a conservação da documentação régia, poderá explicar esta tendência, silenciando as contribuições nas edificações concelhias, nobres ou mesmo eclesiásticas. É difícil não pensar na irradiação de um modelo artístico a partir dos parâmetros de expressão material régia e, consequentemente, da utilização dos mestres de ofício e das técnicas neles envolvidos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

IAN-TT – Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo

Chancelaria D. Afonso V – **Livros 6, 12, 16, 13, 28, 33, 34, 35.**
Chancelaria de D. Dinis – Livros 1, 4.
Chancelaria de D. João II – Livros 2, 9, 11, 12, 24.
Chancelaria de D. Manuel – Livro 17.

AHML – Arquivo Histórico Municipal do Lisboa

Livro de Receita e Despesa (1403-1404), CMLLE/E/A/001/LV004.

[38] I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, livro 17, fl. 15; Idem, *Livro 2 da Estremadura*, fls. 93 v. – 95; publicado: VITERBO, Sousa, "Ocorrências da Vida Mourisca", *Arquivo Histórico Português*, V (1907), pp. 254-255.

Estudos

AZEVEDO, Pedro de, Os reguengos da Estremadura na 1ª dinastia, *separata de Miscellânea de estudos em honra de D. Carolina Michaelis de Vasconcellos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, doc. X, p. 12;

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, vol. II, tomo I, nº 1114-1118; vol. III, nº 27, p. 66.

BARROS, Maria Filomena Lopes de, *Tempos e Espaços de Mouros. A Minoria Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007, pp. 543 e ss.

BOISSELLIER, Stéphane, *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana, de l'Islam à la Reconquête (Xe- XIVe siècle),* Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999, doc. 7, pp. 626-627.

BORRÁS GUALIS, Gonzalo M, "Sobre la condición social de los maestros de obras moros aragoneses", *Anales de História del Arte*, nº estra 1 (2008), pp. 89-102.

BORRÁS GUALIS, Gonzalo M., *El arte mudéjar, Teruel*, Instituto de Estudios Turolenses, 1990.

BOSWELL, John, *The Royal Treasure.Muslim Communities under the Crown of Aragon in the Fourteenth Century*, New Haven-London, Yale University Press, 1977, pp. 167-168. Obra online: http://libro.uca.edu/boswell/rt.htm

CAETANO, Joaquim Oliveira e José Alberto Seabra CARVALHO, "He nobreza as cidades haverem em ellas boas casas. A propósito de dois palácios eborenses", *Monumentos 26* (2007), pp. 58-75.

LEAL, Maria José da Silva (ed.), *Livro do Almoxarifado de Silves (séc. XV)*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Livros Horizonte, 1989, p. 33.

MIGUEL RODRÍGUEZ, Juan C., *La comunidad mudéjar de Madrid*, Madrid, Al-Mudayna, 1989.

MIGUEL, Carlos, "Los alarifes de la villa de Madrid en la Baja Edad Media", in *IV Simposio Internacional de Mudejarismo.* Actas, Teruel, Instituto de Estudios Turolenses, 1990, pp. 27-37.

MONTALVO HINOJOSA, José, Los mudéjares. *La voz del Islam en la España Cristiana*, vol. 1, Teruel, Instituto de Estudios Turolenses, 2002, p. 215 e ss.

PEREIRA, Gabriel, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [1998], doc. XXVII, p. 270.

PEREIRA, Paulo, "O problema do mudejarismo", in *História da Arte Portugeusa*, dir. de Paulo Pereira, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 39 e ss.

SILVA, José António Vieira da, *O palácio Nacional de Sintra*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico – Scala Publishers, 2002.

SILVA, José António Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, 2ª ed., Lisboa, IPPAR, 2002.

VAL-FLORES, Gustavo Silva, *O Paço Real de Évora. Apogeu e declínio de um espaço régio* (no prelo).

VITERBO, Sousa, "Ocorrências da Vida Mourisca", *Arquivo Histórico Português*, V (1907), pp. 254-255.

RESUMO: Em termos historiográficos, os muçulmanos do reino português não são especialmente vinculados às obras construtivas, ao contrário do que se verifica nos demais reinos ibéricos, especialmente em Aragão. De facto, a documentação é escassa neste particular. No entanto, através de dispersas menções documentais é possível traçar um percurso da sua efectiva participação neste particular, na zona meridional do país. Vinculados a um serviço comunitário à coroa, desde pelo menos o séc. XIII, a sua participação coerciva na construção/manutenção de edifícios palatinos estende-se até ao séc. XV. Esta intermitente prestação de serviços, consonante às necessidades do monarca, é complementada através de desempenhos individuais de artesãos muçulmanos, sobretudo no interior dos edifícios, remetendo para uma integração de muçulmanos de além fronteiras.

Palavras-chave: Muçulmanos do reino português, Obras construtivas, Participação coerciva, Participação individual, Artesãos muçulmanos.

RÉSUMÉ: En termes historiographiques, les musulmans du royaume portugais ne sont pas particulièrement liés aux travaux de construction, à la différence des autres royaumes ibériques, surtout en Aragon. En fait, la documentation est rare à cet égard. Cependant, à travers des références documentaires éparses il est possible de tracer un chemin de leur participation effective, en particulier dans le sud du pays. Lié à un service communautaire à la couronne, au moins depuis le 13ème siècle, sa participation forcée à la manutention et construction des bâtiments palatines s'étend jusqu'au 15ème siècle. Ce service intermittent, en fonction des besoins du monarque, est complété par la participation individuelle des musulmans artisans, qui se vérifie surtout à l'intérieur des bâtiments, en intégrant des musulmans d'origine étrangère.

Mots-clés: Musulmans du royaume portugais, Travaux de construction, Participation forcée, Participation individuelle, Musulmans artisans.

SALÁRIOS E NÍVEIS DE VIDA DOS CONSTRUTORES EM PORTUGAL NA BAIXA IDADE MÉDIA

SÉRGIO CARLOS FERREIRA*

O estudo dos salários medievais portugueses constitui um desafio de enorme complexidade tantas são as questões e variáveis a considerar e tão poucas as fontes passíveis de serem trabalhadas. No caso dos mesteres ligados à construção não é possível ambicionar interpretações com o nível de especificidade que conseguiram, entre outros, Christopher Dyer para Inglaterra[1], Earl J. Hamilton para Valência, Navarra e Aragão[2] ou Micheline Baulant para Paris[3]. Com efeito, estes autores alicerçaram as suas conclusões em extensas séries salariais, quando em Portugal apenas se conhece algumas dezenas de pagamentos régios, municipais e de instituições religiosas e escassos tabelamentos de natureza régia e concelhia.

Em todo o caso, e apesar desta disparidade, a construção foi um dos sectores que mais registos salariais deixou nos arquivos portugueses e cuja natureza (maior frequência de pagamentos monetários por unidade de tempo) permite, porventura, a análise mais rigorosa dessa faceta da vida medieval. A reforçar esta ideia encontra-se também o facto de "a construção ter sido a indústria que empregava mais trabalhadores livres na Idade Média, existindo razões para crer que as variações na remuneração destes trabalhadores indicam os movimentos dos salários em geral"[4].

* Bolseiro de doutoramento da FCT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CITCEM.

[1] Dyer, *Standards of living…*, Cambridge, 1989.

[2] Hamilton, *Money, prices and wages…*, Cambridge, 1936.

[3] Baulant, "Le salaire des ouvriers du bâtiment…", Paris, 1971.

[4] Hamilton, *Money, prices and wages…*: 110.

1. AS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHADOR

As características do trabalhador determinavam, em grande medida, o nível de remuneração que este era capaz de alcançar durante a sua vida. Desde a idade ao sexo, passando pela capacidade física, conhecimentos técnicos, experiência e fama no mercado de trabalho, vários aspectos definiam uma hierarquia dentro de cada mester. Para o período em estudo esta nem sempre aparece de forma clara, até pelo seu carácter essencialmente informal, como revelam os títulos e expressões adoptadas[5]. Em todo o caso, dois critérios tendiam a justificar a atribuição dos maiores jornais: a técnica superior do mestre que lhe conferia o valor da escassez e a sua aptidão para assumir a responsabilidade por uma obra de alguma complexidade, o que o levava, muitas vezes, a chefiar uma equipa. Respondem a este nível expressões como os *"boons"* (Évora, c. 1379-81), o "*mestre que mais sabe e he melhor*" (Loulé, 1403), o "*mestre se he d avantajem*" (corte de D. Duarte) ou o *"mestre que tiver carreguo dobra*" (Lisboa, 1499)[6]. A fama no mercado de trabalho, mas sobretudo a experiência destes mestres, era fundamental para a obtenção dos maiores jornais e das melhores empreitadas. Note-se o sucedido em 1356, por ocasião de obras na muralha da cidade do Porto. Domingos Anes, mestre pedreiro a quem tinha sido atribuída a direcção da obra, renunciou ao cargo em virtude de não se achar capaz de a *"fazer nem acabar como conpria"*, sugerindo o nome de outro mestre pedreiro, Pero Cerveira, mais experiente nesse tipo de construções[7].

Seguiam-se, segundo os mesmos critérios, os mesteirais que não possuíam a mesma qualidade ou experiência, ainda que pudessem merecer o título de mestre ou de oficial: os "*que nom som taaes*" dizia-se em Évora de finais do século XIV, o "*mestre que nom he atam boo*", em Loulé, no início de Quatrocentos, "*outros mesteyraes que taes non som*", na corte de D. Duarte[8]. A sua condição apenas lhes permitia auxiliarem os melhores mestres ou assumirem "*cousas pequenas honde abasta huu soo ofiçiall com seus moços*"[9].

Aprendizes e serventes constituíam uma terceira e quarta categorias, se bem que a diversidade de situações profissionais, a par da informação abreviada dos registos, torne muitas vezes difícil estabelecer barreiras precisas. Mediante a sua idade e competências, um aprendiz podia ganhar quase tanto como um mestre ou menos do que um servente. O léxico adoptado é também fonte de imprecisões.

---

[5] Perspectiva já avançada por Arnaldo Melo. Cf. Melo, *Trabalho e Produção…*, vol. I: 261-266.

[6] Pereira, *Documentos Históricos…*: 149; *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV…*: 128-129; *Livro dos Conselhos…*: 165; *Livro das Posturas Antigas…*: 230.

[7] *Corpus Codicum…*, VI-II: 55 (doc. 37).

[8] Pereira, *Documentos Históricos…*: 149; *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV…*: 128-129; *Livro dos Conselhos…*: 165.

[9] *Livro das Posturas Antigas…*: 230.

Palavras como moço, mancebo ou criado, embora características de um estatuto de aprendizagem, podiam significar tão-somente mão-de-obra servente.

Ainda mais diversificado era o vocabulário empregue para designar esta última condição: serventes, servidores, serviçais, braceiros, obreiros, sergentes, açacais, ganha-dinheiros e expressões genéricas como *"homem que o ajudou"* ou *"homem que i andou com el"*[10] foram comuns ao longo dos séculos XIV e XV. Em todo o caso, registem-se as seguintes precisões: braceiro e trabalhador braçal traduziram realidades diferentes, tendo sido sobretudo o primeiro conceito a ser utilizado nos sítios de construção; açacais e ganha-dinheiros não constituíam mão-de-obra específica da construção, embora também apareçam a executar tarefas nesse contexto e de duração inferior a um dia. Os primeiros ficaram conhecidos pelo transporte de água, telhas e outros materiais[11], enquanto os segundos representavam uma força de trabalho indiferenciada[12]. Recorde-se, finalmente, a crescente utilização de mão-de-obra escrava, masculina e feminina, ao longo do século XV: em 1485-86, vários escravos receberam 120 reais por acarretarem telha e madeiras para a construção de um alpendre no Funchal[13] e, em 1499, eram pagos 10 reais a uma negra que transportou água para ladrilhar a cadeia da vila de Montemor-o-Novo[14].

Confrontando-se os jornais pagos a estes "grupos", no quadro de pedreiros e carpinteiros, conclui-se que a relação salarial entre os melhores mestres e mestres ou oficiais "regulares" foi pautada por uma grande homogeneidade geográfica e estabilidade ao longo dos anos, com estes a auferirem, em média, entre 80 a 90% dos maiores vencimentos. É significativo que, num período superior a 120 anos, concelhos geograficamente tão díspares como Évora, Loulé ou Porto tenham chegado a estabelecer exactamente a mesma diferença: 25% a favor dos melhores mestres.

Por sua vez, e em linha com o que se conhece para várias partes da Europa[15], os salários dos trabalhadores menos qualificados terão sido os que mais subiram em Portugal ao longo da Baixa Idade Média. Os dados disponíveis demonstram que a diferença salarial entre servente e mestre foi significativamente reduzida ao longo do século XV. Se em 1340-41 e por volta de 1380 um servente da construção habi-

---

[10] Sousa, "O «Livro das Despesas do Prioste»…": 132-133.

[11] *"que os açacaaes e pessoas que andam acarratando augua pera as obras do castello delrey e outrossy do concelho"* (Évora, c. 1379-81). Pereira, *Documentos Históricos…*: 133.

[12] Sousa, "O «Livro das Despesas do Prioste»…": 132.

[13] *Vereações da Câmara Municipal do Funchal…*: 168 e 170.

[14] Fonseca, *Montemor-o-Novo no Século XV*: 179.

[15] De acordo com Christopher Dyer, a diferença salarial entre o topo e a base da hierarquia diminuiu ao longo do século XV, com o melhor pedreiro de finais dessa centúria a auferir, em média, entre duas a três vezes o salário de um obreiro quando, 200 anos antes, recebia quatro vezes ou mais. Dyer, *Standards of living…*: 227.

tacional auferia menos de 50% do vencimento de um mestre, já na segunda metade de Quatrocentos era comum superar os 70%.

Quadro I. Diferenças salariais por categoria nas profissões de carpinteiro e pedreiro.

Data (espaço)	Mester	"Melhores mestres"	"Mestres regulares" (% face ao 1.º escalão)	Serventes (% face ao 1.º | 2 escalões)
1340-41 (Évora)	Carpinteiro; Pedreiro	7 a 10 s.	–	2 a 4,5 s. 28 a 57% (média de 43%[16])
13[79-82] (Évora)	Carpinteiro; Pedreiro	10 s. + comer	8 s. + comer 80%	4 s. < 40% | < 50%
1403 (Loulé)	Mesteiral	15 rs. + comer ou 20 rs.	12 rs. + comer ou 16 rs. 80%	–
1403-04 (Loulé)	Pedreiro	21 rs.	–	12 rs. (57%)
1413 (Porto)	Carpinteiro; Pedreiro	10 rs. + comer	8 rs. + comer 80%	–
[1433-38] (régio)	Pedreiro	25 r.	20 r. 80%	15 e 16 r. 60 a 64% | 75 a 80%
1441 (régio)	Carpinteiro	–	20 r.	15 r. 75%
1443 (Porto)	Pedreiro	20 r.	18 r. 90%	–
1448 (régio)	Carpinteiro	–	25 r. (?)	18 r. 72%
1450-51 (Loulé)	Mesteiral	–	25 r. (?)	15 r. 60%
1450-51 (Porto)	Pedreiro	25 e 20 r.	20 e 18 r. 80 a 90%	16 e 15 r. 64 e 75% | 80 a 83%
1450-51 (Porto)	Carpinteiro	25 r.	20 r. 80%	16 r. 64% | 80%
1480 (Porto)	Pedreiro	40 r.	32 e 35 r. 80 a 88%	28 r. 70% | 80 a 88%
1481 (Porto)	Pedreiro	45 r.	40 r. 89%	–

[16] Esta percentagem constitui a média de todas as relações salariais manifestadas no respectivo livro de contas.

Data (espaço)	Mester	"Melhores mestres"	"Mestres regulares" (% face ao 1.º escalão)	Serventes (% face ao 1.º | 2 escalões)
1483 (Loulé)	Carpinteiro	40 r.	35 r. 88%	25 r. 62,5% | 72%
1491-92 (Porto)	Pedreiro	50 r.	40 r. 80%	-
1493 (Funchal)	Pedreiro	70 r.	–	40 r. 57%
1499 (Lisboa)	Pedreiro; Carpinteiro	40 r. + comer ou 60 r.	30 r. + comer ou 50 r. 83%	20 r. + comer ou 35 r. 58% | 70%

Naturalmente, estas percentagens devem ser tidas como aproximadas e referem-se apenas ao pagamento de jornais, não podendo, por isso, ser confundidas com diferenças baseadas no rendimento que cada trabalhador conseguia efectivamente obter, produto em grande medida da capacidade de acesso ao mercado de trabalho. A este nível torna-se indispensável analisar as raras indicações de dízimos profissionais. Relativas a Braga e a Tomar, estas revelam, sem surpresa, níveis de diferenciação superiores: de pedreiros ou carpinteiros sem ajudantes apenas se esperava que atingissem 60% do vencimento dos mestres com oficina. Da mesma forma, de um braceiro apenas se estimava que conseguisse obter entre 32% a 40% do vencimento de um mestre com oficina e entre 50% a 67% do ganho de um mesteiral sem ajudantes[17].

Quadro II. Dízimos profissionais em Tomar e Braga em meados do século XV.

Mester	"Dízimo Profissional"	Percentagem
TOMAR (1457)		
Carpinteiro, Pedreiro, Alvanel e Ferreiro com oficina	20 e 25 r.	
Carpinteiro, Pedreiro e Alvanel sem ajudantes	12 e 15 r.	**60%**
Braceiro	8 r.	**32 a 40% | 53 a 67%**
BRAGA (meados do século XV)		
Pedreiro, Carpinteiro, Ferreiro e Pintor	40 r.	
Braceiro e ganha-dinheiros	20 r.	**50%**

[17] Ferro, "A Vigairaria de Tomar…": 144-146; Marques, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*: 468.

Como referido, a condição de aprendiz era muito ambivalente, pelo que o regulador político raramente tabelou os seus jornais. A actuação mais comum consistiria em avaliar caso a caso as capacidades do aprendiz, num modelo semelhante ao preconizado pela câmara de Lisboa em 1499. Segundo este, todo o aprendiz do ofício de pedreiro ou de carpinteiro devia ser examinado por dois oficiais e, mediante o que soubesse, receberia certidão sobre o que devia ganhar nesse ano[18].

Com a escassez de mão-de-obra originada pela Peste Negra, as ocupações tradicionais da mulher estenderam-se a alguns trabalhos pesados previamente monopolizados pelo homem[19], incluindo a produção de materiais como ferro e telhas. Como refere o regimento de Pêro Tristão, corregedor de Entre Tejo e Guadiana em 1365, *"as mulheres não querem servir em aquelo que antes costumavam de servir e tomam outros ofícios"*[20]. Nos sítios de construção, desempenharam tarefas similares às dos aprendizes mais jovens e às dos serventes, como transportar água, varrer e amassar cal[21]. No reino de Aragão, as mulheres recebiam valores semelhantes aos dos aprendizes mais jovens, mas quase sempre metade das quantias pagas aos serventes, embora trabalhassem junto destes e realizassem tarefas idênticas[22]. A falta de fontes não permite a mesma afirmação para Portugal, embora o muito citado jornal das telheiras de Évora em 1380 indicie uma realidade semelhante. Recorde-se que estas recebiam 3 soldos, cerca de 25% e 43% dos 7 e 12 soldos estabelecidos para os mesteirais[23]. Tratava-se de uma diferença muito mais acentuada do que a verificada nas diversas tarefas agrícolas, que permitiam um ganho de 67% a 80%, e ainda mais penalizadora quando confrontada com as actividades de tecer ou moer cereal, taxadas sem diferença de sexo na mesma cidade[24].

---

[18] *"todo aprendiz asi do ofiçio de pedreiro como de carpenteyro sera exsamjnado per dous ofiçiaaes (…) e segundo o que souber a ese respeito lhe sera dado çertidam na dita camara do que leuara de seu jornal aquelle anno que for examjnado". Livro das Posturas Antigas…*: 230.

[19] Dyer, *Standards of living…*: 230.

[20] Ribeiro, *Dissertações chronologicas…*, vol. III: 130-131.

[21] Em 1451, o procurador da câmara de Loulé pagava 7,5 reais a uma mulher pelo transporte de 15 cântaros de água para amassar cal em obra realizada na vila. Arq. Mun. de Loulé, PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/A/01/LV008: fl. 32.

[22] Zulaica Palacios, *Fluctuaciones económicas…*: 138-139.

[23] Pereira, *Documentos Históricos…*: 141-142.

[24] Pereira, *Documentos Históricos…*: 141-142 e 149.

Quadro III. Diferença salarial entre o trabalho masculino e feminino em Évora em finais do séc. XIV.

Data	Local	Trabalho / Tarefa	Jornal masculino	Jornal feminino	Ganho feminino em %
13[79-82]	Évora	Telheiro	7-12 s.	3 s.	**25 a 43%**
		Mondar	2,5 s.	2 s.	**80%**
		Esvidigar	3 s.	2 s.	**67%**
		Apanhar cereal	4 s.	3 s.	**75%**
		Moer e tecer		**valores iguais**	

2. O MERCADO DE TRABALHO

Como sucede com qualquer outra mercadoria, o preço do trabalho reflecte a sua abundância em relação à procura, sendo assim necessário avaliar não apenas as qualidades do mesteiral, como também as condições de mercado, a começar pelo impacto dos movimentos demográficos e dos comportamentos sócio-económicos. A Peste Negra foi, a este nível, o fenómeno que mais rupturas e mudanças determinou. Uma brusca diminuição dos efectivos conduziu à criação de novas oportunidades de trabalho, ao aumento dos salários, à preferência do contrato de curta duração e à fuga dos campos para as cidades. O abaixamento demográfico, consolidado por sucessivos surtos epidémicos, pelas guerras e pelo crónico estado de subnutrição das populações, originou ainda que uma certa liberdade salarial, corrente até meados do século XIV, fosse daí para a frente combatida com mais vigor pelos poderes públicos através da frequente imposição de taxas e almotaçarias.

Este incremento da regulação procurava, por outro lado, atenuar os efeitos das constantes desvalorizações monetárias e do aumento da massa monetária em circulação que, como se sabe, resultavam num aumento generalizado dos preços e salários nominais. Se os receios face a uma possível quebra monetária foi o quanto bastou para originar uma inflação tida como suficientemente grave que exigisse a lei da almotaçaria de 1253[25], melhor se poderá compreender o impacto da maior desvalorização monetária da história portuguesa, ocorrida a partir do reinado de D. Fernando, e como esta foi decisiva para a necessidade de um maior controlo público dos salários.

Naturalmente, os trabalhadores da construção não foram os mais visados neste quadro. O facto de a sua mão-de-obra não ser tão premente como a indiferenciada dos mancebos de soldada e o facto de o seu salário não reflectir directamente o custo de bens de primeira necessidade, como acontecia com carniceiros, padeiras

[25] *Lei de Almotaçaria, 26 de Dezembro de 1253*: 15.

ou sapateiros, e por isso permanecer mais estável, motivou um controlo menos assíduo. Em todo o caso, o seu crescente peso na economia tardo-medieval, a par da falta de efectivos e da especulação salarial que também fomentaram, obrigou a que diversas cidades e vilas taxassem os seus jornais. Chegaram até nós posturas relativas a Évora, Loulé, Porto, Arraiolos e Lisboa[26].

A cronologia destas medidas não deve passar despercebida, na medida em que simboliza a relevância dos factores anteriormente mencionados. De finais da década de 1370, inícios da década de 1380, as posturas eborenses constituem o resultado, se não da ordem de D. Fernando para que *"todallas villas e çidades do seu senhorio (…) posessem almotaçaria nas cousas em que a el nom posera, segumdo vissem que era bem e aguisado"*[27], claramente das consequências da sua política. De facto, as despesas com a primeira guerra fernandina levaram o rei a proceder a uma acentuada quebra da moeda. Desta resultou, por sua vez, uma severa inflação que os poderes públicos procuraram atenuar com o congelamento de alguns preços que, em Évora, incluíram o trabalho dos pedreiros, carpinteiros, telheiros, caieiros e ferreiros. Em Loulé e no Porto, a necessidade de se fixar o salário dos mesteirais espelha uma inflação que devia ser geral a todo o reino. Os anos em questão, respectivamente 1403 e 1413, integram um dos ciclos de maior crise económica, movida por idêntico cenário: escassez de mão-de-obra, instabilidade político-militar e forte desvalorização monetária.

Após uma relativa acalmia em meados do século, o último quartel de Quatrocentos caracterizou-se por novo pico inflacionista e, em resposta, por um reforço do instrumento regulador, tanto por parte do poder central como do poder local. Recorde-se o projecto de D. João II para que um determinado modelo de almotaçaria se afirmasse em todas as vilas e cidades do reino ou as diversas posturas lisboetas dos últimos anos do século XV que visavam *"que a Reepubrica fosse bem regida e nom semtise opressam nem dano daquelles que em seus ofiçios se desmandam (…) levando mais de seus jornaaes daquello que justamente podem mereçer"*[28].

Tratava-se, todavia, de uma carestia com características bastante distintas das anteriores. Já não respondia tanto à desvalorização da moeda, à guerra no espaço ibérico ou à escassez populacional, mas sim à maior quantidade de ouro e prata posta em circulação e ao acréscimo da procura, motivada não tanto por uma recuperação demográfica significativa mas pela expansão geográfica e pela criação

---

[26] Pereira, *Documentos Históricos…*: 149; *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV…*: 128-129; CRUZ, "Os Mesteres do Pôrto no século XV…: 19; *Os Regimentos de Évora e de Arraiolos…*: 133; *Livro das Posturas Antigas…*: 230.

[27] Lopes, *Crónica de D. Fernando*: 150.

[28] *Livro das Posturas Antigas…*: 229. No que respeita ao sector da construção, encontram-se posturas para o trabalho de carpinteiros, pedreiros, cabouqueiros, caieiros, telheiros e tijoleiros.

de novos mercados. No caso específico da mão-de-obra mesteiral, há ainda que considerar a redução da oferta resultante da emigração despoletada pela expansão ultramarina. Vastos contingentes de pedreiros, carpinteiros, ferreiros, serradores, cabouqueiros, entre outros artífices, foram deslocados pela coroa para as várias obras que começavam a despontar na costa ocidental africana[29]. Por outro lado, a construção naval e o aumento do investimento em obras públicas, com particular destaque para a edificação de Lisboa como grande capital do império nascente, despoletaram novos movimentos migratórios e contribuíram para uma redistribuição da força de trabalho, sobretudo a partir de meados do século XV. A prioridade da construção naval em satisfazer as suas necessidades de mão-de-obra, decretada em 1474 por D. Afonso V e da qual resultava que diversos mesteirais, incluindo carpinteiros, ferreiros e fragueiros, pudessem ser obrigados a deixar quaisquer outras obras[30], é disso um bom exemplo. O mesmo se diz da carta enviada por D. João II à cidade de Lisboa em 1486, na qual se comunica a decisão régia de que nenhum pedreiro da cidade fosse tomado por besteiro *"e esto porque de tempos para ca os ocupamos muyto em cousas de nosso serviço asy em estes regnos como fora delles nas partes de Africa e da Guyné"*[31]. Com a relação oferta/procura a ditar as suas leis, muitos trabalhadores terão, assim, abandonado as suas ocupações originais e procurado o sector da construção. Como denunciava o concelho de Leiria, nas cortes de 1455, *"muitos que soyam lavradores, deixam de lavrar e fazem-se serradores e carpinteiros (…) andando com os bois a carretar e levar muitas carradas de madeira e taboada a Santarem e a Montemor-o-Velho e a outras partes para onde lhe apraz, d'onde trazem para si pão que lhes abaste"*[32].

Como qualquer outro assalariado, o trabalhador da construção procurou tirar partido das condições favoráveis do mercado, recusando-se a receber salários inferiores aos que, no terreno, podia efectivamente alcançar. Procurou os empregadores que pagavam jornais mais elevados, bem como as terras que ofereciam melhores condições. Como observa o regimento dos coudéis de D. Duarte, a avaliação da riqueza dos mesteirais devia ter em conta *"o lugar em que o mesteiral viver (…) porque grande deferença ha no gaanço d'huus luguares a outros"*[33]. Embora a escassez de fontes não permita avançar muito nesta matéria, parece claro que as vilas de

[29] *"Item deu trinta alqueires de triguo (…) a Tomas Afomso e a Fernam Carvalho e a Fernam Vaz carpinteiros e a Joham Estevez e a Joham Gonçalvez cavouqueiros (…) porquamto os mandamos a Ceuta pera alla averem de servir hum ano"*. (carta de quitação régia de 1456). Azevedo, *Documentos das Chancelarias Reais…*, vol. II: 362.

[30] *Livro vermelho…*: 506.

[31] *Documentos do arquivo histórico…*, vol. III: 239.

[32] Barros, *História da administração pública…*, vol. IX: 80.

[33] *Ordenações Afonsinas*, livro I: 481.

Loulé e do Funchal e a cidade de Lisboa foram terras de salários elevados, o que se compreende tendo em conta o seu elevado custo de vida, em contraponto com o que se passava, por exemplo, na cidade do Porto. Tomando como fundamento os raros livros de contas dos concelhos, é possível comparar as despesas realizadas pelos procuradores da cidade do Porto e da vila de Loulé em 1450-51 e em 1483. Ora, se na cidade do Porto não foram realizados pagamentos superiores a 25 reais e a 40 reais, respectivamente, já na vila algarvia foram pagos jornais a construtores nos valores de 25, 30 e 35 reais e de 45 e 46,66 reais[34]. Por sua vez, a observação da câmara funchalense, em 1497, de que os mancebos de soldada "mais ganhavam em dois meses nessa ilha do que num ano em Portugal"[35] encontra, de certa forma, paralelismo no sector da construção. Sabe-se que, quatro anos antes, um mestre pedreiro podia chegar a receber mais 40% do que na cidade do Porto[36]. Situação semelhante ocorria em Lisboa, em 1499, com um mestre carpinteiro ou pedreiro a receber no mínimo 70 reais quando, na cidade do Porto, a média rondaria os 45 a 50 reais[37].

Como referido, o pagamento de jornais não pode ser tomado como simples elemento de cálculo do rendimento que cada trabalhador conseguia acumular, fruto em grande medida da oferta de trabalho. A este nível é representativa a diferença do dízimo profissional exigido a um carpinteiro de Tomar e de Braga, em meados do século XV, com o primeiro a ter de pagar, no máximo, 25 reais e o segundo mais 60% ou 40 reais[38]. A escolha dos empregadores e das terras era, assim, algo de relevante e factor de grande mobilidade[39], como demonstra a contratação de um mestre pedreiro de Setúbal pela câmara do Funchal em 1492[40] ou de um mestre pedreiro de Benavente e de um mestre carpinteiro de Lisboa pelo mosteiro de Alcobaça em 1439[41].

Os trabalhadores preferiram ainda contratos de curta duração, de modo a usufruir de uma maior liberdade de movimentos e poder jogar com as necessidades sazonais de mão-de-obra que faziam elevar os salários. Recorde-se que o trabalho realizado no Verão resultava em melhores remunerações, não apenas devido ao

---

[34] Gonçalves, *As Finanças Municipais do Porto…*: 149; Arq. Mun. de Loulé, PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/A/01/ LV008: fl. 29 v.-32 e LV009: fl. 16 v.-18.

[35] *Vereações da Câmara Municipal do Funchal…*: 620.

[36] Gonçalves, *As Finanças Municipais do Porto…*: 149; Silva Marques, *Descobrimentos…*, vol. III: 399.

[37] *Livro das Posturas Antigas…*: 230; Barros, *Os livros de acordos da confraria* : fl. 56 v.-58.

[38] Ferro, "A Vigairaria de Tomar…": 144-146; Marques, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*: 468.

[39] Segundo Christopher Dyer, era usual os trabalhadores da construção encontrarem trabalho a oito milhas (12,8 quilómetros) de casa. Dyer, *Standards of living…*: 231.

[40] *Vereações da Câmara Municipal do Funchal…*: 321.

[41] *Livro da fazenda…*: fl. 170 e 229 v.

maior número de horas de serviço mas também à concorrência dos trabalhos agrícolas. O regimento de Arraiolos da década de 1420, a única fonte conhecida que regula a expressão monetária desta diferença, avaliava em mais 25% os jornais de carpinteiros e alvanéis exercidos entre 1 de Março e 30 de Setembro[42], datas igualmente seguidas na vizinha cidade de Évora[43].

Deste modo, as condições do mercado sobrepuseram-se quase sempre às posturas régias ou municipais e limitaram muito o seu sucesso. Ainda que temporária, a proibição de almotaçarias estabelecida por D. João I para mesteirais, braceiros e serviçais mais não fazia do que oficializar uma tendência que se afirmava muito forte[44]. Da mesma forma, é significativa a dificuldade de implementação de taxas sentida em finais do século XV. Impostas por D. Afonso V em 1480, na corte e na comarca de Entre Tejo e Guadiana, não eram cumpridas em 1481-82, protestando os povos em cortes contra a *"gramde devasidade de que os mesteiraes de todollos oficios husam"*. A resposta de D. João II traduziu-se por nova ordem, desta feita para que todas as cidades e vilas do reino fizessem taxas pelo menos uma vez por ano[45]. Em todo o caso, também o seu cumprimento terá sido incipiente, como provam as missivas régias enviadas à cidade do Porto e à vila de Loulé em 1487, nas quais D. João II ainda discriminava quais os bens e profissões que deviam ser objecto da lei e em que sugeria uma aplicação gradual desta, de modo a não suscitar grandes protestos por parte dos mesteirais[46]. No ano seguinte, seria o próprio monarca a abdicar do seu objectivo, determinando que não se fizessem *"as taixas que sua alteza mandou fazer (…) em todos seus Reinos* e que em tudo e por tudo *esteuesem pello regimento dalmotaçaria"*[47].

3. COMPOSIÇÃO SALARIAL E FORMAS DE PAGAMENTO

Mediante o tipo de contrato, o salário dos construtores podia remunerar não apenas a força e o tempo de trabalho, como também o gasto com ferramentas, materiais (cal, areia, água, betume, madeira, vidros), alimentação, vestuário, calçado e deslocações. A alimentação, designada por *"mantimento"*, *"comer" "governo"* ou *"ceia"*, podia ser paga integralmente em dinheiro, modalidade mais adoptada nos contratos de curta duração (*"jornal seco"*, *"dinheiros secos"*, *"reais secos"*), ou em

[42] *Os Regimentos de Évora e de Arraiolos…*: 133.

[43] *Os Regimentos de Évora e de Arraiolos…*: 68.

[44] Beirante, *Évora na Idade Média*: 374-376.

[45] *Alguns documentos para servirem…*: 183-184.

[46] Cruz, "Os Mesteres do Pôrto no século XV…": 29-33; *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV…*: 227-237.

[47] Cruz, "Os Mesteres do Pôrto no século XV…": 35.

géneros, mais frequentes nos contratos longos característicos da coroa, de instituições religiosas e de câmaras municipais. O seu peso no total do vencimento era significativo, sobretudo neste último tipo de vínculos em que o sustento do trabalhador recaía, na sua quase totalidade, nas mãos do empregador. É o caso do carpinteiro ao serviço do mosteiro de Grijó em 1365, necessário *"para adubar cubas, casas e apeiros de lavoura"*, o qual recebia, por ano, 13 libras de soldada, vestuário e calçado, mas cuja alimentação importava 20 libras, ou seja, cerca de 61% do total dispendido[48]. Registos do século XV, referentes a Loulé, Porto e Lisboa, permitem, por sua vez, calcular o peso da alimentação entre 25% a 40% do jornal de um mestre. Revelam ainda, sem surpresa, que este aumentava à medida que se descia na "hierarquia" profissional: na cidade de Lisboa, em 1499, correspondia a 33% do jornal do melhor mestre, 40% do jornal do mestre regular e 43% do jornal do braceiro[49].

Quadro IV. Peso da alimentação nos salários dos construtores (1365-1499)

Data (Local)	Mester	Total	Soldada, vestir e calçar	Trigo / Segunda	Vinho	Carne e Peixe	Alimentação em %
1365 (Grijó)	Carpinteiro	33 l.	13 l.	7 / 2,5 l.	4,5 l.	6 l.	**61%**
		Total / Jornal Seco		**Alimentação**			
1403 (Loulé)	Mestre	20 rs.		5 rs. (*"governo"*)			**25%**
	Mestre auxiliar/ Aprendiz	16 rs.		4 rs. (*"governo"*)			**25%**
1494 (Porto)	Mestre caiador/reparador de telhados	50 r.		15 r. (*"mantimento"*)			**30%**
1499 (Lisboa)	Melhor mestre pedreiro/carpinteiro	60 r.		20 r. (*"comer"*)			**33,33%**
	Mestre pedreiro/ carpinteiro regular	50 r.		20 r. (*"comer"*)			**40%**
	Braceiro	35 r.		15 r. (*"comer"*)			**42,9%**

Sobretudo quando se procedia à contratação de mão-de-obra geograficamente distante, o tempo gasto com as deslocações era outro dos factores a ser levado em conta. No livro da fazenda do mosteiro de Alcobaça encontram-se averbados, para os anos de 1438 e 1439, diversos pagamentos a carpinteiros, pedreiros e ladrilhadores

[48] *Livro das Campainhas…*: 71-73.

[49] *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV…*: 128-129; ; Barros, *Os livros de acordos da confraria*: fl. 48.

onde se incluem os chamados *"dias de caminho"*, os quais mereceram igual remuneração aos dias de trabalho efectivo[50].

Embora as fontes guardem poucas notícias de gratificações, também elas chegaram a compor o montante atribuído. É particularmente expressiva a passagem redigida pelo prioste da Sé de Évora acerca de uma obra realizada em Abril de 1341, onde serviram um mestre e cinco serventes. Ao discriminar a despesa, Lope Estevez afirma ter pago 8,5 soldos ao mestre, 2,66 soldos a cada um dos serventes e mais 6 dinheiros a um destes *"por que os mereçia"*[51]. É também possível que a expressão *"merenda"*, utilizada em 1356 e em 1480 na cidade do Porto, possa ser conotada com uma espécie de gratificação atribuída a mestres de obras para que estes zelassem pelo bom evoluir dos trabalhos. Naquelas datas tomou a forma de dinheiro e de peças de vestuário[52].

Uma última nota para os prazos de pagamento dos construtores, para recordar que, embora a lei ditasse o embolso dos jornais *"loguo em cada huu dia de serviço e de lavor"*[53], a prática mais frequente terá reflectido a duração dos trabalhos. Em Girona, como em outras vilas e cidades europeias, era comum a liquidação dos jornais ao Sábado ou mesmo em intervalos de 10 e 15 dias[54]. A confirmar esta ideia encontra-se o costume do mosteiro de São Jorge, referido em 1364, de pagar ao Sábado os jornais de alguns servidores[55]. Sob modalidades muito diversas corriam, por sua vez, as obras por avença ou empreitada. Era comum o contratante satisfazer uma parcela de entrada, podendo o restante ser pago às terças do ano (Natal, Páscoa e São João)[56], com o bom evoluir da obra[57] ou apenas no final da mesma[58].

---

[50] Como curiosidade, refira-se que a média desses verbetes aponta para a relação de um dia de caminho por cada nove dias de trabalho. *Livro da fazenda…*: fl. 229 v., 260 v., 261 e 392.

[51] Sousa, "O «Livro das Despesas do Prioste»…": 134.

[52] *"dez libras que ja recebera de merenda do dito conçelho por seer meestre da dita obra"*. *Corpus Codicum…*, VI-II: 55 (doc. 37); *"Item mais de merenda a Joham Martinz hum barete"*. Barros, *Os livros de acordos da confraria* : fl. 26.

[53] *Ordenações Afonsinas*, livro III: 228.

[54] Victor, "Les salaires des ouvriers…" : 369.

[55] Coelho, *O Baixo Mondego…*, vol. II: 780-781.

[56] Em 1428, o concelho de Lisboa e o pedreiro Lopo Eanes celebravam um contrato de empreitada para a obra da capela de Santo António, o qual previa o pagamento de 10 000 reais de entrada e de 15 000 reais *"pagados às terças segundo he costume"*. AML-AH, *Chancelaria Régia*, Livro I de Místicos, doc. 15.

[57] Em 1492, o concelho do Funchal e o pedreiro Fernão Gomes celebravam um contrato de empreitada para a obra de construção de uma ponte de madeira, o qual previa o pagamento de 3 000 reais de entrada e de 9 000 reais *"como elle for fazendo a dicta hobra"*. *Vereações da Câmara Municipal do Funchal…*: 321-322.

[58] Em 1489, o concelho do Funchal e o carpinteiro João Rodrigues celebravam um contrato de empreitada para a construção de uma ponte de madeira, o qual previa o pagamento de 6 000 reais de entrada e de 2 000 reais no final da obra. *Vereações da Câmara Municipal do Funchal…*: 262-263.

4. NÍVEIS DE VIDA

São múltiplos os aspectos a considerar na avaliação dos níveis de vida. Com a brevidade que se exige, seguem-se algumas notas sobre essa tarefa tão interessante como complexa.

Para quem trabalha o mesteiral deve figurar como uma das primeiras questões a ser colocada. Embora numericamente pouco representativo, considere-se o acesso ao quadro de servidores da coroa. Desde logo, pela conquista dos melhores vencimentos. Na segunda metade do século XIV, os serradores da Pederneira queixavam-se dos salários pagos pela abadia de Alcobaça, muito inferiores aos que o rei praticava: cinco soldos, mais alimentação, e quinze soldos, respectivamente[59]. Da mesma forma, os registos de jornais pagos por D. Duarte ou por D. Afonso V a mesteirais da construção encontravam-se no topo das remunerações desse sector[60]. Ademais, estes salários eram frequentemente acrescidos de tenças e do que hoje se podia designar de ajudas de custo. Recorde-se o protesto dos concelhos, nas cortes de 1433, acerca das tenças em pão e dinheiro que eram obrigados a dar, anualmente, a alguns mesteirais, ainda que estes não servissem "*a terra saluo per sseus jornaaes e ssom bem ricos e afazendados e teem bem per onde sse soportar*"[61]. Ou o protesto do concelho de Santarém contra a ordem de D. João I para que fossem dadas pousadas e camas, de forma gratuita, a pedreiros, carpinteiros e outros mestres que trabalhavam nas obras régias dessa cidade, isto porque eram ordenados "*aos dictos meestres e mesteiraaes jornaaes grandes e boons per que se podem bem manteer e aver*"[62]. Não menos aliciante era o prestígio social ou os diversos privilégios que determinada realidade contratual podia garantir, privilégios como a liberdade salarial[63]; a autorização do uso e porte de armas; a isenção do dever de dar pousada, de possuir cavalo e armas, de transportar presos ou dinheiros, de servir como besteiro do conto, quadrilheiro ou vintaneiro; de ser nomeado tutor ou curador e de pagar determinados impostos[64]. Desta forma, avaliar o nível de vida de determinado trabalhador passa, também, por saber da existência e significado destas regalias.

Passa, igualmente, pelo número de horas de trabalho diário e de dias de trabalho anual. O dia dos trabalhadores da construção seguia a referência mutável do

[59] Gonçalves, *O património do mosteiro…*: 152.

[60] *Livro dos Conselhos…*: 165; *Monumenta Henricina*, vol. XIII: 288.

[61] Sousa, "As cortes de Leiria-Santarém de 1433": 154.

[62] Protesto apresentado nas cortes de Coimbra de 1394. Viana, "A participação do concelho de Santarém…": 319.

[63] A tradicional isenção de almotaçaria nos jornais dos carpinteiros e calafates das taracenas de Lisboa constitui um bom exemplo. Silva Marques, *Descobrimentos…*, vol. I: 149 e 192 e vol. I (supl.): 108-109.

[64] AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18: fl. 49 v. e liv. 19: fl. 13 v.

tempo natural, do amanhecer ao pôr do sol[65], ainda que se caminhasse para um horário fixo de cerca de 12 horas no Inverno e de 14 horas no Verão[66]. Este horário representava um cenário vantajoso quando comparado com o de outros mesteirais, sobretudo no Inverno. O atafoneiro, que moía *"antre o dia e a madrugada"*[67]; o mestre de cozer cal, que recebia *"seu jornall dobrado porque trabalha de noite e de dia"*[68]; o lagareiro que trabalhava *"dia e noyte"*[69] e outros mantinham a sua empresa muito depois do pôr-do-sol. Situação inversa resultava do confronto com os funcionários públicos que podiam chegar a trabalhar apenas quatro horas, como sucedia com o pessoal da Casa dos Contos[70]. Do dia de trabalho, cerca de uma hora e um quarto a duas horas eram, segundo Jacques Le Goff, destinadas às refeições[71].

Mais problemas coloca, todavia, o cálculo do número de dias de serviço efectivo por ano dentro de uma estimativa de cerca de 270 dias de trabalho teórico[72]. Desde logo, não existem fontes em Portugal que permitam estimativas representativas. Por outro lado, as consequências da evolução do mercado de trabalho nem sempre são óbvias ou as mais expectáveis. Refira-se novamente o impacto provocado pela Peste Negra. Embora a diminuição de efectivos tenha facilitado o acesso ao trabalho, como prova a frequência de medidas anti-inflacionistas, isso não significou um maior número de dias de serviço efectivo[73]. Como salientou Christopher Dyer, mais bem pago, o trabalhador podia optar por trabalhar apenas por determinados períodos, até obter o rendimento que considerasse suficiente, dedicando parte do seu tempo ao lazer[74] e à exploração de bens pessoais como pequenas parcelas agrícolas. Este cenário parece ainda mais plausível aquando da obtenção de empreitadas valiosas como a da reparação de uma torre em Loulé no ano de 1488. Por um máximo de quatro meses de trabalho, os mestres pedreiros Pêro Afonso e Francisco Martins

---

[65] Em 1408, os oficiais da vila de Loulé redigiam uma postura contra os jornaleiros que desrespeitavam este horário natural de trabalho: *"vendo como os gornaleiros da dicta villa que andom aos gornaes vaam aos servyços muyto tarde (…) poserom por postura que daqui en deante todo gornaleiro que ouver de hiir a gornal dante do sol saydo e se for achado ou lhe veer provado pague per cada vez que asy for achado – L libras.". Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV…*: 163.

[66] Cenário verificado em Paris. Baulant, "Les salaires des ouvriers du bâtiment…": 465.

[67] Pereira, *Documentos Históricos…*: 150.

[68] *Livro das Posturas Antigas…*: 232.

[69] Pereira, *Documentos Históricos…*: 149.

[70] Marques, *A Sociedade Medieval…*: 183.

[71] Cit. por Dyer, *Standards of living…*: 224.

[72] Marques, *A Sociedade Medieval…*: 146-147 (cerca de 272 dias); Baulant, "Les salaires des ouvriers du bâtiment…": 470-471 (cerca de 272 a 277 dias); Dyer, *Standards of living…*: 222 (cerca de 265 a 275 dias).

[73] Philippe Lardin obteve uma média de 245 dias de trabalho por ano nas obras da catedral de Rouen entre 1457 e 1498. Lardin, "Le niveau de vie des ouvriers…": 172.

[74] Dyer, *Standards of living…*: 223-224.

garantiram, cada um, jornais no valor de 3 500 reais[75]. Considerando os dias interditos ao trabalho, a reduzida despesa com materiais e serventes, tendo em conta que cabia à câmara fornecer a pedra e a cal amassada, e que este valor podia ser potenciado com uma rápida execução da obra, tratava-se de um salário significativo para um período de trabalho tão curto e que abria a possibilidade de um tempo de descanso considerável.

Três outros aspectos são basilares para a apreciação dos níveis de vida. Um primeiro prende-se com o aumento significativo das medidas ao longo da Idade Média. Compare-se a aquisição de um alqueire de trigo nos reinados de D. Pedro I e de D. Manuel I. Na prática, o consumidor manuelino levava para casa 20 arráteis de cereal, uma porção superior em cerca de 1/3 aos 15 arráteis adquiridos 150 anos antes[76]. No sentido inverso, enquanto elemento penalizador, surge o provável aumento das corveias e dos impostos, bem como das exigências de produtividade enquanto resposta senhorial às maiores despesas com a mão-de-obra. Aqui se enquadra o crescente recurso a pagamentos diários definidos em função do trabalho efectuado, modelo adoptado pelo infante D. Pedro, nos inícios do século XV, para os seus valadores em Coimbra[77] ou pelas câmaras do Funchal[78] e de Lisboa[79], nos finais da mesma centúria, aquando da contratação de pedreiros para a construção de calçadas, cujos jornais eram calculados à braça. Desta forma, os maiores salários de alguns mesteirais eram também o reflexo de condições de trabalho mais duras e de aumentos na produtividade.

Como escreveu Costa Lobo, despendia-se mais no final do século XV em razão do incremento das necessidades. O luxo de tempos passados tornara-se em fruição e hábito indispensável[80]. Eis outro factor a considerar: a transformação das mentalidades e, mais especificamente, do conceito de necessidades básicas. Despesas com iluminação, calçado e higiene foram, a pouco e pouco, pesando cada vez mais nos orçamentos familiares, como prova, por exemplo, a queixa dos povos nas cortes de 1481-82 contra o monopólio do fabrico e venda de sabão: *"parece a vosos povoos stranho que de seu azeite e sinza nom posa cada huu fazer sabam pera despesa de*

[75] *Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV…*: 248.

[76] Lopes, "Medidas portuguesas de capacidade…": 535-632.

[77] "Os obreiros recebiam, em média, 15 reais (ou 18 se fossem pagos a expensas dos bens dos senhores que eram obrigados às obras das valas e não as faziam), salário que podia subir ou descer, consoante o rendimento do seu trabalho, recorrendo assim o infante, muito "avant la lettre", a um incentivo à produção característico do capitalismo moderno". Coelho, *O Baixo Mondego…*, vol. I: 116.

[78] *Vereações da Câmara Municipal do Funchal…*: 639.

[79] *Documentos do arquivo histórico…*, vol. IV: 65.

[80] Lobo, *História da Sociedade…*: 512-513.

sua casa e que per prema ho vaao comprar ao remdeiro que arremdada teem a saboaria no que vosso povoo recebe muito agravo e perda"[81].

Perante o significativo nível de incerteza que o cálculo do salário medieval encerra, a análise das raras estimativas de vencimentos anuais e dos escalonamentos sócio-económicos conhecidos para os séculos XIV e XV deve constituir uma prioridade para o investigador. Encontram-se neste leque as referidas listagens dos dízimos profissionais pagos na arquidiocese de Braga e na vigairaria de Tomar em meados do século XV. O primeiro documento constitui uma amostra socialmente mais diversificada, composta por sete escalões monetários que desciam de 60 reais pagos por grandes mercadores, ourives e advogados até 15 reais devidos por mulheres ganha dinheiros ou amas. Pedreiros, carpinteiros e pintores integravam o terceiro escalão de 40 reais, juntamente com ferreiros, sapateiros, alfaiates, correeiros, entre outros, ganhando o dobro dos braceiros[82].

Ainda que limitado a mercadores, mesteirais e trabalhadores braçais, o documento de Tomar apresenta uma relação mais minuciosa, dividindo os contribuintes em 11 escalões monetários, que desciam de 40 reais para mercadores até 4 reais para mulheres ganha dinheiros. Centrando novamente a análise nos construtores, verifica-se que estes integravam os seis primeiros escalões e as primeiras 36 ocupações das 63 discriminadas. O carpinteiro com oficina é o único a figurar no segundo escalão de 25 reais, o qual reúne os mesteirais mais bem pagos: ferreiros, sapateiros e estalajadeiros com pousada; seguindo-se o pedreiro e alvanel com oficina – terceiro escalão de 20 reais; o carpinteiro sem ajudantes – quinto escalão de 15 reais; o pedreiro e alvanel sem ajudantes e o pedreiro *"que tira pedra"* – sexto escalão de 12 reais; e finalmente o braceiro – oitavo escalão de 8 reais[83]. Por estes dois documentos é perceptível uma valorização dos construtores no conjunto dos mesteirais, mas também a sua fragilidade financeira quando confrontados com os mercadores, obtendo um rendimento inferior entre 37,5% a 70%.

Embora sugestivos, estes números reflectem apenas uma parte da sociedade, o que não sucede com a lei de finais do século XIV relativa às multas por mancebia. Por este documento, a população é dividida em nove escalões de riqueza em função da posse de bens: desde os que tinham mais de 20 000 libras até aos pobres que não chegavam a ter 300 libras. Segundo a avaliação ordenada por D. João I, os vencimentos dos mesteirais honrados e que possuíam boas tendas, onde se deveriam incluir os melhores mestres pedreiros e carpinteiros, permitiam a sua equiparação aos elementos do quarto escalão, detentores de bens no valor

[81] *Alguns documentos para servirem…*: 190.
[82] Marques, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*: 468.
[83] Ferro, "A Vigairaria de Tomar…": 144-146.

mínimo de 5 000 libras. Por sua vez, os homens de mesteres não tão honrados ou que andassem a jornais, onde entraria a maior parte da população dos construtores, eram equiparados aos elementos do quinto escalão, o qual partia de bens no valor de 2 000 libras[84]. Sabendo-se que estas quantias podiam duplicar mediante a posse de bens, verifica-se, sem surpresa, uma posição privilegiada por parte dos construtores em finais do século XV, o que se encontra de acordo com o cenário atrás descrito de escassez de mão-de-obra e aumento dos salários.

Quadro V. Escalonamento sócio-económico presente em diploma régio de finais do século XIV

Nível de riqueza (bens)	Equivalência de ganhos por ofício
> 20 000 l.	–
15 000 a 20 000 l.	–
10 000 a 15 000 l.	Ofícios honrados (do rei, prelados, senhores e concelhos); Advogados; Procuradores do número e Físicos
5 000 a 10 000 l.	*"os que ham mesteres honrados e teem boas tendas, assy como alfaiates, çapateiros, ourives, ferreiros, candieiros e outros que ganham bem por seus mesteres taaes como estes"*
2 000 a 5 000 l.	*"os homees, que ham mesteres nom tam honrados nem proveitosos, ou andam a jornaaes"*
1 000 a 2 000 l.	–
500 a 1 000 l.	–
300 a 500 l.	–
até 300 l.	*"que for pobre"*

5. SALÁRIOS REAIS E PODER DE COMPRA

Termina-se este artigo com algumas observações sobre a evolução dos salários e preços, nas suas expressões de valor nominal e metálico, bem como do poder de compra ao longo dos séculos XIV e XV. Os registos compilados revelam, sem surpresa, um aumento extraordinário do valor nominal dos jornais e, ainda mais, dos preços. Tomando as datas extremas de 1340 e 1500 e a zona de Évora, verifica-se que o jornal de um carpinteiro ou pedreiro subiu de 8,5 soldos para 50 reais brancos de 700 soldos e o preço de uma galinha de 3 soldos para 30 reais brancos[85]. Por sua vez, entre 1305 e 1497, em Santarém, um alqueire de trigo subiu

[84] *Ordenações Afonsinas*, livro V: 72-85.

[85] Sousa, "O «Livro das Despesas do Prioste»…": 94 e 97; Fonseca, *Montemor-o-Novo no Século XV*: 175, 178 e 180.

de 2,5 soldos para 15 reais brancos, mas o alqueire manuelino deveria conter, pelo menos, mais 25% de cereal[86].

Não obstante o progressivo aumento nominal da moeda, resultado das várias medidas de desvalorização, o cálculo do conteúdo metálico desta permite distinguir três fases. Até ao reinado de D. João I verificou-se um claro aumento dos salários reais dos construtores e dos preços. Por volta de 1380, o jornal do mesteiral eborense estava já avaliado entre 8 a 10 soldos (3,71 e 4,64 g Ag[87]) mais alimentação. Da mesma forma, se em 1325 uma galinha custava 2,5 soldos (1,5 g Ag) na zona de Santarém, já em 1380 valia cerca de 5 soldos (2,32 g Ag)[88]. Embora agravado pelos efeitos da Peste Negra, este movimento ascendente teve o seu início bem antes de 1348. Com efeito, nas cortes de 1331, os concelhos protestavam contra os alfaiates, sapateiros, ferreiros, obreiros e todos os outros mesteirais que levavam "*daquelo que cada huu deles ha de fazer en seu mester muito mais fora de maneira que aquelo que soiam de levar*"[89]. Da mesma forma, já em 1340 se reconhecia como em tempos anteriores os preços *"eram mais refeces"*[90].

Por sua vez, a partir do reinado de D. João I e até, sensivelmente, à última década de Quatrocentos, é possível detectar um movimento de perda de riqueza dos salários, resultado em grande medida do processo de degradação qualitativa do numerário que teve a sua fase mais violenta com o referido monarca. Em todo o caso, após a reforma de D. Duarte que visou o saneamento da moeda, tratou-se de uma perda definida num quadro de alguma estabilidade. Note-se os jornais de mestres pedreiros e carpinteiros portuenses. Se, em 1413, um jornal de 8 a 10 reais de 3,5 libras (1,09 g Ag), mais alimentação[91], representava uma descida muito acentuada face aos valores de Trezentos, já os valores de 1443, 1450-51, 1461-62, 1474-75, 1480-81 e 1482-83 (cuja oscilação facial revela uma subida a rondar os 150% – 18 a 45 reais brancos)[92] traduzem um movimento deflacionista máximo, em termos de conteúdo metálico, inferior a 40% (cerca de 5,11 a 3,15 g Ag).

A partir da última década do século XV, ou talvez um pouco antes, os salários começam a inverter o movimento descendente, prenunciando a severa inflação que caracterizou o século XVI. Em 1493, o jornal de um pedreiro ou carpinteiro portuense rondava já 50 reais (4,81 g Ag) quando, dez anos antes, regulava por 40

---

[86] Marques, *Introdução à história…*: 220; "Cartas de quitação…", vol. V: 478.

[87] Para os cálculos do conteúdo metálico ver Marques, *História da Moeda Medieval Portuguesa*: 194.

[88] *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV…*: 15; Johnson, "Les Comptes…": 72.

[89] *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV…*: 51.

[90] Marques, "A Pragmática de 1340": 105-106.

[91] Cruz, "Os Mesteres do Pôrto no século XV…: 19.

[92] *"Vereaçoens". Anos de 1401-1449*: 301; Gonçalves, *As Finanças Municipais do Porto…*: 149; Barros, *Os livros de acordos da confraria* : fl. 26-32.

reais (3,85 g Ag) e, no Funchal, atingia 70 reais (6,74 g Ag). Da mesma forma, em 1499, a câmara de Lisboa avaliava-o entre 70 a 80 reais (6,74 a 7,7 g Ag) quando, em meados do século, podia ser facilmente obtido com 25 reais (5,43 g Ag)[93].

Grosso modo, os preços parecem ter desenhado movimentos idênticos, mas com oscilações muito mais acentuadas. Note-se a evolução do valor de um simples arrátel de carne de vaca na cidade do Porto: 4,5 s. em 1392-93 (0,09 g Ag), 35 s. em 1414 (0,05 g Ag), 0,6 r. em 1432 (0,15 g Ag), 0,7 r. em 1449 (0,15 g Ag), 1 r. em 1475-76 (0,11 g Ag), 10 ceitis em 1488-90 (0,16 g Ag) e em 1497-98 (0,16 g Ag)[94].

Ora, tendo os preços descido de forma muito mais acentuada do que os salários e não se menosprezando o aumento das medidas de capacidade, conclui-se ter ocorrido um incremento significativo do poder de compra ao longo do século XV. Assim, também os construtores portugueses parecem ter vivido o que Thorold Rogers intitulou de idade de ouro dos trabalhadores[95]. Não obstante, a mesma lógica conduziu a que estes experimentassem algumas dificuldades de subsistência em períodos de crise. De facto, sobretudo em anos de más colheitas, os preços agrícolas subiam vertiginosamente[96], atingindo níveis de inflação incomportáveis tendo em conta a inelasticidade dos salários. Nesses momentos, apenas um eventual aforro por parte do trabalhador podia atenuar as consequências da crise na sua vida.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

AN/TT, *Conventos Diversos*, Mosteiro de Alcobaça, liv. 14 (*Livro da Fazenda do Mosteiro de Alcobaça*).

AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18 e 19. (PT/TT/CHR/I).

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico, *Chancelaria Régia*, Livro I de Místicos, doc. 15.

Arquivo Municipal de Loulé, *Livros de contas do concelho* (PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/A/01/LV008 e LV009).

Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Livro 6.º de Vereações*.

[93] Gonçalves, *As Finanças Municipais do Porto…*: 149; Silva Marques, *Descobrimentos…*, vol. III: 399; *Livro das Posturas Antigas…*: 230.

[94] *"Vereaçoens". Anos de 1390-1395"*: 153-154 e 190-191; *"Vereaçoens". Anos de 1401-1449*: 184, 188 e 450; *"Vereaçoens". 1431-1432*: 117; Ribeiro, *Indice chronologico…*: 194; AHMP, *Livro 6.º de Vereações*: fl. 37-38 e 141.

[95] Cit. por Dyer, *Standards of living…*: 2.

[96] Esta realidade é perfeitamente visível, por exemplo, aquando da crise de 1438-40, uma das mais graves que assolou a Europa medieval. Em Portugal, o preço do trigo chegou a quadruplicar. Marques, *Introdução à história…*: 223.

Fontes impressas

Actas de Vereação de Loulé: Séculos XIV-XV. Separata da revista *Al'Ulyã*, n.º 7. Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 1999-2000.

Alguns documentos para servirem de provas à parte 2.ª das memorias para a historia, e theoria das cortes geraes, que em Portugal se celebrárão pelos tres estados do reino. Lisboa, Impressão Régia, 1828.

BARROS, A. J. M., *Os livros de acordos da confraria de S. Pedro de Miragaia, do Porto (séculos XV e XVI)*. Porto, CITCEM (no prelo).

Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium Eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum – Dipolomata, Chartae et Inquisitiones, vol. VI-II, Porto, 1967.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357). Lisboa, I. N. I. C., Centro de Estudos Históricos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1982.

Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua história. Transcrição e prefácio de João Martins da Silva Marques, volume I (1147-1460), suplemento ao volume I (1057-1460) e volume III (1461-1500). Lisboa, I.N.I.C., 1988.

Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos. Transcrição de Pedro de Azevedo, tomo II (1450-1456). Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1934.

Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis, volumes III e IV. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1957-1958.

Documentos Históricos da Cidade de Évora. Transcrição de Gabriel Pereira, parte primeira. Évora, Typographia da Casa Pia, 1885.

Lei de Almotaçaria, 26 de Dezembro de 1253. Introdução, tradução e notas de Aristides Pinheiro e Abílio Rita. Damaia: Banco Pinto & Sotto Mayor, 1983.

Livro das Campainhas (códice da segunda metade do século XIV). Mosteiro de São Salvador de Grijó. Transcrição de Jorge de Alarcão e revisão do texto, índices e notas por Luís Carlos Amaral. Colecção "Documentos sobre Vila Nova de Gaia", n.º 4. Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986.

Livro das Posturas Antigas. Transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias. Lisboa, Editorial Estampa, 1982.

Livro Vermelho do senhor rey D. Affonso V. "Coleccção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João III". Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, tomo III, 1793: 387-541.

LOPES, F., *Crónica de D. Fernando*. Introdução de Salvador Dias Arnaut. Porto, Livraria Civilização, Biblioteca Histórica, Série Régia, s.d.

Monumenta Henricina, ed. por António Joaquim Dias Dinis, vol. XIII. Coimbra, 1960-1974.

Ordenações Afonsinas. Reprodução "fac-simile" da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792. 2.ª edição. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, livros I, III e V.

Os Regimentos de Évora e de Arraiolos do século XV. Introdução e revisão de Hermínia Vasconcelos Vilar. Leitura e transcrição de Sandra Paulo. [citado em 2011-01-20]. Disponível em http://www.cidehus.uevora.pt/index_textos.htm.

Ribeiro, J. P., *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal.* Lisboa, Academia Real das Ciências, tomo III, 1813.

"*Vereaçoens*". *Anos de 1390-1395.* Transcrição de A. de Magalhães Basto. Colecção "Documentos e Memórias para a História do Porto", vol. II. Porto, Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, s.d.

"*Vereaçoens*". *Anos de 1401-1449.* Transcrição de J. A. Pinto Ferreira. Colecção "Documentos e Memórias para a História do Porto", vol. XL. Porto, Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1980.

«*Vereaçoens*». *Anos 1431-1432. Livro 1.* Transcrição de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte. Colecção "Documentos e Memórias para a História do Porto", vol. XLIV. Porto, Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1985.

Vereações da Câmara Municipal do Funchal: Século XV. Transcrição de José Pereira da Costa. Região Autónoma da Madeira, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.

VIANA M., "A participação do concelho de Santarém em cortes nos séculos XIV e XV. 1. Documentação". *Arquipélago. História*. 2.ª série, vol. VIII. Universidade dos Açores, 2004: 309-392.

Estudos

BARROS, H. da G., *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.ª edição dirigida por Torquato de Sousa Soares, vol. IX Lisboa, Livraria Sá da Costa – Editora, 1945.

BAULANT, M., "Le salaire des ouvriers du bâtiment à Paris de 1400 à 1726". *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 26.º ano, n.º 2 (Mar. – Abr., 1971), Paris, 1971: 463-483.

BEIRANTE, M. R., *Évora na Idade Média*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Textos Universitários de ciências sociais e humanas, 1995.

COELHO, M. H. da C., *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média (Estudo de História Rural)*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1983.

CRUZ, A., "Os Mesteres do Pôrto no século XV. Aspectos da sua actividade e taxas de ofícios mecânicos". Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. III – Fasc. 1. Porto, 1940.

DYER, C., *Standards of living in the later Middle Ages: social change in England c. 1200-1520*. Cambridge, Cambridge University Press, s.d.

FERRO, M. J. P., "A Vigairaria de Tomar, nos finais do séc. XV". *Do Tempo e da História*, vol. IV. Lisboa, 1971: 139-151.

FONSECA, J., *Montemor-o-Novo no Século XV*. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998.

GONÇALVES I., *As Finanças Municipais do Porto na segunda metade do século XV*. "Documentos e Memórias para a História do Porto", vol. XLV. Porto, Câmara Municipal do Porto, 1987.

GONÇALVES, I., *O Património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1989. Dissertação de doutoramento

HAMILTON, E. J., *Money, prices, and wages in Valencia, Aragon, and Navarre, 1351-1500*, Cambridge, Massachusets, Harvard university press, 1936.

JOHNSON, H. B., "Les comptes d'un hôpital portugais, 1379-1383", *Études rurales,* n.º 51. Paris, EHESS, 1973: 67-84.

LARDIN, P., "Le niveau de vie des ouvriers du bâtiment en Normandie orientale dans la seconde moitié du XV[e] siècle". In *Les niveaux de vie au Moyen Âge*. Actes du Colloque international de Spa, 21-25 Octobre 1998. Louvain-la-Neuve, Academia-Bruylant, 1999: 141-173.

LOBO, A. C., *História da Sociedade em Portugal no século XV*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.

LOPES, L. S. "Medidas portuguesas de capacidade: Duas tradições metrológicas em confronto durante a idade média". *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIV. Coimbra, 2000: 535-632.

MARQUES, A. H. de O., *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos da vida quotidiana*. 3.ª edição. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1974.

MARQUES, A. H. de O., "A Pragmática de 1340". In *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, 2.ª edição. Lisboa, Documenta Historica, 1980, p. 93-119.

MARQUES, J., *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

MARQUES, M. G., *História da Moeda Medieval Portuguesa*. Sintra, Instituto de Sintra, 1996.

MELO, A de S., *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*. 2 volumes. Braga, 2009.

SOUSA, A. de, "As cortes de Leiria-Santarém de 1433". Separata de *Estudos Medievais*, n.º 2. Porto, 1982.

SOUSA, B. de V. e, Silva F. V. da, Monteiro N., "O «Livro das Despesas do Prioste» do Cabido da Sé de Évora (1340-1341)". *Revista de História Económica e Social*, Janeiro-Junho, n.º 9, 1982: 91-99.

VICTOR, S., "Les salaires des ouvriers du bâtiment à Gérone au XV^{ème} siecle". *Anuario de Estudios Medievales*, 26, 1996: 365-390.

ZULAICA, Palacios F., *Fluctuaciones económicas en un período de crisis. Precios y salarios en Aragón en la Baja Edad Media (1300-1430)*, Institución «Fernando el Católico», 1994.

RESUMO: A população dos construtores permite uma das análises salariais mais rigorosas de trabalhadores livres em Portugal na Baixa Idade Média. Nesse sentido, este artigo aborda os principais factores que definiam os salários dos construtores, nomeadamente as características do trabalhador, que formavam uma hierarquia dentro de cada mester, e as condições do mercado, com particular destaque para as mudanças provocadas pela Peste Negra. O conceito de níveis de vida é também objecto de reflexão, salientando-se a importância de questões como o aumento das medidas de capacidade ou o agravamento da carga fiscal. Conclui-se este artigo com um exercício que cruza a evolução dos salários dos construtores com uma amostra de preços e que confirma a ideia de crescimento do seu poder de compra ao longo do século XV.

Palavras-chave: Construtores, Salários, Mercado, Níveis de vida, Peste Negra.

SUMMARY: One of the most reliable data for the study of free workers wages in Portugal in the later middle ages is the building workers population. Bearing that in mind, this paper will put into discussion the key issues which defined the builders wages, including their characteristics, that shaped a hierarchy within each profession, and the market conditions, with particular emphasis on the structural changes caused by the Black Death. The standards of living will be another topic of reflection, stressing the importance of issues such as the growth of measures of capacity, and the increase of the tax burden. This paper will end with a cross-analysis of the builders' wages with a sample of prices, thus confirming the idea of growth of purchasing power during the fifteenth century.

Keywords: Builders, Wages, Market, Standards of living, Black Death.

RÉSUMÉ: Le monde des métiers du bâtiment permet une analyse rigoureuse du salaire au Moyen Âge. Donc, il est important connaître les principaux facteurs qui ont influencé les salaires des constructeurs, en particulier les caractéristiques du travailleur (qui reflètent une hiérarchie au sein de chaque profession), et comprendre les conditions spécifiques du marché, surtout à propos des changements structurels causés par la peste noire. La notion de niveau de vie est aussi objet de réflexion, soulignant l'importance des questions comme la croissance des mesures de capacité et l'augmentation des impôts. Enfin, quelques exemples sont présentés qui confirment l'idée de la croissance du pouvoir d'achat au cours du XVe siècle.

Mots-clés: Constructeurs, Salariés, Marché, Niveaux de vie, Peste Noire.

POUR UNE APPROCHE BIOGRAPHIQUE DES ARTISANS

PHILIPPE BERNARDI*

La contribution proposée a pour objet de présenter une démarche engagée depuis plusieurs années et consistant à tenter la biographie d'un maçon ordinaire[1]. Définie ainsi, l'entreprise semble guidée par un certain romantisme ou idéalisme, tentant de redonner droit de cité à un oublié de l'Histoire ou cherchant à placer sur le devant de la scène historique le travailleur plutôt que le clerc ou le seigneur. Une telle attitude ne reviendrait toutefois qu'à déplacer les modèles, à substituer l'un à l'autre. La biographie n'a pas pour objet, dans la démarche projetée, de dégager une figure éminente, représentative ou emblématique d'une catégorie sociale mais de proposer, à travers l'étude aussi précise que possible d'un cas individuel, des éléments de réflexion sur les conditions de vie et de travail des artisans.

Sans nier l'utilité et l'apport scientifique de recherches tentant d'appréhender globalement un groupe social comme celui des bâtisseurs[2], il m'a semblé qu'une autre voie pouvait être suivie simultanément qui consiste à examiner un parcours individuel, exemplaire non pas parce qu'il serait représentatif de pratiques beaucoup plus larges, reproductibles en quelque sorte pour déterminer celles, encore une fois, du groupe, mais parce qu'il apparaît comme un exemple de la manière dont un maçon médiéval pouvait vivre et travailler.

---

* Lamop, UMR 8589 CNRS-Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

[1] Ce travail encore en cours a constitué une partie, encore inédite, d'une Habilitation à Diriger les Recherches intitulée *Produire, échanger. Éléments pour une histoire économique et sociale du quotidien*, soutenue à l'EHESS en 2002.

[2] L'intérêt d'un tel travail est bien démontré, par exemple, dans le livre de Sandrine Victor sur Gérone : *La construcció i els seus oficis a la Girona del segle XV*, Gérone, 2004 (*Collection Histório de Girona, 34*) et, dans une édition plus complète *La construction et les métiers de la construction à Gérone au XVe siècle*, Toulouse, 2008.

Cette enquête a été engagée il y a plusieurs années sur un individu pris au hasard parmi le millier d'artisans du bâtiment croisé lors des recherches menées dans les archives notariales d'Aix-en-Provence pour la période comprise entre 1400 et 1550, dans le cadre d'un travail de thèse[3]. Le choix a été fait de s'intéresser à un artisan que l'on pourrait qualifier de médiocre, sans chef-d'œuvre: un maçon ordinaire, aménageant ou réparant plus que construisant *de novo*. La recherche a consisté en un long dépouillement systématique de l'ensemble de la documentation conservée (actes notariés, comptabilités, délibérations communales…) pour la période d'activité de ce personnage, soit une quarantaine d'années. L'idée était de recueillir toutes les traces laissées par ce maçon afin de cerner au mieux son activité ou plutôt ses activités. Des contrats de construction passés aux simples inscriptions comme témoin, en fin d'acte, ce sont ainsi près de 350 textes faisant mention de ce maçon qui ont pu être rassemblés et transcrits. L'ampleur des fonds conservés pour cette période en Provence, conjuguée à la multiplicité des lieux d'activité dudit maçon font qu'à ce jour le dépouillement ne peut encore prétendre à l'exhaustivité. La masse documentaire réunie permet toutefois de proposer dès à présent quelques pistes de réflexion.

Ce personnage se dénomme Barthélemy Guerci, et c'est de ce nom qu'est partie l'enquête. Le premier problème rencontré a précisément été celui du nom. La difficulté est alors double puisqu'il convenait, d'une part, d'éviter des quiproquos dus à une possible homonymie et, d'autre part, d'identifier la personne sous les diverses orthographes de son nom, voire sous ses sobriquets. Nous ne nous attarderons pas, ici, sur ce premier écueil d'ordre anthroponymique, commun à toute recherche dans les sources médiévales. Soulignons simplement que l'ampleur des recherches menées a mis en évidence l'absence d'homonyme tandis qu'elle rendait identifiables certains surnoms (du reste peu nombreux).

La seconde étape de l'enquête, plus synthétique, consistait à chercher à définir la personne.

La série de 29 questions posées aux candidats à l'immigration lors de leur arrivée à Ellis Island, dans les années 1892-1924, n'est pas sans proximité avec les interrogations auxquelles il est convenu de soumettre les personnages historiques.

«Comment vous appelez-vous?

D'où venez-vous?

Pourquoi venez-vous aux États-Unis?

Quel âge avez-vous?

[3] Ce travail a été publié: Bernardi Ph., *Métiers du bâtiment et techniques de construction à Aix-en-Provence à la fin de l'époque gothique*, Aix-en-Provence, 1995.

Combien d'argent avez-vous?
Où avez-vous eu cet argent?
Avez-vous des amis ici?
Avez-vous de la famille ici?
Quelqu'un peut-il se porter garant de vous?
Quel est votre métier? Etc.» [4]

Les questions renseignent certes plus sur celui qui les pose que sur celui qui y répond, et l'on peut discuter sur ce mode d'appréhension de l'individu. Le propos n'est pas, dans ce cas précis, de juger d'un éventuel «droit d'entrée» en Histoire. L'identité déclinée ou attribuée est là, consignée par-devant notaire et témoins. Il s'agissait simplement de l'interroger, de remonter un peu au-delà des mots qui ont figé une réalité, des filtres qu'ils ont interposés entre la diversité d'un «vécu» et sa trace.

Il n'est pas question d'aborder ici tous les aspects d'une quête qui a permis de savoir, par exemple, que Barthélemy Guerci a été actif à Aix-en-Provence entre 1443 et 1479, date de sa mort[5]; qu'il venait d'un village du Piémont appelé Bernezzo, non loin de Cuneo[6]; qu'il se maria à une certaine Blaisine (*Blassia*) Fournier, originaire du même village[7]. De savoir également où il habitait, pour qui il a travaillé et à quoi. Je n'envisagerai aujourd'hui que la question de son métier.

«QUEL EST VOTRE MÉTIER?»

Qualifié dans certains textes de maître maçon, notre homme se présenterait donc comme un constructeur aguerri. Pourtant, cette vision achoppe sur les données recueillies. En premier lieu, Barthélemy Guersi n'est pas systématiquement appelé maître, loin s'en faut. En outre, son entrée dans le métier semble se faire par la petite porte, sans passer par l'apprentissage. Quant à la maçonnerie, s'il l'exerça à diverses

[4] G. Perec, *Ellis Island*, Paris, 1995, p. 20-21.

[5] Encore désigné comme vivant le 2 juin 1479, sa femme est dite «*relicta Bartholomei Guersi, lathomi condam civis et habitatoris Aquensis*» le 19 décembre de la même année (AD13Aix: 309 E 399, f° 377).

[6] Cette origine piémontaise est rappelée par une douzaine de textes, entre 1446 et 1471, dans lesquels notre homme est dit successivement «*de Barnesio*», de «*Bernessio in Pedemonte*», du «*castrum de Bernesio diocesis Taurinensis*» ou du «*locus Bernecii diocesis Taurinensis*» AD13Aix: 302 E 321, fol. 19, le 31 mars 1446; 302 E 285, fol. 4v, le 30 mars 1447; 309 E 229, fol. 261v, le 19 août 1458; 308 E 356, le 3 février 1467 (n. st.)

[7] AD13Aix: 306 E 323bis, le 2 juin 1479. Barthélemy Guersi l'a épousée avant 1471, ainsi qu'en atteste l'augmentation de dot passée le 11 juillet 1471 par «*Bartholomeum Guersi lathomum sive masson loci de Bernecio, Thaurinensis diocesis, civem et habitatorem huius civitatis Aquensis*» (AD13Aix: 309 E 242, f° 504).

reprises, elle ne fut pas sa seule activité, et le qualificatif de maçon n'apparaît que comme une qualité parmi de nombreuses autres.

Le qualificatif professionnel se présente, dans le cadre figé d'une convention, comme un mode d'identification, comme une donnée durable sinon immuable. Il permet à l'historien de cerner des groupes socio-professionnels, d'isoler des catégories de population… C'est un «marqueur» important dont il ne s'agit pas de nier l'intérêt mais dont la complexité rend la manipulation plus délicate, moins évidente, qu'il n'y paraît au premier abord. L'enquête prosopographique menée nous confronte, en effet, à un usage *a priori* débridé ou incohérent de ce type de désignation: Barthélemy Guerci est qualifié de maître, ou pas; nous le trouvons présenté tour à tour comme exerçant une dizaine de professions différentes et aussi éloignées que maçon, charretier, aubergiste, laboureur ou meunier. Au-delà du désordre apparent, il est toutefois possible de trouver une certaine logique qui, pour être moins conventionnelle, nous laisse peut-être mieux appréhender la position réelle, fluctuante, instable, de personnes comme Barthélemy Guerci.

MAÎTRE BARTHÉLEMY GUERCI, MAÇON

Les données recueillies sur ce personnage laissent entrevoir un usage notarial assez subtil du qualificatif de maître. Elles mettent en évidence, plus que des règles, ce que l'on pourrait désigner comme des tendances.

Barthélemy Guerci n'est identifié comme maître que dans 13 % des 350 actes retrouvés le concernant, une seule fois en présence d'un autre maître maçon, et plus après 1475 – date de confirmation par le roi René des statuts de la confrérie des maçons, plâtriers et charpentiers de cette ville – alors qu'il resta actif jusqu'en 1479. Dans ce cas, les notaires n'usèrent du terme maître qu'occasionnellement, le plus souvent dans des contrats qui avaient un poids économique important et conféraient alors une certaine stature au contractant.

L'emploi du terme maître comme simple prédicat d'honneur appliqué par extension à une personne quand elle se trouvait ponctuellement en position éminente ne paraît pas faire de doute pour Barthélemy Guerci. Il n'en va pas de même pour tous ses collègues. Il suffit pour s'en convaincre de constater que le plâtrier Pierre Jacquet, son contemporain, est, quant à lui, qualifié de *magister* dans 95% des actes retrouvés.

Les limites mises à cet usage laissent cependant entrevoir la possibilité de plusieurs niveaux de lecture du terme: face à ses collègues ou lors de la passation de prix-faits Barthélemy n'était (généralement) pas un *magister*, et il ne se trouvait paré de ce titre que dans des situations particulièrement valorisantes. On peut se demander alors si la formule «*magister Bartholomeus Guersi massonus*» ne doit pas

être rendue littéralement par «maître Barthélemy Guersi, maçon» plutôt que par «Barthélemy Guerci, maître maçon», car les notaires paraissent employer *magister* en le dissociant au moins en partie du qualificatif professionnel[8].

Plus qu'une absence de sens, ou de valeur, l'emploi de *magister* revêt, semble-t-il, des acceptions multiples, concomitantes, complémentaires, qui confèrent à l'usage de ce prédicat une certaine subtilité. De sa signification, ondoyante et, sans doute, évolutive, nous ne saisissons que des bribes, fragments d'un langage social dont la construction complexe nous échappe encore.

UN MAÇON À 56,5 %

La question se pose en outre, face à la «multi-qualification» de notre Piémontais, de l'adéquation des notions d'activité principale ou de spécialisation pour décrire la réalité médiévale. Cet homme avait-il plusieurs spécialités qu'il menait de front? On peut le penser mais cela ne revient qu'à déplacer légèrement notre conception d'une identité professionnelle unique vers l'exercice simultané de deux voire trois métiers, tout au plus, or la situation s'avère parfois beaucoup plus complexe. Barthélemy Guerci est présenté sans qualification professionnelle explicite dans 26% des actes retrouvés, mais on le trouve généralement désigné comme maçon (56,5 % des documents) entre 1448 et 1479. Parallèlement, il est quelquefois présenté comme *affanator* (brassier, 3 mentions – 1444-1450), *laborator* (3 mentions, 1447-1460), *valladator* (faiseur de fossé – 1450), *fanguator* (boueur (?) –1452) ou *calladerius* (faiseur de callade, paveur – 1466), *molendinarius* (meunier – 1462). Plus fréquemment, les textes le donnent comme *terralhon* (terrassier, 18 mentions – 1446-1473), *carraterius* (charretier, 11 mentions – 1460-1475) ou *fontenarius* (fontainier, 10 mentions – 1470-1479).

Si les qualifications liées aux métiers de la terre sont plutôt concentrées sur le début de la carrière, et celle de fontainier, plutôt à la fin, aucune application chronologique stricte ne peut être relevée. Ces indications de profession se trouvent employées conjointement à d'autres, parfois dans un même acte. Le qualificatif de fontainier apparaît tardivement (1470) si l'on considère qu'il s'agit là d'une «spécialité» pratiquée par Guerci dès ses débuts dans le bâtiment. Il n'est sans doute pas indifférent de noter que cette qualité place notre Piémontais en marge des métiers du bâtiment qui s'organisaient alors au seul profit des maîtres – dont il n'était pas. Le balancement relevé entre maçon et fontainier peut traduire, à sa manière, la vision restrictive du maçon qu'annoncent les règlements édictés. Il

[8] Sur ce point voir Bernardi Ph., «Pauvre, jeune, étranger… d'autres manières d'être maître», *In :* Boglioni P., Delort R. et Gauvard C. éds, *Le petit peuple dans l'Occident médiéval*, Paris, 2002, p. 421-435.

peut conjointement rendre compte de la recherche d'une nouvelle position, d'un nouveau statut, par Guerci qui, éprouvant quelques difficultés à revendiquer un titre de maçon en voie de confiscation ou de spécialisation, se pare de celui de fontainier, métier jugé plus «libre».

Toutes les activités évoquées par les qualificatifs donnés à Guerci furent effectivement exercées par ce «maçon», et d'autres encore qui ne figurent pas dans la liste des métiers relevés (marchand de chevaux, aubergiste…). Ces désignations rendent compte, en partie, de la multiplicité des occupations de Guerci, mais il faut noter que leur emploi n'a pas toujours un rapport direct avec l'action envisagée dans les actes. C'est le cas lorsque, présenté comme charretier, il s'engagea, dans une convention passée en 1460, à construire une cave[9]. Cette année illustre d'ailleurs à elle seule assez bien la multiplicité des solutions choisies par les notaires puisque, dans les quatre contrats de construction (prix-faits) retrouvés pour la période comprise entre les mois de février et septembre 1460, Barthélemy Guerci fut désigné deux fois comme «*lathomus sive masson*», une fois comme «*carraterius*» et donné une fois sans indication de profession[10].

La pluri-activité est une question qui ne saurait être abordée à partir d'un seul cas. Notons simplement qu'elle n'est pas limitée à quelques «phénomènes» mais semble relativement fréquente chez les artisans, en Provence bien plus largement. Absence, abondance, irrégularité des mentions mettent en évidence l'existence de différents niveaux de lecture du qualificatif professionnel, elles malmènent une interprétation trop systématique de ces indices. Le métier peut s'envisager de différentes façons qui induisent des définitions des termes ne se recoupant pas nécessairement de manière parfaite. Le type du document dans lequel est consignée la qualification professionnelle est sans doute un critère à prendre en considération pour interpréter cette dernière. Mais il faut se garder de surcharger le sens de telles dénominations, de ne voir dans leur emploi ou leur absence que la recherche d'un effet quelconque. Les actes notariés montrent bien les limites d'une approche trop utilitariste de ces questions d'appellation. Comment expliquer, en effet, que, passant un prix-fait de maçonnerie le 6 février 1460, Barthélemy Guerci soit désigné comme charretier puis que, s'adressant le lendemain à un autre notaire pour un nouveau contrat de construction, il se retrouve qualifié de maçon?

[9] AD13Aix: 307 E 90, le 6 février 1460 (n. st.).

[10] AD13Aix: 309 E 230, fol. 495v, le 7 février ; 309 E 231, fol. 154v, le 2 juillet; 309 E 362, fol. 28, le 17 septembre.

Charretier pour l'un, maçon pour l'autre… le vocabulaire employé varierait-il aussi en fonction du rédacteur? Considérons, à titre d'exemple, les dénominations utilisées en fonction non plus des types d'actes mais des notaires.

Le comptage effectué à partir des 5 études les plus sollicitées par Barthélemy Guerci souligne amplement les disparités. En voici le détail:

- Chez Antoine de *Podio*, où il passe 18 actes entre 1454 et 1464, il est 3 fois sans profession et 15 fois maçon;
- Chez Bertrand *Borrilli*, où il passe 48 actes entre 1457 et 1479, il est désigné 47 fois comme maçon et 1 fois sans profession;
- Chez Jean *Borrilli*, où il passe 25 actes entre 1462 et 1478, il est 24 fois maçon et une fois sans profession.
- Mais chez Vincent Féraud, où il passe 27 actes entre 1444 et 1478, il apparaît 10 fois comme terrassier, 8 fois comme maçon, 3 fois comme charretier, 1 fois comme brassier-affaneur et 4 fois sans profession;
- Et chez Honnorat de *Mari*, où il passe 32 actes entre 1443 et 1479, Barthélemy Guerci est donné 25 fois sans profession, 4 fois comme maçon, une fois comme brassier-affaneur, une fois comme terrassier et une fois comme boueur (*fanguator*).

Les trois premiers notaires ont un fonctionnement assez simple et considèrent Barthélemy Guerci comme un maçon, reportant ce qualificatif dans tous leurs actes, ou presque. Les deux autres sont plus partagés; ils hésitent et n'accordent à la maçonnerie qu'une place secondaire – rendant par-là mieux compte des activités réelles du personnage. Au-delà de simples habitudes d'écriture – dont on ne doit pas minimiser la portée – il faut noter que Vincent Féraud et Honorat de *Mari* sont les seuls, parmi ces cinq notaires, dont on peut affirmer qu'ils ont eu des relations avec Barthélemy Guerci en dehors de leur étude. Honnorat de *Mari* était son voisin en 1455[11], il lui acheta sa maison, en 1457[12], et lui vendit un pré en 1465[13]. Quant à Vincent Féraud, lui aussi voisin de Guerci[14], nous le retrouvons en affaire avec notre Piémontais à plusieurs reprises[15]. Ces hommes, plus proches de leur client, ont-ils cherché à rendre, par un vocabulaire plus riche ou plus nuancé, la réalité des multiples occupations qu'ils lui voyaient exercer?

---

[11] AD13Aix: 306 E 294, fol. 53v, le 5 mai 1455.

[12] AD13Aix: 309 E 227, fol. 299, le 21 septembre 1457.

[13] AD13Aix: 309 E 233, fol. 428v, le 18 septembre 1465.

[14] Il achète le 31 décembre 1446 une maison dans la rue où s'installe Guersi au mois d'avril suivant (AD13Aix: 306 E 123, fol. 130).

[15] Il lui commande la réalisation d'un chemin, le 9 septembre 1454 et lui verse de l'argent en 1468 (AD13Aix: 206 E 290, le 9 septembre 1454; 306 E 318, le 16 mars 1468 (n. st.))

Notons également que ces deux notaires suivirent notre homme dès le début de sa carrière aixoise, alors que ce dernier semble plus versé dans l'agriculture. Peut-être restèrent-ils, de ce fait, plus imperméables à l'image d'un Barthélemy Guerci maçon?

Est-ce trop faire dire à ces notations que de voir jusque dans des actes juridiques le témoignage d'une familiarité et la volonté d'individualiser ou de décrire plus précisément une figure connue? Quelle qu'en soit la raison, nous constatons que la qualification professionnelle d'un individu a pu varier notablement en fonction du rédacteur de l'acte, et, probablement, du lien unissant ce dernier à la personne désignée.

L'indication d'une profession ne s'impose vraisemblablement pas avec la même force lorsque l'on est en présence d'une personne connue ou d'un étranger. Il n'est pas indifférent, à ce titre, de constater que Barthélemy Guerci ne reçoit de sobriquet forgé sur son activité que hors d'Aix, dans les comptes du domaine du roi René à Gardanne (Bouches-du-Rhône) où il se trouve même, à plusieurs reprises, inscrit comme «Bertholmieu le Charrestier», voire «Bertholmieu le Charretier, alias de la Font» [16]. Comment expliquer la prépondérance prise alors par le métier par rapport au surnom dans l'identification de ce personnage? Le fait qu'il s'agisse là d'un compte et non d'un contrat notarié peut avoir eu quelque influence dans la formulation choisie; on ne peut toutefois invoquer, ici, le désir, de la part du rédacteur, de bien caractériser ses postes de dépenses car Barthélemy Guerci n'intervint à Gardanne ni comme transporteur, ni comme fontainier, mais pour la location de ses prés. La multiplication des indications éliminait les doutes ou les hésitations, quitte à surcharger un peu les quittances.

Pourquoi, alors, avoir choisi «le Charretier» ou «de la Font» alors qu'à Aix, nous l'avons vu, Barthélemy Guerci était surtout connu comme maçon? Le point de vue adopté semble, dans ce cas aussi, changer quelque peu l'identité professionnelle de la personne.

Nous avons évoqué le point de vue du notaire, celui du comptable mais on peut s'interroger sur l'éventualité d'une définition de Barthélemy Guerci par lui-même. Au fond, à travers la consignation de certains détails comme son lieu d'origine ou le prénom de son père, c'est sa voix que nous pouvons percevoir. Contrairement au meunier Menocchio étudié par Carlo Ginzburg[17] ou au maçon bolonais Gas-

[16] AD13: B 1664, fol. 68; B 1660, fol. 484; B 1662, fol. 74.

[17] Le personnage dont C. Ginzburg retrace la vie dans *Le fromage et les vers. L'univers d'un meunier du XVIe siècle*, Paris, 1980, déclare comme activités celles de «meunier, charpentier, scier, faire des murs et d'autres choses» (p. 33).

pare Nadi, Barthélemy Guerci n'a certes pas laissé de témoignage direct. Doit-on pour autant considérer que sa parole fut sans effet sur la perception que purent en avoir ses contemporains? Il est bien difficile, à ce niveau, de faire la part des choses mais la possibilité reste envisageable d'un témoignage direct franchissant le filtre du notaire.

Cet aperçu rapide sur la qualification professionnelle interroge sur la notion de catégorie professionnelle ou de groupe socio-professionnel sur laquelle repose pas mal de nos analyses de la société médiévale. Les mentions de qualificatifs professionnels qui permettent de diviser, d'ordonner, la population de telle ou telle ville en un certain nombre de groupes socio-professionnels représentant divers secteurs d'activité: construction, alimentation, textile… n'apparaissent pas, prises au niveau individuel comme des données intangibles.

Cela interroge sur la notion même de métier ou de profession et sur l'anachronisme que peut représenter le fait de la projeter telle quelle sur la société médiévale. Il y a un parallèle à souligner entre la remise en cause de cette notion de profession – que paraît appeler un cas comme celui de Barthélemy Guerci – et les relectures engagées de la notion de métier en tant qu'«association de personnes exerçant la même activité professionnelle». Dans un cas comme dans l'autre, le cadre rassurant et normatif fourni par ces notions ne semble pas recouvrir l'intégralité des pratiques médiévales, riches de multiples nuances longtemps cachées par des présupposés.

RÉSUMÉ: La démarche présentée consiste à proposer, à travers l'étude aussi précise que possible d'un cas individuel, des éléments de réflexion sur les conditions de vie et de travail des artisans. Parallèlement aux recherches tentant d'appréhender globalement un groupe social comme celui des bâtisseurs, il m'a semblé qu'une autre voie pouvait être suivie qui consiste à examiner un parcours individuel. Il ne s'agit pas alors de proposer de s'intéresser à l'un de ces grands architectes qui auraient marqué l'évolution de l'histoire de l'architecture par une personnalité hors du commun mais, précisément, d'examiner le parcours d'un homme du commun. L'attention portée à une vie ordinaire prend sens pour l'historien dans la mesure où elle permet d'entrer dans le détail de tendances que l'approche globale d'un groupe socio-professionnel ne fait, au mieux, qu'esquisser.

L'enquête dont quelques résultats sont présentés ici a été engagée il y a plusieurs années sur un individu pris au hasard. La recherche a constitué en un long dépouillement systématique de l'ensemble de la documentation conservée (actes notariés, comptabilités, délibérations communales...) pour la période d'activité de ce personnage, soit une quarantaine d'années entre 1440 et 1479. Des contrats de construction passés aux simples inscriptions comme témoin, en fin d'acte, ce sont ainsi près de 350 textes faisant mention de ce maçon qui ont pu être rassemblés et transcrits. La masse documentaire réunie permet de proposer dès à présent quelques pistes de réflexion : sur le nom même de ce personnage - Barthélemy Guerci - et sur sa qualité de maçon, notamment. Polyvalence ou pluriactivité interrogent ainsi la notion de catégorie professionnelle ou de groupe socio-professionnel sur laquelle reposent pas mal de nos analyses de la société médiévale. Elles mettent également en évidence l'importance des liens sociaux qui structurent en quelque sorte l'activité de l'artisan. Derrière le technicien se profile l'entrepreneur, et les notions de réseau, d'échanges privilégiés, de rapports de clientèle, viennent souligner la complexité des actions menées. La carrière de l'artisan est loin alors d'apparaître comme une trajectoire linéaire, déterminée seulement par l'aptitude technique de la personne. A travers l'histoire de ce maçon c'est celle de la peine des hommes qui se profile: une peine physique en partie mais également sociale, faite de luttes quotidiennes, d'inventions, pour parvenir à s'assurer une place dans le marché et la société médiévale.

Mots-clés: Conditions de vie, Travail des artisans, Biographie, Vie ordinaire, Pluriactivité, Technicien et entrepreneur, Carrière et réseaux, Complexité des actions.

RESUMO: O presente trabalho consiste em propor elementos de reflexão sobre as condições de vida e de trabalho dos artesãos, através do estudo tão preciso quanto possível dum caso individual. Paralelamente às pesquisas que procuram apreender globalmente um grupo social, como o dos homens da construção, parece-me que uma outra via poderia ser seguida: a análise dum percurso individual. Não se trata de focalizar num dos grandes arquitectos que possa ter marcado a evolução da história e da arquitectura, uma personalidade fora de comum mas, precisamente ao contrário, examinar o percurso individual dum homem comum. A atenção prestada a uma vida ordinária tem sentido para o historiador, na medida em que permite conhecer com pormenor tendências que a análise global dum grupo socio-profissional permite apenas, no máximo, esboçar.

O inquérito, do qual uma parte dos resultados serviu de base ao presente trabalho, foi realizado pelo autor há já vários anos, sobre um indivíduo escolhido ao acaso. A investigação consistiu numa longa pesquisa e análise sistemáticas do conjunto da documentação conservada (actas notariais, contabilidades, deliberações concelhias, ...) para o período de actividade desse personagem, que corresponde a cerca de quarenta anos, entre os anos de 1440 e 1479. Desde contratos de construção, a simples referências como testemunha no final de documentos, são cerca de 350 textos que fazem menção a este pedreiro, que pude-

mos agrupar e transcrever. A massa documental reunida permite propor desde já algumas pistas de reflexão: sobre o próprio nome desse indivíduo – Barthélemy Guerci – e sobre a sua qualidade de pedreiro, em particular. A polivalência ou pluriactividade encontradas obrigam a interrogar e reflectir sobre a noção de categoria profissional ou de grupo socio-profissional, sobre os quais repousam grande parte das nossas análises sobre a sociedade medieval. A análise efectuada permite colocar em destaque, de igual modo, a importância dos laços sociais que estruturavam, de diversas formas, a actividade do artesão. Por trás do técnico adivinha-se o empresário, e as noções de rede, de trocas privilegiadas, de relações de clientela, vêm sublinhar a complexidade dessas acções individuais. A carreira de artesão fica, assim, longe de aparecer como uma trajectória linear, determinada unicamente pela competência técnica da pessoa em causa. Através da história deste pedreiro é a história do esforço dos homens que encontramos: um esforço físico em parte, mais igualmente social, feito de lutas quotidianas e de invenções, para conseguir assegurar um lugar no mercado e na sociedade medieval.

Palavras-chave: Condições de vida, Trabalho dos artesãos, Biografia, Vida ordinária, Pluriactividade, Técnico e empresário, Carreira e redes, Complexidade das acções.